

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MESTRADO EM CIDADE, TERRITÓRIO E REQUALIFICAÇÃO

Autor:

João Emílio Alves

Orientador:

Prof. Doutor António Firmino da Costa

Título:

Património rural e desenvolvimento:

Do discurso institucional às dinâmicas locais.

O programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*.

Lisboa, 2002

“Ao cuidar-se das pessoas mais facilmente se cuidará das pedras. O que seria das pedras sem a alma das pessoas? Por isso, reabilitar uma aldeia histórica é ouvir as histórias que nos contam cada pedra que pisamos na calçada, cada esquina que contornamos e nos surpreendemos por um qualquer elemento expressivo de uma fachada, de um telhado, de uma ramada pendente num carramachão, de um cumprimento de saudação. Uma aldeia assim é uma obra de arte, pois esta emociona-nos como uma pintura, como uma partitura cuja musicalidade nos penetra de forma abstracta, mas que nos desperta sentimentos agradáveis. Uma aldeia história tem pessoas e existe porque tem pessoas. (...) Uma aldeia histórica não é um postal ilustrado de um local de casas belas e deserta de pessoas.”

Câmara Municipal de Gavião, *Plano de Acção Local de Belver*, 2000, pp:10.

ÍNDICE

Índice de abreviaturas

Índice de figuras/quadros

INTRODUÇÃO 7

PARTE I

OBJECTO DE ESTUDO, METODOLOGIA E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 – Ponto de partida para a construção sociológica de um objecto de estudo	19
1.1 – O Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo	19
1.2 – Hipóteses em estudo e objectivos da pesquisa	22
2 – Perspectiva(s) metodológica(s) adoptada(s)	27
2.1 – Investigação-acção como metodologia de suporte da pesquisa	27
2.2 – Um exercício de análise e avaliação dirigido a um Programa de Desenvolvimento Regional	29
3 – Referentes teóricos e quadro conceptual da pesquisa	32
3.1- Mudanças sociais no mundo rural: pronuncio de uma outra «nova» ruralidade?	34
3.1.1 – Velhas e novas funções do mundo rural	40
3.2 – Património/Património Rural, Reabilitação (Urbana) e Desenvolvimento Local/Rural	45
3.2.1 – Sobre a noção de património e seu(s) entendimentos(s) na actualidade: a emergência da consciência patrimonial e a sua utilização como suporte à reabilitação urbana e ao desenvolvimento local.....	45
3.2.2 – Significado(s) e importância do(s) património(s) para as sociedades contemporâneas	48
3.2.2.1 - <i>Património rural</i> – diversidade subjacente a um conceito plural: Elementos, dimensões, exemplos empíricos	53
3.3 – Património Rural, Desenvolvimento Local/Rural e Turismo Cultural/Rural	62
3.3.1 – Património rural como recurso turístico ao serviço do desenvolvimento	62
3.4 – Planeamento regional/municipal e Património	70
3.4.1 - Que lugar para o planeamento estratégico nos processos de planeamento municipal que pressuponham a defesa e valorização do património ?	70
3.4.2 – A pertinência da dimensão sócio-relacional: os actores sociais locais, as suas dinâmicas, estratégias e relações de força (durante e depois do processo de planeamento)	73

PARTE II**ANÁLISE/AVALIAÇÃO DO PROGRAMA REVITALIZAÇÃO DE ALDEIAS E VILAS HISTÓRICAS DA REGIÃO ALENTEJO:****Âmbito de incidência, modelo, instrumentos e resultados**

1 – Importância dos processos de avaliação: lugar, pertinência e finalidades da avaliação prévia em processos de mudança e de desenvolvimento regional e rural	80
2 - Dos referentes teóricos à construção de um modelo para a análise e avaliação dos Planos de Acção Local das Aldeias e Vilas Históricas	86
2.1 – Linhas orientadoras para a estruturação de um modelo	86
2.2 – Estrutura do modelo: âmbito de incidência, níveis e instrumentos de análise e avaliação	90
2.2.1 – Primeiro nível de análise/avaliação: análise da estrutura dos planos de acção local – diagnóstico e proposta	93
2.2.2 – Segundo nível de análise/avaliação: análise da coerência interna e complementaridades internas – realizações previstas	93
2.2.3 – Terceiro nível de análise/avaliação: análise da coerência e complementaridades externas – articulações territoriais e proximidades / afastamentos	94
3 – O Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo: situação de partida, análise da coerência interna e externa dos planos de acção local - resultados.....	96
3.1 – Quadro demográfico, social e económico da região: dados de contextualização e indicadores estatísticos	96
3.2 – Nível 1 - Análise da estrutura dos planos de acção local: diagnóstico e proposta	102
3.2.1 – Diagnóstico/situação de partida	102
3.2.1.1 – Localização geográfica, acessibilidades e enquadramento ambiental	103
3.2.1.2 – Enquadramento histórico e estruturas fortificadas	104
3.2.1.3 – Dados demográficos e especialização de actividades económicas	105
3.2.1.4 – Turismo, cultura/recreio, educação, saúde e índices de conforto	106
3.2.2 – Proposta/quadro de chegada	108
3.2.2.1 - Sobre a “arquitectura” dos planos: estrutura/organização, coerência, dimensões de intervenção, objectivos, estratégias e acções/projectos	108
3.2.2.1.1 – Os planos de acção local, um a um:	111
3.2.2.2 - Sobre a “qualidade” das estratégias globais de intervenção: análise de simetria e nível de exequibilidade dos planos	130
3.2.2.2.1 - Estrutura dos planos: fase do diagnóstico	131
3.2.2.2.2 - Estrutura dos planos: fase da proposta	133
3.2.2.2.3 – Entre o diagnóstico e a proposta: análise de simetria e nível de exequibilidade dos planos	135
3.3 – Nível 2 - Análise da coerência interna e complementaridades internas dos planos de acção local: realizações previstas.....	147
3.3.1 – Domínios de incidência	147
3.3.2 – Meios/recursos mobilizados (e a mobilizar)	152
3.3.3 – Entidades executoras e parcerias envolvidas	154
3.3.4 – Destinatários e beneficiários	160
3.3.5 – Efeitos esperados/impactos	163

3.4 – Nível 3 - Análise da coerência externa e das complementaridades externas dos planos de acção local: articulações territoriais e proximidades/afastamentos.....	167
3.4.1 – Índices de convergência entre os objectivos gerais nos planos	167
3.4.2 – Articulação entre domínios de incidência	170
3.4.3 – Articulação entre meios/recursos mobilizados (e a mobilizar)	172
3.4.4 – Entidades executoras e parcerias envolvidas	174
3.4.5 – Destinatários e beneficiários: análise global	176
3.4.6 – Prazos de realização das intervenções	177
3.4.7 – Património da região: diversidade e potencialidades	179
 PARTE III	
DINÂMICAS INSTITUCIONAIS E DINÂMICAS LOCAIS:	
PROXIMIDADES E AFASTAMENTOS ENTRE ACTORES E ESTRATÉGIAS	
Contornos de algumas experiências “na sequência” do programa revitalização de aldeias e vilas históricas da região Alentejo	183
1 – O Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo: projectos antecedentes e situação actual	183
1.1 – O Projecto <i>Aldeia</i>	184
1.2 – O Programa <i>Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região do Alentejo</i>	187
1.3 – O Programa <i>Aldeias do Castelo e Património</i>	190
2 – Discursos Institucionais e Dinâmicas Locais: Que intervenções a partir dos planos?	194
2.1 – Do plano à acção: três exemplos	194
2.1.1 – Amieira do Tejo	194
2.1.2 – Cabeço de Vide	201
2.1.3 – Viana do Alentejo	205
3 – Património rural, turismo e desenvolvimento: relações, efeitos e complementaridades	207
3.1 – Entre o Programa e os Planos: “De que lado está agora a bola!?!...”	211
 REFLEXÕES FINAIS	217
 BIBLIOGRAFIA	230
 ANEXOS	240
- Artigo de imprensa “Aldeias Históricas: programa em crescimento” (19/05/2000)	
- Mapa da Região Alentejo: localização das Aldeias Históricas	
- Estrutura do modelo: mapas/instrumentos de análise/avaliação - níveis 1, 2 e 3	
- Guiões de Entrevista: CCRA e IPPAR; Autarquias e Equipas Técnicas	

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

CCRA – Comissão de Coordenação da Região Alentejo
CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro
DGEMN – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva
GAL – Grupo de Acção Local
GTL – Gabinete Técnico Local
IEADR – Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico
LEADER – Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
PAL – Plano de Acção Local
PDM – Plano Director Municipal
POC – Plano Operacional da Cultura
PORAlentejo – Programa Operacional da Reação Alentejo
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
REN – Rede Ecológica Nacional
TER – Turismo em Espaço Rural
VAB – Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE DE FIGURAS/QUADROS

Fig. 1 – Aldeias, Sítios e Vilas Históricas candidatas ao Programa.....	21
Fig. 2 – Modelo de análise	33
Fig. 3 – Culturas do planeamento e desenvolvimento local e regional	72
Fig. 4 – Estrutura-tipo mais frequente nos planos de acção local	88
Fig. 5 – Componentes de avaliação nos planos de acção local	89
Fig. 6 – Estrutura do modelo: níveis de análise/avaliação e objectivos associados	91
Fig. 7 – Estrutura do modelo: níveis de análise/avaliação e mapas de registo e sistematização de dados	92
Fig. 8 – População residente nas localidades abrangidas pelo Programa (valores absolutos)	99
Fig. 9 – Fase do Diagnóstico: distribuição dos planos de acção local em função das dimensões de análise presentes nos respectivos diagnósticos	132
Fig. 10 – Fase da Proposta: distribuição dos planos de acção local em função das dimensões de análise presentes nas respectivas propostas	134
Fig. 11 – PAL de Berver: mapa 2.1 Matriz Objectivos (gerais e específicos) x Domínios de incidência/intervenção	148
Fig. 12 – PAL de Juromenha: mapa 2.2 Matriz Objectivos (gerais e específicos) x Meios/recursos	154
Fig. 13 – PAL de Terena: mapa 2.3 Matriz Acções x Entidades Parceiras	156
Fig. 14 – Relação das entidades parceiras de natureza pública	157
Fig. 15 – Relação das entidades parceiras de natureza privada	158
Fig. 16 – Relação das entidades parceiras de natureza externa (trans-fronteiriças)	158
Fig. 17 – PAL de Cabeço de Vide: mapa 2.4 Matriz Objectivos (gerais e específicos) x Beneficiários/Destinatários	162
Fig. 18 – PAL de Amieira do Tejo: mapa 2.5 Matriz Objectivos x Efeitos esperados/impactos	164
Fig. 19 – Mapa 3.1: Matriz de Convergência entre Objectivos Gerais dos PALs	168
Fig. 20 – Síntese dos graus de convergência forte de objectivos gerais entre planos de acção local (dados do mapa 3.1)	169
Fig. 21 – Mapa 3.2: PALs x Domínios de Incidência/Intervenção segundo os objectivos (gerais e específicos)	171
Fig. 22 – Mapa 3.3: PALs x Objectivos (Gerais e Específicos) x Meios/Recursos	173
Fig. 23 – Mapa 3.4: PALs x Parcerias segundo as acções descritas nos planos	174
Fig. 24 – Mapa 3.5: PALs x Beneficiários/Destinatários segundo os objectivos descritos nos planos	176
Fig. 25 – Mapa 3.6: PALs x Prazos de realização segundo as acções descritas nos planos	178
Fig. 26 – Mapa 3.7: PALs x Tipo e Diversidade de Património	180
Fig. 27 – Estratégias e posicionamentos dos actores intervenientes nos processos	212

INTRODUÇÃO

Tomando como suporte empírico referencial a região do Alentejo, o trabalho que aqui se desenvolve tem como principal eixo teórico a problemática do desenvolvimento local em meio rural, a partir da implicação do que, conceptualmente, aqui designamos por *património rural*.

Nunca tanto como hoje as questões do desenvolvimento local em espaço rural mereceram amplo destaque, quer no discurso político, quer na agenda mediática e no domínio da promoção turística, quer ainda no campo científico, tendo-se levantado vários problemas, produzido diversas interpretações e proposto algumas soluções. Daí que realizar um trabalho de natureza académica sobre esta problemática pode correr o risco de constituir mais um “lugar comum”, tantas são as produções teóricas e as demonstrações empíricas acumuladas nos últimos anos. Com efeito, é já notório e enriquecedor o património de saberes e experiências na sequência de pesquisas levadas a cabo nos mais diversos domínios disciplinares das ciências sociais, como a Sociologia, a Geografia, a Antropologia, a Economia, a Demografia, entre outros. Porém, esta multiplicidade de olhares, conceptualmente orientados segundo quadros teóricos específicos e/ou interdisciplinares, muito embora constituam análises bem intencionadas, pertinentes e fundamentadas, podem, simultaneamente, conduzir a cenários demasiado utópicos e, não raras vezes, desfasados das realidades locais, das suas reais capacidades e das suas condições objectivas para se desenvolverem.

Pensar o desenvolvimento em áreas rurais deprimidas, onde impera a escassez de recursos de diversa natureza (humana, financeira, material,...) levanta o problema do hiato - por vezes existente - entre o que é proposto e o que, na prática, acaba por ser concretizado. Por outras palavras, o que se pretende dizer é que, muito embora o espaço rural continue a ser um laboratório de experiências e de propostas de solução, tendentes à procura de vias que conduzam ao respectivo desenvolvimento - entendendo-o na sua acepção mais lata, enquanto oportunidade para a rentabilização de recursos endógenos, visando a melhoria das condições de vida das populações locais¹ - assiste-se com alguma regularidade a situações em que, os actores locais envolvidos nestes processos, desde planeadores e decisores a futuros beneficiários, nem sempre convergem sobre as melhores estratégias para a utilização dos meios disponíveis em vista à concretização dos fins desejados. O resultado entretanto produzido resvala normalmente para situações em que tendem a imperar as falsas imagens e as expectativas goradas, nomeadamente por parte de quem deveriam ser os principais beneficiários – as comunidades autóctones.

¹ - Sobre a problemática do desenvolvimento local, entendido também como “desenvolvimento endógeno”, “eco-desenvolvimento”, “sustentável”, “alternativo”, entre outros adjectivos, existe já uma produção teórica substancial. Neste estudo dedicámos especial atenção aos trabalhos de Almeida (1994, 1998), Amaro (1999), Cavaco (1999), Ferrão (2000), Henriques (1990), Lopes (1990), Oliveira (1993), Reis e Lima (1998) e Silva (1987, 1988, 1993, 1994).

A este propósito, vale a pena parafrasear um autor de inserção científica diferente da nossa – neste caso a Geografia – cuja apreciação em parte partilhamos. Em questões como o planeamento e a definição/proposta de acções e projectos para o mundo rural, há que ter algum cuidado com os efeitos não esperados e com os eventuais recuos e inversões de percurso, inerentes a muitos processos de desenvolvimento em meio rural (mas não só!), uma vez que aquelas – inversões de percurso – poderão contribuir para o “desfazer de sonhos, expectativas e aspirações que têm vindo a ser acalentadas do exterior”; para “um reavivar do sentimento de esquecimento injusto a que têm sido votados [os residentes nos espaços rurais], como filhos de um Deus menor, nascidos e abandonados numa terra madrastra, distante e sem futuro” (Cavaco, 1999: 12).

Não querendo incorrer em visões fatalistas e negativistas em torno dos cenários projectados e construídos para o mundo rural, uma vez que não nos reconhecemos de todo nesse tipo de interpretações, parece-nos, contudo, que no caso do objecto aqui em estudo – o do património rural como recurso para o desenvolvimento – o qual inclui – é nossa suposição – as designadas “aldeias históricas”, poder-se-á incorrer em situações, cenários e efeitos próximos daqueles aos quais aludimos atrás.

Com efeito, investigar e teorizar sobre o património rural equivale, em certa medida, a discutir a temática das “aldeias históricas”. A ideia de desenvolver uma pesquisa em torno destas, no território do Alentejo, prende-se, por um lado, com a crescente visibilidade social e mediática de que o tema tem sido alvo - muito influenciada por um discurso de pendor turístico, referindo-se às mesmas enquanto potenciais produtos turísticos em crescente expansão - e, por outro lado, com a possibilidade de dar continuidade a uma investigação num terreno em que já se detinha algum conhecimento empírico, aliado a um esforço permanente de acompanhamento e actualização teórica sobre esta problemática.

Mas foi, sem dúvida, a evidência empírica do tema que suscitou e impulsionou a curiosidade científica por desenvolver uma pesquisa, de pendor marcadamente sociológico, sobre o lugar, o(s) significado(s), a(s) leitura(s) e a(s) utilização(ões) desse epíteto – “*históricas*” – associado a aglomerados populacionais de pequena dimensão, como são as aldeias. Reconhece-se, adicionalmente, alguma sensibilidade ao tema, até mesmo por sermos originários de um aglomerado de pequena escala, embora situado numa região que não a do Alentejo – mais precisamente a Beira Interior – onde, coincidência ou não, a partir daí e sobretudo aí, ganhou maior visibilidade social, política e mediática, a expressão “aldeia histórica”, decorrente do programa “Aldeias Históricas de Portugal”, promovido pela Comissão de Coordenação da Região Centro e integrado no PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional), com início na segunda metade da década de

90². Constituía objectivo central desse projecto, encarado como experiência-piloto, contribuir para a revitalização económica de centros rurais, mediante a execução de um plano global de intervenção, onde se projectavam cenários de atracção e fixação de populações, melhoria das respectivas condições de vida (habitação, equipamentos colectivos, unidades económicas) e a possibilidade de potenciar actividades tradicionais complementares à agricultura. De entre as acções preconizadas, cabiam as que remetiam para a reconstrução de edifícios, infra-estruturas, requalificação dos espaços e monumentos em termos urbanísticos, melhoria das acessibilidades, dinamização cultural, tudo isto com o propósito genérico de viabilizar novas funções, designadamente turísticas, para sectores ligados às micro-empresas a operar nas áreas do comércio, restauração, hotelaria e artesanato.

De todos os objectivos e acções entretanto implementadas, se por um lado são inquestionáveis os ganhos atingidos em matéria de reconversão e requalificação daqueles espaços no que concerne à melhoria da sua imagem e condições de habitabilidade – o que contribuiu aliás para a imagem de marca e reconhecimento político que o projecto mereceu – já a dimensão económica e sócio-cultural, tem merecido, por parte de actores locais e analistas atentos a estes processos, as maiores críticas, tantas são as lacunas, as expectativas criadas e as actividades iniciadas mas entretanto falidas. Uma análise de conteúdo atenta e actual à imprensa local onde se situam as dez aldeias e vilas históricas permite encontrar um denominador comum convergente para a ideia de que aqueles espaços “são locais de passeios fugazes e sem grandes perspectivas de fixar pessoas” ou ainda “a aldeia [no caso: Sortelha] ressent-se da falta de iniciativas e de alternativas às visitas de interesse histórico e patrimonial. Quem visita a aldeia pela primeira vez fica com a sensação de que ali não mora ninguém. A maioria das casas estão encerradas e nem mesmo o Posto de Turismo e as casas de artesanato estão abertas para receber os forasteiros. (...) nem mesmo o sector hoteleiro consegue estabelecer-se nas aldeias”³. A *Carta de Lazer das Aldeias Históricas*⁴ constitui, talvez, uma excepção neste panorama, já que, através de um conjunto de oito edições, reúne um leque diversificado e aprofundado de várias formas e programas de animação para fruição daqueles espaços, numa óptica de turismo alternativo, assente em novos motivos de interesse associados ao campo, ao ambiente, ao património, como contraponto ao turismo massificado do sol e da praia.

Enveredando por um registo diferente do anterior, de pendor mais problematizador e de cariz teórico, e recuperando a expressão “Aldeias Históricas”, a par de outras similares, verifica-se que, tanto umas como outras, transparecem uma profusão de conceitos e adjectivos que nos últimos anos se têm associado às aldeias. “*Aldeias de Montanha*”, “*Aldeias de Xisto*”, “*Aldeias de Água*”, “*Aldeias de*

² - Ver CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro, (1999), *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, (ed. original de 1998). As localidades englobadas no projecto foram (e são): Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha.

³ - in *Jornal Terras da Beira*, Fevereiro de 2002.

⁴ - Publicação que materializa a parceria com o INATEL e em íntima associação com os objectivos do Programa criado pela CCRC.

Tradição”, “*Aldeias de Mina*”, “*Aldeias do Castelo*”, “*Aldeias Históricas do Guadiana*”, “*Aldeias do Algarve*” “*Aldeias da Saudade*”, “*Aldeias Digitais*”, “*Aldeias de Teletrabalho*”, *Aldeias Turísticas*”, são só alguns dos adjectivos que recenseámos por entre literatura científica, designações técnicas, trabalhos e artigos da imprensa em particular e dos media em geral⁵. Tal abundância de designações, tendo como denominador comum um certo tipo de espaço, um território envolvente, um modo de vida particular, uma economia base assente ainda na agricultura e uma identidade sócio-cultural específica, de matriz tradicional e rural, impõe-nos a seguinte interrogação, ponto de partida para um exercício de investigação sociológica: De que aldeias estamos a falar? Corresponderão a esses aglomerados populacionais que a revolução industrial votou à desertificação lenta e agunizante, responsável pela crescente dependência económica face à cidade e ao meio de vida urbano? Ou/e estamos perante um novo tipo de aldeias – “o regresso das aldeias !?...” - criadas ou recriadas para um novo conceito de habitante, com proveniência nas classes médias (urbanas), no contexto de uma “nova ruralidade”, ou se quisermos, de um fenómeno social denominado “neo-ruralidade”⁶?

As respostas a estas interrogações não se afiguram simples e imediatas, nem devem ser baseadas em interpretações empiricistas. É necessário proceder a reflexões teóricas, cruzar teses elaboradas nos mais variados quadrantes disciplinares e científicos, comparar e observar o que empiricamente vai sucedendo nos espaços rurais, associar essas observações às dinâmicas locais mas também às dinâmicas exteriores, transversais e com origem, muitas vezes, nos territórios urbanos; enfim, é sempre necessário ir recolocando problemas, criticando projectos e experiências mal conduzidas e sucedidas, conhecendo e divulgando as boas práticas, ampliando os seus efeitos e resultados, por forma a tornarem-se exemplos multiplicadores de experiências, a serem levadas em linha de conta noutras aldeias e territórios rurais.

No caso do objecto aqui em estudo – o *Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* – assumimos desde o início da pesquisa o cuidado de associar as etapas e as dinâmicas de mudança inerentes a este projecto - na actualidade em fase de reestruturação e denominação⁷ - a uma permanente reflexão teórica, acompanhada de uma discussão de cenários com os protagonistas do processo em causa e com interlocutores privilegiados, posicionados de forma externa e por isso distanciada do mesmo processo, a par de uma permanente incursão no terreno, de uma recolha de testemunhos e elementos de natureza diversa, metodologicamente sistematizados e complementados com a observação directa. Tudo isto com uma preocupação central, móbil subjacente deste trabalho: analisar e avaliar - através da criação e implementação de um dispositivo de avaliação «ex-ante» do programa acima enunciado - um conjunto de parâmetros (dimensões de intervenção, meios e recursos envolvidos, actores sociais locais (protagonistas e parceiros em

⁵ - Ver artigo de imprensa nos anexos deste trabalho.

⁶ - Cf. Álvaro Cidrais e Raúl Marques, in Câmara Municipal de Fronteira, *Plano de Acção Local de Cabeço de Vide*, 1999.

diversas iniciativas), respectivos graus de envolvimento, levantamento dos beneficiários e destinatários do programa, efeitos esperados e impactos previstos do mesmo, prazos de realização das acções propostas e recenseamento do tipo e da diversidade do património rural envolvido nos processos de desenvolvimento a apoiar no âmbito do mesmo programa.

Neste contexto, parece-nos pertinente e legítimo interrogar-nos acerca de uma eventual situação de «mimetismo» e de «banalização» do termo “aldeias históricas”, e de outras designações similares que atrás avançámos (“aldeias de água”, “aldeias do castelo”, etc,...). «Mimetismo» porque se assiste cada vez mais a um processo de contágio e de repetição de projectos por todo o país, na tentativa de criar produtos turísticos capazes de conferir um conjunto de mais-valias traduzidas em investimentos para a economia local: «banalização» porque parece evidente a circunstância decorrente de uma perda de especificidade da essência do projecto levado a cabo na região centro do país, fruto da multiplicação de sufixos e adjectivos que, a par da procura de afirmação de novos produtos nos mercados turísticos, mais consentâneos com as dinâmicas de moda de preservação e revitalização do património, podem, no entanto, contribuir para o acentuar dos cenários de utopia que referenciámos no início desta introdução.

Por detrás desta hipótese orientadora da pesquisa – o melhor e mais correcto será dizer: desta questão de partida – reside a preocupação, traduzida em objecto de estudo e reelaborada em termos de problema sociológico, conceptualmente definido e orientado, a qual – preocupação – está em saber se, e no caso da região do Alentejo, a aposta no património rural (nas suas aldeias históricas) constituirá uma via privilegiada para o ensaio e materialização de projectos inovadores, estruturantes e revitalizadores do mundo rural, tendo como principal beneficiária a população local; ou se, a mesma aposta se resume apenas a mais um programa, caracterizado por boas intenções nos planos político e técnico, mas que, na prática, pretende criar um mundo rural tornado “símbolo de exotismo” e simultaneamente “museu da ruralidade”⁸, mas de uma ruralidade idílica e vocacionada para fruição urbana, processo a que Bourdieu se referiu de forma algo irónica e radical como “resultado duma folclorização que transforma o campesinato numa espécie de museu e converte os últimos camponeses em guardas duma natureza transformada em paisagem para os cidadãos”⁹.

Esta visão dirigida às novas dinâmicas associadas ao mundo rural (ou para ele pretendidas) permite-nos fazer a ponte para um conjunto de abordagens e pistas de reflexão teórica que subjazem e balizam conceptualmente esta investigação. Um dos filões teóricos commumente referenciado e transversal a trabalhos, no campo das ciências sociais, que partilham com este a problemática inerente às múltiplas transformações (sociais, económicas, etc,...) nas áreas rurais, quer na forma de

⁷ - Como adiante se verá.

⁸ - Luís Moreno, “A Serra do Açor e o Piódão: Refúgios de uma ruralidade recriada” in Cavaco, (1999), pp:411.

ensaios teóricos, quer na forma de pesquisas empíricas, corresponde às teses relacionadas com a emergência de uma “sociedade do lazer”¹⁰. De acordo com estas, descobriu-se uma função recreativa e turística associada às mesmas áreas rurais, contribuindo para a afirmação de um conjunto de práticas e hábitos de lazer, materializando assim uma nova acepção do ócio, geralmente protagonizada por grupos sociais específicos, normalmente de proveniência urbana e vulgarmente conhecidos na terminologia das ciências sociais por *classes médias urbanas*.

Outra linha teórica interpretativa das reconfigurações espaciais e sociais de que o mundo rural tem sido palco prende-se com a apologia de uma “sociedade pós-moderna” - na qual vivemos segundo alguns autores – onde a busca de novos ideais e de valores (também eles designados de “pós-modernos”), começa a ser uma realidade por parte, essencialmente, das mesmas classes médias urbanas, que regressam ao espaço rural para procurar um estilo de vida mais calmo, longe do rebuliço tipicamente citadino¹¹. Com efeito, para alguns autores, a explicação inerente a um certo processo de “retorno ao campo” reside na “força mobilizadora de representações urbanas do rural como lugar de conservação de modos de vida tradicionais, agora revalorizados pela regeneração que proporcionam contra uma artificialidade contida nos ritmos de vida citadina”.¹²

Tanto uma como outra interpretação tendem a remeter para uma visão do mundo rural diferente da que, décadas atrás, era dominante. Afonso de Barros descreve essa visão de uma forma directa e acutilante: - “o espaço rural passou de espaço de onde se vem para espaço para onde se vai, de espaço de repulsão para espaço de atracção, de espaço predominantemente agrícola, para espaço predominantemente simbólico.”¹³

Associada a esta visão dos espaços rurais surge a questão do turismo. Este parece ser, aliás, uma dimensão incontornável na definição e implementação de processos de desenvolvimento do mundo rural que passam pela implicação do património rural, logo das aldeias históricas. Não que tenhamos algum problema em aceitar tal relação, mas preferimos no contexto desta pesquisa não assumir, de modo apriorístico, esse elemento – o turismo – como um dado adquirido. Preferimos discuti-lo antes como uma, entre outras possíveis dimensões, atravessadas pelo processo aqui em análise/avaliação. Até porque reconhecemos que a forma aparentemente mais fácil de promover hoje o espaço rural é associar-lhe uma vocação turística, um emblema ou logotipo, fazendo eco, nas suas entrelinhas, a enquadramentos ambientais únicos para lazer urbano. Cremos que o turismo, não sendo panaceia para todos os problemas do mundo rural, nem a única forma de conferir utilidade aos processos de

⁹ - in Reis e Lima, 1998, pp:344-345.

¹⁰ - Cf. Carlos Ferreira, “Reencontros com o Mundo Rural: dos lares turísticos à fixação de novos e velhos residentes” in Cavaco, (1999), pp: 316.

¹¹ - Ver por exemplo Manuela Reis e Aida Valadas de Lima, 1998.

¹² - Idem, pp:344.

¹³ - Graça Joaquim, “Turismo e Mundo Rural: que sustentabilidade?” in Cavaco, 1999, pp: 311.

revitalização do património (rural), constitui, todavia, uma hipótese a não ignorar, mas não a única, como se de uma tábua da salvação ou um milagre se tratasse e que tudo permite solucionar, nem que seja à custa da criação ou artificialização de uma especialização económica, vulnerável e dependente de dinâmicas exógenas. Para além dele – o turismo – outras vertentes necessárias à criação de condições de sustentabilidade poderão e deverão ser equacionadas.

Convergente com a tomada de posição atrás assumida e revelando uma forte consciência pela importância que o mundo rural representa hoje nas sociedades contemporâneas, na Declaração de Cork¹⁴, sublinha-se a necessidade dos Estados membros da União Europeia acreditarem nas potencialidades e capacidades de integração do espaço rural na economia global, onde o cidadão – entenda-se as próprias comunidades rurais – podem e devem ser envolvidos, desde os processos de planeamento até à implementação das acções delineadas no âmbito dos programas de desenvolvimento. Num dos pontos que enformam esta declaração, destacamos o 3º princípio – *Diversificação* – por ser aquele que, em nosso entender, chama a atenção para os riscos de especializações económicas nas áreas rurais, onde se inclui as apostas “cegas” no filão *turismo*: “*O apoio à diversificação das actividades económico-sociais deve centrar-se na criação de um quadro para o auto-financiamento das iniciativas privadas e colectivas ao nível do investimento, assistência técnica, serviços empresariais, infra-estruturas adequadas, educação, formação, integração dos progressos alcançados no campo das tecnologias da informação, reforço do papel das pequenas cidades enquanto partes integrantes das zonas rurais e factores-chave do desenvolvimento, promoção do desenvolvimento de comunidades rurais viáveis e renovação de aldeias.*” É esta diversidade de frentes de intervenção que defendemos e nos reconhecemos ao termos desencadeado e materializado a investigação que aqui se apresenta.

Depois deste breve enquadramento problematizador, necessariamente genérico no contexto de uma introdução, segue-se um registo sintético e encadeado de indicações sobre o processo de pesquisa na globalidade: perpassando as articulações teóricas e os debates científicos que lhe estão subjacentes, uma explicitação sobre a metodologia de suporte ao desenvolvimento da pesquisa e, por último, uma referência à estrutura do presente texto. Muito embora num primeiro olhar dirigido ao índice que precede esta exposição se possa ficar com a ideia de que a mesma se estrutura em três partes estanques e compartimentadas, tal não se verifica, uma vez que, no desenvolvimento do trabalho, tivemos a preocupação de articular momentos de reflexão teórica com análise de observáveis empíricos. Porém, não se conseguiu evitar uma maior incidência de questionamento e

¹⁴ - Ver por exemplo António Covas, *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*, 1997, que inclui a reprodução dos dez pontos que consubstanciam a referida Declaração.

problematização teórica na primeira parte e uma prevalência da descrição e análise de informação empírica nas segunda e terceira partes, embora, sempre enquadrada teórica e conceptualmente¹⁵.

A investigação *Património rural e desenvolvimento. Do discurso institucional às dinâmicas locais. O Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* equivale à interrogação “Aldeias Históricas”: património rural para o desenvolvimento? O ponto de partida conceptual remete portanto para a discussão desta relação e das formas que a mesma pode assumir no plano do desenvolvimento local em espaço rural. O quadro teórico e o modelo de análise que trabalhamos e afinamos, mediante leituras e reflexões de permeio, atravessam vários conceitos e dimensões de análise. Porém, o nó central da pesquisa gira, conceptualmente, em torno do conceito de *património rural*. Não o vamos discutir já, à priori, pois tal não fazia sentido. Ele surgirá mais à frente, enquadrado numa rede de relações conceptuais, teoricamente fundamentadas e decorrentes de um feixe de problemáticas articuladas entre si, tendo como suporte empírico um processo de análise e de avaliação (“ex-ante”) do já referido programa de desenvolvimento, em território do Alentejo. Estas temáticas, de pendor marcadamente teórico e problematizador, consubstanciam a primeira de três partes em que se encontra estruturado este texto.

Ainda na primeira parte e de acordo com a definição de quatro patamares analíticos, começa-se por fazer referência à emergência de uma «nova ruralidade», ou se quisermos, de uma ruralidade transformada, entendida esta enquanto pano de fundo de um conjunto de transformações - sociais, económicas, culturais, simbólicas,... – que têm vindo a ocorrer no mundo rural contemporâneo e relativamente às quais já avançámos alguns elementos. Depois, num segundo e terceiro patamares analíticos, apresenta-se e discute-se dois níveis de articulação conceptual de importância central nesta pesquisa e, ao mesmo tempo, balizadores do enquadramento teórico e problemático que se encontra subjacente à investigação: falamos, por um lado, da relação tripartida entre património rural, reabilitação urbana e desenvolvimento; e por outro lado, a relação, também tripartida, entre o mesmo património rural, o desenvolvimento rural e o turismo cultural/rural; por fim, num último e quarto nível de análise, discute-se o lugar e a importância do planeamento municipal e regional em processos de mudança em ordem ao desenvolvimento local e rural, não deixando de o articular também com o protagonismo que o Poder Local – nomeadamente as autarquias – assumem (ou devem assumir) nos projectos e programas de desenvolvimento que envolvam recursos patrimoniais, tendo em vista o desenvolvimento das suas regiões e a respectiva valorização turística. Terminamos com uma alusão à importância dos actores locais, na discussão e viabilização dos processos de desenvolvimento local, mobilizando as suas estratégias, jogando no terreno das relações institucionais os seus interesses e assumindo posicionamentos diferentes no decurso dos mesmos processos.

¹⁵ - De acordo com a função de comando da teoria. A este propósito, ver Almeida e Pinto (1976).

A segunda parte dedicamo-la à criação, discussão e implementação de um exercício de análise e avaliação dirigido ao Programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*. Começamos por discorrer sobre a pertinência dos processos de avaliação de programas de desenvolvimento. Apresentamos em seguida o modelo por nós idealizado com base em experiências de avaliação anteriores e dirigidas a processos similares, para posteriormente finalizarmos com o desenvolvimento, em pormenor e com alguma profundidade analítica, dos conteúdos inscritos nos planos de acção local, elaborados por equipas técnicas interdisciplinares e propostos às respectivas autarquias que os encomendaram e depois submeteram a aprovação junto da entidade promotora do referido programa – no caso, a Comissão de Coordenação da Região Alentejo. Assim, numa primeira fase do processo de avaliação é dada particular importância a uma análise extensiva e quantitativa, analisando e comparando uma série de elementos empíricos, em função de princípios orientadores e de tipologias criadas propositadamente para permitir a sistematização da informação empírica entretanto recolhida. Esta tarefa de levantamento e consequente arrumação de dados reunidos nos planos de acção local implicou a criação de um leque diversificado de instrumentos de avaliação, o mesmo é dizer de mapas de registo¹⁶, que se revelaram essenciais para dar conta da diversidade de características, de diagnósticos, de propostas e de outros elementos considerados relevantes para o processo de avaliação e compreensão do programa de desenvolvimento em causa. Numa segunda fase do processo de avaliação, entra-se no conteúdo que materializa a terceira parte desta investigação.

Na terceira parte do estudo procede-se a uma circunscrição do objecto de estudo, enveredando pela inclusão de um outro ângulo de análise/avaliação, na continuidade do processo de avaliação acima descrito. De uma perspectiva analítica e avaliativa de incidência *macro*, dirigida a todos os planos de acção local submetidos ao programa de desenvolvimento, parte-se para uma perspectiva de incidência *micro*, mais aprofundada e centrada em três localidades específicas, na forma de estudos de casos. O objectivo central consiste em aferir e comparar as apreciações e as avaliações dirigidas ao processo de implementação dos respectivos planos de acção local, a partir das opiniões e posicionamentos assumidos por alguns dos actores intervenientes nos processos, a saber: a(s) entidade(s) promotora(s) do(s) programa(s): CCRA e IPPAR; as autarquias locais; as equipas técnicas autoras dos planos de acção; e alguns representantes/líderes da sociedade civil. Com esta terceira e última parte da pesquisa materializa-se o sentido inerente a um dos subtítulos da mesma – “Do discurso institucional às dinâmicas locais” – tentando perceber até onde vai o grau de dependência das autarquias, e de outros actores com inserção local, face às entidades promotoras de programas de desenvolvimento como aquele que aqui acompanhamos. No fundo, trata-se de saber que usos e que destinos têm vindo a ser dados aos planos de acção local, independentemente do curso

¹⁶ - Ver anexos.

que o referido programa conheceu no plano institucional, de acordo com novas diretrizes políticas e técnicas.

Um último registo, desta feita à metodologia de base que se encontra subjacente à pesquisa. Ela desdobra-se entre a investigação-acção e o exercício de uma avaliação “ex-ante”, combinando metodologias e métodos de recolha de dados, de natureza quantitativa e qualitativa, dando assim forma a uma estratégia de pluralismo metodológico que adiante, no espaço próprio para o efeito, se explanará.

Por fim, como não podia deixar de ser, embora correndo o risco de falta de originalidade para introduzir o assunto que se segue, e incorrendo na tendência de reprodução do procedimento típico e da praxe inerente a estes estudos – a fase dos agradecimentos - consideramos ser de elementar justiça e eticamente imprescindível incluir um sinal múltiplo de agradecimento a várias pessoas e entidades, as quais conjuntamente comigo, deram forma e “peso”, directa e indirectamente, a este trabalho. Isto porque a sua realização conheceu momentos altos e baixos, várias fases de maior e menor entusiasmo e intensidade de tarefas, intercaladas com etapas de maior e menor investimento, ora em reflexão teórica, ora em pesquisa empírica, por vezes propositadamente com objectivos de análise crítica e distanciada, outras vezes forçadamente por imperativos de diversa natureza.

Devo, assim, começar por referir que, decorrendo de múltiplas circunstâncias - pessoais (concretizar um propósito de cariz particular já com algum tempo), académicas (contribuir com conhecimento actualizado para a problemática em causa), profissionais (concluir um outro grau académico) e institucionais (fornecer informação de carácter científico pertinente para entidades externas ao campo científico mas envolvidas no processo em estudo) - um trabalho como este, que encerra um curso de mestrado em Cidade, Território e Requalificação, nunca seria possível concretizá-lo sozinho. Muito embora, claro está, a responsabilidade em toda a linha, incluindo eventuais falhas e lacunas¹⁷, seja exclusivamente minha, já não o é o eventual reconhecimento por algum valor acrescentado, nos planos teórico, metodológico e empírico, que o mesmo possa representar, o qual deve ser entendido numa aceção partilhada.

Assim, cabe-me prestar um agradecimento especial, no plano institucional, nomeadamente à Comissão de Coordenação da Região Alentejo, em particular ao Dr. Bento Rosado, gestor do programa de desenvolvimento em estudo, pela amabilidade e disponibilidade demonstrada na concessão de uma entrevista e também à Dr^a Lucina Carrasqueira pela paciência e disponibilidade com que me recebeu e forneceu todos os planos de acção local para consulta; à delegação do Instituto Português do Património Arquitectónico de Évora, muito especialmente às Dr^{as} Ana Cristina Pais e

¹⁷ - Situação e característica inerentes, de resto, a qualquer processo de pesquisa científica.

Margarida Donas Boto pela entrevista concedida; aos vários responsáveis autárquicos (presidentes de câmara e técnicos superiores dos municípios de Cabeço de Vide, Nisa e Viana do Alentejo) pelas indicações fornecidas sobre os respectivos processos de desenvolvimento relacionados com o programa aqui em estudo; aos elementos das equipas técnicas responsáveis pela elaboração dos planos de acção local, em especial à Arquit^a Helena Miredores, pelo seu olhar clínico e perspicácia próprias de quem trabalha no âmbito destes processos há algum tempo; à RUMO (Associação de Desenvolvimento Local), muito particularmente ao Sr. Nelson Lino pelo entusiasmo demonstrado numa simpática conversa informal sobre as mudanças projectadas para a localidade de Amieira do Tejo; ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e ao seu Departamento de Sociologia pelo enquadramento institucional deste estudo; e, finalmente, à Escola Superior de Educação de Portalegre pelo apoio logístico e financeiro prestado no decurso desta investigação.

No plano pessoal, o primeiro agradecimento vai para o António Firmino da Costa, professor e amigo há já alguns anos e que, por entre afazeres múltiplos, acedeu orientar este trabalho, demonstrando, mais uma vez, uma inextinguível paciência e disponibilidade, além de uma muito particular e *sui generis* forma de ensinar sociologia e de partilhar saberes e práticas de investigação, com indicações sempre preciosas e fundamentais para a estruturação desta pesquisa. À minha família, na generalidade, pelo apoio e curiosidade demonstrada em relação a este trabalho. Aos amigos, colegas de sociologia e de profissão, também pela curiosidade e pelo encorajamento manifestado. E, por fim, à Célia, minha esposa, por tudo: pela sua companhia nas deslocações às localidades onde decorreu a pesquisa de terreno; pelo cumprimento de tarefas e responsabilidades nos domínios doméstico e familiar, habitualmente partilhadas ou incumbidas a mim; pelo permanente incentivo e frequentes palavras de optimismo. Em parte, este trabalho também lhe pertence.

Fechamos esta introdução citando Norbert Elias: - “(...) só podemos esperar obter conhecimentos sociológicos que sejam suficientemente objectivos para serem úteis na resolução dos agudos problemas sociais, se, na colocação e resolução dos problemas sociológicos, deixarmos de dar a primazia a ideias preconcebidas sobre aquilo que deve ser a solução desses problemas de acordo com os próprios desejos, em detrimento da investigação daquilo que é.”¹⁸ Foi, em respeito por este pressuposto, o que procurámos fazer na realização deste trabalho.

NOTA: Este estudo é composto por dois volumes: O primeiro constitui o volume principal que materializa a investigação. O segundo (Anexos) funciona como complemento e suporte de leitura ao primeiro, reunindo informação empírica diversa, coligida, agregada e sistematizada a partir de todos os planos de acção local analisados e candidatos ao programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*.

¹⁸ - Norbert Elias, 1989, pp:23.

PARTE I

PARTE I OBJECTO DE ESTUDO, METODOLOGIA E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 – Ponto de partida para a construção sociológica de um objecto de estudo

1.1 – O Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo

“O património é um recurso escasso, valioso, frágil e não renovável.”

VINUESA, Miguel Ángel Troitiño, “Turismo y desarrollo en ciudades históricas” in AA.VV., *Efeitos Sociais do Património à Escala Local*, Seminário, 27-28 Abril, Mértola, 2001, pp:10.

Usar o património, entendido de forma multidimensional, nos planos arquitectónico, ambiental e sociocultural, tanto em contextos urbanos como em meios rurais, para activar mecanismos e processos de requalificação de espaços e territórios, em ordem ao desenvolvimento regional/local, tem constituído nos últimos anos uma prática de planeamento e intervenção já com alguma visibilidade no país.

Com efeito, a valorização de aglomerados de importância patrimonial e interesse histórico e cultural poderá ser uma forma de inverter ou estancar tendências negativas que, há várias décadas, se vêm desenhando nas regiões rurais do interior do país, nomeadamente na sua faixa raiana. O “esvaziamento” demográfico, o envelhecimento da população residente, a fragilidade da base económica local, bem como a dificuldade de, localmente, surgirem iniciativas mobilizadoras, têm constituído os principais bloqueios ao desenvolvimento de largas faixas do território rural português.

Neste sentido e tendo presente esta realidade, o valor do património construído, a riqueza da respectiva envolvência cultural, decorrente do vasto passado histórico, aliados à diversidade de paisagens naturais, podem constituir vectores determinantes para o relançamento das frágeis economias locais, passíveis de promoção turística (mas não só) a nível nacional e internacional. A recuperação e a preservação daqueles importantes recursos numa perspectiva de valorização turística deverá ser, no entanto, complementada com iniciativas ligadas à satisfação de necessidades básicas das populações residentes, no sentido de um reforço da respectiva coesão económica e social. Quer dizer que, aos objectivos de recuperar, valorizar e integrar aquele património numa rede consistente e atractiva para potenciais visitantes, deve aliar-se a necessidade de contribuir também para a dignificação das actividades tradicionais, para o respeito da matriz cultural das populações autóctones e para a urgência da resolução de alguns aspectos ligados à qualidade de vida local.

Tendo em conta estas preocupações e já alguma experiência neste domínio, em termos de intervenção no território rural português¹⁹, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento dos seus recursos patrimoniais – sítios arqueológicos, centros históricos urbanos, paisagens naturais,... – numa perspectiva simultânea de promoção turística em circuitos nacionais e internacionais e de revitalização das economias locais, com consequentes benefícios para as respectivas populações, começa-se a ponderar e a enquadrar institucionalmente, cada vez com mais visibilidade, esforços e meios (técnicos, financeiros, humanos, organizacionais, ...) tendentes à inscrição destas temáticas nos programas de desenvolvimento regional, coordenados e promovidos por exemplo pelas Comissões de Coordenação Regional e por outros actores sociais com intervenção neste campo. É sobre uma dessas experiências, actualmente em fase de arranque, que se irá centrar o objecto de investigação deste projecto, com localização territorial no Alentejo.

O projecto que aqui se desenvolve - *Património Rural e Desenvolvimento. Do discurso institucional às dinâmicas locais. O Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* - constitui um estudo e um exercício de avaliação em torno de um triângulo analítico e conceptual – património, turismo e desenvolvimento – que, embora já relativamente discutido academicamente (e não só), tem o propósito de questionar o lugar, a pertinência e o possível impacte de um programa institucional público de desenvolvimento regional – Programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, promovido pela Comissão de Coordenação da Região Alentejo (CCRA) – num território marcado essencialmente por uma ruralidade em relativa transformação, como é o Alentejo, particularmente o Alentejo interior e raiano. Com efeito, existem na região Alentejo várias aldeias e vilas que, pela sua história, cultura e património rural (natural e cultural), se podem constituir como factores impulsionadores do desenvolvimento regional e local, nomeadamente no que concerne às possibilidades que oferecem, entre outras, para a dinamização por exemplo do turismo regional.

É então partindo deste pressuposto que surge o programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, promovido pela CCRA e actualmente em curso, constituindo um ensaio de integração do património histórico e cultural construído no processo de desenvolvimento global da região, através da sua inscrição no III Quadro Comunitário de Apoio. Os objectivos específicos decorrentes deste projecto podem ser sintetizados em: recuperação e revitalização de aldeias e vilas de reconhecido e importante património arquitectónico e cultural; integração de aldeias e vilas históricas na oferta e na organização do turismo da região; contribuição para a preservação e aproveitamento turístico do património histórico-cultural da região.

¹⁹ - Comissão de Coordenação da Região Centro, (1999), *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, (ed. original: 1998)

Na sequência de vários levantamentos e de outros estudos de carácter técnico, desenvolvidos pela CCRA, para a consolidação de uma lista de aldeias e vilas históricas do Alentejo, tendo em vista a sua integração numa acção global de apoio ao turismo, património e cultura, foram definidos alguns critérios de selecção, os quais se transcrevem a seguir: “vilas e aldeias com menos de 3000 habitantes; existência de muralhas exteriores ou estrutura fortificada; sem muralhas exteriores mas com peças patrimoniais classificadas e com coerência urbana, capaz de suportar acções complementares de desenvolvimento turístico e sustentarem um plano de acção entretanto desenvolvido no âmbito deste projecto.”²⁰

De acordo com estes critérios procedeu-se a uma selecção de aldeias e vilas da região, as quais foram posteriormente convidadas a apresentar uma candidatura para a elaboração dos respectivos planos de acção local, tendo em vista a possibilidade de aprovação pela CCRA e a sua consequente implementação. A lista que a seguir se apresenta inclui também um conjunto de vilas romanas e sítios arqueológicos, que deverão constituir uma base de intervenção da responsabilidade do IPPAR em articulação com os respectivos municípios²¹.

DISTRITO	CONCELHO	ALDEIAS E VILAS HISTÓRICAS
Portalegre	Portalegre Alter do Chão Nisa Castelo de Vide Crato Marvão Campo Maior Fronteira Avis Gavião	Alegrete Alter Pedroso Amieira do Tejo Castelo de Vide Flor da Rosa Marvão Ouguela Cabeço de Vide Avis Belver
Évora	Estremoz Alandroal Alandroal Reguengos de Monsaraz Viana do Alentejo	Évoramonte Juromenha Terena Monsaraz Alcáçovas
Beja	Mértola Cuba Moura Alvito Barrancos	Mértola Vila Alva/Vila Ruiva (*) Stº Aleixo da Restauração Alvito Barrancos/Noudar
DISTRITO	CONCELHO	VILAS ROMANAS E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
Portalegre	Marvão Campo Maior Monforte	Ammaia São Salvador Torre da Palma
Évora	Estremoz Montemor-o-Novo	Stª Vitória do Ameixial Escoural
Beja	Ourique Beja Vidigueira Almodôvar	Castro da Cola Pisões S. Cucufate Mesa dos Castelinhos
Setúbal	Santiago do Cacém Alcácer do Sal	Mirobriga Monte da Tumba

Fig. 1 – Aldeias, Sítios e Vilas Históricas candidatas ao Programa.

(*) – Não apresentou Plano de Acção Local a tempo de integrar as fases subsequentes do Programa.

e artigo de imprensa (anexos).

²⁰ - in Comissão de Coordenação da Região Alentejo, (1999), Projecto de Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo, documento de trabalho.

²¹ - Ver figura 1 - Aldeias e Vilas Históricas do Alentejo candidatas ao Programa.

Tendo em conta a grande cobertura territorial que o programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas contempla, o nosso objecto de estudo circunscreve-se apenas ao universo das aldeias e vilas históricas (excluindo portanto as vilas romanas e os sítios arqueológicos), e numa fase posterior da pesquisa a alguns casos específicos, seleccionados segundo critérios que adiante se explicitarão.

Pretende-se assim conjugar duas frentes analíticas: uma incidindo sobre o programa em si, desenvolvendo um estudo comparativo, dirigido aos respectivos Planos de Acção Local das vilas e aldeias históricas seleccionadas no âmbito do Programa, construindo uma tipologia para os diferenciar quanto ao tipo de acções e projectos contemplados, em função das preocupações expressas, dos eixos de intervenção seleccionados, dos objectivos gerais e específicos a atingir, dos graus de maior ou menor eficácia esperados com a concretização das acções programadas, entre outros indicadores; outra frente analítica, desta feita dirigida para os casos específicos seleccionados, onde se fará um estudo mais aprofundado e uma análise crítica mais fecunda, procurando detectar aí as dinâmicas e os eventuais obstáculos à implementação de algumas (ou todas) as acções previstas nos respectivos planos de acção, com recurso a metodologias complementares²².

1.2 – Hipóteses em estudo e Objectivos da pesquisa

Delimitado o objecto de estudo, quer as linhas de investigação quer os objectivos a atingir com a pesquisa, pressupõem tanto uma questão de partida nuclear como três hipóteses de trabalho que constituem o fio condutor de toda a investigação, hipóteses essas que se traduzem, afinal, nas questões de fundo que pretendemos investigar, compreender e analisar relativamente ao Programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*.

A questão de partida - já se pressupõe - decorre da temática do património, designadamente do património rural, e está em saber se a ligação directa entre este património rural (materializado globalmente nas aldeias e vilas históricas do Alentejo), o turismo cultural/rural e o desenvolvimento local, - tríade conceptual que o Programa da CCRA acima referido preconiza – constitui uma oportunidade efectiva para, à luz dos princípios que animam hoje as políticas de desenvolvimento local e rural, melhorar a qualidade de vida e a vivência comunitária (contrariando assim dinâmicas de esvaziamento demográfico), para a criação de emprego na região e para a introdução de equipamentos socioculturais necessários e suficientes ao exercício pleno dos direitos de cidadania; ou, pelo contrário, se o mesmo programa se restringe, na prática, a uma operação reducionista e caracterizada apenas por uma estratégia virada para o exterior, com objectivos exclusivos de

²² - Por exemplo entrevistas a responsáveis políticos e às equipas técnicas envolvidas, entre outros actores sociais relevantes nos processos em estudo. Como suporte a esta estratégia de pesquisa propomo-nos levar a cabo um processo de investigação e avaliação, ao qual nos reportamos mais à frente de forma pormenorizada.

promoção turística, mediante campanhas de promoção centradas na qualidade do acolhimento e numa imagem estética e nostálgica de invocação das raízes culturais e patrimoniais de carácter rural da região?²³

Desta questão de fundo decorrem então três hipóteses de estudo, cuja confirmação ou infirmação norteiam o fio condutor desta pesquisa e, darão sentido, afinal, a um dos nossos propósitos centrais: avaliar os objectivos, as estratégias, as acções e os cenários preconizados nos vários planos de acção local e assumidos pelas respectivas equipas técnicas que os elaboraram e pelos responsáveis políticos que os aprovaram.

Neste sentido, uma primeira hipótese de estudo configura-se em torno das possibilidades de eficiência (sobre os meios envolvidos) e de eficácia (sobre os objectivos definidos) inerentes ao programa, desde que a articulação entre os pólos *património rural, turismo e desenvolvimento* se faça de acordo com medidas concretas e objectivamente capazes de proporcionar uma *requalificação*²⁴ das aldeias e vilas históricas envolvidas no programa. Dito de outro modo, a hipótese central deste estudo gira em torno da possibilidade de exequibilidade e sucesso que o programa “*Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*” possa atingir, desde que os objectivos delineados, as estratégias planeadas e os cenários previstos, constituam uma teia articulada entre todas (ou algumas) dimensões de intervenção subjacentes àqueles três pólos e se integrem uma estratégia mais ampla de desenvolvimento para a região. A confirmar-se esta hipótese, demonstra-se que a continuação da aposta no património rural - entendido enquanto âncora e recurso catalisador para o desenvolvimento rural e para a valorização turística de territórios marcadamente rurais e periféricos aos grandes centros urbanos - continua a ser, não só viável, como necessária, numa sociedade que tende a valorizar cada vez mais as raízes da sua especificidade identitária, perante as tendências actuais de uniformização e globalização sentidas essencialmente nas esferas económica e política. Agora, com que grau de profundidade e diversidade de actuações (internas e externas) se concretizará aquela tripla articulação: *património rural, turismo e desenvolvimento*?

Desta articulação, em forma de interrogação, decorre, por assim dizer, a segunda hipótese de estudo que se apresenta de modo intimamente relacionado com o nó central desta investigação: a realização de uma análise e uma avaliação pormenorizadas do programa em questão. Concretamente, esta segunda hipótese de trabalho circunscreve-se à possibilidade que um esforço analítico, em jeito de avaliação, a levar a cabo neste momento, ou seja, antes do programa ser implementado, analisando e

²³ - Pensamos que este objectivo é já por si pertinente e necessário. Aquilo que se pretende saber e avaliar é se o programa em questão não poderá contribuir para a concretização de uma dinâmica mais abrangente e com efeitos directos para as populações autóctones, imprimindo uma mudança que possa ir mais longe, isto é: que possa ir para além de uma eventual operação de «cosmética territorial», virada exclusivamente para o exterior e para os turistas.

²⁴ - Escusamo-nos neste momento a precisar os contornos teóricos associados a este conceito. Preferimos fazê-lo mais adiante, aquando da apresentação do quadro teórico-conceptual subjacente a esta pesquisa.

comparando os vários planos de acção envolvidos e apresentados pelas autarquias participantes possa fornecer um contributo pertinente para a condução do programa, de acordo com os objectivos pretendidos para a região em matéria de património rural e respectiva valorização turística em ordem ao desenvolvimento local, já que se pretende conhecer a pertinência das intervenções, bem como a coerência interna entre objectivos gerais, objectivos específicos, estratégias de actuação, acções e meios planeados, para além da identificação e caracterização de cenários previstos e efeitos esperados (e não esperados), entre outros aspectos.

Por fim, uma terceira hipótese - analisada e discutida essencialmente na terceira parte desta pesquisa - envia-nos para a possibilidade de, face à eventualidade do referido programa de revitalização não ser implementado, de acordo com o calendário, o formato e a dimensão previstas, as próprias autarquias e outras entidades candidatas ao mesmo conseguirem despoletar um conjunto de dinâmicas e práticas locais na sequência dos seus planos de acção local, independentemente do programa em si poder ser implementado, em toda a sua extensão. Por outras palavras, trata-se de saber e verificar se, em certos contextos territoriais, as dinâmicas locais de actuação, preconizadas pelos respectivos actores locais, ganham em capacidade de acção no terreno sem que estejam na exclusiva dependência dos calendários e decisões políticas, dos impasses técnicos e de outras eventuais reconfigurações de índole técnico-burocrática, muitas vezes frequentes em programas de desenvolvimento regional, de configuração e responsabilidade institucional ao nível intermédio da Administração Pública²⁵.

No fundo e recorrendo a uma circunscrição territorial no objecto de estudo, mediante o recurso a alguns estudos de casos sobre experiências levadas a cabo em três aldeias e vilas “históricas”, pretende-se conhecer que aproveitamento é (ou foi) feito dos planos de acção local entretanto elaborados, em termos da sua possível utilização para consubstanciar outras candidaturas a outros programas de financiamento e desenvolvimento regional, alguns deles eventualmente de origem comunitária; ou num patamar mais reduzido em termos da sua rentabilização, perceber até que ponto aquelas experiências de planeamento local, serviram para mobilizar os actores locais (públicos e privados) para os respectivos problemas locais; e que experiências/intervenções foram, são ou poderão ser realizados com recurso inclusivamente a meios financeiros incluídos nos orçamentos das próprias autarquias.

Partindo destas hipóteses de estudo, avançam-se alguns dos objectivos a atingir de acordo com um processo de análise/avaliação, cujo modelo foi criado progressivamente durante o decorrer da

²⁵ - Reportamo-nos, no caso que estudamos, à já referida Comissão de Coordenação Regional do Alentejo.

pesquisa, com a consequente afinação de conteúdos, instrumentos e procedimentos até chegar-se a um modelo final, explicitado mais adiante, na segunda parte desta investigação²⁶.

- Ensaiar um estudo comparativo entre os vários objectivos, estratégias e cenários presentes nos diversos planos de acção candidatos ao programa;
- Equacionar o lugar, a concepção e a utilização do património rural no(s) processo(s) de revitalização social e económica,...(expressos nos vários planos de acção local realizados por equipas técnicas pluridisciplinares);
- Analisar de forma crítica as dimensões de intervenção no âmbito da reabilitação urbana contempladas nos vários planos de acção local, dirigidas para a recuperação de núcleos habitacionais urbanos e rurais;
- Elaborar tipologias de acções e projectos a realizar de acordo com o tipo de preocupações patentes nos planos de acção, dimensões de intervenção, objectivos (gerais e específicos), características de cada local, possibilidades de execução das acções programadas,...;
- Identificar que actores sociais estão (ou estarão) mobilizados no planeamento e posteriormente na implementação das acções programadas (terá havido lugar para um planeamento estratégico?);
- Aferir os tipos e os montantes de financiamentos canalizáveis para as vilas e aldeias seleccionadas, no âmbito do programa;
- Indagar que entidades (públicas, privadas e transfronteiriças) e outras parcerias se encontram mencionadas nos vários planos de acção, e das quais se espera um determinado grau de envolvimento na condução e implementação das acções planeadas;
- Conhecer as dinâmicas, os obstáculos e os calendários descritos nos vários planos de acção;
- Inventariar e classificar as potencialidades/recursos e os constrangimentos/condicionantes identificados nos próprios planos de acção;
- Avaliar o índice de eficácia previsto na concretização das acções planeadas e o nível de eficiência na gestão dos meios e recursos disponíveis, descritos nos planos de acção local;
- Conhecer os ritmos, os prazos e os objectivos globais de execução do programa, relativamente aos planos delineados.

Com o decorrer da pesquisa e com a consequente afinação da metodologia de avaliação, outros objectivos, mais específicos e concretos, foram tomando forma e ganharam pertinência analítica, os quais constituíram ainda objecto de uma apreciação e um desenvolvimento mais aprofundado, à medida que o processo de investigação e avaliação foi sendo consolidado na sua estrutura e consequentemente implementado no terreno. Por ora, limitamo-nos apenas a avançar que a investigação/avaliação do programa será desenrolada em torno de três níveis analíticos, desdobrados

²⁶ - Como convém, aliás, de acordo com a metodologia e as indicações teóricas recomendadas em processos de avaliação já desencadeados, por exemplo em torno de programas de desenvolvimento regional e local, evitando-se assim apriorismos empiricistas e respeitando a especificidade deste programa de desenvolvimento, a qual poderia ficar em causa se nos precipitássemos já na delineação dos conteúdos, instrumentos e procedimentos a levar a cabo.

em várias dimensões e indicadores, de forma orientada teórica e metodologicamente, a saber: Nível um – dedicado à descrição e a uma primeira análise da estrutura dos planos de acção local em termos de diagnóstico e proposta; Nível 2 – incidindo numa análise da coerência interna e das complementaridades internas no que diz respeito às realizações previstas (objectivos a atingir, estratégias delineadas, acções propostas, meios e recursos a mobilizar, prazos de execução e efeitos esperados); Nível 3 – dirigido para uma análise e sistematização da coerência e das complementaridades externas, tentando conhecer e medir as articulações territoriais e as proximidades e afastamentos identificados, através de uma análise cruzada e comparativa entre todos os planos de acção local submetidos a aprovação no âmbito do programa.

2 – Perspectiva(s) metodológica(s) adoptada(s)

2.1 – Investigação-acção como metodologia de suporte da pesquisa

Constituindo parte integrante e central da presente pesquisa a implementação de um exercício de acompanhamento, análise e avaliação dirigido a um programa institucional de desenvolvimento local, materializado em diversos planos de acção local, desenvolvidos por equipas pluridisciplinares, enquadradas municipalmente de acordo com as aldeias e vilas históricas seleccionadas, a metodologia da investigação-acção afigura-se como uma das mais indicadas (embora não exclusiva) perante os objectivos da pesquisa que se pretendem levar a cabo. É que, como escreve Luís Capucha: “a avaliação confunde-se, na verdade, com a metodologia da investigação-acção” (1992).

A investigação-acção tem vindo a constituir nos últimos anos, e segundo alguns autores²⁷, uma “inovação metodológica” (A. Joaquim Esteves, 1986, pp:252), não fazendo parte da metodologia habitualmente convocada nas ciências sociais. Apela, por isso mesmo, a uma maior perícia metodológica, a um recurso a técnicas diversificadas (quantitativas e qualitativas), a uma maior “ginástica de perspectiva” (Luís Capucha, 1992, pp:38), já que dá atenção, quer às práticas quotidianas, quer ao enquadramento estrutural dessas mesmas práticas. Alguns autores reconhecem-lhe o estatuto de “nova abordagem metodológica, libertada de regras estritas e normativas, (...) portadora de novas relações entre acção e investigação (...) intervenção em situações reais e a construção de mudança (...) envolve actores com estatutos diversos” (Benavente, et. al., 1990, pp:56).

Três tipos de objectivos se perfilham nesta metodologia: “objectivos de investigação”, através da produção de conhecimentos sobre a realidade em estudo; “objectivos de inovação”, mediante a introdução de transformações numa determinada situação com o propósito de dar solução a problemas; e “objectivos de formação de competências”, com o desenvolvimento de um processo de aprendizagem social, envolvendo todos os participantes (A. Joaquim, Esteves, 1986, pp:271)²⁸.

Este entendimento face à metodologia da investigação-acção remete-nos para as questões do rigor e da ética a ela associadas. A desconfiança e o cepticismo ainda existentes em alguns quadrantes do

²⁷ - A. Joaquim Esteves distingue-a entre “investigação para a acção” e “investigação na/pela acção”. Na primeira, prevalece a circunstância de ser desencadeada por alguém que tem necessidade de informações/conhecimentos de uma situação/problema afim de posteriormente agir sobre ela e dar-lhe solução. Na segunda, também designada por investigação-acção participativa, procura-se que “acção” e “investigação” se associem, no intuito de melhorar o conhecimento e de contribuir para a mudança. Implica a formalização de procedimentos operatórios, atendendo a que a natureza de cada investigação e de cada objecto de estudo muda de pesquisa para pesquisa (1990, 266-269).

²⁸ - William Foote Whyte (1984, pp:190-191) acrescenta a propósito desta metodologia que só a investigação-acção torna possível a aprendizagem dos resultados de investigação pelos próprios actores sociais com quem trabalhamos. Refere que estes aprendem mediante os seus códigos de leitura, os seus termos e linguagens. A investigação-acção, para este autor, possibilita ajudar os actores sociais a aprender sobre o seu contexto imediato de intervenção e a mobilizá-lo para a

meio académico encontram explicação nos equívocos gerados em torno das suas reais potencialidades. Como referem Ana Benavente et al. (1990, pp:59), alguns dos círculos académicos, ao entenderem esta metodologia estritamente como a mistura da “análise dos objectos de estudo científico com a participação interveniente nesses mesmos objectos”, consideram ser este um motivo suficiente para colocar em causa o seu rigor. No caso aqui em estudo, pensamos que embora a investigação-acção tenha as suas limitações, isso não lhe retira, quer o rigor científico, quer a eficácia prática. Procura, pelo contrário, a conciliação entre ambos os objectivos. As limitações têm a ver essencialmente “com a capacidade de apropriação por parte dos diferentes actores em presença das problemáticas da própria investigação-acção em curso” (Idem, pp:58). As possibilidades, entre outras, “estão no facto de todos os actores em presença serem portadores de uma diversidade de recursos que podem ser utilmente mobilizáveis no ensaio de estratégias de mudança e cuja mobilização constitui em si mesma um forte estímulo para a implicação de cada um” (Idem).

No sentido em que a temos vindo a entender, e tendo em conta a presente pesquisa, a investigação-acção propicia-se assim à avaliação processual do programa de desenvolvimento regional que se pretende acompanhar de forma mais directa e permanente, idealizado para as aldeias e vilas históricas do Alentejo, até porque espera-se que possa contribuir positivamente para uma monitorização e uma auto-reflexividade num terreno que permanentemente se transforma nos processos de mudança, como é o do desenvolvimento regional/local.

Mas, em que sentido tomamos a investigação-acção como metodologia de fundo inerente a esta pesquisa? Convocamo-la na medida em que a realização deste projecto proporcionará um conjunto de dados e conhecimentos, cuja utilidade poderá ultrapassar as exigências meramente de foro académico e científico. Isto é, constitui o nosso propósito ter sempre em linha de conta a possibilidade de intervenção/participação por parte nomeadamente dos responsáveis da entidade promotora do programa em estudo: Comissão Coordenação da Região Alentejo²⁹. Em última instância, é igualmente propósito inerente a esta investigação devolver o conjunto de resultados e conclusões a que se chegou aos mesmos responsáveis pela entidade promotora do programa, com um duplo objectivo: em primeiro lugar, contribuir com informação científica e actualizada para um conhecimento mais fecundo acerca dos planos de acção candidatos ao programa; em segundo lugar, fornecer dados pertinentes e objectivos, capazes de auxiliarem os responsáveis (políticos, técnicos, decisores e outros actores locais) na tomada de decisões, na delineação de eventuais outras estratégias mais ajustadas ao evoluir das realidades sociais locais em questão, e, por fim, no

mudança, isto é, fazer aquilo que designa por “ciência social para as pessoas”, usando as suas linguagens tanto quanto possível.

²⁹ - Objectivo que não chegou a ser concretizado, quer no que se previa ao nível da elaboração e afinação dos instrumentos e procedimentos de avaliação, quer no que concerne à co-interpretação dos primeiros dados, quer no que diz respeito à discussão das conclusões alcançadas. A razão fundamental para que tal sucedesse prendeu-se com questões de

conhecimento antecipado dos efeitos - esperados e não esperados - que o programa possa vir a atingir, aquando da sua implementação ou re-estruturação.

Para além da centralidade da investigação-acção na condução desta pesquisa, integrar-se-á também, de forma articulada com ela, outras metodologias de índole quantitativa, com recurso a estatísticas publicadas pelos organismos oficiais, a inquéritos sócio-habitacionais realizados localmente; e qualitativa, nomeadamente com recurso a entrevistas dirigidas a interlocutores privilegiados, a responsáveis directos e indirectos pela concepção dos planos de acção local, bem como outros actores sociais envolvidos nos vários processos. Por fim, também nos socorremos da análise de conteúdo de documentos oficiais, de legislação e de relatórios técnicos, necessários ao enquadramento institucional do programa em avaliação, bem como da observação no terreno para aferir níveis de conhecimento e expectativas por parte da população local relativamente à implementação do programa, nomeadamente nas três localidades seleccionadas, tendo em vista uma análise mais aprofundada da qual se dará conta na terceira parte deste estudo.

Em jeito de síntese, a presente pesquisa assentará então numa estratégia de investigação no terreno caracterizada por um pluralismo metodológico, mediante a conjugação dos resultados alcançados por várias metodologias e técnicas de pesquisa articuladas entre si e empregues de forma ajustada às várias fontes de informação e domínios de intervenção.

2.2 – Um exercício de análise e avaliação dirigido a um Programa de Desenvolvimento Regional

Entende-se por avaliação um processo simultâneo de aprendizagem e cognição, isto é, um mecanismo de aquisição de competências e experiências que se pretendem integrar posteriormente nas dinâmicas de acção – objecto de avaliação - com propósitos de estímulo à reflexão sobre processos e programas de intervenção social ou de desenvolvimento regional, entre outros domínios de aplicação. Na prática, um exercício de avaliação consubstancia-se num processo de identificação e obtenção de informação útil e descritiva acerca da capacidade de exequibilidade de metas/objectivos, de planificações, de capacidades de realização/operacionalização e de cenários de impactos relacionados com determinados processos, tendo como finalidades nucleares servir de “guia” para a tomada de decisões, para a solução de problemas de responsabilidade, para a afinação de procedimentos e estratégias de actuação e, por fim, para a compreensão dos mesmos processos em avaliação. Como escreve Luís Capucha “quando falamos de avaliação (...) falamos de formas deliberadas e racionalizadas de colocação de questões e problemas relativos aos processos de decisão

descoincidência temporal entre os calendários desta pesquisa, por um lado e os calendários oficiais da instituição

e execução de programas, políticas, projectos e investimentos, com recurso a sistemas organizados de reflexão crítica a partir de informações recolhidas no decurso do acompanhamento desses programas, políticas, projectos e investimentos. O objectivo último consiste em permitir que as pessoas e as instituições envolvidas na concepção, planeamento, gestão e execução julguem o seu trabalho e os resultados obtidos e aprendam com eles. Trata-se, na verdade, de trazer «verdade» à resolução de problemas”.³⁰

Duas interrogações iniciais poder-se-ão avançar relativamente ao objectivo de proceder a uma análise pormenorizada - cujos contornos se aproximam muito de um processo de avaliação - do Programa “Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo”: *avaliar para quê ? e avaliar o quê e como?* ³¹

Em certa medida, a resposta à primeira questão encontra-se já subentendida no parágrafo anterior à formulação destas interrogações. Contudo, vale a pena acrescentar que o processo de análise e avaliação que aqui se concretiza surge de forma transversal a toda a investigação, constituindo mesmo o seu nó central, em torno do qual se discutem e avaliam as outras articulações e níveis de abordagem conceptual.

Como resposta à segunda questão, foi nosso objectivo levar a cabo uma análise crítica e um esforço de avaliação dirigido aos vários planos de acção, aquando da sua fase de concepção e planeamento – planos estes que são candidatos a financiamento no âmbito daquele programa - procurando nomeadamente conhecer: a pertinência das intervenções programadas; a coerência interna entre os objectivos gerais e os objectivos específicos descritos em cada plano de acção; as actividades e os meios previstos; as estratégias idealizadas (face aos objectivos a atingir e aos problemas a solucionar); e ainda, a determinação da capacidade de resposta e do grau de mobilização (e interesse) por parte de alguns actores sociais envolvidos nos planos, designadamente quanto ao seu real protagonismo e possibilidade de assumirem uma participação activa e interveniente nas actividades e estratégias de actuação delineadas, entre outros aspectos.³²

Na sequência do atrás exposto, poder-se-á dizer, então, que o objectivo nuclear deste exercício analítico, mas também avaliativo, realizado em simultâneo com o arranque do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, é, afinal, o de conseguir antecipar e ampliar alguns dos efeitos proporcionados pelo mesmo, e com isso, contribuir, eventualmente, para

responsável pelo programa, por outro.

³⁰ - in “Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal”, Sociologia Problemas e Práticas, nº22, 1996, pp:10-11).

³¹ - Para usar a terminologia de João Ferrão em “A avaliação comunitária de programas regionais: aspectos de uma experiência recente”, in Sociologia- Problemas e Práticas, nº22, 1996, pp:29-41.

³² - Muitas das dimensões e indicadores elaborados e operacionalizados durante o processo de análise e avaliação decorreram, obviamente, dos objectivos associados a esta pesquisa, enunciados páginas atrás.

apoiar a formulação e o desenho definitivo das grandes opções a tomar, das prioridades de financiamento a aprovar e das estratégias globais a implementar. Tudo isto através de uma análise rigorosa e objectiva aos vários materiais que compõem os vários planos de acção local candidatos ao programa; mas também recorrendo a um conjunto de entrevistas a alguns responsáveis locais/institucionais, nomeadamente as entidades promotoras do programa, autarcas locais e equipas técnicas que elaboraram os planos de acção, sem dispensar, claro está, permanentes visitas às localidades para observação, no terreno, do nível de conhecimento e das expectativas depositadas no programa por parte das entidades locais, de eventuais acções de sensibilização e divulgação dos planos, ou, até mesmo, de execução já de algumas iniciativas e actividades incluídas (ou não) nos respectivos planos de acção local.

Mais à frente, na segunda parte, avançaremos com o modelo de análise/avaliação elaborado para o programa de desenvolvimento regional que acompanhamos, com referência às respectivas linhas orientadoras, níveis de incidência, conteúdos, dimensões, indicadores, instrumentos e procedimentos, necessários à sua concretização.

3 – Referentes teóricos e quadro conceptual da pesquisa

O modelo de análise que subjaz a esta pesquisa decorre de um feixe de problemáticas articuladas entre si e desdobra-se em quatro níveis de abordagem conceptual³³.

Num primeiro patamar analítico, faz-se referência à emergência de uma «nova ruralidade», ou se quisermos, de uma ruralidade transformada, entendida esta enquanto pano de fundo de um conjunto de transformações - sociais, económicas, culturais, simbólicas,... – que têm vindo a ocorrer no mundo rural contemporâneo; num segundo e terceiro patamares analíticos, apresenta-se e discute-se dois níveis de articulação conceptual de importância central nesta pesquisa e, ao mesmo tempo, balizadores do enquadramento teórico e problemático que se encontra subjacente a esta investigação: falamos, por um lado, da relação tripartida entre património rural, reabilitação urbana e desenvolvimento; e por outro lado, a relação, também tripartida, entre o mesmo património rural, o desenvolvimento rural e o turismo cultural/rural; por fim, num último e quarto nível de análise, discute-se o lugar e a importância do planeamento municipal e regional em processos de mudança em ordem ao desenvolvimento local e rural, não deixando de o articular também com o protagonismo que o Poder Local – nomeadamente as autarquias – assumem (ou devem assumir) nos projectos e programas de desenvolvimento que envolvam recursos patrimoniais, tendo em vista o desenvolvimento das suas regiões e a respectiva valorização turística. Associado a este último nível analítico tenta-se reflectir sobre o papel que cabe aos actores sociais locais nos processos de planeamento e de desenvolvimento. Aqui, procurar-se-á indagar, com particular atenção, as várias estratégias, dinâmicas e relações em jogo no âmbito dos mesmos processos, tanto na fase do planeamento (planos de acção local), como, posteriormente, na fase de execução dos primeiros.

³³ - Ver figura 2.

FIGURA 2

ESQUEMA DO MODELO DE ANÁLISE

3.1- Mudanças sociais no mundo rural: pronuncio de uma outra «nova» ruralidade?

A partir dos anos oitenta assistiu-se, com relativa frequência na generalidade dos países da União Europeia, a um discurso (político, académico e técnico) dirigido para uma reestruturação dos espaços rurais – ou se quisermos para “o renascimento das áreas rurais” (Reis e Lima, 1998, pp:343) – na procura de novas políticas tendentes à sua (re)valorização, mais consentâneas com as linhas de orientação teórica subjacentes às actuais concepções e modelos de desenvolvimento, orientados para a rentabilização dos recursos endógenos específicos das regiões, particularmente dos territórios rurais.

O ponto de viragem commumente apontado para a tomada de consciência dos problemas que assolam as áreas rurais, - diagnosticados genericamente um pouco por toda a Europa, embora com mais incidência na Europa do Sul/Mediterrânica comparativamente à Europa do Norte – coincide com a conjuntura de crise que caracterizou o início da década de 70, altura em que as políticas de desenvolvimento preconizadas a seguir à Segunda Guerra Mundial, assentes na ideia base que o crescimento económico e o desenvolvimento social das populações e dos países se prolongariam de forma continuada e com tendência para a harmonização, começou a empalidecer e a criar, pelo contrário, clivagens sociais e económicas gritantes a par de assimetrias regionais crescentes.

Neste sentido, recorde-se, por exemplo, que durante muitos anos as preocupações relativas ao mundo rural europeu manifestavam-se numa perspectiva e num enquadramento de correspondência com os problemas específicos e inerentes à actividade agrícola, actividade tida como central e quase exclusiva dos territórios rurais. Como tal, as políticas rurais e as políticas agrícolas nos países europeus, não só coincidiam, como eram a única componente da política de desenvolvimento económico e social para aquele sector³⁴.

Fenómenos como por exemplo a urbanização do meios rurais, entendendo esta não só do ponto de vista sociológico e cultural, nomeadamente por via da terciarização de uma franja da população activa rural e da assimilação das aspirações inerentes ao “modo de vida urbano”; mas também do ponto de vista produtivo, alicerçado na perda de peso e acentuação da interdependência da agricultura relativamente a outros sectores de actividade económica, a par de uma potenciação da influência do mercado sobre as grandes orientações produtivas agro-florestais, bem como de uma alteração profunda dirigida para os modos de produção agrícola, cada vez mais imbuídos do espírito de rentabilização económica – critério comum a outros sectores da economia - provocaram, em conjunto, alterações profundas do espaço rural, o que, inevitavelmente, conduziu a um novo

³⁴ - cf. Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, (1997), *Desenvolvimento Rural: Novas realidades e Perspectivas*, Colecção Estudos e Análises, Lisboa, pp:14 e ss.

posicionamento face ao desenvolvimento rural e à relação deste com a agricultura e com os outros sectores da economia.

Os cenários observados, tanto a nível social - perdas demográficas crescentes, entre outros efeitos -, como a nível económico – fragilização da base económica local – foram de tal forma significativas que a situação resultante em muitas áreas rurais tem sido caracterizada como de crise. Esta constatação tem subjacente uma percepção de mudança, dirigida desta feita para a necessidade de tentar contrariar a tendência inquestionável da perda de autonomia e da subalternidade dos meios rurais face às dinâmicas e interesses específicos inerentes às áreas urbanas.

Duas ordens de factores concorrem para aquela percepção, isto é, a de um mundo rural caracterizado por uma dificuldade em se sobrepor às regras de funcionamento do mercado e a uma determinada cultura urbana, cada vez mais disseminada pelos campos: em primeiro lugar e de um ponto de vista essencialmente económico, há que não esquecer a vulnerabilidade das economias rurais, em virtude da sua dependência face à agricultura e à fraca capacidade de adaptação e diversificação do tecido produtivo, a par de um relativo afastamento dos principais centros de iniciativa, de inovação e de decisão; em segundo lugar e de natureza social, a percepção de uma relação por vezes desajustada entre as infra-estruturas existentes e disponíveis num determinado território e as infra-estruturas efectivamente necessárias, capazes de proporcionarem a fixação e qualificação de populações e o acolhimento dos agentes económicos, a par, da dificuldade do tecido socioeconómico do mundo rural interiorizar de forma activa o “modo de vida urbano” sem sacrificar os seus valores e especificidades culturais e identitárias.

Como resultado daquelas ordens de factores atrás enunciadas, podem-se encontrar, com maior ou menor intensidade, nas diversas áreas rurais as seguintes consequências: desertificação e envelhecimento populacional; aumento considerável do desemprego, do subemprego e da exclusão social; degradação dos recursos naturais e do ambiente; desequilíbrio e enfraquecimento do tecido produtivo e da base económica local; sub-aproveitamento das infra-estruturas existentes; estagnação, e até regressão, de alguns centros urbanos localizados em áreas de características rurais.

É neste contexto, social, económico e cultural, marcado por profundos desequilíbrios e assimetrias regionais e locais que se assiste à emergência de novas políticas, medidas e acções tendo em vista a procura de salvaguarda da equidade territorial e do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, tanto as fragilidades, como as potencialidades inerentes às áreas rurais, reclamam “soluções mais consistentes, inovadoras e viáveis”³⁵, capazes de fomentarem a necessária recuperação e revitalização

³⁵ - in Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, 1997, pp:15.

económica e sociocultural do mundo rural. Soluções consistentes porque adequadas às realidades específicas dos territórios rurais, em respeito pelas suas peculiaridades e potencialidades; soluções inovadoras, porque integradoras dos recursos endógenos, das novas tecnologias, de novos actores e de novas criatividade; soluções viáveis, isto é, adequadas e favoráveis à integração da economia rural na economia global, no que diz respeito à interligação de sectores económicos, à competitividade do tecido produtivo e à satisfação das necessidades dos mercados.

Estamos perante a problemática de um desenvolvimento rural caracterizado por novos contornos. A par da evolução recente das sociedades modernas, densamente urbanizadas, assistimos ao surgimento de um leque de novas preocupações e expectativas de carácter social e ambiental que, necessariamente, passam por uma nova abordagem das áreas rurais e, como tal, devem estar subjacentes às novas políticas, medidas e acções de desenvolvimento rural. Falamos da salvaguarda do ambiente e do equilíbrio dos ecossistemas, da preservação dos recursos naturais, da rentabilização económica de produtos tradicionais de elevada qualidade e fiéis aos originais processos de fabrico, e da recuperação, conservação e valorização dos recursos patrimoniais históricos, naturais e culturais (rurais)³⁶, entre outros tantos factores possíveis de reanimação de comunidades e territórios rurais. Qualquer um destes elementos pode constituir-se como um valor e um trunfo precioso para a inversão dos processos de desertificação demográfica, social e económica, tão caros à generalidade das áreas rurais europeias e das portuguesas em particular.

A expectativa depositada nos recursos atrás enunciados como veículos de dinamização de territórios de características rurais conduz à procura de produtos e serviços associados à qualidade de vida, medida por parâmetros e indicadores de saúde, lazer, tranquilidade (por oposição aos ritmos de vida agitados característicos das áreas densamente urbanizadas), entre outros, tão procurados por uma classe média urbana, portadora de novos motivos de interesse e novos valores culturais³⁷, manifestada por exemplo no crescente número de aquisições de segundas habitações, localizadas precisamente em meios rurais. Em conjunto, estes factores permitem-nos constatar então que as zonas rurais ocupam, relativamente, àquela procura, “uma posição privilegiada enquanto componente da oferta de um modelo de desenvolvimento moderno de qualidade”³⁸ - diríamos ainda e por outras palavras - de um desenvolvimento mais equilibrado e norteado por princípios de sustentabilidade.

Porém, torna-se imprescindível reconhecer que a rentabilização das potencialidades e das especificidades do mundo rural, traduzidas em acções e iniciativas inovadoras e competitivas exigem requisitos de ordem humana (recursos humanos, formação profissional,...), institucional e

³⁶ - Mais adiante iremos deter-nos com especial atenção sobre este tema, tanto mais que sobre ele recai uma boa parte do investimento teórico (e empírico) desta investigação.

³⁷ - cf. Manuela Reis, (1999), “Cidadania e Património. Notas de uma pesquisa sociológica” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº29, Oeiras, CIES/CELTA.

organizativa só possíveis de alcançar mediante a inclusão dos actores, individuais e colectivos, regionais e locais nos processos de planeamento. Tanto mais que, de acordo com esta nova filosofia de desenvolvimento rural, não se pode descurar o facto de serem as populações autóctones os principais destinatários do desenvolvimento. É neste sentido que os actores e as instituições regionais e locais assumem uma função de charneira nos processos de desenvolvimento rural. Essa importância assume-se tanto mais importante, já que é por eles que passa, irremediavelmente, o sucesso das políticas e medidas adoptadas numa perspectiva de desenvolvimento rural integrado.

Para além desta constatação é importante referir igualmente que o mesmo desenvolvimento rural, tal como tem vindo a ser perspectivado acima, só será viável se “assentar numa estratégia que invoque os princípios da descentralização, da parceria/contratualização e acautele o envolvimento e a responsabilização das entidades públicas (Estado e Autarquias), privadas (agentes económicos e suas organizações, a população em geral e as suas associações sócio-profissionais ou de interesse local e regional) na formulação das políticas e dos programas de desenvolvimento integrado e na respectiva implementação, acompanhamento e avaliação” (Idem, pp:16-17). Este imperativo de mudança não deve escamotear, no entanto, o reconhecimento que existem territórios frágeis – do ponto de vista geográfico (isolamento, fracas acessibilidades), económico-productivo e sócio-demográfico – cujas condições se afiguram tão adversas que o seu desenvolvimento implica a idealização de medidas e instrumentos de apoio perspectivados numa lógica de integração de recursos e iniciativas. Quer dizer, e particularmente nas zonas rurais mais desfavorecidas, as iniciativas de desenvolvimento terão de ser orientadas essencialmente para a manutenção ambiental e sociocultural desses espaços e para a promoção de actividades (económicas) assentes no aproveitamento e valorização do seu património natural e cultural.

Começa assim a ganhar visibilidade um conjunto de posicionamentos político-ideológicos, académicos e técnicos, relativamente à ideia de olhar para o espaço rural como palco, por excelência, da idealização e implementação da “ideia do património como elemento estruturador de uma nova geração de estratégias e políticas de desenvolvimento para este tipo de territórios” (Ferrão, 2000, pp:45), apesar de tal ideia estar longe de ser consensual entre os especialistas e analistas críticos das mudanças sentidas e preconizadas para o mundo rural³⁸. Todavia, e à parte das eventuais divergências, quer de raiz político-ideológica, quer académica, sobre se o património deverá ser entendido como uma das “tábuas de salvação” para os problemas do mundo rural, o que nos interessa aqui reter e aprofundar é a ideia subjacente ao crescente interesse que o tema do património – e especificamente a do “património rural” – tem conhecido nos últimos anos, inscrito numa tendência de olhares dirigidos aos espaços rurais enquanto portadores e, simultaneamente, alvos de uma nova

³⁸ - in Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, 1997, pp:16.

³⁹ - Ver ainda a este propósito o texto de João Ferrão, 2000.

“ruralidade”, ou pelo menos de uma ruralidade diferente, apelando a outras dimensões constituintes, que não só a sua tradicional característica e função associada à agricultura.

Com efeito, inscrito nesta tendência de olhares diferentes em direcção às áreas rurais, destacam-se determinadas valências e mudanças geradas no contexto de modernização das sociedades capitalistas ocidentais, cujas repercussões atingem também os territórios rurais. Como escrevem a este propósito Manuela Reis e Aida Valadas de Lima (1998, pp:340), destacam-se um conjunto de novas preocupações, das quais se salientam “a reestruturação actual dos espaços rurais, a análise das novas interdependências espaciais e dos movimentos locais do capitalismo, gerado, na óptica de alguns autores, pela crescente internacionalização do capital industrial e financeiro, mas também pela crise do modelo de desenvolvimento do pós-guerra que já não se constitui como fonte de crescimento e acumulação [como de resto já tivemos oportunidade de referir atrás]”, adiantando as mesmas autoras: “os processos de desenvolvimento local, que incluem novas formas de organização económica, social e espacial, interpretam-se globalmente como sendo em parte resultantes daquelas tendências” (idem).

Neste contexto, os espaços rurais nas sociedades contemporâneas começam também a ser objecto de questionamento e análise segundo perspectivas teóricas e paradigmáticas diferentes. Quer dizer, tanto a sociologia rural como a sociologia urbana, enquanto quadros teóricos sobre uma realidade social e espacial diferenciada, constituem, hoje, divisões que se apresentam cada vez mais desactualizadas face ao impacto de fenómenos de rápida transformação em direcção a uma crescente integração territorial, fenómenos estes como os da globalização, e da interdependência entre os locais espacialmente definidos que tendem a anular a “distância espaço-temporal”⁴⁰ e a atenuar a visibilidade social – outrora incontestada – das diferenças entre campo/cidade e agricultura/indústria⁴¹. O debate aparece agora inscrito numa sociologia do território⁴², problematizadora do espaço enquanto categoria analítica das proximidades e distâncias de diferentes realidades espaciais, como, são, apesar de tudo, o mundo rural e o mundo urbano.

Ultrapassadas as interpretações clássicas inerentes às correntes teóricas que opunham cidade/campo - ou se quisermos rural/urbano – emerge então a necessidade de repensar os moldes de transformação e modernização das regiões rurais contemporâneas, mediante processos de produção e reprodução de continuidades e descontinuidades entre ambos aqueles espaços (rurais e urbanos). Mais do que uma

⁴⁰ - Cf. Giddens, A. (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

⁴¹ - Ver a este propósito o texto clássico de Enzo Mingione e Enrico Pugliese “A difícil delimitação do «urbano» e do «rural», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, 1987, pp:83-98, ou mais recentemente o texto já citado de João Ferrão “Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, 2000.

⁴² - Entendendo este como “entidade socialmente construída”, na medida em que se reporta às próprias condições de produção social do mesmo, e não já de acordo com a interpretação reducionista em torno da ideia que associava território exclusivamente a espaço físico – “espaço de ninguém” – ou “espaço socialmente neutro”, como demonstra Vitor Matias Ferreira em “Das assimetrias territoriais às redes de cidades. Uma hipótese de desenvolvimento urbano” in *Territórios Alternativos*, 2000, pp:32.

dicotomia, realça-se a tendência para uma integração gradual e plurifacetada nos domínios económico, social e cultural, muito embora, como atestam alguns autores, está muito aquém de atingir uma homogeneização crescente, mesmo com o reconhecimento de uma cada vez maior assimilação do rural pelo urbano, no campo dos valores e dos modos de vida próprios a uma cultura tipicamente urbana, tida como dominante.

Mas, voltando ainda àquela dicotomia, e de acordo com Manuela Reis e Aida Valadas de Lima, “os termos da articulação rural-urbano, como forma de dar conta de processos de desenvolvimento e mudança social, eram teorizados no quadro de uma dicotomia que subordinava o espaço rural ao espaço urbano por via essencialmente da «submissão formal» da agricultura familiar camponesa aos sectores de produção especificamente capitalistas” (1998, pp:342). Tanto no domínio produtivo, mais concretamente no que toca às transformações dos sistemas de produção agrícola de acordo com padrões mais competitivos, como nos domínios – diríamos, à falta de expressão melhor – social e cultural, a haver uma apropriação da cultura urbana pela cultura rural, esse processo de apropriação, crê-mos, parece desenvolver-se, não no sentido de uma homogeneização por igual, de um determinado conjunto de valores e modos de vida que se sobrepõe a outro, mas de acordo e em respeito pelas especificidades existentes dos meios rurais, permeáveis à transformação, e mediada sempre, ou quase sempre, pela cultura local.

Não percamos o “fio à meada”. Propusemo-nos discutir neste capítulo os contornos de uma outra “nova” ruralidade, para qual a questão que se prende com a dicotomia rural/urbano - e que atrás aludimos de forma breve - constitui já uma das suas vertentes centrais, que necessariamente tem de ser discutida, ou pelo menos referenciada. Com efeito, tendo por base a informação descrita no documento intitulado *L’Avenir du monde rural* (CCE, 1988)⁴³, o espaço rural europeu abrange 80% do território e absorve 50% da população, números que revelam uma “inesperada capacidade de atracção” a avaliar pela percepção de “saldos migratórios positivos” em direcção às áreas rurais (idem). Que factores têm contribuído para este fenómeno que, apesar de não atingir padrões de crescimento homogêneos entre os países europeus, constitui-se, todavia, como um processo social com repercussões visíveis nos espaços rurais europeus, a nível económico e cultural? A resposta a esta interrogação poderá passar pela análise das actuais funções reconhecidas ao mundo rural nas sociedades contemporâneas. Mas, primeiro que tudo, valerá a pena lembrar quais as suas tradicionais funções.

⁴³ - in Manuela Reis e Aida Valadas de Lima, 1998, pp:344.

3.1.1 – Velhas e novas funções do mundo rural

Para João Ferreira de Almeida (1998), o mundo rural sempre se relacionou durante a *Modernidade* com outros espaços urbanos e industriais, de uma forma dependente e assimétrica, mediante cinco funções específicas. Uma primeira designada por função de “reserva, fornecimento e reabsorção de força de trabalho, de mão-de-obra”, que muito embora se acentuem as tendências desenhadas de descida de natalidade nestas regiões, não deixa de ocupar, ainda assim, um lugar importante, sobretudo enquanto espaço de localização de residências rurais, com ligações às cidades por via das migrações pendulares⁴⁴, dando assim uma visibilidade crescente, em várias regiões rurais, particularmente reconhecida em Portugal, à existência de uma agricultura a tempo parcial e, conseqüentemente, de um plurirendimento de base agrícola, características estas a juntar à capacidade que o mundo rural ainda exerce enquanto lugar de reabsorção de indivíduos e famílias «expulsas» dos meios urbanos devido a factores de desemprego e exclusão social, os quais encontram no meio rural disponibilidades e possibilidades de “solidariedades horizontais que funcionam como almofadas das crises” (1998, pp:25-26).

Uma segunda função apontada pelo mesmo autor reporta-se ao “fornecimento de bens alimentares”, função esta apoiada, como não poderia deixar de ser, na sua clássica vertente de produção agrícola e de acumulação de capital para as comunidades rurais, embora e de acordo com as recentes alterações do mercado, mais exigente e regido por critérios apertados de produtividade e qualidade dos produtos, facto que tem contribuído para “a perda de atractividade da agricultura como actividade económica” dominante nas regiões eminentemente rurais (idem, pp:26).

Uma terceira função relaciona-se com o facto das áreas rurais constituírem igualmente uma “reserva de espaço físico”, sobretudo hoje dado que se assiste cada vez mais ao crescimento de “cidades-dormitórios, zonas de tempos livres, estabelecimentos industriais e turísticos variados, que são, geralmente, rivais imbatíveis da agricultura” [enquanto consumidores de espaço] à qual vão conquistando e digerindo progressivamente parcelas” (idem)⁴⁵.

A Quarta função diagnosticada pelo autor ao espaço rural diz respeito “à protecção e reprodução ambiental”, outrora garantida - diríamos - quase naturalmente, por via “de um regime de policultura e pecuária que implicava uma espécie de automatismo de protecção ambiental”, mas que, hoje, mercê de uma sobreintensificação da produção por razões de competitividade por um lado, e do abandono de vastas parcelas de terrenos agrícolas inviáveis economicamente por outro, têm conduzido à necessidade de tecer regulamentações e medidas agro-florestais mais apertadas e dirigidas para o

⁴⁴ - E não já tanto a uma migração provisória e definitiva, como ocorreu décadas atrás, por exemplo em Portugal.

controlo e atenuação de factores como “a desertificação, a erosão dos solos, o abuso de fertilizantes e fármacos químicos, a extensão da floresta rápida, os incêndios, a poluição da água e do ar, a redução da biodiversidade”⁴⁶ (idem). Por fim, uma última função, classificada pelo mesmo autor de “natureza político-ideológica”, relacionada com o facto de tradicionalmente e “se se pensar em temporalidades alargadas, (...) as classes rurais, e em particular as fracções camponesas têm desempenhado uma função de estabilização política e social”, situação que hoje se encontra comprometida, em virtude da alteração de contextos e lógicas de vida nos campos, portadoras de novos valores, induzidos também por novas socializações, fruto dos efeitos gerados pela generalização do ensino e dos meios de comunicação social, de que a “desvalorização simbólica generalizada da própria profissão agrícola, o surgimento de novas éticas de natalidade” e a notória diferença da relação da população rural com os mecanismos da poupança económica, são exemplos⁴⁷ (idem, pp:27-28).

Vamos encontrar noutro autor uma interpretação relativamente coincidente, mas sobretudo complementar, em torno das funções tradicionais do espaço rural. Para João Ferrão (2000, pp:2), “historicamente, o mundo rural destaca-se por se organizar em torno de uma *tetralogia* de aspectos: uma função principal - a produção de alimentos; uma actividade económica dominante - a agricultura; um grupo social de referência - a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; e, por fim, um tipo de paisagem que reflecte a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas.” A partir do reconhecimento destas funções, o mesmo autor realça, apesar de tudo, algumas “oposições” entre este “mundo rural secular e o mundo urbano, marcado por funções, actividades, grupos sociais e paisagens não só distintos mas, mais do que isso, em grande medida construídos «contra» o mundo rural”, relação esta que “tende a ser encarada como «natural» e, por isso, recorrentemente associada a relações de natureza simbiótica: campo e cidade são complementares e mantêm um relacionamento estável num contexto (aparentemente?) marcado pelo equilíbrio e pela harmonia de conjunto” (idem). Face a este cenário, o autor preconiza uma relação rural/urbano assente numa alteração profunda e segundo “novas complementaridades” (idem) ou – se quisermos – novas funções, particularmente emergentes e adstritas ao mundo rural e às suas comunidades.

Então, que complementaridades e novas funções se reconhecem hoje ao mundo rural?

⁴⁵ - Veja-se por exemplo o caso da industrialização difusa e a sua deslocação para zonas rurais, em geral zonas limitrofes de grandes aglomerados urbanos, saturados com a urbanização crescente.

⁴⁶ - As directrizes consagradas na Conferência Europeia de Cork, na Irlanda, em Novembro de 1996, insistindo no carácter único do tecido sócio-económico e cultural do mundo rural, reforçam o lugar de destaque que este mesmo mundo rural deve ocupar nas sociedades contemporâneas, enquanto intermediário entre estas e o meio ambiente envolvente, acentuando dessa forma a necessidade de consubstanciar as futuras políticas de desenvolvimento rural em consonância com a procura de soluções orientadas para os problemas atrás diagnosticados e que continuam a assolar vastos territórios rurais.

⁴⁷ - Sintomas, entre outros, que acompanham um sistema de valores partilhados por classes sociais urbanas e rurais, indutores desse outro fenómeno designado por “desruralização” (ALMEIDA, J. F., 1998, pp:27), que nos escusamos de

São múltiplas as novas funções idealizadas para os espaços rurais. De acordo com Manuela Reis e Aida Valadas de Lima, “à medida que o papel agrícola diminui, redefinem-se funções para o espaço rural que incluem outros sistemas de produção agrícola, com recurso, nomeadamente, quer a novos modelos tecnológicos ligados à biotecnologia e engenharia genética, quer a processos informáticos, ao lado de outras funções de consumo, tais como residência, lazer, conservação do património e protecção do ambiente” (1998, pp:352). Estas novas possibilidades/suportes para o desenvolvimento de territórios rurais, são desenvolvidas no documento já citado - *L’ Avenir du monde rural* (CCE, 1988) – onde se pode ler que a necessidade de salvaguardar a agricultura nas sociedades modernas passa, por lhe atribuir “funções essencialmente não produtivas de preservação e fruição de espaços e paisagens, potenciando saberes e «artes» tradicionais, neste caso associados ao mundo rural mediterrânico, constituindo uma vantagem essencial num espaço rural em que a conservação da natureza, resultante de sistemas de produção agrícola em geral pouco intensivos por comparação com os espaços rurais do Norte Europeu, sobressai agora como ponto de partida fundamental para a sua renovação” (idem, pp:336).

De acordo com esta nova abordagem dos espaços rurais, o que parece sobressair então é a aposta numa estratégia que privilegie os projectos que possam tirar benefícios dos atrasos estruturais de certas regiões, conseguindo com isso, não só evitar repetir os erros ecológico-ambientais ocorridos noutros países, como também distinguirem-se “não pela produtividade e normalização industrial, mas pela alta qualidade dos seus produtos artesanais, ou ainda pela preservação e oferta do seu património natural e cultural” (idem). Aliás, como sublinham as mesmas autoras, “as políticas e o sistema de incentivos e compensações colocados à disposição de agricultores e outros sectores sociais, para reduzir as áreas de produção e intensificação ou para promover diversificação de actividades que vem sendo associada principalmente ao turismo rural, ao artesanato ou a produtos agrícolas de alta qualidade, têm gerado largo consenso quanto à necessidade de manutenção, ou mesmo salvaguarda, da agricultura nas sociedades modernas, embora atribuindo-lhe outras funções sociais, acentuadamente não produtivistas, de lazer ou de reserva natural (...)” (idem, pp:353).

O conjunto destas novas funções – ou “novas complementaridades” para recuperar a designação de João Ferrão – apoia-se na ideia de assistirmos hoje a uma espécie de “invenção social de uma nova realidade: o mundo rural não agrícola” (2000, pp:4), designação que introduz elementos novos na forma de encarar o mundo rural e o mundo urbano, sobretudo nas novas relações entre eles estabelecidas – as tais novas complementaridades. Vamos reter apenas uma delas. Nomeadamente aquela que se relaciona com a “valorização da dimensão não agrícola do mundo rural, socialmente construída a partir da ideia de património” em virtude da convergência de três tendências. Por um

aprofundar mais, sob pena de nos alongarmos demasiado na discussão dos efeitos destas tendências inscritas na *Modernidade* que as sociedades contemporâneas atravessam.

lado, “o movimento de renaturalização, centrado na conservação e protecção da natureza”, aspectos considerados pelo autor como “hipervalorizados no âmbito do debate sobre os processos de desenvolvimento sustentável”; por outro lado, “a procura de autenticidade”, encarando a conservação e a protecção dos patrimónios históricos e culturais como “vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades capazes de enfrentar as tendências uniformizadoras desencadeadas pelos processos de mundialização”; e por fim, a “mercantilização das paisagens enquanto resposta à “rápida expansão de novas práticas de consumo decorrentes do aumento dos tempos livres, da melhoria do nível de vida de importantes segmentos da população e, como consequência, da valorização das actividades de turismo e lazer” (idem).

Detemo-nos mais um pouco neste último aspecto e recordemos o que atrás se escreveu a propósito de uma “inesperada capacidade de atracção”, responsável pelo aumento dos saldos migratórios positivos em algumas áreas rurais da Europa. Segundo alguns posicionamentos teóricos, este retorno ao campo é explicado por via “da força mobilizadora de representações sociais urbanas do rural como lugar de conservação de modos de vida tradicionais, agora revalorizados pela regeneração que proporcionam contra uma certa artificialidade contida nos ritmos de vida citadina” (Reis e Lima, *idem*, pp: 344), situação que decorre “da difusão no espaço dos efeitos da modernização e do desenvolvimento do conjunto da sociedade” (idem). Com efeito, este processo de recomposição social dos campos, assente na capacidade atractiva que o meio rural hoje exerce junto de alguns grupos sociais específicos, nomeadamente por via de novas oportunidades de investimento, dirigidas para outras actividades, não necessariamente agrícolas – como vimos atrás – e a par de uma nova revalorização simbólica do mundo rural, conduzem a uma apropriação dos espaços rurais progressivamente por uma classe média urbana, “levando hoje ao reconhecimento do espaço rural cada vez mais como espaço da classe média” (idem, pp:345).

Esta revalorização económica e social dos espaços rurais não significa, porém, o regresso à defesa de concepções “passadistas sobre «paraísos perdidos», merecedoras de opiniões críticas como as formuladas por Bourdieu, que voltamos a reproduzir - a propósito do crescente interesse por parte das classes médias urbanas sobre as vivências e os quadros socioculturais em que se movem as comunidades rurais - quando toma as representações sociais daquelas classes médias como “resultado duma folclorização que transforma o campesinato numa espécie de museu e converte os últimos camponeses em guardas duma natureza transformada em paisagem para os cidadãos” (in Reis e Lima, *idem*, pp:344-345). Aquela revalorização económica e social traduz-se antes numa “redefinição da ruralidade” – e aqui chegamos ao ponto que dá título a este capítulo e que, simultaneamente, nos permitirá fazer a ponte para a dimensão seguinte deste trabalho – ou se quisermos a uma outra ruralidade, que surge agora entendida “como um princípio de organização e um sistema de valores que, a par com a visibilidade social das questões ambientais, se reforça na

componente do que podemos designar por reserva de qualificação ambiental (...)” tendo como principais protagonistas e portadores deste processo “os grupos sociais urbanos ou urbanizados” (idem, pp:346).

Esta redefinição da ruralidade – de que nos falam as autoras – longe de se esgotar na dimensão ambiental característica do mundo rural, “transporta também dimensões de defesa do património e da cultura rurais” (idem), dimensões estas que, no seu conjunto, dão consistência e visibilidade crescente a uma efectiva revalorização social e simbólica do rural, mediante o regresso à natureza, tendo como pano de fundo a necessidade de a preservar, elementos e desígnios que cada vez mais se inscrevem nas “transformações socioeconómicas e políticas dos últimos anos e reforça-se, mais recentemente, por via da introdução da problemática agro-ambiental e do ambiente rural com a tradução e aplicação das designadas medidas de acompanhamento da reforma da PAC, a partir de 1994” (idem, pp:353-354).

Neste sentido, podemos então dizer que enquanto o “rural” se definia por relação a uma actividade económica central – a agricultura – a “ruralidade” apresenta-se como um conceito – diríamos – abrangente, um princípio de organização e um sistema de valores – para recuperar a terminologia das autoras acima citadas – cujos principais protagonistas são, desta vez e como que paradoxalmente, os grupos sociais urbanos (classes médias) e não já só os grupos sociais rurais. Neste contexto, atrevemo-nos a dizer que fará sentido, pelo menos em termos teóricos, falar da emergência de uma outra nova ruralidade, caracterizada precisamente por aquela redefinição económica, social, cultural e simbólica de um mundo rural, para a qual elementos exteriores (grupos urbanos, industrialização difusa, novas preocupações agro-ambientais, movimentos cívicos de defesa e valorização do património histórico, cultural e natural⁴⁸) contribuem de forma decisiva enquanto portadores de um conjunto de referentes, igualmente sociais, culturais e simbólicos, os quais se vão interiorizando, gradualmente, nas comunidades e nas áreas rurais. Elementos estes que tendo geralmente proveniência urbana se podem constituir, como aponta João Ferrão, enquanto “ponte entre as áreas rurais e o mundo exterior” na procura de uma “cultura de ruralidade susceptível de contribuir não só para consolidar a visão patrimonialista actualmente dominante mas, também, para a ultrapassar, reintroduzindo a componente produtiva com a centralidade que esta merece”⁴⁹, o mesmo é dizer na procura de uma “cultura cívica favorável ao mundo rural, não apenas de forma platónica e nostálgica, mas de um modo pragmaticamente capaz de servir as necessidades de quem aí vive e trabalha” (2000, pp:9).

⁴⁸ - Ver a este respeito Manuela Reis, (1999), “Cidadania e Património: Notas de uma pesquisa sociológica”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº29, pp:77-94.

⁴⁹ - Itálicos do autor.

É sobre estas questões, em particular a procura do património – e especificamente do “património rural” - como dimensão reconhecida desta outra “nova” ruralidade, capaz de pragmaticamente contribuir para a revalorização dos meios rurais e das respectivas comunidades – e não se ficar apenas por uma componente da memória social e cultural dessas mesmas comunidades – através de acções e medidas inscritas nos planos de desenvolvimento local, que nos iremos ocupar a seguir. Começamos então por conhecer e discutir o significado, as múltiplas dimensões e a importância social, económica, cultural e simbólica do património em meio rural – ou se quisermos do “património rural”.

3.2 – Património/Património Rural, Reabilitação (Urbana) e Desenvolvimento Local/Rural

3.2.1 – Sobre a noção de património e seu(s) entendimentos(s) na actualidade: a emergência da consciência patrimonial e a sua utilização como suporte à reabilitação urbana e ao desenvolvimento local.

É comum apontar a emergência da consciência patrimonial e o reconhecimento do seu valor cultural, enquanto parte da memória social dos grupos sociais, ao período do romantismo, tanto na Europa, como em Portugal, surgindo como reacção ao impacto da Revolução Industrial (Barreiros e Craveiro, 1995, pp:70). A este impacto respondeu-se com a necessidade de preservar a memória dos lugares e de um “saber-fazer” humano em risco de desaparecimento, conduzindo assim à sua sacralização. Esta tomada de consciência prolongou-se ainda pela “legitimação e reforço da identidade das novas nações europeias, imersas durante grande parte do séc. XIX no processo de consolidação política da sociedade burguesa” (idem, pp:70)⁵⁰.

A internacionalização do tema, relativo ao lugar e à importância da preservação do legado histórico-patrimonial ganha um novo significado em 1931, com a Conferência de Atenas, no âmbito da Sociedade das Nações, dirigindo-se as principais focalizações da temática para directrizes de carácter técnico, orientadas essencialmente para problemas de restauro de edifícios considerados monumentos. Aliás, é sobre a figura do monumento, entendido como objecto singular, que repousa a legislação nacional e internacional nesta matéria. O monumento passa a congregar um conjunto de preocupações relacionadas com a sua importância estética, histórica, sociocultural e simbólica, justificando a necessidade de controlar as transformações no espaço envolvente ao mesmo, entendido

⁵⁰ - De acordo com as mesmas autoras e em Portugal, o conceito de património, particularmente o de património cultural construído, conhece uma fase marcante na afirmação da sua importância com a elaboração do primeiro inventário oficial de monumentos considerados dignos de preservação, em 1891. Esta determinação viria a influenciar as futuras legislações subsequentes, quer durante a Primeira República, quer durante o regime ditatorial do Estado Novo.

mais como “uma potencial ameaça à sua integridade, do que como um possível valor em si, muitas vezes indissociável do próprio monumento” (Idem, pp:70).

Efectivamente, estamos ainda um pouco longe do reconhecimento da “cidade histórica”, ou da “aldeia histórica”, enquanto valores patrimoniais de conjunto. Esse reconhecimento, muito embora se tenha desencadeado ainda durante a primeira metade do século XX, na Europa, só viria a conhecer um impulso determinante a partir do pós-guerra, altura em que se assiste à emergência de figuras legislativas marcantes para a consagração dos espaços envolventes aos monumentos igualmente de reconhecido valor histórico e patrimonial. É o caso dos *secteurs sauvegardés* franceses, no princípio da década de sessenta, e da *Carta de Veneza*, realizada no âmbito da UNESCO, em 1964⁵¹, na qual é consagrado internacionalmente a noção de *sítio urbano ou rural* com valor patrimonial, lançando assim as bases para o reconhecimento, em particular dos centros históricos urbanos, como objectos de salvaguarda patrimonial. A legislação então elaborada começa por ser tributária das normas utilizadas para a gestão do património urbano, circunscrito à figura do monumento, enfatizando desse modo um conceito de conservação que privilegiava mais o valor museológico dos tecidos sociais antigos, do que propriamente a sua dinâmica sócio-cultural, quer se tratasse de contextos urbanos, quer de contextos rurais.

Mais tarde, na década de setenta, emerge uma nova forma de entender o património. Esse novo entendimento constitui-se como resultado de uma crítica ao paradigma de crescimento das economias capitalistas e das cidades, em parte motivado pelas sequelas da crise energética, e simultaneamente, contra os modelos urbanísticos apologistas da expansão e da renovação urbanas. Proporcionados por este contexto social e urbanístico em crise, e a propósito por exemplo das cidades, vão-se consolidando assim os princípios favoráveis ao surgimento de um novo modelo de intervenção no espaço urbano: a reabilitação. Este novo modelo, defensor da salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais, bem como do seu papel na época contemporânea, surge como ideia central e como recomendação do Encontro de Nairobi e posteriormente adoptada pela UNESCO em 1976. O documento de suporte à reabilitação urbana então criado relembra e consagra “o compromisso entre o valor histórico e documental da cidade antiga e o seu valor de uso, isto é, consciente da complexidade da interacção dos centros históricos nas estratégias contemporâneas de gestão e qualificação da cidade” (Choay, F., 1992, pp:170 e seg.).

A procura de novas perspectivas para um modelo alternativo de desenvolvimento, que se seguiu durante os anos oitenta, privilegiando as componentes de ordem qualitativa em detrimento do crescimento urbano standardizado, encontra na reabilitação urbana a base para um novo entendimento do património e da sua respectiva salvaguarda. À perspectiva estritamente museológica

⁵¹ - É possível encontrar referências a esta data em Choay, 1992, cap. V.)

é contraposta a visão de “conservação activa” (Barreiros e Craveiro, 1995, pp:71), onde para além das preocupações de conservação e restauro surgem associados termos como o de “requalificação urbana”, enquanto dimensão de intervenção fundamental para a própria sobrevivência das sociedades contemporâneas, e em particular das suas cidades.

É também nesta altura que em Portugal se procede a uma actualização conceptual e normativa, no âmbito da legislação portuguesa sobre património, materializada na publicação da Lei 13/85 de 6 de Julho – vulgarmente conhecida como Lei do Património -, integrando as tendências recentes do ponto de vista conceptual e prático relativos ao património. É disso exemplo “a assunção do conceito de conjunto e sítio com valor patrimonial; a criação de um regime fiscal especial para valores patrimoniais na posse de privados (isenção de taxa autárquica); e o recurso à figura do plano de salvaguarda, equivalente tardio *dos secteurs sauvegardés* franceses e das *conservation areas* inglesas” (Idem, pp:71). Ponto de discussão permanente até à data⁵², continua a ser as insuficiências da sua aplicação em virtude da mesma não ter sido ainda objecto de regulamentação. Deste enquadramento institucional e jurídico, com algumas lacunas, decorre que a salvaguarda do património urbano tenha ficado quase exclusivamente sob a responsabilidade da gestão autárquica⁵³, que tem monopolizado as acções de reabilitação dos tecidos físicos e sociais urbanos e rurais (embora estes últimos em número mais reduzido), com maior ou menor sucesso e eficácia, dependendo dos casos e das experiências entretanto encetadas, de norte a sul do país.

É desta mudança conceptual (reabilitação urbana) e normativa/jurídica (Lei 13/85) que surge, de forma intimamente relacionada, uma nova assunção do património, agora assumido como um importante vector estratégico, capaz de poder ser rentabilizado enquanto plataforma de desenvolvimento local (em contexto urbano e rural), e cada vez mais tomado em consideração enquanto variável de destaque nas políticas de planeamento e ordenamento territorial. De acordo com Manuela Reis “as políticas culturais de conservação do património tendem hoje cada vez mais a ser, ao mesmo tempo, também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento” (1999, pp:79). Preservar o património passa assim a beneficiar de um entendimento mais alargado, incorporando a necessidade de reutilizá-lo, animá-lo e devolvê-lo às comunidades de pertença.” De acordo ainda com a mesma autora, “o património deixou há muito de estar apenas confinado ao interesse das elites ou ao dever da protecção do Estado, para passar a integrar, de forma diferenciada, é certo, preocupações de mais vastas camadas sociais”(Idem, pp:79).

⁵² - Ver também as alterações introduzidas a esta Lei, nomeadamente com a Lei 107/2001, de 8 de Setembro.

3.2.2 – Significado(s) e importância do(s) património(s) para as sociedades contemporâneas

“Uma nova forma de paixão pelo passado parece caracterizar as sociedades industriais do Ocidente. Tudo se torna património: a arquitectura, as cidades, as paisagens, os edifícios industriais, os equilíbrios ecológicos... O tema suscita um consenso superficial, mas bastante vasto, já que enaltece sem grandes custos diversas atitudes nacionalistas e regionalistas. (...) No entanto, por detrás das boas intenções e do charme dos restos do passado, é preciso ler um sintoma social e descobrir que o mesmo não é tranquilizante... Os governos dos países ocidentais enriqueceram o seu arsenal de propaganda com um novo artifício: a política do património.”

(Marc Guillaume citado por Isac Chiva in Manuela Reis, 1999, pp:78).

Não resistimos à transcrição deste excerto. O seu conteúdo ajuda-nos a compreender e a balizar os contornos da emergência da problemática do património, da sua defesa e valorização, no contexto das actuais políticas de desenvolvimento local em espaço rural, levadas a cabo nas sociedades contemporâneas.

O tema não é novo – já o sabemos – mas mesmo assim entendemos ser sempre oportunidade para questionarmos a importância e o impacto que as políticas e as tentativas de valorização do património – entendido de forma multidimensional – têm conhecido nos últimos anos. Propomo-nos fazer este exercício sem qualquer pretensão de dominar todas as valências inerentes ao tema. Interessa-nos antes abordá-lo, não só enquanto dimensão incontestada da memória sócio-cultural das comunidades e das populações, mas também, e fundamentalmente, enquanto recurso específico (e articulado com outros) capaz de contribuir para o futuro de territórios – neste caso de territórios rurais – funcionando como âncoras de processos de desenvolvimento local integrados, impulsionadores da respectiva revalorização económica, sociocultural e simbólica daqueles territórios.

Com efeito, o tema do património está agora no cerne de processos de longo fôlego, traduzidos em oportunidades de desenvolvimento tendentes à inversão, ou pelo menos atenuação, dos problemas que ainda, persistentemente, vão configurando o mundo rural, secundarizado em termos de prioridades de investimento nas últimas décadas, em nome de um modelo de desenvolvimento que - tal como vimos no capítulo anterior – há muito se encontra em crise. Como escreve Yves Champetier⁵⁴: “quer seja natural ou cultural, paisagístico ou arquitectónico, histórico ou artístico, o rico património dos territórios rurais europeus representa, efectivamente, um recurso a valorizar e a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento”. E continua sublinhando que “para certos territórios o património constitui mesmo por vezes «o» recurso em torno do qual poderão articular-se a estratégia de redesenvolvimento e a vontade de forjar uma nova identidade local: É por exemplo o

⁵³ - Mediante o papel central dos Gabinetes Técnicos Locais (GTLs), financiados em parte pelo Estado e protagonizados por profissionais técnicos de vários quadrantes disciplinares.

⁵⁴ - Director do Observatório Europeu LEADER, em 1998.

caso das «Terras de Cante» do Alentejo (Portugal), do «Pays de Giono» no sul de França, do GAL «Don Quijote» en Castilla-La Mancha (Espanha), para referir apenas alguns casos” (in LEADER Magazine, nº17, 1998, pp:3).

São múltiplos os exemplos de programas e projectos de desenvolvimento, elaborados, geridos e implementados por Grupos de Acção Local (GAL) que contemplam acções directas a favor do património, espalhados por toda a Europa e recorrendo frequentemente a uma estratégia de acções concertadas e envolvendo diversas parcerias. “Aqui, são aldeias que se renovam, valorizando a sua beleza arquitectónica e melhorando os serviços às populações⁵⁵; ali, são edifícios abandonados que se restauram, para albergar uma nova clientela turística à procura de autenticidade ou para acolher actividades de vanguarda; acolá, são as festas tradicionais que se fazem reviver ou novas festas que se inventam, para uma melhor distração e reforço dos laços entre as populações mas também para valorizar uma identidade renovada, permitindo-lhes uma projecção no futuro” (idem).

Mas, o leque de testemunhos e acções-piloto pode ser ampliado. Vejamos: Vários projectos de desenvolvimento local na Europa, ao abrigo do programa LEADER, têm vindo a mostrar como as zonas rurais em dificuldade procuram – muitas vezes até com sucesso reconhecido – valorizar o passado para construir o futuro. Esta relação não é meramente temporal. Ela reflecte um conjunto de possíveis benefícios para as populações de meios rurais, decorrentes da ligação estabelecida entre património e dinâmica local no sentido em que as acções implementadas neste domínio possam, efectivamente, não só serem entendidas e assimiladas pelas populações locais, mas também materializadas em oportunidades reais de desenvolvimento, por exemplo através da criação de empregos e de novas actividades económicas viáveis⁵⁶. Outros projectos apoiados pelo LEADER desenvolvem-se tendo como pano de fundo novamente o património mas numa óptica de cooperação transfronteiriça entre territórios⁵⁷. Outros há ainda que gravitam em redor do tema «património», mas desta feita, enquanto motivo de solidariedade entre territórios⁵⁸.

⁵⁵ - Vide «Programa Aldeias Históricas de Portugal» – CCRC, Comissão de Coordenação da Região Centro, (1999), *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, (ed. original de 1998).

⁵⁶ - De que são exemplos localidades como a Frísia na Holanda e Barbagia-Baroni na Sardenha (LEADER Magazine, nº17, 1998, pp:3).

⁵⁷ - É o caso de quatro grupos LEADER que se juntaram em torno da valorização de uma rota de Santiago de Compostela; um outro projecto, envolvendo dois grupos de acção local da Irlanda e da Escócia, em torno da valorização de abadias geminadas existentes em ambos os territórios; e, por fim, um terceiro projecto protagonizado por vários grupos de acção local da bacia mediterrânica com o objectivo de fomentar uma cooperação para federar sítios da antiga «Grande Grécia», entre outros exemplos, envolvendo vários grupos de acção local e iniciativas em território português (idem).

⁵⁸ - Aponta-se neste caso o exemplo de dois grupos LEADER de Úmbria e de Marches em Itália, “regiões abaladas, desde o Outono de 1997, por uma série de sismos que, além de mergulharem estas populações no caos e na precariedade, danificaram gravemente o património cultural e destruíram um grande número de equipamentos construídos com a participação do Programa LEADER. Na sequência deste cenário, os grupos de acção local destas zonas sinistradas convidaram todos os membros da rede LEADER a participar numa campanha de solidariedade em cada um dos territórios envolvidos na iniciativa” (idem).

Nesta sequência de casos práticos de “operacionalização”⁵⁹ do recurso património – em renovação da identidade sociocultural, em prol da dinamização de actividades com alguma sustentabilidade económica, a favor da cooperação transfronteiriça, e ainda ao serviço da solidariedade inter-territórios - em vista ao desenvolvimento de regiões rurais desfavorecidas não esgota o actual significado e outras dimensões inerentes ao tema, embora reforce, indiscutivelmente, a ideia de que o tema do património está realmente no cerne de alguns processos de renovação e transformação de regiões rurais europeias.

Recuperemos novamente a citação de Marc Guillaume que encabeça este capítulo. Como refere Manuela Reis “(...) sugere aquela transcrição a dificuldade de delimitação sobre o que deve ou não ser considerado património a preservar. Tal dificuldade coincide com o actual alastramento da noção de património a novas áreas, que ultrapassa a valorização específica do monumento e passa a integrar outros conjuntos, como centro histórico, património urbano e, mais recentemente, paisagens naturais”⁶⁰ (1999, pp:79). Porém, se do ponto de vista teórico a ideia de salvaguarda do património já encontra uma aceitação generalizada na ideologia vigente e na opinião pública, já os problemas práticos que decorrem dos processos de salvaguarda e revitalização são alguns e encontram-se por resolver. Um dos exemplos subjacentes a esta situação é o caso dos designados «centros históricos urbanos». Constituindo estes parte integrante da memória social e cultural colectivas das cidades e comunidades, e muito embora a sua defesa encontre aprovação, quer entre os meios políticos, quer entre técnicos especializados, bem como por parte da população de uma maneira genérica (embora não homogeneamente por entre classes sociais, grupos etários,...), do ponto de vista urbanístico – como salienta Isabel Guerra et. al. – “o alargamento do conceito de património arquitectónico ao conjunto do edificado (monumentos, edifícios, marcos, ambientes humanos, etc.), tornou mais exigentes, frágeis e complexas as intervenções de requalificação urbana” (1999, pp:2).

Outra leitura decorrente deste alargamento do conceito, prende-se com a «museificação» do património em nome de uma reapropriação do passado por motivos lúdicos ou culturais, ou nas palavras de Manuela Reis, “fazer da história um bem de consumo cultural [como] por exemplo as reconstituições históricas comemorativas ou restauro de aldeias e monumentos postos a funcionar como parques de diversão” (idem, pp:83). Independentemente do tipo de usos que são atribuídos a espaços patrimoniais recuperados, aos quais foram atribuídos funções diferentes das originais, tal não obvia o amplo significado que encerra o património, nomeadamente enquanto “recolocação do passado como objecto de consciência social” (idem). Seguindo ainda a linha de argumentação da autora, esta consciencialização social do património não pode ser dissociada do facto de cada cultura e geração entender o património segundo parâmetros diferentes, quer dizer e parafraseando Manuela

⁵⁹ - Itálico nosso.

⁶⁰ - Ver a este respeito Françoise Choay, (1992), *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Seuil.

Reis, “se admitirmos que cada época, ou cada tradição teórica, elabora a sua concepção de património, não podemos deixar de considerar que da análise das formas de apropriação do mesmo resulta uma leitura esclarecedora das práticas e representações sociais, dos conflitos e dos interesses vários que configuram o sistema de valores e práticas da sociedade. Como sublinha Bourdin, «diz-me como trata o património, dir-te-ei que sociedade és...” (idem).

Esta questão envia-nos para um exemplo, o do caso português face à prática de intervenção nos já citados centros históricos urbanos. Segundo o mesmo Alain Bourdin, (in Isabel Guerra et. al., 1999, pp:2-3) o sucesso de uma operação de reabilitação urbana passa pela capacidade de actuação de um conjunto e parceiros em torno de uma mesma causa, o que, justamente no caso português, uma das dificuldades persistentes no sucesso de determinadas iniciativas prende-se com o facto de “se o Estado encoraja a reabilitação e se situa na origem da procura, sem, no entanto, querer verdadeiramente assumi-la, (...) os actores estão praticamente ausentes: criaram-se agências técnicas locais (GTL), pequenos organismos que empregam pessoas muito competentes, mas eles não encontram parceiros, assim não há sistema de reabilitação, o que obriga a passar para outros sistemas, em particular para o jogo político, com as consequências que se imaginam”. Não querendo prolongar a nossa discussão em terrenos de cariz político-ideológico, convém talvez precisar que muitas das iniciativas em torno da revitalização de centros históricos urbanos – mesmo os localizados em regiões rurais, para não perdermos o nosso fio condutor – pecam por um distanciamento entre o conteúdo inerente ao discurso político, assumidamente positivo perante a necessidade de recuperar e preservar os exemplos de património e depois a sua consequente tradução prática em termos de apoio dado a técnicos especialistas no terreno e a iniciativas de animação dirigidas para espaços patrimoniais, preferindo, não raras vezes, em seu lugar, dar concretização a acções laterais às constantes nos Planos de Pormenor, na sequência de lutas, interesses e cedências a actores locais, próximos ao quadro político no poder em determinadas localidades⁶¹.

Todavia, compreende-se alguma relutância por parte do poder político no que concerne à presença de uma determinada “euforia” subjacente ao alargamento do conceito de património. Euforia esta que se relaciona com o facto de, à conta da evolução do conceito de património, permitir-se hoje “«patrimonializar» realidades tão distintas e diversas” (Reis, idem, pp:84), com consequências ao nível dos critérios de avaliação do valor e genuinidade inerente a determinados objectos, edifícios, conjuntos, sítios,... Esta «euforia» envia-nos ainda para a constatação de um reconhecido interesse crescente em prol da preservação do património, das tradições culturais, das paisagens naturais. A explicação - ou parte da explicação para esta euforia – estará relacionada com uma curiosidade despertada pelos monumentos e seu significado, bem como sítios histórico-arqueológicos que, a

partir de uma consciencialização inicial praticamente cingida a círculos académicos e entusiastas sobre o tema, se expandiu depois a grupos sociais mais alargados, inclusive à própria população em geral. Exemplos disso são a origem e o desenvolvimento do turismo rural – hoje um fenómeno tendencialmente de massas – e uma evolução nas políticas culturais de conservação do património que, na opinião de Manuela Reis, “tendem hoje cada vez mais a ser, ao mesmo tempo, também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento” (idem, pp:79). Citando um outro autor, esta ideia ganha ainda mais consistência quando se nota que – segundo André Chastel – “a noção de património deixou de ser passiva para passar a ser activa: preservar significa ordenar, repovoar, animar” (in Reis, idem, 79)⁶². Neste sentido, constata-se então que o tema património tem vindo a conquistar gradualmente o interesse e a simpatia de mais vastas camadas sociais, ultrapassando os círculos sociais restritos, confinados às elites culturais.

É assim que vamos encontrar sinais da emergência de alguns movimentos de defesa e valorização do património. Movimentos esses que tomam a forma, quer em meio urbano, quer em meio rural, de associações locais, grupos de acção local, colectividades e outros tipos de movimentos, cujo denominador comum radica no facto de serem protagonizados, na generalidade, por cidadãos. Como sublinha a autora que temos vindo a seguir na nossa reflexão, estes movimentos cívicos inscrevem-se num movimento social mais abrangente e caracterizado pela emergência dos chamados “direitos humanos de terceira geração, também designados direitos pós-materialistas, [os quais] têm jogado um papel essencial no alargamento da cidadania e, portanto, na revitalização dos mecanismos de participação política nas sociedades contemporâneas” (Reis, idem, pp:77). É assim que a autora interpreta muitos dos actuais “movimentos de retorno ao passado” como tentativa de resposta ao somatório de acções classificadas como «atentados» ao património, independentemente do tipo e especificidade patrimonial⁶³.

É a partir destas reflexões que se constitui um dos objectivos complementares desta investigação: o de procurar reflectir sobre a construção social da noção de «património rural» – preferimos apelidar «patrimónios rurais», no plural, dado que nos parece mais correcto, uma vez que este se compõe de uma diversidade de elementos e conotações – em torno de duas balizas conceptuais: as de «património cultural» e «natural» em redor das quais procuramos desenvolver e compreender o

⁶¹ - Sem qualquer pretensão de teorizar acerca da actuação do poder político perante a temática da defesa e preservação do património, quisemos apenas alertar para situações discutíveis neste contexto, apoiando-nos na nossa experiência pessoal e profissional decorrente da passagem por uma autarquia na qualidade de técnico de um GTL.

⁶² - Vamos encontrar esta ideia também noutro estudo, nomeadamente quando se afirma que “o património é um instrumento de ordenamento e sobretudo um instrumento de democracia participativa, de identidade colectiva e de alargamento do campo da consciência (in LEADER Magazine nº8, 1994).

⁶³ - Para alguns autores – caso de A. Giddens (1992), J. Habermas (1987) e N. Luhmann (1993) – estes movimentos cívicos, constituem um dos efeitos decorrentes das mudanças constantes e das suas consequências menos positivas que o processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico produziram no período imediato ao pós-2ª guerra, mudanças essas que, de acordo com estes autores, são conceptualizadas como a emergência da designada “sociedade de risco”, fenómeno que surge a par do processo de globalização, transversal a vários sectores e quadrantes das sociedades contemporâneas.

significado da amplitude inerente àquela noção, servindo-nos para tal da orientação teórica apresentada e defendida por Isac Chiva (1995), para quem «património rural» significa um “interface do cultural com o natural num sistema de equilíbrio precário” decorrente – acrescentamos - das transformações das áreas rurais europeias, às quais fizemos referência no capítulo anterior. Lança-se assim o mote para um outro desafio inerente a esta pesquisa: proceder ao recenseamento das dimensões e dos elementos constituintes da noção de *património rural*, capazes de nos fornecer os contornos mais fecundos daquela noção e da diferenciação que lhe é inerente, partindo para tal de um conjunto de análises e reflexões apoiados em estudos, diagnósticos e levantamentos empíricos, para, posteriormente, avaliarmos a interpretação conceptual e a sua consequente tradução em termos de projectos, acções e iniciativas, inscritas nos planos de acção local, objecto de análise e avaliação no âmbito deste estudo.

3.2.2.1 - *Património rural* – diversidade subjacente a um conceito plural: Elementos, dimensões, exemplos empíricos

Como se poderá definir o *património rural*? Constituirá uma designação – mais uma designação - forjada a partir de duas dimensões já por si suficientemente abrangentes e conceptualizadas teoricamente («natural» e «cultural») ou encerrará alguma especificidade que lhe seja inerente e portanto capaz de acrescentar elementos novos à temática do património em geral? Porquê revemos hoje a sociedade rural projectada no centro da conjuntura económica, política e sociocultural, depois de um longo período gradual de esquecimento – que apesar de tudo ainda se vai mantendo – que marca tanto a actualidade científica, como o interesse do grande público e dos media?

Longe de se procurarem respostas aprofundadas para estas interrogações, constitui intuito orientar apenas este exercício reflexivo para algumas vertentes do tema. Neste sentido, muito embora a resposta à terceira interrogação apresentada possa ter sido adiantada no subcapítulo anterior, interessa não perdê-la de vista. Sobretudo porque, a discussão em torno dos significados e dos elementos subjacentes ao património rural – ou a sua percepção como tal – derivam precisamente, pelo menos em parte, de uma evidente consciencialização social em torno da importância, não só memorial e simbólica, mas também agora económica e política, de que o património rural passou a ser alvo. Consciencialização social essa que, como vimos, se inscreve num conjunto de movimentos sociais caracterizados pela defesa dos referidos “direitos humanos de terceira geração” ou “pós-materialistas”, onde está implícito um alargamento da cidadania e, por consequência, uma “revitalização dos mecanismos de participação política nas sociedades contemporâneas” (Reis, 1999, pp:77), as mesmas que projectam agora o mundo rural na esfera pública e dele se apropriam de formas diferentes e com novos objectivos económicos, simbólicos e políticos,... Essa apropriação, muito embora não se fazendo em circuito fechado – também já o dissemos – cingido às elites

culturais, mas agora alargado a vastas camadas sociais, vai tomando forma com o interesse crescente e depositado na salvaguarda e na revalorização, tanto de grandes obras culturais, como ao nível das designadas culturas populares. A avaliar pela diversidade de movimentos cívicos criados em torno da defesa do património – e designadamente do património rural – como pela relativa recorrência ao tema por parte dos media, a juntar ainda ao interesse académico que o mesmo suscita nos meios científicos, todas estas entidades concorrem para trazer à actualidade o significado, as várias componentes e o real valor simbólico, económico e cultural dos legados históricos que constituem o passado das sociedades actuais.

Se, tomando à letra a expressão habitual nos media e na opinião pública: “o passado é uma re-interpretação para o presente”, ou dito de outra maneira, “as sociedades modernas re-interpretam a tradição” (André Micoud, 1995), o sentido de ambas as expressões conduz-nos ao reconhecimento de que por exemplo as regiões e as comunidades rurais, aparentemente inertes, são na realidade sistemas em equilíbrio, complexos mas também instáveis (Isac Chiva, 1995, pp109), já que, não renunciando à sua característica “natural”, encerram também uma dimensão humana, “fabricada pelo homem” (idem), que, em certas situações, pode pôr em risco o suporte ecológico das próprias sociedades urbanas modernas. Esta consciencialização, materializada por exemplo nas brutais explorações agro-pastorais e consequente esgotamento da capacidade produtiva dos terrenos agrícolas, ou o seu oposto, na forma do abandono de vastas áreas rurais, por não serem competitivas do ponto de vista produtivo, ou por se basearem em sistemas de agricultura familiar em processo de decadência social e económica, a par da desertificação populacional de aldeias e lugares outrora animados por uma cultura popular secular, concorrem, em conjunto, para a degradação das principais características, valências e especificidades do mundo rural⁶⁴. Mas, onde entra então o património rural neste contexto? A resposta passa, inevitavelmente pelo reconhecimento de que, afinal, também ele corre o risco iminente de ver o seu valor secundarizado, quando não perdido, em nome de um suposto processo de desenvolvimento e progresso inerente a um projecto de sociedade vigente⁶⁵. Exposta a questão nestes termos, somos levados a reconhecer uma determinada necessidade, e até urgência, em dar atenção a um conjunto de elementos – materiais e imateriais – que compõem o património rural.

Mas, de que património rural falamos? Que elementos concretos e que valores lhe estão subjacentes? Como se podem identificar? Que critérios usar para a classificação desses elementos como património rural? A que pretexto? Que originalidade/genuinidade lhe reconhecemos? Estas e outras interrogações obriga-nos a um esforço de recenseamento de vários exemplos, situações concretas e

⁶⁴ - Recorde-se ainda a este propósito, a polémica vinda a público pelos media, sensivelmente há dois anos atrás, em torno da venda ilegal de pedra solta (granito) espalhada por terrenos baldios na zona da Beira Interior (Guarda) a compradores espanhóis que depois a vendem a construtores civis para posterior utilização na recuperação/reconstituição (?) de casas típicas rurais no outro lado da fronteira.

⁶⁵ - Recorde-se também todo o processo travado entre as opções de construção de uma barragem por um lado e a preservação e valorização turística das gravuras rupestres de Foz Côa, por outro lado, em Portugal.

registos empíricos acerca daquilo que afinal pode constituir e merecer o significado de «património rural» ou de «patrimónios rurais».

Voltemos um pouco atrás para relembrar e clarificar a noção de património em si própria. Assim, a noção de património tem vindo a evoluir e as intervenções neste âmbito têm-se desenvolvido, colocando novos problemas e sugerindo novas propostas conceptuais. O significado histórico, cultural e simbólico do património, nas suas dimensões arquitectónica, arqueológica, natural, cultural, e agora também rural - como tende hoje a ser interpretado - a par das potencialidades de uso e fruição que encerram o seu papel na identidade cultural dos sítios e das populações, impõem a tomada de consciência, quer política, quer social, quer ainda económica, da sua salvaguarda e valorização. Contudo e como refere Vitor Matias Ferreira, a problemática do património “está ainda envolta nalguma ambiguidade conceptual, a par de uma nítida ambivalência entre o discurso ideológico e a prática política sobre esta temática” (1998, pp:53). Para uma melhor percepção desta relação, nem sempre convergente, impõe-se uma contextualização histórica, necessariamente breve, mas suficientemente esclarecedora, acerca de alguns dos múltiplos significados construídos em redor do conceito de património, e mais em particular do conceito de património urbano, para depois, de forma mais consistente, analisarmos as várias dimensões e elementos associados ao património rural.

É consensual encontrar uma determinada familiarização com o termo património na sua generalidade. Associamo-lo frequentemente à ideia de “herança” ou à concepção de “bem cultural”, entre outras. Qualquer que seja a leitura deste conceito, tendemos a reconhecer-lhe um determinado valor, algo com singularidade e portador de significados inalienáveis, de pertença pessoal, comunitária ou universal. O reconhecimento da sua pertinência, communemente aceite nas sociedades contemporâneas, radica em algo tão antigo que se confunde com um sentimento de posse, que se acumula e transmite de geração em geração. Quer seja património associado a valores materiais - de que é exemplo os imóveis de valor arquitectónico - ou a valores imateriais - testemunhos, histórias, tradições, oralidades - ambas as conotações convergem para uma ligação global à cultura e, portanto, à consolidação de um conjunto de referências sociais e culturais que, paulatinamente, vão moldando a memória colectiva dos grupos sociais.

O significado da memória colectiva associada ao património recobre, efectivamente, esta dupla acepção - material e imaterial - constituindo uma vertente imprescindível na construção e manutenção por exemplo das “identidades colectivas” (A. F. Costa, 1999, pp:29), ao mesmo tempo que compõe a denominada “herança social”, transmissível entre gerações. Como escreve Joaquim de Moura Flores “a «herança» é hoje mais «pesada», na medida em que do conceito inicial, que se reduzia aos bens culturais de valor material efectivo, passámos para as heranças que identificam e caracterizam um povo, uma civilização ou até a humanidade. As tradições populares, os rituais, as

crenças e todo um conjunto de actos sociais encontram-se também incluídos neste conceito” (1998, pp:11)⁶⁶.

Voltando de novo ao património rural, é Isac Chiva quem nos propõe um conjunto de traços fundamentais, na forma de critérios objectivos, passíveis de funcionar como princípios de enquadramento e classificação dos diversos exemplos empíricos como património rural. Em número de quatro, o primeiro aspecto que o autor salienta prende-se com a “diversidade de formas, de objectos, de elementos e escalas de observação inerentes ao espaço rural: de centenas de micro-regiões, de numerosos tipos de arquitectura, cobertos vegetais, climas e recursos” (1995, pp:110). Em certo sentido, este primeiro traço geral avançado pelo autor justifica também a nossa preocupação subjacente à expressão de *patrimónios rurais* – no plural - já que, precisamente, estamos perante um domínio recheado de uma diversidade de elementos naturais e culturais merecedores daquele conceito.

Um segundo traço ou critério apontado por Isac Chiva relaciona-se – de forma interligada com o primeiro – com a “heterogeneidade dos elementos constituintes que vão desde os modos de existência materiais aos objectos naturais dominados e designados pelo homem; dos saberes, das técnicas e dos utensílios de construção às maneiras de comunicar e ao imaginário social” (idem).

O terceiro traço fundamental proposto relaciona-se com a “urgência imposta à observação e à intervenção [no património rural], pelos processos incessantes de mudança, de desaparecimento, assim como de criação de bens culturais e naturais” (idem), reforçando a ideia – parece-nos – de se ter em especial atenção o que se perde e o que se ganha com a intervenção nos espaços rurais, tanto ao nível dos processos de transformação que colidem com a existência e permanência de elementos patrimoniais, como inclusive ao nível da criação, por exemplo, de parques naturais (temáticos), e das suas vantagens para as regiões envolventes, do ponto de vista do seu futuro desenvolvimento. Para finalizar, um quarto traço fundamental que o autor sublinha e cuja tónica preponderante “na relação íntima com a identidade destas sociedades, - porque [como ele próprio afirma] os bens patrimoniais são, precisamente, aqueles em que os homens se reconhecem a título individual e colectivo: (...) - consideram estes bens ao mesmo tempo significativos para o seu passado e preciosos para o seu futuro. É por isto que o meio rural tem sido um «espaço de vida» e deverá continuar a sê-lo se quisermos conservá-lo” (idem).

Julgamos ganhar aprofundamento analítico ao desenvolvermos um esforço de entendimento do espaço rural e do seu património através de uma observação e de uma análise crítica balizadas

⁶⁶ - Inclui-se nesta acepção o denominado património natural, onde se inscrevem as paisagens e os sítios de reconhecido valor ecológico, estético e memorial.

precisamente por estes quatro traços fundamentais atrás enunciados. Tanto mais que, como iremos ver, e recuperando o primeiro critério proposto por Chiva, o património rural reflecte necessariamente aquela diversidade de elementos que o constituem e lhe dão visibilidade, permitindo-nos ainda ajudar a operacionalizar o conceito de *património rural*, nomeadamente decompondo-o em dimensões e indicadores suficientemente abrangentes e objectivos. Neste sentido, impõe-se assim proceder a um recenseamento sobre quais os elementos caracterizadores do espaço rural que são passíveis de constituírem parte do seu património, ou por outra palavras, saber afinal do que é que falamos quando nos reportamos ao *património rural*?

Se olharmos actualmente para a Europa rural, podemos encontrar uma gama diversificada de elementos, situações, casos e exemplos englobando: “a fauna e flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitectónicas, sob a forma de edifícios mas também de outras obras, como pontes, moinhos de vento ou muros de pedra solta, assim como todo um conjunto de elementos (lavadouros, calvários, etc.) agrupados no termo «pequeno património». A este património físico e construído junta-se tudo o que a história transmitiu, a cultura na sua dimensão imaterial: língua, costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos “saber-fazer”. Esta diversidade é também territorial: cada «região» possui o seu carácter próprio, uma «alma» que faz muitas vezes o orgulho dos habitantes e atrai o visitante exterior” (Michael Dower, (1998), in LEADER Magazine, nº17, pp:7-8). Esta longa citação congrega só por si uma multiplicidade de exemplos que, uns mais que outros, justificarão a sua importância social, económica, cultural e simbólica, tanto outrora, enquanto instrumentos e domínios essenciais à vivência das comunidades, como no presente e no futuro, enquanto marcas cruciais de uma cultura geracional que importa preservar, e sobretudo revitalizar em prol do desenvolvimento das regiões rurais que enquadram aqueles elementos.

A listagem de exemplos empíricos que enforma o património rural não se esgota com a transcrição acima. Podemos adicionar ainda outros elementos, alguns dos quais parcialmente já mencionados. Para Isac Chiva, por exemplo, “os elementos constitutivos, ao mesmo tempo culturais e naturais do património rural, agrupam a arquitectura, a organização do habitat, a paisagem, no sentido ecológico do termo, as técnicas e os saberes indispensáveis [à vivência comunitária e à comunicação]” (idem).

Mas, podemos ir ainda mais longe neste esforço de recenseamento de elementos empíricos passíveis de serem conotados como património rural. Socorremo-nos para tal de mais alguns outros exemplos

reunidos numa obra – 20 Valores do Mundo Rural⁶⁷ – que expressa de uma forma articulada, e suficientemente aprofundada, a riqueza simbólica, económica e cultural que se reconhece ao mundo rural. Cingimo-nos apenas à enumeração dos 20 valores apresentados, já que a especificação de cada um e a sua análise mais crítica mereceria uma reflexão mais apurada e aprofundada, talvez num outro exercício analítico. Esses vinte valores – correndo algum risco de repetição – congregam situações e elementos como: a *agricultura*, em particular o modelo da agricultura portuguesa, tradicionalmente familiar, que embora caracterizada de pré-moderna, encerra, segundo Boaventura Sousa Santos, uma singularidade nacional capaz de ser re-interpretada em termos pós-modernos no contexto europeu, já que se traduz em modalidades de pluriactividade e plurirendimento, tão importantes para amortecer situações de exclusão e de crise em determinadas conjunturas económicas, como parecem ser os tempos actuais no contexto europeu⁶⁸.

Outro valor avançado naquela obra envia-nos para o significado da *aldeia* rural, cuja importância se traduz no facto dela se constituir como uma referência para a compreensão da própria sociedade rural portuguesa. Neste caso, Joaquim Pais de Brito sublinha “a aldeia tem algo de entidade imaginada e mítica, já que a história da sociedade rural se constitui em torno desta forma social, agreste e amena, que marca a paisagem e que, mesmo quando se esvazia de gente, parece lembrar, como testemunho, o microcosmos de gente que lhe deu forma”.⁶⁹ Também o *artesanato* se encontra entre os 20 valores do mundo rural, relativamente ao qual, a interpretação levada a cabo revê nele e na sua concepção tradicional “a indústria dos tempos pré-modernos: actividade produtiva caracterizada por uma simplicidade de todo o processo que permitia a concentração do mesmo numa só pessoa, desde a concepção e efectivação até à contemplação final da obra, e seu destino”⁷⁰, valor este que tem merecido, aliás, uma atenção especial no que concerne aos apoios e à possibilidade de atingir sucesso da parte de algumas iniciativas dirigidas para a rentabilização económica e conquista de mercados no âmbito deste sector. Outro valor inerente ao mundo rural é a *biodiversidade* que as áreas rurais continuam a representar, a qual tem sido objecto de efeitos negativos, e por vezes irrecuperáveis, motivados pela crescente industrialização das sociedades urbanas, com perigos iminentes para a desejada sustentabilidade ecológica e humana⁷¹. Neste conjunto cabe ainda o reconhecimento da *canção popular* como património rural, neste caso património cultural tipicamente rural, relativamente à qual, e como escreve Vitorino de Almeida “ouve-se com frequência dizer que a chamada melodia popular não tem propriamente autor, ou seja: teria sido composta por uma entidade

⁶⁷ - Editada pelo Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (IEADR), Programa da Iniciativa Comunitária LEADER, Ministério da Agricultura, em 1995, que reúne um conjunto de reflexões em torno dos principais referentes culturais, económicos e simbólicos característicos da realidade rural portuguesa.

⁶⁸ - Ver Boaventura Sousa Santos em AA.VV., (1995), *20 Valores do Mundo Rural*, pp:18-21.

⁶⁹ - Joaquim Pais de Brito, idem, pp:28-31.

⁷⁰ - José Maria Cabral Ferreira e José Portugal, idem, pp:38-41.

⁷¹ - Carlos Pimenta, idem, pp:46-49

colectiva, a que se dá o nome genérico de povo (...) e tal como o soldado desconhecido, é também muito provável, que esse autor nunca tivesse desejado ser herói...”⁷²

Um segundo conjunto de valores do mundo rural engloba por exemplo a *cozinha rural*, tanto na sua dimensão física, espacial, com os traços que a caracterizam, como na dimensão mais ligada aos sabores, o mesmo é dizer à gastronomia. Neste duplo sentido, a cozinha rural ocupa também um lugar referenciável neste grupo de elementos constitutivos do património rural. A este propósito Benjamim Enes Pereira descreve a cozinha como “o compartimento mais importante da casa, onde se centraliza e decorre a vida de relação dos seus moradores, funcionando ainda como lugar privilegiado de convivencialidade mais alargada”.⁷³ Outro valor, conceptualizado de forma ligeiramente diferente dos anteriores, transporta-nos para o modelo das *famílias agrícolas em termos da diversidade de ocupações e rendimentos* que elas protagonizam. Segundo Carmina Cavaco, “as famílias camponesas foram mantendo economias fortemente autárquicas, com lugar para diferentes artes e ofícios mas de trocas mercantis limitadas. Algumas permutas de bens e de trabalho entre vizinhos e parentes ajudavam a sobrevivência num quadro espacial limitado, do mesmo modo que as estruturas familiares alargadas a várias gerações reforçavam solidariedades e potenciavam o desenvolvimento de actividades não agrícolas nos tempos mortos do calendário agrícola, nas longas noites de Inverno e quando as forças são ainda reduzidas (crianças e jovens) ou começam a fraquejar (idosos)”.⁷⁴

Também o *folclore*, ou as danças populares, cabem nesta recensão de elementos que compõem o património rural, fortemente enraizada nos ambientes festivos típicos das paragens rurais, muitas vezes associadas a rituais sagrados e pagãos, como o atesta Isabel Gomes Silvestre: “a festa celebra a alegria do homem e a juventude do mundo, é o voltar ao grande tempo que tudo purifica, actualiza e recria; é ligação com o sagrado, justificador do mundo novo e regenerador do Homem”.⁷⁵ Por falar em Homem, surge por sugestão de Manuel Belo Moreira, o *Homem Rural* como um valor acrescido do património rural, no sentido da sua capacidade de adaptação e inovação às dificuldades geradas na e pela natureza. Está aqui em causa o domínio imposto pelas comunidades rurais junto dos obstáculos físicos de ordem natural em seu proveito, traduzido na capacidade de adaptação e inovação, que cada vez mais enfrenta novos desafios, desta feita, provocados pelas necessárias inovações económicas, sociais e culturais, influenciadas pelas sociedades e pelo “Homem urbano”.⁷⁶ Ainda neste grupo de valores associados ao mundo rural e passíveis de constar do leque de elementos tidos como património rural, temos a *hospitalidade rural*, referida inclusive muitas vezes pelos turistas como um dos referentes principais que mais emoção e recordações lhes proporciona, muito embora aquela hospitalidade possa ser confundida e interpretada como sendo uma atitude de subserviência perante

⁷² - Maestro António Vitorino de Almeida, idem, pp:56-59.

⁷³ - Benjamim Enes Pereira, idem, pp:66-69.

⁷⁴ - Carmina Cavaco, idem, pp:74-79.

⁷⁵ - Isabel Gomes Silvestre, idem, pp:86-89.

os visitantes, a quem se tenta agradar a todo o custo e em nome de uma tradição hospitaleira nacional, como de resto chama a atenção Francisco Sampaio⁷⁷.

Segue-se um outro grupo de referentes específicos da vivência rural. São os *jogos tradicionais*, entendidos “como elementos de cultura [que] não-de necessariamente reflectir a vida do povo, revelando a alma colectiva dos seus costumes, hábitos e técnicas, valores, tendências e superstições, transmitidos oralmente de geração em geração. Estas práticas lúdicas apresentam fortes ligações às lides agrárias e pastoris, à festa e ao sagrado, desenvolvendo-se quase sempre de um modo cíclico ou sazonal, acompanhando o desenrolar dos calendários agrícola, festivo ou religioso”⁷⁸. Temos ainda a *medicina popular* que apesar de “se misturar com superstições, ritos e orações a acompanhar, reconhecemos que certos medicamentos caseiros, transmitidos no andar dos séculos, de geração em geração, são eficazes e fazem parte do património cultural do nosso povo”.⁷⁹ E o que dizer das *mulheres de uma aldeia*, “cujas funções educativas, os cuidados de saúde, de preparação e transformação de alimentos, realizadas a nível doméstico foram, pouco a pouco, saindo da esfera doméstica e disseminadas por instituições diversas. Este processo tendo-se iniciado a nível urbano há muito mais tempo com a entrada das mulheres no mundo assalariado, só muito recentemente se está a operar nos campos”.⁸⁰

Nesta linha de importância patrimonial incluir-se-ia também os *museus de agricultura*, cuja criação permitem manter, por um lado, a memória histórica e cultural da sociedade rural, marcada pela rotina de um calendário agrícola – já referido a propósito de outros elementos patrimoniais – e por outro lado, através de exposições temporárias, actualizar os conhecimentos dessa mesma sociedade rural. Como refere Simonetta Luz Afonso, estes núcleos museológicos tendo como pano de fundo e objecto central de interesse a agricultura “poderão (...) ajudar as sociedades rurais a evoluir dentro do equilíbrio da sua interiorização e das mudanças que já se encontram ao seu lado. Será esse fundamentalmente o principal objectivo da criação de um Museu de Agricultura ou de Núcleos Museológicos regionais ou locais (Museus Nucleados).”⁸¹ Mais uma referência a um outro símbolo do mundo rural. Referimo-nos à especificidade do *ordenamento do espaço rural*, que na opinião de Ilídio Araújo, “numa perspectiva de ordenamento das paisagens humanizadas, o espaço rural não deve ser entendido como um espaço destacado e isolado dos espaços urbanos, porque estes são indispensáveis à sua estruturação e suporte. Por isso, é indispensável, também, que o planeamento

⁷⁶ - Manuel Belo Moreira, idem, pp:96-99.

⁷⁷ - Idem, pp:106-108.

⁷⁸ - Mário Cameira Serra, idem, pp: 116-119.

⁷⁹ - É o que pensa Nuno Rodrigues Grande, pp:126-127.

⁸⁰ - Teresa Joaquim, idem, pp:136-139.

⁸¹ - Ibidem, pp:146-149. Vale a pena fazer referência neste caso a uma experiência levada a cabo em torno da criação de um restaurante-museu em espaço rural dedicado ao arroz e aos processos produtivos a ele associados, numa interessante articulação entre “mesa” e “museu”, reflexo de um modo de vida e de subsistência económica para as populações de uma região do litoral alentejano, na Comporta - Alentejo. Ver a este propósito Pedro Prista, (2000), “Esboço de um projecto de Reabilitação Museológica do Restaurante “Museu do Arroz” na Comporta”, in Territórios Alternativos, nº 1, Grândola.

das “estruturas” urbanas e das paisagens humanizadas tenha perfeita consciência das relações campo/cidade e das particulares exigências do espaço rural, para que a expansão urbana não seja – como tem sido entre nós, ao contrário do que se pretende – o principal factor de destruição do espaço rural.”⁸²

Num último grupo de elementos empíricos constitutivos do designado património rural podemos encontrar ainda a organização socioeconómica rural, a paisagem rural, a sabedoria da tradição popular, a solidariedade rural e, por último, o teatro popular. Começando pelo primeiro – a *organização socioeconómica rural*, esta emanou da necessidade de encontrar formas inteligentes de organização e sobrevivência por parte das populações. Assim, são múltiplas as formas de organização socioeconómica que povoam os diferentes espaços rurais, as quais surgiram pelas mais diversas razões, nomeadamente para “superar o isolamento das populações, rentabilizar os factores de produção existentes, superando por exemplo os problemas decorrentes da escassez de mão-de-obra, ou gerindo de forma ordenada o seu excesso; minimizar o grau de incerteza e risco decorrente da actividade agrícola; prestar assistência social aos vivos ou assegurar o respeito à memória dos mortos; etc.”⁸³ No caso da *paisagem rural* - elemento já referenciado atrás – limitamo-nos a recordar a sua importância enquanto factor de equilíbrio ecológico mas também objecto de pertença cultural, cada vez mais defendido perante o perigo das acções de urbanização e industrialização crescentes.⁸⁴ Falta-nos especificar o significado patrimonial relativo à *sabedoria da tradição popular*, cujo sentido e pertinência enquanto - também ele - elemento a preservar como património rural, se relaciona com o facto de constituir o saber popular um símbolo cultural, caracterizado pela autenticidade, embora não numa perspectiva exclusivamente de “saudosismo passadista ou conservadorismo romântico”.⁸⁵ Também neste contexto surge-nos a *solidariedade tipicamente rural*, de raiz familiar e apoiada nas relações de vizinhança, cuja importância e valor deverá ser tido em conta nos “processos de desenvolvimento local, baseados na iniciativa pessoal, individual e colectiva, visando a prevenção e solução de problemas sociais”.⁸⁶ Por fim, a última referência empírica recai no *teatro popular*. Neste caso e parafraseando Mário Barradas, “as representações teatrais ou as simples manifestações para-teatrais constituíram em todos os tempos, em todas as sociedades, privilegiados pontos de encontro do mito e da invocação, do exorcismo e do prazer lúdico, da imaginação e da criatividade, mas também das memórias e das identidades dos povos.”⁸⁷

Esta longa exposição de casos empíricos, apesar de extensa e eventualmente um tanto ou quanto fastidiosa, tentou dar resposta a um dos desafios que nos propusemos atrás, o qual consistia num

⁸² - Idem, pp:156-161.

⁸³ - Arlindo Marques Cunha, idem, pp:166-167.

⁸⁴ - Eugénio Castro Caldas, idem, 176-179.

⁸⁵ - Lopes Marcelo, idem, pp:186-189.

⁸⁶ - Acácio Catarino, idem, pp:196-199.

⁸⁷ - Idem, pp:206-209.

esforço de recenseamento dos vários elementos e exemplos de realidades específicas do mundo rural, e que podem constituir alguns dos referentes principais do conceito de *património rural*. Apesar também de lhe reconhecermos alguma exaustão de casos e exemplos, não sabemos se este conceito ficará, assim, esgotado em termos da sua tradução empírica. Todavia, e mesmo assumindo esta hipótese, importa rematar o nosso exercício analítico dirigindo a nossa atenção para os resultados esperados das políticas favoráveis à preservação e revitalização de toda esta diversidade de elementos naturais e socioculturais que dão forma e visibilidade ao património rural. Outros ângulos sobre o tema ficarão certamente por abordar, eventualmente a concretizar num outro contexto. Por ora, interessa-nos então avaliar que leituras são possíveis extrair de uma possível aposta na dinamização do património rural – ou dos patrimónios rurais – devidamente enquadradas em programas e projectos de desenvolvimento local e de turismo rural, os quais, por sua vez, poderão ser o pronúncio de um novo projecto de sociedade, mais atenta aos seus valores passados, num presente cada vez mais caracterizado pela incerteza perante os resultados da ciência, da técnica, ... do progresso. É sobre estes aspectos que nos iremos debruçar em seguida.

3.3 – Património Rural, Desenvolvimento Local/Rural e Turismo Cultural/Rural

3.3.1 – Património rural como recurso turístico ao serviço do desenvolvimento

Como síntese da longa exposição de elementos empíricos que subjazem ao conceito de património rural e lhe dão sentido, sobressaem duas leituras. A primeira relaciona-se com o facto de que quando falamos em *património rural*, este só poderá ser entendido enquanto interface entre o «natural» e o «cultural», ou seja, uma composição de elementos, ora naturais ora culturais, combinados de forma articulada e apelando a uma definição abrangente e plural. A segunda leitura, decorrente da primeira, envia-nos para a necessidade de interpretar esse património rural, como uma componente da sociedade humana em situação de risco, em consequência da crescente urbanização e da sua extensão para as áreas rurais limítrofes. Neste sentido, da articulação ou interface entre a vertente “natural” e a “cultural” decorre não só a especificidade do conceito de *património rural*, como se reclama a urgência em “inventar meios novos e originais, aliando com determinação protecção e valorização dos bens patrimoniais num objectivo de revitalização dos territórios rurais” (Chiva, I., 1995, pp:115).

Surge-nos de novo com importância renovada, à luz do conceito de património e da respectiva abrangência dos seus referentes empíricos, a temática do desenvolvimento local. Mais uma vez, num contexto em que se pretende uma valorização dinâmica, a reutilização dos bens patrimoniais rurais, sugerida em vários programas e projectos de desenvolvimento local, deverá ser enquadrada numa política de organização do espaço rural, na perspectiva de o tornar, cada vez mais, “um bem comum a

todos os habitantes, tanto das cidades como dos campos” (idem, pp:116). Esta tomada de posição deverá ainda ter em conta, de forma subjacente, “a evidência segundo a qual o património rural não tem sido mais do que uma continuação de estados temporários de um espaço em permanente mutação” (idem). Afinal, trata-se de procurar uma política de organização do território que leve em linha de conta - numa conjuntura marcada pela diminuição contínua de população activa agrícola, pelo cancelamento da exploração de terrenos agrícolas e pelo aumento dos baldios, correspondendo estes ao abandono de extensas áreas outrora agrícolas - a necessidade de restabelecer um equilíbrio entre o homem, a sociedade e a natureza, elementos que formam uma equação particularmente complexa. Sempre que uma paisagem se degrade, uma povoação se desertifique e se transforme em ruínas, um coberto vegetal se degenere, constituem todos sintomas de um equilíbrio precário, reivindicando-se assim a urgência de uma política de planeamento e ordenamento do território, consentânea com a necessidade de ensaiar fórmulas e iniciativas de desenvolvimento que privilegiem o restabelecimento daquele equilíbrio (ou que, pelo menos, atenuem as consequências negativas geradas pela ausência ou perda do mesmo equilíbrio).

Inerente a estas preocupações está também o ensejo - manifestado por vários quadrantes sociais (academias, associações de defesa do património e do ambiente, “mass-media” e opinião pública,...) – de criar uma política patrimonial ligada a um “grande projecto de sociedade que reconheça um papel essencial do espaço rural, com os seus componentes culturais e naturais na manutenção do grande equilíbrio que se propõe atingir, um ordenamento do território digno desse nome” (Chiva,1995, pp:116). O mesmo é dizer, segundo um outro autor, convergente com a mesma opinião atrás citada, o que está em causa é a necessidade de estimular “uma cultura cívica favorável ao mundo rural, não apenas de forma platónica e nostálgica, mas de um modo pragmaticamente capaz de servir as necessidades de quem aí vive e trabalha” através de “uma articulação eficiente entre políticas de ordenamento do território e conservação da natureza, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento regional e de desenvolvimento urbano, nomeadamente em torno dos conceitos de cidade média e de rede urbana complementar” com o intuito último de promover uma “nova relação rural-urbano” transformando as cidades em pontes efectivas entre as áreas rurais e o mundo exterior” (Ferrão, 2000, pp:49-53).⁸⁸

Nesta linha de discussão, impõe-se uma última pergunta: que lugar ocupa o turismo cultural, e designadamente o turismo rural, neste contexto?

Tendo como ponto de partida o facto de se reconhecer ao turismo – cultural e rural – um papel importante (bem ou mal conseguido, dependendo dos casos) no processo de integração espacial, isto

⁸⁸ - Ver também a este propósito Vitor Matias Ferreira, “Das assimetrias territoriais às redes de cidades. Uma hipótese de desenvolvimento urbano” in *Territórios Alternativos*, nº1, Grândola, 2000.

é, de aproximação entre o «urbano» e o «rural», esse mesmo turismo em espaço rural aparece-nos então como um elo mediador também entre o homem e a natureza, forjando uma integração simbólica que contribui para a construção da tal “cultura cívica” que se quer, não apenas nostálgica e contemplativa, mas também e acima de tudo, capaz de ensaiar uma estratégia de mudança e de desenvolvimento que tenha em conta a criação de um protagonismo real por parte das regiões, das suas organizações e dos seus actores locais, numa sociedade cada vez mais global e comandada pelos valores, pela cultura e pelos objectivos - políticos, económicos e sociais – característicos do «modo de vida urbano». É neste contexto que mais uma vez o património, neste caso o património rural, assume um papel relevante.

Se por um lado o turismo ocupa um lugar de destaque nos programas de desenvolvimento regional e rural⁸⁹, não é menos verdade que o património rural se apresenta como um dos principais e mais emblemáticos símbolos do consumo cultural e turístico das mesmas regiões e localidades rurais⁹⁰. São múltiplas as utilizações do património rural em prol do turismo. Quer as festas e festivais regionais, quer ainda a gastronomia, o artesanato e os sítios arqueológicos, como a transformação de castelos, solares, moinhos e quintas em complexos hoteleiros e pousadas para a juventude, todos estes sinais de reutilização do património rural para outros fins, diferentes dos originais para que alguns deles foram criados, evidenciam uma outra possibilidade de gerar riqueza local, partindo precisamente do que aí existe, dos seus recursos. Claro que, não raras vezes, se detectam utilizações do património rural – bem como de outro qualquer – de forma desajustada e desapropriada, desvirtuando o seu carácter original, só porque assim se favorece a obtenção de lucro económico. Porém, excluindo as situações que se enquadram no cenário atrás descrito, é necessário salientar inúmeras iniciativas que se dedicam à protecção do património rural, apresentando-o de uma maneira viva e honesta, criando inclusive empregos e rendimentos para as populações locais.

Afinal – já não é novidade – o património, entendido enquanto recurso turístico serve os propósitos do desenvolvimento local e sustentável, constituindo ao mesmo tempo a memória colectiva da população e um potencial recurso para o seu futuro. Porém, só quando devidamente planeada e inserida em estratégias integradas de desenvolvimento regional e rural, é que a valorização do património poderá gerar frutos que ultrapassem o mero interesse contemplativo e nostálgico de que o mesmo, apesar de tudo, continua a ser alvo, de uma forma reducionista, escondendo outras virtualidades. Convém ressaltar que tanto o património rural, como o turismo – cultural e rural – não podem, não devem, ser interpretados como as tábuas de salvação do mundo rural, ou por outras palavras, não devem constituir a panaceia para os problemas rurais.

⁸⁹ - Refira-se que mais de 42% dos montantes investidos no âmbito do LEADER I foram dedicados a este sector (LEADER Magazine, nº 17, 1998, pp:10).

⁹⁰ - Basta abrir qualquer desdobrável turístico para encontrar referências ao património, convidando o turista a visitar e a consumir.

Aprofundemos um pouco mais esta linha de análise. Num contexto de desenvolvimento local, quer dizer, numa política de intervenção “de «baixo para cima», reivindicando uma ordem mais «localista», na análise das necessidades e de aproveitamento dos recursos” (Ferreira e Guerra, 1994, pp:311), toma forma um conjunto de análises que vêm defendendo a possibilidade de aproveitar o património rural (e não só), para, a partir dele, encetar estratégias de desenvolvimento local, tendentes à criação e sustentação de mais-valias económicas, culturais e sociais, com efeitos positivos para os próprios locais e para as respectivas populações sobre as quais se intervém. Efectivamente, o Conselho da Europa, através da sua Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (1985) – reafirmado mais tarde na Conferência de Cork, em 1996 - refere que “é necessário transmitir um sistema de referências culturais às gerações futuras, melhorar a qualidade de vida urbana e rural, favorecendo em simultâneo o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados e das Regiões” (in Flávio Lopes, 1999). Com esta perspectiva, as “ideias conservacionistas” eventualmente ainda subsistentes e que consideram o progresso como inimigo do património rural (mas também urbano), estão a dar lugar a outras e novas concepções onde a conservação deste tipo de património surge como estimulador do progresso social e económico, o qual por sua vez, reverte a favor do próprio património rural, renovando-lhe a sua utilidade⁹¹.

É neste contexto que – como vimos atrás - se assiste actualmente a um aumento significativo do interesse das organizações públicas e privadas relativamente ao património rural, bem como a um aumento dos meios técnicos e financeiros postos à disposição do seu estudo, preservação e divulgação. Nesta linha, atendendo ao seu valor de uso (turístico e não só), o património rural constitui então um desafio económico e social favorecedor do desenvolvimento local, da melhoria da qualidade de vida, estimulando as actividades tradicionais e/ou mesmo o aparecimento de novas actividades. O património rural pode ainda contribuir para a revitalização económica de cidades e vilas próximas, para além das próprias aldeias (históricas), quer pelo número de pessoas que se tem vindo a ocupar do seu estudo, interpretação, salvaguarda e valorização, quer pelas vantagens, directas e indirectas, decorrentes por exemplo do turismo cultural (e rural). Com efeito, o carácter atractivo do património rural tem efeitos benéficos sobre factores diversos, tais como a qualidade ambiental, o incremento da dinamização económico-comercial e a promoção de uma certa imagem de qualidade e de genuinidade associada ao local a que pertence. Nesta perspectiva, a variedade e o carácter genuíno do património rural traduzem-se em riqueza económica e cultural, constituindo-se por isso num pólo de interesse turístico.

⁹¹ - No caso concreto de Portugal, a generalidade das cidades, vilas e aldeias portuguesas não têm características de centros financeiros ou industriais, grandes mercados de produção agrícola, ou de outras funções altamente competitivas no quadro da globalização que marcam as sociedades contemporâneas. Logo, a competitividade daquelas deve medir-se recorrendo à sua capacidade para atrair e fixarem quadros superiores, capazes de gerarem dinâmicas de desenvolvimento a partir das vantagens existentes localmente. É assim que surge o ambiente urbano, enquanto uma dessas vantagens competitivas e onde

Esse interesse turístico recai assim num conjunto de produtos de índole cultural, associados ou designados de *património rural*, que podem assumir múltiplos e variados géneros, como de resto tentámos enumerar o mais especificamente possível, e dos quais destacamos os vestígios arqueológicos, os museus, os monumentos históricos, as habitações, as instalações industriais desactivadas, os costumes populares, os artefactos tradicionais, as rotas gastronómicas e de vinhos, os eventos artísticos, entre tantos outros, passíveis de serem organizados para usufruto, quer das populações residentes, quer de turistas/visitantes. Conforme refere Alberto Marques (1999), o turismo cultural, quando associado correctamente ao património urbano e aos seus usos, “promove a revitalização de práticas tradicionais e o incremento de uma economia do património que é reforçada pelas actividades empresariais impulsionadas pela procura turística”. Os lugares – urbanos ou rurais – onde se possa apostar numa política de turismo cultural, e qualquer que possa ser o seu nível de desenvolvimento, “ganha uma dinâmica indutora de riqueza, criadora de empregos e conducente à maior prosperidade social e económica” (idem). Porém, tal aposta obriga à definição de uma estratégia de desenvolvimento que se articule com a comunidade e com a identidade sociocultural, histórica e patrimonial dos sítios, e não contra ela, a pretexto de ganhos de produtividade da indústria turística.

Para que o turismo cultural e rural possa ser interpretado como uma estratégia de desenvolvimento local, associado e favorecido pela existência de recursos patrimoniais, é preciso ter em conta alguns pressupostos. Em primeiro lugar, é necessário banir a ideia errónea de que o turismo cultural/rural tudo resolve, uma vez que os produtos que são rentáveis do ponto de vista económico e social num determinado lugar e para uma clientela específica, podem não o ser noutro; em segundo lugar, as actividades turísticas, mesmo as rotuladas como de “turismo cultural”, não devem ser assumidas como finalidades em si mesmas, mas sim constituírem factores geradores de riqueza e de bem-estar para as comunidades; e por fim, a atractibilidade dos lugares e sítios alvos de políticas de desenvolvimento turístico deve assentar na sua genuinidade, que para além de produto turístico apropriável por turistas, deverá ser partilhada e promotora de bem-estar estável aos seus habitantes, com carácter duradouro.

Estas preocupações decorrem da percepção de alguns riscos associados à eventualidade dos lugares e sítios de interesse patrimonial, como é o caso das aldeias históricas, poderem ficar dependentes do turismo (cultural) como único e mais rentável vector de desenvolvimento local, com todos os riscos e probabilidades de servirem como palco para a especulação imobiliária por exemplo. Com efeito, tomando a hipótese de uma cidade, vila ou aldeia, cujo centro histórico se veja transformado em

o património rural, enfatizando as características estéticas e harmoniosas da integração do passado com o presente, desempenha um papel insubstituível naquele quadro competitivo global.

simples “produto turístico”, implica o reconhecimento e a aceitação de alguns riscos tais como a “mumificação das estruturas físicas, o desaparecimento da vida urbana ou rural, a degradação ambiental” e – acrescentamos nós – a especulação imobiliária (in F. Lopes, 1999). É certo que os turistas se apresentam como grandes consumidores de bens e serviços. A sua permanência ou simples passagem pode contribuir para a dinamização de actividades económicas, criando emprego, introduzindo novos hábitos nas comunidades, uma das quais a (re)aproximação das populações ao seu património, quer seja ele localizado em meio urbano como em meio rural, motivando-as para o protegerem, reabilitarem e usarem⁹², o que já em si pode significar um resultado positivo.

Efectivamente e como escreve Flávio Lopes, “o turismo pode, e deve, desempenhar um papel relevante na transformação qualitativa da realidade urbanística, económica e social. Porém, os centros históricos [e as aldeias históricas] são realidades demasiado ricas para ficarem limitadas a um simples papel de «atração turística»” (idem). Neste sentido, assume particular acuidade a tomada de consciência que o incremento do turismo deve ter presente as realidades locais (económicas, sociais, culturais e ambientais), bem como os seus valores patrimoniais, pois de outra forma rapidamente se atinge o efeito contrário aos objectivos de uma política de desenvolvimento local sustentável e durável⁹³, dos quais se destaca, por exemplo, a excessiva dependência da vida económica local de um só sector de actividade – por exemplo do turismo cultural -, a diminuição da qualidade urbana e ambiental, a descaracterização das identidades sócio-culturais locais, a banalização do significado do património, o florescimento de uma postura de subserviência por parte das populações locais face à importância dos turistas para a economia local, os perigos da desvirtuação e artificialização de ambientes, a degradação física de imóveis e de estruturas arqueológicas, entre outros riscos.

As alterações económicas, sociais e culturais suscitadas por uma aposta no turismo cultural, enquanto vector de desenvolvimento local, podem proporcionar efeitos positivos no mercado local, criando postos de trabalho directa ou indirectamente. No que concerne ao património rural, nas situações em que este é contemplado nas estratégias de desenvolvimento local, em íntima associação com o turismo cultural, os efeitos positivos proporcionados por este último podem desdobrar-se em várias frentes, favorecendo, por exemplo, a manutenção dos saberes tradicionais, quer sejam aplicados à conservação e restauro do património, quer à renovação do artesanato tradicional, que ganha assim

⁹² - A visão do turista como “fonte de receita financeira potencial” é um dado importante e incontornável para a afirmação de uma estratégia de desenvolvimento local, por exemplo associado ao recurso “património urbano”, enquanto produto atractivo, numa determinada comunidade ou sítio (Carlos Fortuna, 1995, pp:18), leitura que nos parece perfeitamente adaptável para o caso do património rural.

⁹³ - É normalmente aceite que o desenvolvimento durável e sustentável deve respeitar os seguintes princípios: “os bens culturais devem ser utilizados para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos; as estratégias de conservação do património devem ser pluridisciplinares, e devem estar incluídas nos objectivos essenciais do ordenamento do território e da protecção ambiental; as perspectivas de desenvolvimento durável exigem um exame profundo dos princípios de utilização do património, encorajando as utilizações tradicionais dos imóveis, mesmo daqueles cujo valor intrínseco não justifique uma protecção jurídica directa através da classificação mas que apresentam um valor de acompanhamento do ponto de vista do ambiente urbano e rural; o futuro físico do património depende, em grande parte, da nossa capacidade para manter as técnicas e os materiais tradicionais” (in Lopes, 1999).

novas oportunidades de comércio e novos mercados de referência. É um facto que o turismo cultural, quando inserido em estratégias de desenvolvimento local, de duração sustentável, pode revalorizar os recursos culturais locais, incluindo obviamente os patrimoniais, sobretudo aqueles que se encontram em risco de deterioração ou desaparecimento da memória social das comunidades e dos lugares. Porém, há que ter em conta a necessidade de saber medir e conter os “excessos”, quer dizer, os efeitos nefastos decorrentes, por exemplo, de uma afluência turística massiva e desorganizada, que pode provocar variações nos modelos culturais e nos modos de comportamento das populações autóctones, pondo desse modo em risco os factores de atractibilidade originais. A este propósito escreve Flávio Lopes – “o modelo tradicional de desenvolvimento turístico, aplicado nas décadas passadas, baseado no sol e na praia, não pode ser aplicado à fruição do património cultural” (idem), leitura que, em nosso entender, tem grande cabimento se a aplicarmos também ao contexto rural.

Chegados a este ponto da nossa reflexão, parece óbvio reconhecer ao turismo cultural e rural uma importância e um desafio inevitável para a continuidade da revalorização do património, entendido em todas as suas acepções: urbano, cultural, natural, arquitectónico, arqueológico, ...e, claro está, rural. Esta convicção assume maior pertinência num contexto social que, marcado pelas circunstâncias de uma era global, parece reconhecer cada vez mais o valor intrínseco do património e de um fascínio das cidades, vilas e aldeias que, como escreve Carlos Fortuna - “surge aliado, como nunca, à sua temporalidade e, por isso, [o património] é uma das principais atracções turísticas dos nossos dias (...), aqui radica por exemplo, a revalorização do significado e da função estética das ruínas, não apenas como elemento da identidade dos sítios, mas igualmente como sinal da relação que os indivíduos estabelecem com eles” (1995, pp:25-26). Tal significa que, ainda no contexto da globalização, o que torna singular os espaços, sejam eles, agora, urbanos ou rurais – é a sua singularidade, cujo conteúdo está a deslocar-se, parcialmente, para os seus valores histórico-patrimoniais (Idem, pp:25).

Todavia, convém sublinhar que a política de salvaguarda e valorização do património não pode ser desenvolvida por se tratar apenas de um recurso turístico, nem pode, analogamente, servir como pretexto e base de apoio para o desenvolvimento de atitudes nostálgicas de evocação do passado, em prol de argumentos de pendor ideológico e nacionalista sobre a nossa identidade histórica. Do mesmo modo, para que o turismo cultural, e designadamente o turismo rural – pela mão dos seus promotores - seja reconhecido como um vector de valorização patrimonial e, simultaneamente, encorajador de estratégias de desenvolvimento local, deverá demonstrar que não tem que ser um predador de recursos e de valores patrimoniais, mas, antes pelo contrário, deverá constituir um potencial veículo da sua revalorização e promoção, tendo por objectivo o bem-estar das gerações actuais e futuras, ou seja dos que dele usufruem e dos que por direito histórico e cultural, devem continuar a usufruir. Em suma, tendo em conta que o património se afigura hoje como “um símbolo do passado com o qual o

presente pretende estabelecer uma continuidade perdida” (J. M. Flores, 1998, pp:17), tudo o que se procura é restabelecer os laços entre o passado e o presente, recuperando assim parte da sustentabilidade e da qualidade perdida, reafirmando desse modo a intemporalidade que o caracteriza, no sentido de possuir e transmitir algo de valor, de geração em geração.

De acordo com o fio condutor subjacente a esta pesquisa, parece-nos oportuno terminar esta reflexão, de cunho marcadamente teórico, repetindo – porque não! - uma pertinente citação de Alain Bourdin: -“Diz-me como tratas o património, dir-te-ei que sociedade és...” (in Reis, 1999, pp:83). O turismo cultural e rural, enquanto possíveis estratégias de desenvolvimento local, representam assim, apesar das limitações e dos efeitos menos positivos que também lhes estão associados, o modelo e a política de intervenção no património em geral e no património rural em particular, que melhor garantem as possibilidades da sua salvaguarda e valorização, num contexto em que as sociedades contemporâneas estão sujeitas cada vez mais às circunstâncias e aos efeitos da globalização, tendencialmente uniformizadores e aglutinadores das singularidades nacionais, regionais, urbanas e, obviamente, rurais.

3.4 – Planeamento regional/municipal e Património

3.4.1 - Que lugar para o planeamento estratégico nos processos de planeamento municipal que pressuponham a defesa e valorização do património ?

Um outro vértice teórico-conceptual deste projecto passa pela discussão de um tema que, inevitavelmente, surge articulado com os anteriores: o planeamento municipal (protagonizado pelo Poder Local) e regional, tendo em vista o desenvolvimento local dos respectivos territórios e populações.

A par das mudanças ocorridas a propósito da emergência de protagonismo do Poder Local⁹⁴, e dos novos modelos de promoção e conceptualização do desenvolvimento, também o sentido e as experiências de planeamento (regional e municipal) conheceram alterações consideráveis, tanto no plano teórico como no plano prático. Tal como refere João Fermisson: “os problemas actuais ligados à promoção do desenvolvimento passam inevitavelmente não só por um reequacionamento das práticas ao nível da Administração Pública, mas também (e sobretudo) por um reposicionamento mais activo e empreendedor de actores económicos e sociais ligados ao mercado e à sociedade civil. Desta forma, podemos concluir que o que está em causa é, muito mais que uma mera redistribuição de papéis, uma autêntica redefinição da cultura de planeamento e desenvolvimento, fazendo necessariamente apelo a novas modalidades de actuação, articulação e cooperação” (2000, pp:55).

No contexto português, as iniciativas de planeamento – nomeadamente as de dimensão regional – continuam hoje a estar associadas à Administração Pública. Segundo o mesmo autor, “face à estrutura organizacional vigente, caracterizada por um excessivo centralismo e por um dinamismo pouco evidente, têm-se vindo a cimentar (ou mesmo a agravar) as disparidades regionais no país; as regiões mais prejudicadas são cronicamente as mais periféricas, marginais e deprimidas” (idem). Apesar deste contexto, o processo de democratização do país conferiu ao Poder Local a legitimação para actuar em prol das aspirações e interesses das populações. Neste sentido, da relação entre, por um lado, o reequacionamento dos poderes públicos e das suas competências específicas, e por outro lado, a valorização da intervenção à escala local, ganham consenso generalizado alguns aspectos referentes às políticas e às estratégias de desenvolvimento, nomeadamente: “o falhanço das políticas nacionais e a insatisfação criada pelas políticas tradicionais de desenvolvimento regional e local; a crise da grande empresa e dos grandes espaços, contrastando com a importância renovada das pequenas empresas e dos regionalismos; a necessidade de um maior respeito pelo espaço vivido e pelas necessidades do meio que permita reduzir os custos sociais do desenvolvimento; a redescoberta

⁹⁴ - Cf. Juan Mozzicafreddo, Isabel Guerra, Margarida Fernandes e João Quintela, (1990), “Poder Autárquico e Desenvolvimento Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº30, Junho, pp:79-114.

de variáveis não económicas e a importância renovada das relações não mediadas pelo mercado e da solidariedade social; a necessidade de novos mecanismos locais de intervenção e de ajustamento face à globalização crescente do capital e de outros factores de produção” (idem, pp:57).

De forma coincidente com a tomada de consciência científica, política, económica e social destes aspectos, surge então a revalorização do local, entendendo-o agora como portador de especificidades e potencialidades próprias, capazes de contrariar tendências da “globalização” das sociedades actuais que provocam assimetrias e grandes disparidades económicas, à escala nacional, regional, e, obviamente, local. Deste modo, ganham acuidade as seguintes interrogações: “como contrariar a tendência de globalização e valorizar as particularidades e especificidades locais? Como definir estratégias de desenvolvimento territorializadas de base local e regional? Como gerir os processos de desenvolvimento a estas escalas?” (idem, pp:60).

Para o autor, as respostas a estas questões - e no que concerne à realidade portuguesa - passam de forma inevitável por um outro questionamento – o do modelo de planeamento regional/local vigente. Neste sentido, aponta algumas lacunas ao mesmo, realçando, por exemplo, o facto do planeamento não se poder resumir “a uma simples programação de investimentos públicos e controlo financeiro de despesas públicas, limitando-se àquilo que é considerado elegível”. Por outro lado, sublinha também que o planeamento regional “não serve para garantir a segurança das administrações nem para apresentar boas taxas de execução dos fundos comunitários, mas antes para traduzir nos tecidos territorial, económico e social as expectativas das populações”. Outro aspecto criticado pelo autor relaciona-se com a ausência de preocupações - naquele modelo de planeamento – com a “produção de território”, entendendo esta expressão como o “desenho de projectos de desenvolvimento alternativos e diferenciados de forma flexível e ajustados às especificidades regionais” (idem).

Perante estes aspectos, o que parece ser necessário, também no domínio do planeamento, é a reformulação da actuação da Administração Pública em relação ao contexto de transformações nos territórios, em que a resposta às inadequações evidenciadas pelos modelos de planeamento vigentes, passa pela necessidade de salientar e responsabilizar a promoção e a gestão dos processos de desenvolvimento local e regional, não apenas pelo Estado, mas também por parte de outros actores e agentes provenientes da sociedade civil.

Nesta linha de argumentação, a actual filosofia subjacente às estratégias e políticas de desenvolvimento regional e local passa a enfatizar uma diversidade de factores, tais como: o alargamento do poder de decisão e intervenção local e regional no que se relaciona aos processos de desenvolvimento; o reforço da capacidade de resolver problemas de base local e regional a essas

escalas; a diferenciação de medidas e acções em função das especificidades locais e regionais; a identificação e mobilização dos recursos endógenos, entre outros factores. Esta filosofia de abordagem põe, assim, a tónica na diversidade de possibilidades de actuação, tanto ao nível dos recursos existentes, como ao nível dos actores, em cada território em particular. Do ponto de vista da prática do planeamento regional e local, esta nova abordagem “implica uma série de mudanças não só a nível conceptual, mas também (e sobretudo) a nível da cultura do planeamento e do desenvolvimento” (idem, pp:61), o mesmo é dizer: implica a mudança de uma “cultura funcionalista” para uma “cultura territorialista” (idem).⁹⁵

CULTURA FUNCIONALISTA	CULTURA TERRITORIALISTA
• Cultura de dominação e paternalista vs. Cultura de subordinação e assistencialista.	• Cultura de participação e cidadania activa.
• Cultura de imposição.	• Cultura de diálogo e negociação; procura de consensos.
• Cultura de exclusão de outros nas decisões.	• Cultura de envolvimento de outros.
• Mitificação do trabalho para outrém.	• Crença, também, noutras modalidades de emprego.
• Crença exclusiva nos financiamentos da Administração Central ou da Comunidade Europeia.	• Aposta primordial nas pessoas e recursos da região.

Fig. 3- Culturas do planeamento e desenvolvimento local e regional

Fonte: M. J. Simões (1996) citado por João Fermisson (2000).

Da leitura da figura anterior é possível identificar uma deslocação do fulcro das actuações do Estado/Administração Pública para um conjunto diversificado de actores locais, ao mesmo tempo que põe a tónica numa relação horizontal de negociação, contrariamente a uma perspectiva hierarquizada e, por fim, a ênfase na mobilização de recursos endógenos de cada local/região. Ganha assim forma e substância o significado do conceito de *desenvolvimento endógeno*, entendido como “a capacidade de mobilizar e gerir os recursos e as potencialidades existentes num dado território, tendo aqui em atenção o importante papel que deve ser assumido pelos agentes locais/regionais neste processo e a intenção de reduzir os factores que geram dependência face a condições de regulação económica exteriores à região” (Fermisson, idem, pp:62). Neste sentido, compreende-se que o desenvolvimento endógeno se processe a escalas predominantemente locais e regionais, pelo que a análise dos seus efeitos deverá partir “de baixo para cima”, como de resto se subentende em virtude da especificidade local/regional das situações e hipóteses de intervenção. Este modelo pressupõe, portanto, um distanciamento e uma oposição à lógica de concepção e implementação do modelo de desenvolvimento funcionalista, logo a começar: pelo reequacionamento e valorização das especificidades, características e potencialidades que cada local/região possui; pela tomada de consciência em torno da existência de uma identidade (sócio-cultural, territorial,...) relacionada com aquela especificidade, a qual define um espaço colectivo de vivências, interesses, alianças locais e conduz a uma valorização dirigida sobretudo para os actores e não tanto para as políticas; e por fim,

⁹⁵ - Ver figura 3.

pelo reconhecimento de que não poderá haver desenvolvimento sem que os actores locais e regionais se sintam envolvidos e sintam vontade e disponibilidade para liderar posteriormente os processos de mudança e de desenvolvimento.

Esta postura, caracterizada pela participação alargada de vários actores, tem subjacente novas fórmulas de organização, de tipo horizontal, materializadas e denominadas por parcerias ou partenariados. Esta fórmula pode ser entendida “como um processo pelo qual dois ou mais actores de natureza diferenciada firmam entre si um acordo que visa potenciar as sinergias que daí podem decorrer (por oposição a uma actuação individual, sectorial e, muitas vezes, desarticulada)” (idem, pp: 63).

Ora, num contexto por exemplo de planeamento municipal, com características de filosofia e de actuação próximas à *cultura territorialista*, deverá constituir tarefa-chave a identificação e exploração das mais-valias que podem decorrer das sinergias entre actores locais/municipais, o que pressupõe a necessidade de definição de um adequado modelo organizativo e participativo, alargado a várias entidades locais (vulgo parceiros), incumbidos de assegurem a gestão e a liderança de processos e acções de desenvolvimento local. Assim, tanto a iniciativa como a gestão destes processos, agora caracterizados por estas novas modalidades de cooperação e parceria, têm conduzido à necessidade de encontrar fórmulas de planeamento que integrem recursos, actores e lógicas privadas e/ou empresariais, aspecto que, em última instância, decorre da crise e consequente reequacionamento do Estado-Providência (tradicionalmente o impulsionador principal das políticas de desenvolvimento). Neste contexto, e contrariamente à cultura do planeamento e do desenvolvimento numa base funcionalista, caracterizado por uma política de centralização de poderes e decisões por parte da Administração Pública/Central, tem-se vindo a configurar, nos últimos anos, modelos alternativos de planeamento e desenvolvimento (local), em sintonia com os processos de revalorização das escalas regional e local. Assim, questões como: quem promove? O que promove? Como promove? e Com quem promove? tendem a ganhar uma relevância acrescida, nomeadamente do ponto de vista institucional como são, por exemplo, os municípios (e outros actores locais), e do ponto de vista prático como são os *planos de acção local* a viabilizar no âmbito do Programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*.

3.4.2 - A pertinência da dimensão sócio-relacional: os actores sociais locais, as suas dinâmicas, estratégias e relações de força (durante e depois do processo de planeamento)

Qualquer processo social de mudança tem os seus protagonistas, os seus actores sociais. São eles que actuam no “quadro de uma combinação de condições e processos sociais estruturantes, de nível local e de âmbito mais geral” (Costa e Ribeiro, 1989, pp:89). Com efeito, um dos vectores de acção mais

importantes no que diz respeito aos projectos de desenvolvimento local é o seu aspecto social e dinâmico no qual intervêm uma série de actores com entendimentos, expectativas, estratégias, interesses e inserções sócio-espaciais diversas.

Nos processos de planeamento e de desenvolvimento local a combinação de condições e processos sociais/relacionais, estruturados e participados pelos seus actores, é particularmente necessário e importante. A pluridisciplinaridade presente nas experiências de planeamento (incluindo o planeamento municipal) nomeadamente ao nível da composição disciplinar das equipas técnicas que as coordenam, é disso um exemplo. Serviços municipais, equipas técnicas, líderes locais, reuniões de trabalho, sessões públicas de esclarecimento, correspondem, no conjunto, a um modelo de participação alargado de actores sociais, embora, por vezes, com papéis, protagonismos e competências diferenciadas.

Um aspecto importante a respeito deste trabalho, no quadro da perspectiva metodológica da investigação-acção, e particularmente na terceira parte do estudo, pode ser o contributo para a tipificação e o recenseamento de posições assumidas, quer por parte das “culturas locais” (representadas por elementos da sociedade civil local) e dos seus saberes, quer por parte das “culturas profissionais” dos técnicos envolvidos e dos responsáveis políticos (eleitos locais) e dos seus mecanismos de intervenção, sejam estes de ordem ideológica, teórica ou metodológica, (L. Capucha, 1992, pp:LI). Aprende-se acerca deles, mas também se aprende com eles, dado que os conhecimentos e saberes dos actores com quem se trabalha são por eles interrogados e debatidos. Digamos que, parafraseando William Foote Whyte, eles são como “treinadores que seleccionam a equipa, definem a táctica e animam a equipa” (in Capucha, idem, pp:LII).

Tomando como ponto de partida a aceitação da importância assumida pelo protagonismo dos actores e o reconhecimento de que “em matéria de desenvolvimento local, não podemos nem devemos ignorar as várias representações dos diversos actores com que trabalhamos” (A. Santos Silva, 1994, pp:608), as redes sociais e os processos de interacção entre os mesmos, enquanto elementos estruturadores em grande parte dos “sistemas de classificação e de disposições que actuam como matrizes geradoras de representações, de avaliações e de práticas” (Bourdieu in Costa e Machado, 1987, pp:81) revelam-se importantes dados para a investigação e compreensão dos processos tal como são desencadeados e interpretados pelos seus próprios protagonistas. Procurar o sentido que eles atribuem às suas acções, porque partilham reciprocamente saberes, normas, esquemas de leitura e de classificação, representações sociais, constitui, afinal, uma forma de captar a realidade social “tal como ela é vista pelos protagonistas sociais” (Costa e Machado, idem, ibidem).

Neste sentido, conduzir processos de planeamento com a implicação de uma pluralidade de actores sociais com expressão local, incluindo representantes de quadrantes políticos, técnicos de várias áreas disciplinares e da sociedade civil local, nem sempre é fácil. É preciso reunir uma variedade de competências e saber coordenar temperamentos e interesses, muitas vezes divergentes. A este propósito Alain Touraine (1978, pp:219) refere que os mesmos “têm em comum, apesar da diversidade de posições, uma interpretação dos seus conflitos”. A análise do “jogo” entre actores, a confrontação dos seus projectos, o exame das suas relações de força (relações de aliança ou de conflito, condicionalismos e meios de acção) “são essenciais para pôr em evidência os desafios estratégicos” (M. Godet, 1993, pp:140) para os processos em que se encontram envolvidos⁹⁶.

Confrontando as suas posições, os problemas que entendem debater, as propostas de solução associadas, as críticas e os apoios manifestados, as dúvidas, os comentários e as expectativas construídas, os actores têm, no âmbito dos processos de planeamento, momentos apropriados para a reflexão, avaliação e cenarização de resultados, efeitos, avanços e recuos, inerentes às fases de implementação dos planos de acção local. Discorrer sobre as dinâmicas relacionais e os reposicionamentos dos actores durante os processos de planeamento (e também os de desenvolvimento local), corresponde a colocar em sinergia “culturas profissionais” e “culturas locais”, bem como os respectivos campos de competências, constituindo, desse modo, um excelente exercício de mobilização e participação nos mesmos processos, ao mesmo tempo que ilustra, de modo particularmente evidente, o grau de abertura e aceitação das tomadas de posição e das sugestões, por parte, sobretudo, do corpo de técnicos implicados em cada plano de acção local.

A inclusão de uma dimensão sócio-relacional, quer neste capítulo de pendor teórico, quer posteriormente na análise da rede de relações sociais, das estratégias e das dinâmicas de actores, justifica-se atendendo ao facto de que consideramos que esta tem um carácter essencial, e mesmo até omnipresente, em quaisquer processos, tanto de planeamento, como de desenvolvimento local. Para além de constituir, por si só, um pertinente objecto de estudo sociológico, a averiguar pelas competências e instrumentos de observação e análise que a sociologia nos coloca à disposição, funciona como um domínio extremamente delicado do ponto de vista das estratégias e interesses particulares dos parceiros sociais implicados, e ao qual é necessário dirigir um olhar atento, nomeadamente no que respeita à gestão das suas negociações e relacionamentos, quer numa fase prévia – a do planeamento -, quer numa fase ulterior – relativa à implementação dos mesmos planos de acção local.

⁹⁶ - Muito embora os actores em jogo disponham de graus de liberdade pessoal para exercer a sua postura e concretizar as suas estratégias de actuação, Bourdieu (1989) explica-nos que “as estratégias que os actores empregam (...) a respeito do que está em jogo, são a expressão das relações de força objectivas entre os agentes envolvidos” (pp:54-55).

Por isso, o jogo de relações e avaliações cruzadas afigura-se como um importante domínio de incidência observacional⁹⁷, permitindo a detecção de posicionamentos e reposicionamentos de actores face a determinados problemas/objectivos, bem como a observação de dinâmicas relacionais importantes de registar para a memória dos processos, tais como situações de colaboração ou conflitualidade, de cooperação/aliança ou competição/concorrência, de afirmação ou dissimulação, de enclausuramento ou receptividade, de activismo ou passividade, de mobilização ou imobilismo, de envolvimento ou indiferença, entre tantas outras. Trata-se efectivamente de um processo social, induzido, em grande medida, pela convergência ou divergência relacional dos actores nele envolvidos e, portanto, por eles protagonizado de forma diferencial, mediante capacidades de intervenção e mobilização diversas. De cada vez que se participe ou não⁹⁸, se acorde ou dispute sobre problemas, soluções de resposta e objectivos/prioridades, se apontem críticas a acções ou a actores sociais, se apoie ou não determinadas propostas, se comente ou manifeste dúvidas a respeito de determinada ideia, se criem expectativas face aos resultados das operações, os actores sociais em presença estão a pôr em prática o processo social inerente aos processos de desenvolvimento local.

Na terceira parte deste trabalho, tenta-se, no fundo, dar conta de momentos de auto e hetero-visibilidade entre actores sociais, determinantes da sua afirmação e reconhecimento enquanto tais, e estruturantes do emaranhado de posições e relações na dinâmica presente nos vários processos de planeamento candidatos ao programa “*Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*”. Para nos ajudar nessa tarefa, recorreremos a uma série de tipificações possíveis, apoiadas, reproduzidas e adaptadas a partir de outros estudos dirigidos a objectos de estudo similares⁹⁹. Neste sentido, avança-se uma tipologia de binómios de actores com intervenção nos vários processos em estudo, tanto nos de planeamento (planos de acção local), como nos de implementação dos primeiros:

- **Actores Internos/Externos:** Os primeiros correspondem a actores com particular ligação e inserção local. São exemplos as Juntas de Freguesia, os activistas ou interlocutores locais (associações, colectividades) com expressão nas localidades em que se situam, caracterizando-se por um relacionamento mais estreito com as populações residentes, sendo muito frequente a observação de alianças que entre eles se estabelecem. É neles que a população deposita mais confiança na defesa dos seus interesses e lhes confere poder para gerir as suas expectativas. Os segundos correspondem ao conjunto de técnicos¹⁰⁰, decisores

⁹⁷ - Tal como afirma William Foote Whyte (1984, pp:104-105) é importante relatar os depoimentos dos actores, pondo-os em confronto. Outros autores reafirmam também a importância do protagonismo dos mesmos, acrescentando que “a subjectividade dos actores sociais é parte integrante da realidade social objectiva.” E “a realidade objectiva é tão importante como a maneira como os actores a vêem” (Costa e Machado, 1987, pp:81).

⁹⁸ - A importância conferida à *participação* nos processos de planeamento (no caso os planos de acção local), bem como depois na fase de implementação dos mesmos, reside na possibilidade que ela encerra para a mobilização de recursos, para a adesão de vários tipos de actores ao processo e sua consequente implicação nos domínios da intervenção e da decisão.

⁹⁹ - Por exemplo Costa e Ribeiro, 1989.

¹⁰⁰ - Um actor particularmente importante e que se poderá classificar de interno e externo simultaneamente são as equipas técnicas responsáveis pela elaboração dos planos de acção local, uma vez que são normalmente elas as responsáveis pela

políticos, financiadores (públicos e privados) e parceiros (também de natureza pública e privada) das acções e dos projectos em marcha no conjunto das propostas preconizadas no âmbito dos planos de acção local, quer durante a sua concepção, quer depois na sua respectiva execução.

- **Actores Formais/Informais:** Os primeiros são definidos em termos legais e constituem o núcleo duro oficializado, responsável pelos processos; correspondem à(s) entidade(s) promotora(s) do programa de desenvolvimento, às autarquias, às equipas técnicas que elaboraram os planos e outros organismos e ministérios estatais com intervenção complementar nos processos. Os segundos não têm propriamente um estatuto legal vinculado - vão surgindo e saindo dos processos. Correspondem, por exemplo, a redes e a grupos locais onde se formam opiniões e se tomam iniciativas, além de investigadores académicos com actividades profissionais, em geral de consultadoria ou assessoria, ou interesses de ordem cultural ou científica relacionados com os processos em causa e/ou com as localidades objecto de intervenção.
- **Actores Directos/Indirectos:** Como os próprios termos indicam, os primeiros correspondem aos actores com participação efectiva mais visível - tomam decisões políticas importantes e concebem os programas de desenvolvimento e os planos no concreto. São exemplos novamente as entidades promotoras (CCRA e IPPAR), as autarquias (dentro desta o Presidente da Câmara), as Juntas de Freguesia locais e também as mesmas equipas técnicas. Os segundos assumem um protagonismo não tanto visível, mas latente, quer no confronto de ideias e sugestões em reuniões de trabalho, quer na acção prática e concreta no terreno. Exemplos: as associações/colectividades locais e, eventualmente, os meios de comunicação social locais.
- **Actores Efectivos/Potenciais:** Os primeiros são todos aqueles que participam normalmente nos planos de acção local, desde a sua definição/concepção até à fase de implementação, acompanhamento, gestão e avaliação; os segundos correspondem a outro tipo de intervenientes nos processos dos quais se esperam mais-valias com importância, senão decisiva pelo menos muito próxima disso, para a evolução e conclusão dos mesmos processos de planeamento e desenvolvimento, através da concretização de algumas das acções e iniciativas neles preconizadas.

Para além desta tipificação resumida e decorrente da importância que assume a análise das dinâmicas relacionais dos actores no âmbito desta investigação, pensa-se ser oportuno analisar quais os que

coordenação, negociação e mobilização dos demais intervenientes no processo de planeamento e, eventualmente, depois, no processo de implementação do plano de acção local.

apresentam um maior protagonismo e se envolvem mais activamente nos diversos processos em estudo, por contraposição aqueles cuja participação assume uma postura menos activa, nomeadamente na respectiva implicação directa, no terreno, durante a implementação das acções. Contudo, e conforme se pode perceber, não tipificámos, em jeito de binómio, as situações relativas à implicação mais ou menos activa dos actores nos processos, por se considerar que o nível de envolvimento e protagonismo dos mesmos atravessa as designações dos restantes binómios utilizados. Aqueles que escolhemos não esgotam certamente todas as classificações que poderíamos convocar. Porém, facilitam uma primeira leitura de protagonismos e posições assumidas por parte dos actores envolvidos nos processos em estudo.

A partir desta tipologia veremos como os actores se comportam, em que temas/assuntos insistem discutir, que dinâmicas relacionais introduzem ou bloqueiam (alianças, competições,...) no curso a que se encontram adstritos, quais as suas estratégias (explícitas e implícitas), quais os seus graus de envolvimento e protagonismo, quais os respectivos posicionamentos e reposicionamentos ao longo da evolução dos processos em estudo. Além disto, analisaremos também as suas representações, em particular as que se reportam aos cenários inerentes ao programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* - à sua continuidade, reestruturação ou anulação - e à utilização dos planos de acção local entretanto elaborados.

É de acordo com este prisma analítico que tentar-se-á desenvolver a terceira parte desta pesquisa, a respeito de um objecto de estudo já mais circunscrito – apenas três estudos de caso/localidades - e dirigido às dinâmicas institucionais e às dinâmicas locais: proximidades e afastamentos entre actores e estratégias. Mas, por ora, concentremo-nos na segunda parte da investigação, relativa à concepção e implementação da metodologia de avaliação, dirigida ao programa de desenvolvimento regional a que temos vindo a fazer referência.

PARTE II

PARTE II

ANÁLISE/AVALIAÇÃO DO PROGRAMA REVITALIZAÇÃO DE ALDEIAS E VILAS HISTÓRICAS DA REGIÃO ALENTEJO:

Âmbito de incidência, modelo, instrumentos e resultados

1 – Importância dos processos de avaliação: lugar, pertinência e finalidades da avaliação prévia em processos de mudança e de desenvolvimento regional e rural

“A avaliação, se não é uma nova disciplina, é um campo com alguma autonomia no contexto das ciências sociais, pela natureza comprometida dos processos que a caracterizam e pelo facto de ser, por definição, produtora de conhecimentos que têm em vista uma aplicação prática por parte de um conjunto de actores sociais.”

(Capucha L., et al., “Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal” in Sociologia: Problemas e Práticas, nº 22, 1996, pp:24)

O processo de avaliação “ex-ante” como o que idealizámos e implementámos, no que respeita ao seu lugar, à sua pertinência e às suas finalidades, deve, antes de mais, ser enquadrado e entendido no quadro de um conjunto de experiências e de reflexões teóricas entretanto produzidas no domínio das metodologias de avaliação, no qual é possível encontrar hoje um significativo património de saberes e experiências específicas, acumuladas e relevantes¹⁰¹. Porém, nem sempre foi assim. É unânime, com efeito, o reconhecimento da ausência de tradição, durante bastante tempo, em alguns domínios de actuação na União Europeia e mais visivelmente em Portugal, de uma cultura organizacional consolidada em matéria de políticas e de processos de avaliação¹⁰². Pese embora esta ausência de tradição, o contexto actual é já relativamente diferente. Podemos mesmo falar numa mudança que lentamente se tem vindo a produzir e a ganhar relevância e reconhecimento científico, institucional e político (Capucha, L., 1996.) no que respeita ao lugar, à pertinência e às finalidades associadas aos processos de avaliação.

A comprovar essa mudança está a existência de vários domínios onde se têm implementado experiências de investigação e de avaliação, muitas das quais financiadas inclusivamente (e sobretudo) por organismos governamentais nacionais e comunitários, cujos resultados têm contribuído para uma clarificação e um progressivo reconhecimento da importância dos processos de avaliação. Salientam-se aqui alguns desses domínios, onde equipas de investigadores e técnicos têm

¹⁰¹ - Veja-se a este propósito um conjunto de referências a experiências no campo das metodologias de avaliação reunidas no nº 22 da revista Sociologia: Problemas e Práticas, 1996.

¹⁰² - É o caso por exemplo do domínio de políticas regionais de iniciativa comunitária europeia, onde a experiência de avaliação foi introduzida em 1988, ano coincidente com a reforma dos Fundos Estruturais e consequente reforço em 1993, mediante a entrada em vigor de novos regulamentos (Cf. Ferrão, João, 1996, pp:30). No caso Português, essa experiência encontra-se ainda menos consolidada, uma vez que sabendo-se que “a cultura organizacional e de gestão ainda predominante no nosso país, na administração pública mas também na gestão das empresas, vai no sentido de utilizar pouco, quando não desvalorizar, os procedimentos mais abertos de tomada de decisão e de condução de políticas e dos negócios, assentes na circulação de informação e no debate participado e tecnicamente fundado” (Cf. Capucha, 1996, pp:9-10).

idealizado, experimentado e validado modelos, instrumentos, procedimentos e resultados inerentes e decorrentes de processos e de sistemas de avaliação implementados e entretanto divulgados. É o caso do domínio das políticas e programas de investimento e desenvolvimento local/regional¹⁰³, no domínio da educação/ensino, nas políticas e programas de formação profissional, no domínio do investimento e da mudança organizacional nas empresas, nas políticas urbanas, nas políticas e programas de combate à exclusão social e à pobreza, e ainda no domínio da protecção social, entre outros (Capucha, Idem)¹⁰⁴. Em muitos destes domínios, bem como noutros, é sintomático o hábito de proceder a avaliações sistemáticas, embora com objectivos diferentes e de alcance variável, quer em relação aos meios, instrumentos e procedimentos envolvidos, quer em relação aos objectos alvo de implementação, quer ainda em relação aos resultados, nomeadamente no que diz respeito à maior ou menor interiorização e utilização quotidiana destes últimos pelas instituições implicadas.

No caso concreto das políticas e programas de desenvolvimento regional e local e muito embora – como se disse – a prática comunitária e nacional de avaliação neste domínio seja ainda recente, a mesma não deixa de sublinhar e trazer à discussão algumas novas preocupações, para além do seu mais elementar objectivo: “verificar o bom uso de meios públicos (comunitários e nacionais)” (Ferrão, 1996, pp:40). Algumas dessas novas preocupações, traduzidas em novos objectivos e finalidades associadas à avaliação correspondem à tentativa de transformá-la em “processos mobilizadores e de aprendizagem colectiva, superando as visões que a reduzem a um conjunto de procedimentos técnicos e burocráticos de fiscalização” (Idem, ibidem)¹⁰⁵.

Na verdade, os processos de avaliação, tal como os entendemos e segundo os quais pautámos este exercício avaliativo no âmbito desta investigação, constituem intervenções que não se limitam a momentos irregulares e circunscritos no tempo, mas antes, devem ter em conta contactos e procedimentos de interacção, mais ou menos longos e administrativamente institucionalizados. Isto porque, ao invés de interpretações redutoras e enviesadas, “as avaliações incidem sobre um vasto complexo de decisões (da concepção do programa ao desenvolvimento de acções específicas ou à monitorização dos resultados que vão sendo obtidos), para os quais os vários actores envolvidos se encontram desigualmente posicionados, tanto do ponto de vista dos recursos a mobilizar, como da legitimidade de acção que se lhes reconhece” (Idem, pp:30). Preocupações estas que estão longe de

¹⁰³ - No qual se inscreve, precisamente, o exercício analítico que aqui desenvolvemos, segundo moldes muito similares ao de um processo de avaliação.

¹⁰⁴ - O número 22 da revista Sociologia: Problemas e Práticas a que temos vindo a fazer referência constitui um produto sistematizador e ilustrativo da variedade de experiências realizadas em matéria de metodologias de avaliação em alguns dos domínios aqui referenciados.

¹⁰⁵ - Não será de espantar que em países como o nosso, onde não existe uma cultura consolidada de processos de avaliação, esta seja muitas vezes interpretada e confundida com fiscalização e inspecção. Ou, noutros casos, correspondendo a versões menos simplistas, a avaliação é reduzida a meros procedimentos de acompanhamento, tanto físico (verificação da realização de acções previstas), como financeiro (verificação de custos e financiamentos previstos). Tanto numa como noutra leitura, ambas redutoras, prevalece uma visão estreita e não raras vezes definida pela negativa, pondo-se a tónica quase sempre nos aspectos que não foram feitos ou nos que foram e não deveriam ter sido feitos, em lugar de compreender os processos, as lógicas e os posicionamentos dos actores envolvidos nos processos e objectos-alvo de avaliação.

serem reduzidas a leituras e utilizações meramente com contornos técnico-burocráticos, antes porém, conduzem a objectivos bem mais amplos associados aos processos de avaliação.

Muitos desses objectivos têm sido identificados e valorizados de forma distinta por diversos autores. Moens, por exemplo, citado por Ferrão (idem, pp:31) aponta a existência de três “finalidades funcionais”: “avaliação para a gestão (a avaliação enquanto instrumento propiciador de boas práticas de gestão), a avaliação como factor de transparência (a avaliação enquanto garantia de um relacionamento claro entre financiadores, executores e beneficiários de uma determinada acção ou de um dado programa) e, por último, a avaliação para a investigação (a avaliação como fonte de valor acrescentado no que se refere ao conhecimento científico das realidades em análise)¹⁰⁶”. Tanto numas como noutras, o que se subentende nas finalidades da avaliação é a procura de uma gestão mais eficiente e eficaz dos programas e acções, bem como o ensaio e a consolidação de práticas de diálogo entre os actores envolvidos nos processos em avaliação, e de cenários favoráveis à institucionalização de experiências de auto-avaliação e de mudança técnica e organizacional na gestão dos mesmos processos.

Um outro autor, Luís Capucha (1996, pp:11), tende a interpretar aquelas finalidades ou objectivos da avaliação enquanto conhecimentos e aprendizagens proporcionados pelos diferentes resultados que as experiências de avaliação têm proporcionado. Assim, para este autor, é possível reconhecer um conjunto de contributos mais frequentes e decorrentes de práticas de avaliação, os quais constituem, em última análise, finalidades ou objectivos últimos da avaliação, independentemente dos domínios em que esta seja levada a cabo. Alguns exemplos são: “melhoria do auto-conhecimento das instituições, da forma como funcionam, como se aproximam ou afastam dos seus objectivos, como utilizam os recursos, que oportunidades de desenvolvimento estratégico possuem; melhoria da condução de dispositivos, programas e projectos, com afinação de mecanismos de auto-correcção; (...) melhoria dos processos de tomada de decisão, de definição de prioridades e de gestão estratégica; melhoria dos mecanismos de difusão da informação, de promoção da participação e de negociação nos processos de mudança; (...) teste e afinação de teorias, conceitos, metodologias e conhecimentos sobre determinados assuntos, através da respectiva devolução aos agentes referidos.”¹⁰⁷

¹⁰⁶ - Pensamos que no caso concreto desta pesquisa a “avaliação para a investigação” é aquela que mais de perto se aproxima do real contributo que esta experiência poderá proporcionar na eventualidade dos resultados que alcançamos apenas interessarem o campo científico específico do desenvolvimento regional/local e das práticas de avaliação em processos similares, e não tanto aos responsáveis directos e indirectos dos Planos de Acção Local que estudámos e que acompanhámos.

¹⁰⁷ - Muitos destes contributos encontram-se subjacentes ao modelo de análise e avaliação que concebemos para o estudo dos Planos de Acção Local candidatos ao *Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*. Assim, também na experiência de avaliação como a que concretizámos, a devolução dos resultados da pesquisa, e concretamente da avaliação, às entidades e actores que constituem, afinal, o nosso objecto de estudo, representa um ponto de chegada privilegiado. Tal finalidade poder-se-á traduzir depois numa oportunidade para que os mesmos actores possam participar na análise dos resultados e, eventualmente, captar e aprofundar aspectos e conteúdos com interesse para a continuidade do programa de desenvolvimento em questão.

A generalidade dos contributos proporcionados pelos processos de avaliação decorrem das necessidades manifestadas pelos agentes ou entidades que os solicitam, bem como do conjunto de procedimentos e instrumentos analíticos mobilizados pelos avaliadores (investigadores e técnicos) durante a implementação dos modelos de avaliação elaborados e ajustados aos objectos de avaliação em causa. Neste sentido, é possível recensear várias modalidades de processos de avaliação, dependendo de factores como a “dimensão dos objectos sobre os quais incidem”, as “características desses objectos”, os “intervenientes”, os “destinatários” dos mesmos, e ainda as “estratégias e objectivos”, bem como os “produtos e as metodologias”¹⁰⁸. Por exemplo, e tomando como referência os “intervenientes” nos processos de avaliação, concretamente no que diz respeito aos papéis por eles desempenhados, é possível distinguir duas modalidades: “a auto-avaliação ou avaliação interna e a avaliação externa, podendo ainda conceber-se formas mistas ou compósitas”¹⁰⁹ com vantagens e desvantagens decorrentes, quer de uma, quer de outra modalidade.

A experiência que levámos a cabo no âmbito deste estudo assumiu a forma de um exercício analítico, cujos princípios orientadores e finalidades se situam muito próximos da modalidade de “avaliação externa”, já que foi protagonizada essencialmente e fundamentalmente por nós, enquanto actor externo ao programa de desenvolvimento regional em causa. Nestas circunstâncias, e apesar de não ter partido da entidade promotora a intenção explícita de desencadear qualquer processo de avaliação, esta mostrou sempre total abertura e interesse face à nossa proposta de levar por diante um exercício como este, destinado a conhecer e a avaliar um conjunto de pressupostos inerentes aos conteúdos e estratégias dos vários planos de acção local candidatos a financiamento pelo programa. Tratando-se assim de uma proposta exterior à entidade promotora do mesmo, tornou-se necessário negociar e garantir o acesso à informação documental, o que veio a suceder de forma eficaz e permanente. Da nossa parte, houve preocupação de recolher, sistematizar e analisar todas as informações e documentos cedidos, com critérios de imparcialidade, rigor técnico e metodológico, objectividade e distanciamento crítico – aspectos fundamentais inerentes aos processos de avaliação externos.

Se no que diz respeito aos intervenientes no processo, a nossa escolha recaiu na modalidade de avaliação externa, já no que concerne à “natureza do objecto de avaliação”¹¹⁰ e dadas as circunstâncias do programa em análise encontrar-se apenas na fase de arranque aquando do início desta investigação, entre a “avaliação ex-ante (ou prévia)”, a “avaliação on-going (de acompanhamento)” e a “avaliação ex-post (sumativa)”, a opção recaiu na primeira das modalidades. Esta distinção relaciona-se com “o momento das intervenções sobre as quais incide o esforço avaliativo. Usam-se normalmente [estas] expressões para distinguir entre a que questiona as

¹⁰⁸ - Para uma leitura mais pormenorizada acerca das modalidades dos processos de avaliação consultar L. Capucha, 1996, pp:11-12.

¹⁰⁹ - Idem, ibidem.

¹¹⁰ - L. Capucha, 1996.

intervenções na fase de concepção e planeamento, da que incide sobre o processo interventivo e da que se dirige aos resultados após terminada a intervenção que se pretende avaliar”¹¹¹.

Incidindo claramente na fase de concepção e planeamento do programa, nomeadamente a partir de um conjunto de planos de acção local candidatos a financiamento no âmbito do mesmo, interessou-nos particularmente analisar e avaliar a concepção daqueles planos, de acordo com um conjunto de determinantes e pressupostos em torno de um objectivo central: conhecer a pertinência e a hierarquia das intervenções, bem como a coerência interna entre os objectivos gerais e específicos, as estratégias e acções propostas em cada plano de acção local; a par da coerência externa e das complementaridades, também externas (caso existam), entre os vários planos, numa perspectiva cruzada, tentando desse modo aferir graus de proximidade/convergência e afastamento/divergência em relação a domínios de incidência, meios e recursos, prazos, destinatários e efeitos esperados, no âmbito da implementação de cada plano em particular, e de todos eles em geral.

Procurou-se, em última análise, apurar de forma antecipada um conjunto de capacidades de resposta e de protagonismos de certos actores envolvidos nos processos (planos) em causa, no sentido de verificar a possibilidade de assumirem comportamentos relevantes durante as intervenções preconizadas nos mesmos planos. Por outro lado, constituiu tarefa adicional obter quadros-síntese de informação extensa e dispersa pelos vários planos de acção existentes, não só como forma de sistematização de dados quantitativos e qualitativos relevantes, mas também como elementos descritivos e analíticos, com interesse para os vários intervenientes nos processos, particularmente para a entidade promotora do programa de desenvolvimento.

Como forma de materializar estes objectivos, a complexidade técnica que envolve sempre a procura, selecção e afinação constante de procedimentos e instrumentos ajustados ao objecto de avaliação constitui aspecto fundamental em qualquer processo avaliativo. Frequentemente são adoptadas “estratégias compostas, complexas e plurimetodológicas”, incluindo “dados descritivos e/ou avaliativos, indicadores de realização física e financeira e/ou indicadores de processo e impacto, variáveis quantitativas e/ou variáveis qualitativas, análises extensivas e/ou análises intensivas e estudos de caso, construção de modelos e/ou tipologias”¹¹². Os suportes de recolha e tratamento de informação desdobram-se também por uma variedade de técnicas como a “análise documental, as entrevistas exploratórias, dirigidas e de aprofundamento, os painéis de actores, as visitas e observação directa, os diários de actividade, os questionários e a análise de fontes estatísticas e dados administrativos”¹¹³.

¹¹¹ - Idem, ibidem (pp:14 e seguintes). Sobre esta terminologia ver também outras referências complementares no mesmo número da publicação já citada.

¹¹² - in Capucha L., idem, pp:18).

¹¹³ - Idem, ibidem.

A este leque de suportes de recolha de informação pré-concebidos, acrescentam-se outros só possíveis de idealizar e testar em função da especificidade dos objectos em análise e em avaliação e dos objectivos que se pretendem concretizar. É o caso da elaboração de tabelas, gráficos, matrizes e mapas de síntese informativa, quer do ponto de vista descritivo, quer do ponto de vista mais analítico, pressupondo uma reflexão teórico-metodológica permanente, a fim de garantir a pertinência e a validade destes outros instrumentos de recolha de dados, quer em termos de rigor aquando do seu preenchimento, quer em termos das leituras que os mesmos possam proporcionar, com valor acrescido para a compreensão dos processos em avaliação.

O modelo de análise/avaliação concebido e ensaiado neste estudo beneficia assim de um relativo património de experiências de avaliação já materializadas, como ainda, partilha dos pressupostos e das orientações teórico-metodológicas, atrás explicitadas. Porém, e de forma antecipada, quer nessas experiências, quer na que concretizámos, é possível esperar alguns bloqueios e outras dificuldades ao nível do interesse, do reconhecimento e da posterior utilização dos processos de avaliação. Sobre este aspecto reconhece-se que sendo a avaliação “um processo de permanente interrogação crítica das actividades de uma organização, programa, projecto ou instituição, o autoritarismo, incluindo o que se manifesta na cultura tradicional de certos sectores da administração e do poder económico e cultural – assente quase sempre em pressupostos implícitos de infalibilidade das decisões e julgamentos – constitui o principal obstáculo que ela enfrenta”¹¹⁴.

Perspectivando um eventual cenário deste tipo, embora tal não constitua motivo de impasse ou de retorno atrás e consequente inviabilização desta experiência analítica e avaliativa, cremos que o processo entretanto desencadeado teve por base uma significativa capacidade de estabelecimento de boas relações institucionais e organizacionais da nossa parte, quer junto da entidade promotora do programa (e vice-versa), quer também junto das autarquias e equipas técnicas que elaboraram os planos de acção. A apropriação dos produtos alcançados com este exercício analítico por parte dos mesmos actores constitui, claro está, uma questão da exclusiva responsabilidade e interesse dos mesmos. O modelo de avaliação concebido e testado neste estudo comunga de todos os princípios atrás expostos, e pretende ser uma mais-valia de carácter científico e técnico para o conhecimento mais em pormenor e consequente compreensão do *Programa Revitalização das Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*. O próximo capítulo é dedicado à exposição dos seus contornos, especificidades e objectivos.

¹¹⁴ - Idem, pp: 22.

2 - Dos referentes teóricos à construção de um modelo para avaliação dos Planos de Acção Local das Aldeias e Vilas Históricas

2.1 – Linhas orientadoras para a estruturação de um modelo

O modelo analítico-avaliativo que a seguir se expõe não constitui um somatório de procedimentos e instrumentos, recolhidos e seleccionados a partir de alguns sistemas e modelos de avaliação implementados noutros contextos e domínios. Muito embora se recupere para este estudo um conjunto pertinente de valiosas contribuições teóricas, metodológicas e operatórias, testadas e validadas no âmbito de várias experiências de avaliação, o modelo concebido e aplicado ao *Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* não foi orientado segundo um método rigidificado, isto é, composto por um manual de procedimentos técnicos, administrativos e repetitivos; antes pelo contrário, pressupõe uma permanente reflexão teórica, tendo obrigado a um esforço sistemático de procura e mobilização de conhecimentos acerca da problemática que constitui o objecto de investigação e avaliação aqui em causa¹¹⁵.

Dito de outro modo, a idealização do modelo de análise e de avaliação utilizado teve como pano de fundo a produção e actualização de saberes teóricos e metodológicos relacionados com a problemática inerente ao programa em estudo. Neste sentido, constituiu preocupação fundamental orientar o modelo segundo critérios e pressupostos já avançados, experimentados e validados no âmbito da realização de outros estudos – e designadamente no domínio do desenvolvimento regional, e local – mas também de acordo com as especificidades próprias do programa em análise. Assim, balizando-nos entre preocupações de foro conceptual por um lado, e operativo por outro, foi possível chegar a um conjunto de terminologias, instrumentos e modalidades de registo de informação, capazes de materializar os nossos propósitos, em termos analíticos, para a compreensão do programa – na forma de um exercício avaliativo – mas também com a finalidade de traduzir e sistematizar uma diversidade de características, especificidades, conteúdos, estratégias e objectivos dispersos pelos vários planos de acção local, que consubstanciam as candidaturas a financiamento, por parte das autarquias envolvidas.

Tratando-se de um programa de desenvolvimento regional, caracteriza-se na sua estrutura e conteúdo por um conjunto de objectivos, pressupostos e critérios face aos quais as organizações que a ele se candidatam (essencialmente autarquias) teriam de respeitar e ter em conta na elaboração dos respectivos planos de acção local.

¹¹⁵ - Ver a este propósito L. Capucha, pp:14-15.

Não obstante esse imperativo, não se impunha nenhum modelo-tipo de estrutura organizativa, em termos de forma e conteúdo a seguir pelas equipas técnicas responsáveis pela elaboração dos planos. Contudo, os mesmos deveriam contemplar uma vertente de diagnóstico sobre as características, os recursos e as potencialidades, em várias dimensões – urbanística, económica, sócio-cultural, ambiental e paisagística, patrimonial, entre outras mais específicas – por um lado, e uma vertente prospectiva, em formato de proposta, com indicação de objectivos, estratégias e acções a implementar no terreno, em consonância com a realidade local entretanto diagnosticada e contemplando as mesmas dimensões, por outro lado.

Na ausência de uma estrutura-tipo do plano, sugerida pela entidade promotora do programa, os planos de acção local entretanto elaborados caracterizam-se por uma diversidade de formatos e estruturas na sua organização, facto que dificultou qualquer intenção de comparabilidade imediata, segundo o critério da uniformização de leituras dos planos. Esta dificuldade é, aliás, recorrente em processos de avaliação dirigidos a programas e a projectos similares. Como escreve João Ferrão, “os vários programas de desenvolvimento regional podem estruturar-se de forma muito distinta. Por outro lado, a utilização de designações diferentes para situações idênticas torna complexa qualquer tentativa de uniformização ou mesmo compatibilização”¹¹⁶. Muito embora se registe esta dificuldade, é possível encontrar algumas características similares, nomeadamente ao nível do encadeamento entre várias componentes/dimensões que enformam as estruturas dos mesmos programas. A este respeito, o mesmo autor reconhece, na generalidade dos programas de desenvolvimento regional, “uma organização de tipo arborescente ou em cascata, que parte da identificação de objectivos gerais e de uma estratégia global para depois se desdobrar, sequencialmente, em objectivos específicos, sub-programas, medidas e acções/projectos”¹¹⁷.

É partindo desta aceção e reconhecendo precisamente nos planos de acção local uma estrutura-tipo muito próxima da descrita anteriormente, a propósito dos programas de desenvolvimento regional, que se apresenta o modelo de análise/avaliação e respectivas linhas orientadoras. Na sua idealização, teve-se assim em linha de conta o reconhecimento de uma estrutura-tipo mais ou menos comum e similar em quase todos os planos, esquematizada na figura 4.

¹¹⁶ - “A avaliação comunitária de programas regionais” in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 22, pp:33.

¹¹⁷ - *Idem*, *ibidem*.

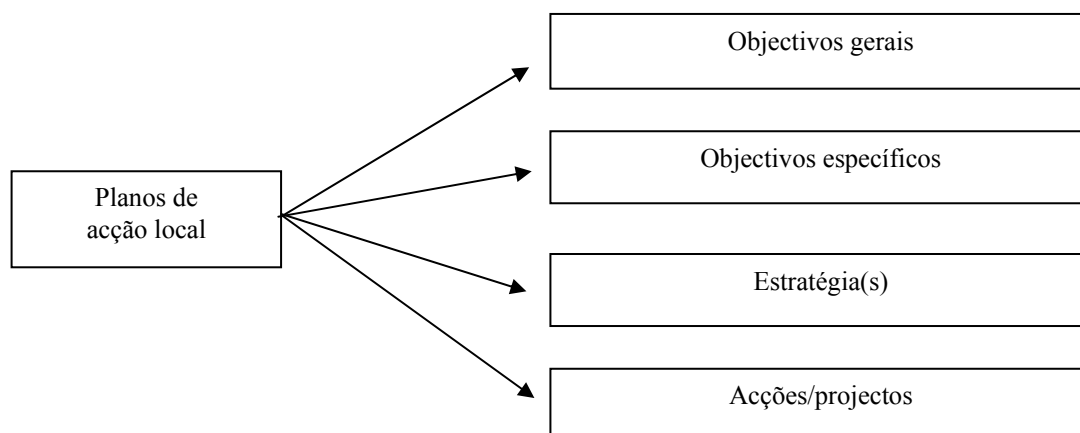


Fig. 4 – Estrutura-tipo mais frequente nos planos de acção local¹¹⁸

A generalidade dos planos de acção local apresentam, ora de forma explícita e visível, ora de forma implícita, uma organização de conteúdos centrados essencialmente em duas componentes: uma, de diagnóstico, onde se encontram recenseadas as características geográficas, históricas, demográficas, sócio-culturais, económicas, urbanísticas, entre outras, a par da identificação de recursos e potencialidades locais, passíveis de serem traduzidas em ideias, projectos e acções, apresentadas numa segunda componente, enquanto proposta global de intervenção. É nesta segunda componente que se pode reconhecer um encadeamento de objectivos (gerais e específicos), de orientações estratégicas, e acções/projectos de intervenção, acompanhados, em alguns planos, por estimativas de custos e prazos de realização.

Numa parte da avaliação levada a cabo procurou-se identificar níveis de convergência e de divergência entre aquelas componentes – de diagnóstico e de proposta – numa análise de simetria entre ambas e centrada, numa primeira fase, em cada plano de acção local. Constituiu objectivo primordial nesta etapa traçar uma leitura comparativa entre as mesmas componentes, procurando detectar aí coincidências e/ou descoincidências entre as características, os recursos e as potencialidades diagnosticadas e as respectivas intenções, projectos e acções programadas. A figura 5 representa essas componentes, na sua estrutura interna e na relação entre ambas.

Tendo em conta o carácter central e estruturante que estas duas componentes - de diagnóstico e de proposta – encerram na análise e avaliação dos planos de acção local, impõem-se duas notas interpretativas. Em primeiro lugar, a selecção das dimensões de análise, quer do lado do diagnóstico, quer do lado da proposta, não foi arbitrária; pelo contrário, resultou de uma cuidada e actualizada revisão da literatura sobre a problemática de intervenção nos centros históricos urbanos por um lado,

¹¹⁸ - Adaptado de João Ferrão, Op. Cit., pp:34.

e de um esforço de ajustamento ao perfil e à estrutura dos planos de acção local que já conhecíamos, por outro lado. A segunda nota relaciona-se com a não coincidência linear entre as várias dimensões presentes, tanto no capítulo do diagnóstico, como no da proposta. Sem por em causa o rigor pretendido com a análise de simetria entre uma e outra componente, a leitura prévia dos planos de acção local e os contactos exploratórios com o terreno da investigação, permitiu observar a atribuição de pesos e graus de pertinência diferentes a cada uma daquelas dimensões, particularmente no âmbito da proposta, em cada plano de acção local. Complementarmente, também nas propostas, percebeu-se ainda que, não raras vezes, muitas das mesmas dimensões de análise surgiam de forma intimamente associada. É o caso das dimensões *arquitectónica/urbanística/paisagística*, *articulação inter-regional/acessibilidades* e *sensibilização pedagógica/promoção turística*. O alcance analítico da junção de algumas destas dimensões, revelar-se-á mais especificamente aquando da análise e avaliação dos planos de acção local, a ocorrer no capítulo 3 desta segunda parte da investigação.

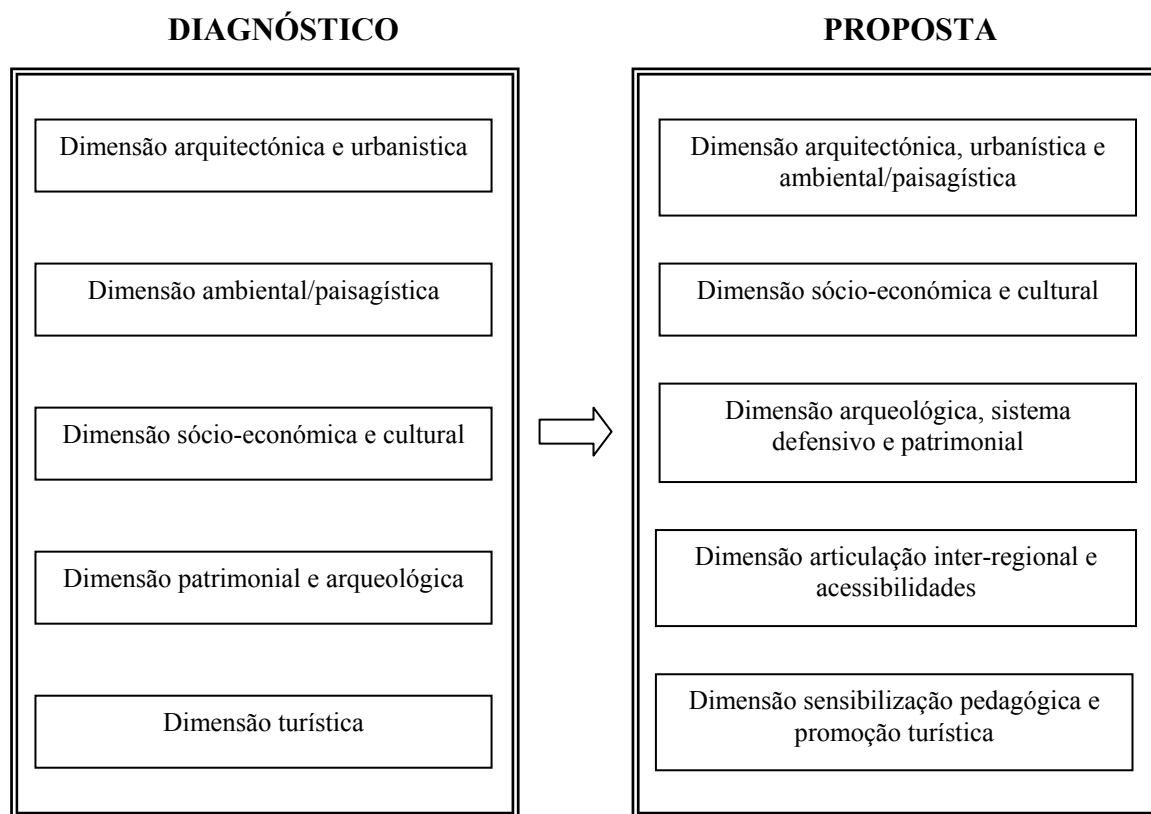


Fig. 5 – Componentes de avaliação nos planos de acção local

A segunda fase do processo de análise/avaliação realizou-se a outro nível, passando da escala *intra-plano*, centrada na análise da estrutura de cada um dos planos de acção local, para a escala *inter-plano*, cruzando as análises e as avaliações anteriores, mas agora numa perspectiva de conjunto, isto é, procurando encontrar articulações, nomeadamente na componente da proposta global de intervenção, entre os vários planos, tendo em vista aferir os eventuais efeitos e impactos resultantes

da implementação do programa, através da viabilização de algumas (ou de todas) as acções previstas no conjunto dos vários planos de acção local.

No capítulo seguinte são apresentadas e discutidas, quer as linhas de orientação, quer os níveis de aplicação subjacentes ao modelo de avaliação delineado, o qual pressupõe uma análise fecunda das componentes e respectivas relações (de convergência e divergência) explicitadas atrás. Complementarmente são apresentados e desenvolvidos os instrumentos de registo e sistematização de informações e de dados relevantes para o processo de avaliação, idealizados e construídos de forma ajustada e propositada para o programa em estudo.

2.2– Estrutura do modelo: âmbito de incidência, níveis e instrumentos de análise/avaliação

A análise/avaliação (prévia) do *Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* tem como âmbito de incidência, num primeiro momento, o conjunto dos planos de acção local candidatos a financiamento no âmbito do mesmo programa, e num segundo momento, três das autarquias envolvidas no programa, bem como as equipas técnicas responsáveis pela elaboração dos respectivos planos. De uma avaliação com incidência *macro*, no primeiro caso, passa-se assim para uma análise *micro*, mais aprofundada e centrada em três casos específicos, com o intuito de aferir o grau de mobilização de recursos, de parcerias e de intervenientes, entre outros aspectos, em ordem à implementação das acções previstas nos respectivos planos de acção¹¹⁹.

Numa perspectiva menos conceptual mas mais operatória e concentrando-nos por ora no primeiro âmbito de incidência da análise/avaliação – os planos – o modelo de avaliação concebido estrutura-se em três blocos ou níveis analíticos, susceptíveis de captar aspectos distintos, mas complementares, da leitura e interpretação dos conteúdos expressos nos planos de acção. Esses blocos ou níveis analíticos, bem como os respectivos objectivos associados, apresentam-se descritos nos quadros seguintes (figuras 6 e 7). Tratando-se de um processo de análise com uma componente forte de avaliação “ex-ante”, foi sobre a concepção de cada plano de acção local que incidiu a maior parte do exercício avaliativo, procurando-se identificar, compreender e analisar a lógica, o desenho e a exequibilidade dos planos de acção. Assim, foram delineados três níveis de análise/avaliação: o primeiro mais descritivo; o segundo de carácter mais analítico e essencialmente circunscrito a cada plano em concreto; e o terceiro, igualmente de pendor analítico,

¹¹⁹ - Sobre esta vertente, debruçar-nos-emos mais em pormenor na terceira parte desta investigação.

mas numa perspectiva comparativa e cruzada inter-planos. Discutem-se em seguida cada um dos níveis de análise/avaliação de forma mais pormenorizada.

NÍVEIS DE ANÁLISE/AVALIAÇÃO	OBJECTIVOS
<p>NÍVEL 1: Descrição e análise da estrutura dos planos de acção local: diagnóstico e proposta (nível descritivo):</p> <p>1 - Situação de partida: Quadro-síntese das características socio-económicas das aldeias e vilas históricas (mapa 1.1).</p> <p>2 – Pertinência dos objectivos gerais/específicos, das estratégias e das acções (mapa 1.3).</p> <p>3 – Qualidade da estratégia global da intervenção preconizada no PAL (mapas 1.2 e 1.4).</p>	<p>- Conhecer o quadro territorial de partida e medir a adequação dos princípios de intervenção, dos objectivos, das estratégias e das acções planeadas face aos respectivos contextos geográficos, sociais e económicos locais.</p> <p>- Ponderar sobre a “arquitectura” (coerência vertical e horizontal entre objectivos, estratégias e acções);</p> <p>- Perceber a exequibilidade (possibilidade de concretização, dos objectivos gerais e específicos a partir das acções delineadas e dos meios/recursos previstos).</p>
<p>NÍVEL 2 Análise da coerência interna e das complementaridades internas: realizações previstas (nível analítico, intra-PAL):</p> <p>1 – Coerência interna e complementaridades internas: realizações previstas</p> <ul style="list-style-type: none"> . domínios de intervenção (mapa 2.1), . meios/recursos (mapa 2.2), . parceiros (mapa 2.3), . destinatários (mapa 2.4), . efeitos (mapa 2.5). 	<p>- Avaliar o grau de pormenorização, rigor e identificação das acções previstas, por relação aos respectivos domínios de intervenção;</p> <p>- Identificar os meios e recursos envolvidos para a concretização dos objectivos;</p> <p>- Identificar as entidades executoras, parcerias e respectivos graus de envolvimento;</p> <p>- Enumerar os beneficiários/destinatários das acções e dos projectos;</p> <p>- Conhecer os efeitos esperados associados à implementação das acções preconizadas.</p>
<p>NÍVEL 3 Análise da coerência e das complementaridades externas: articulações territoriais e proximidades/afastamentos (nível analítico, inter-PAL):</p> <p>1 - Coerência e complementaridades externas: articulações territoriais e proximidades/afastamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> . Índice de convergência entre objectivos gerais dos planos (mapa 3.1); . objectivos gerais x domínios de incidência (mapa 3.2); . objectivos x meios/recursos (mapa 3.3); . acções x entidades parceiras (mapa 3.4); . objectivos x beneficiários/destinatários (mapa 3.5); . acções x prazos de realização (mapa 3.6); . tipo e diversidade de património (mapa 3.7). 	<p>- Medir o grau de convergência dos objectivos gerais entre os PALs</p> <p>- Cruzar os vários PALs em simultâneo para aferir eventuais articulações, segundo vários parâmetros.</p>

Fig. 6 - Estrutura do modelo: níveis de análise/avaliação e objectivos associados
(Para avaliar quanto à: lógica, desenho e exequibilidade dos planos de acção local)

NÍVEIS DE ANÁLISE/AVALIAÇÃO	MAPAS	DESIGNAÇÃO DOS MAPAS
NÍVEL 1: Descrição e análise da estrutura dos planos de acção local: diagnóstico e proposta (nível descritivo): Total de matrizes previstas: 4 matrizes x 19 aldeias/vilas = 76	mapa 1.1 mapa 1.2 mapa 1.3 mapa 1.4	<ul style="list-style-type: none"> ● Quadro-resumo das características demográficas, sócio-económicas e territoriais das aldeias e vilas históricas. ● Estrutura do Plano – fase de Diagnóstico. ● Objectivos / Estratégias / Acções. ● Estrutura do Plano – fase da Proposta.
NÍVEL 2 Análise da coerência interna e das complementaridades internas: realizações previstas (nível analítico, intra-PAL): Total de matrizes previstas: 5 matrizes x 19 aldeias/vilas = 95	mapa 2.1 mapa 2.2 mapa 2.3 mapa 2.4 mapa 2.5	<ul style="list-style-type: none"> ● Matriz Objectivos (gerais e específicos) x Domínios de incidência ● Matriz Objectivos x Meios/Recursos ● Matriz Acções x Entidades parceiras ● Matriz Objectivos x Beneficiários/Destinatários ● Matriz Objectivos x Efeitos/Impactos
NÍVEL 3 Análise da coerência e das complementaridades externas: articulações territoriais e proximidades/afastamentos (nível analítico, inter-PAL): Total de matrizes previstas: 7	mapa 3.1 mapa 3.2 mapa 3.3 mapa 3.4 mapa 3.5 mapa 3.6 mapa 3.7	<ul style="list-style-type: none"> ● Matriz de Convergência entre Objectivos Gerais dos PALs ● Matriz PALs x Objectivos (gerais e específicos) x Domínios de Incidência/Intervenção ● Matriz PALs x Objectivos (gerais e específicos) x Meios/Recursos ● Matriz PALs x Acções x Entidades Parceiras ● Matriz PALs x Objectivos (gerais e específicos) x Beneficiários / Destinatários ● Matriz PALs x Acções x Prazos de realização ● Matriz PALs x Tipo e Diversidade de Património Identificado e a Potenciar

Fig. 7 - Estrutura do modelo: níveis de análise/avaliação e mapas de registo e sistematização de dados

2.2.1 – Primeiro nível de análise/avaliação: descrição e análise da estrutura dos planos de acção local - diagnóstico e proposta

No primeiro nível de análise/avaliação, com finalidades mais descritivas do que analíticas, procurou-se, no essencial, conhecer a estrutura organizativa de cada plano, quer no que diz respeito ao desenho das várias componentes que lhe dão forma, quer no que se relaciona com os respectivos conteúdos. Deste modo, tentou-se, desde logo, obter um quadro-síntese das características sócio-económicas, culturais, históricas, geográficas, arquitectónicas, entre outras (mapa 1.1) suficientemente abrangente e esclarecedor acerca do contexto territorial envolvente a cada aldeia e vila abrangida pelo programa.

De seguida, procedeu-se a uma inventariação dos objectivos gerais e específicos, das estratégias e das acções previstas em cada plano de acção. Com este exercício, pretendeu-se medir a pertinência daqueles objectivos, estratégias e acções e ponderar sobre a “arquitectura” (graus de articulação e coerência) dos mesmos, enquanto proposta de intervenção, por relação ao diagnóstico realizado no âmbito do próprio plano (mapa 1.3).

Por fim, e ainda no que respeita a este primeiro nível de análise/avaliação, procurou-se analisar a qualidade da(s) estratégia(s) de intervenção preconizada(s) para cada aldeia e vila histórica (mapas 1.2 e 1.4). Constituiu objectivo central nesta fase perceber o grau de exequibilidade de cada plano de acção local, ou seja, avaliar a(s) possibilidade(s) de concretização dos objectivos gerais e específicos a partir das acções delineadas.

No seu conjunto, estes quadros-mapas iniciais permitiram sistematizar e clarificar quais as dimensões ou domínios de incidência¹²⁰ patentes em cada plano de acção, permitindo assim passar para um segundo nível de análise/avaliação, mais analítico e ainda centrado em cada plano de acção local.

2.2.2 – Segundo nível de análise/avaliação: análise da coerência interna e das complementaridades internas – realizações previstas

No segundo nível de análise/avaliação, e tal como a respectiva titulação sugere, pretendeu-se analisar cada plano de acção numa perspectiva mais analítica, traduzindo os conteúdos antes descritos e sistematizados no primeiro nível de análise/avaliação, de forma a compreender e a avaliar, tanto o grau de coerência interna de cada plano, como a existência (ou não) de aspectos complementares nas realizações (projectos/acções) previstas.

Os objectivos inerentes a este segundo nível – tal como se encontram resumidos na figura 6 – prendem-se com a tentativa de avaliação do grau de pormenorização e de rigor dos objectivos (gerais e específicos) a atingir, por relação aos domínios de incidência/intervenção, aos recursos/meios, às entidades executoras, aos parceiros envolvidos, aos destinatários e aos efeitos/impactos esperados. Para a sua concretização tornou-se imperativo identificar os meios e os recursos a envolver, enumerar os beneficiários/destinatários das acções, identificar as entidades executoras e parcerias - aferindo o grau de envolvimento destas últimas na implementação e acompanhamento dos projectos previstos -; e por fim, conhecer os efeitos e impactos esperados (quando estes são avançados no plano) decorrentes da implementação das acções e respectiva concretização de objectivos.

Do ponto de vista operativo, os mapas de registo idealizados no âmbito deste segundo nível de análise/avaliação cruzam, umas vezes os objectivos gerais e específicos, outras vezes as acções preconizadas, ora com os domínios de incidência (mapa 2.1), com os recursos/meios (mapa 2.2), com as entidades parceiras (mapa 2.3), ora com os beneficiários/destinatários das acções (mapa 2.4) e com os efeitos e impactos decorrentes das várias intervenções previstas (mapa 2.5).

Da análise pormenorizada e à escala intra-plano, isto é, centrada ainda e exclusivamente em cada plano de acção local, reuniu-se um conjunto de informações e dados cruzados, necessários e suficientes para obter uma “fotografia” dos planos de acção, a fim de, no terceiro nível de análise/avaliação proceder a uma análise de conjunto, entre todos os planos de acção envolvidos no programa, mas agora numa perspectiva cruzada. Procurou-se chegar, neste terceiro bloco avaliativo, a uma análise inter-planos, detectando sinais de convergência e/ou divergência entre os mesmos planos, bem como elementos que apontem para cenários de articulação territorial e para outras eventuais complementaridades, com acréscimo de mais-valias a uma escala inter-regional e não apenas a uma escala local, a que cada plano se reporta.

2.2.3 – Terceiro nível de análise/avaliação: análise da coerência e das complementaridades externas – articulações territoriais e proximidades/afastamentos

Este terceiro nível de análise/avaliação encerra a componente do processo avaliativo cujo âmbito de incidência se circunscreve aos planos de acção local. Como já foi adiantado atrás, mantêm-se a perspectiva analítica, só que dirigida não a cada plano isoladamente, mas sim a todos em conjunto, encetando uma avaliação dos níveis de coerência entre os mesmos planos, procurando detectar

¹²⁰ - De acordo com a tipologia apresentada atrás (figuras 6 e 7).

sobreposições de objectivos, estratégias e acções, que permitam antecipar eventuais cenários de articulação territorial.

Numa primeira linha de análise, mediram-se os índices de convergência entre os objectivos gerais patentes nos planos (mapa 3.1)¹²¹. Numa segunda linha de avaliação, procurou cruzar-se - tendo por base fundamentalmente os objectivos gerais e específicos - os planos de acção com os vários domínios de incidência (mapa 3.2), depois com os meios e recursos inventariados (mapa 3.3) e em seguida com os destinatários/beneficiários das acções (mapa 3.5). Partindo depois das acções de intervenção preconizadas no âmbito de cada plano, confrontam-se todos os planos por relação às entidades parceiras mobilizadas para a sua implementação (mapa 3.4) e aos prazos de realização previstos (mapa 3.6).

A finalizar, procurou-se sistematizar a diversidade de referências a elementos patrimoniais nos vários planos (mapa 3.7), por forma a obter um quadro, tão consistente e completo quanto possível, acerca das potencialidades ao nível do recurso património – e designadamente do património rural – capazes de virem a ser traduzidas em âncoras de desenvolvimento regional para as aldeias e vilas envolvidas no programa.

Será então a partir do resultado global deste processo de análise, em jeito de avaliação, repartido pelos três níveis atrás explicitados, que se espera obter conclusões e leituras interpretativas com valor acrescido do ponto de vista teórico, mas também empírico e metodológico, para a compreensão da pertinência e do alcance do programa em questão nos territórios rurais envolventes às aldeias e vilas, numa perspectiva pluridimensional inerente aos processos de desenvolvimento local e regional, tal como o temos vindo a conceptualizar no decorrer desta pesquisa.

Com as conclusões alcançadas, pretende-se proporcionar oportunidades de discussão e avaliação das orientações assumidas nos vários planos de acção analisados, a tempo de se incorporarem eventuais inflexões de direcção e outras mudanças aquando da implementação e/ou re-estruturação do programa. Deste modo, concretiza-se talvez um dos principais objectivos partilhados com algumas experiências de avaliação já realizadas, a saber: o de “transformar a avaliação em processos mobilizadores e de aprendizagem colectiva, superando visões que a reduzem a um conjunto de procedimentos técnicos e burocráticos de fiscalização”¹²². Só deste modo, o esforço aqui despendido e traduzido nos resultados da análise/avaliação que a seguir se apresentam, poderão significar uma real e enriquecedora utilidade para todos os actores sociais que, de uma forma ou de outra, se revêem nos planos de acção local estudados e no programa de desenvolvimento que os enquadra.

¹²¹ - As especificidades de cada mapa, bem como dos restantes já apresentados, encontram-se descritas em cada um deles, consultáveis nos anexos deste volume principal.

3 – O Programa Revitalização de Aldeias e Vilas históricas da Região Alentejo: situação de partida, análise da estrutura e análise da coerência interna e externa dos planos de acção local - resultados

3.1 – Quadro demográfico, social e económico da região: dados de contextualização e indicadores estatísticos

É sabido que, cada vez mais, com a integração e a globalização das economias, especialmente no contexto da União Europeia, exige-se um esforço redobrado no sentido da promoção e valorização das capacidades endógenas das regiões, entendendo essas capacidades como o conjunto dos recursos e das múltiplas especificidades locais, traduzíveis em potencialidades geradoras de mecanismos de desenvolvimento e sustentabilidade. Assim, as economias regionais alicerçadas numa forte identidade histórica e cultural, onde os seus recursos e especificidades são reconhecidos como factores de qualidade e genuinidade, podem constituir uma importante e não menosprezável vantagem comparativa, desde que nessas regiões, sejam criadas as condições necessárias para a associação – nem sempre fácil, é claro, embora imprescindível – entre “modernidade” e “tradição”, isto é: entre, por exemplo, a introdução das novas tecnologias, o desenvolvimento da sociedade da informação e o turismo; e, por outro lado, as actividades económicas de raiz tradicional, como o artesanato, a gastronomia e outras actividades de carácter agrícola.

No caso da região Alentejo, não obstante a forte identidade sócio-cultural que lhe é reconhecida, quer nos discursos turístico, político e mediático, quer do ponto de vista das vivências locais por parte das respectivas populações, verifica-se, contudo, uma debilitação nos quadros demográfico e económico, o que se traduz, no presente e no futuro, em vectores de competitividade bastante frágeis, tanto a nível nacional, como internacional. Um olhar, ainda que breve mas necessário, impõe-se neste momento para melhor se conhecer e compreender o contexto territorial a que nos reportamos neste estudo, o mesmo sobre o qual se desenha um programa de desenvolvimento vocacionado para a revitalização de alguns dos seus recursos e potencialidades: aldeias e vilas.

De acordo com o expresso no Programa Operacional da Região Alentejo (PORAAlentejo)¹²³, esta região apresenta-se como um território de vantagens múltiplas, onde o espaço disponível, um ambiente qualificado e a dinâmica da logística básica potenciam uma intervenção relevante na função articular do país com a União Europeia e desta com o Atlântico e se projectam como elementos de competitividade territorial num contexto, quer de descompressão urbana da Área Metropolitana de Lisboa com um acréscimo qualificante para ambas as regiões, quer de afirmação de Portugal como fronteira atlântica da Europa em geral e do “hinterland” ibérico em particular”. Desta acepção resulta, portanto, a consciencialização de um conjunto de “trunfos” locais específicos da região Alentejo, a

¹²² - João Ferrão, 1996, pp:40.

começar pela sua localização geográfica. Com efeito, a proximidade territorial com a área metropolitana de Lisboa, uma orla marítima atlântica de dimensão considerável, um espaço contíguo à região do Algarve, e por fim, a proximidade fronteiriça com a vizinha Espanha (em especial as regiões da Extremadura e da Andaluzia), balizam o território do Alentejo e conferem-lhe uma posição privilegiada num quadro de articulação territorial, quer nacional, quer transnacional.

Porém, não descurando a sua especificidade territorial, num contexto de “crescente protagonismo de Portugal na fachada atlântica da Europa” (Idem, pp:3), subsistem algumas características estruturais que constituem, nalguns casos, obstáculos e dificuldades inibidoras de processos de mudança e desenvolvimento. Com uma área total de 26,9 Km², ocupando aproximadamente 30% do território continental de Portugal, a região, concentra, inversamente, uma fracção muito pequena da população nacional (apenas 549 mil habitantes aproximadamente, em 1991), tendo a mesma decrescido para 534 mil em 2001 (ver fig. 8); bem como uma densidade populacional igualmente pequena (19,1 habitantes por Km², sendo a do país de 108,1 em 1997)¹²⁴.

A estes dados adicionam-se outros. Desde 1981, a população tem vindo a decrescer genericamente em todas as sub-regiões do Alentejo, exceptuando um número limitado de concelhos, fruto de alguns movimentos internos de população em direcção aos principais pólos urbanos da região (Évora, Beja e Portalegre), além de outras cidades de menor dimensão mas com dinâmicas industriais em crescimento como é o caso de Sines. É de assinalar ainda outros movimentos migratórios em direcção a localidades sedes de concelhos, por parte de franjas populacionais anteriormente residentes em zonas rurais periféricas às mesmas.

Ainda no que concerne aos indicadores sócio-demográficos, ressalve-se o facto de estarmos perante uma região do país que acumula também um índice de envelhecimento populacional assinalável, devido, por um lado, às baixas taxas de natalidade (9,2‰ em 1999) e às taxas de crescimento natural e efectivo negativas, respectivamente -6,1‰ e -9‰. É significativo o peso da população com mais de 65 anos na estrutura etária da região (21% em 1997), traduzindo-se num índice de envelhecimento, no mesmo ano, na ordem dos 137,3 contra apenas 83,5 de média nacional. A mesma tendência transparece da análise do mesmo indicador dois anos mais tarde, em 1999, com valores na ordem dos 153,9% para a região do Alentejo e 91,6 % para o país. Acresce, por outro lado, a existência de elevadas taxas de mortalidade quando comparadas com a média nacional (15,3‰ para a região face a 10,8‰ para o país). Em conjunto, este quadro sócio-demográfico coloca a região numa posição de fragilidade estrutural do ponto de vista dos seus recursos humanos, já que, continua

¹²³ - in Ministério do Planeamento, 1999, pp:4.

¹²⁴ - De acordo com dados mais recentes publicados pelo INE, a densidade populacional do Alentejo é agora de 20 hab/Km² ao passo que a do país se cifra na ordem dos 112 hab/km² (dados de 1999 e 2001). Os dados estatísticos referentes a 1991 e

a ser a região mais envelhecida do país e da Europa Comunitária, além de que, e agora no plano da educação, é também a região onde se assinala a taxa de analfabetismo mais elevada do país.

A tendência de declínio da população, demonstrada através dos valores anteriores, só poderá ser travada com o auxílio de políticas de desenvolvimento que possibilitem, entre outros objectivos, contribuir para uma manutenção - e se possível aumento - da população, criando condições estruturais, nos planos económico, profissional, habitacional, educativo e cultural, entre outros, capazes de fomentarem o interesse pela fixação da população mais jovem, inclusivamente por parte de grupos oriundos de outras regiões¹²⁵.

A figura seguinte mostra, contudo, que o cenário actual não traduz a tão necessária e fundamental dinâmica demográfica em sentido positivo. Da amostra que retiramos dos censos de 2001, com incidência nas localidades que constituem o território abrangido pelo programa “*Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*”, pode ver-se a manutenção da generalizada tendência negativa de crescimento populacional em todas as localidades. Com efeito, é sintomático, sobretudo nas freguesias e pequenas localidades onde os planos de acção local incidem, encontrar-se taxas de crescimento populacional negativas, em alguns casos extremamente preocupantes, situação que, de resto, acompanha a tendência média de decréscimo populacional em toda a região, situada em termos percentuais entre os valores negativos de -10 e -2, realidade que os mesmos planos retratam aquando da sua elaboração, nos respectivos capítulos destinados à fase do diagnóstico. Este panorama continua assim a traduzir um permanente processo de êxodo populacional de toda a região em direcção a regiões mais desenvolvidas, provocando, consequentemente, taxas de crescimento bastante regressivas e perturbadoras no que diz respeito à possibilidade da sua inversão. O caso das localidades candidatas ao epíteto “aldeias e vilas históricas” é disso elucidativo.

a 1997, foram retirados das publicações oficiais do INE, do Plano de Desenvolvimento Regional, e ainda do Programa Operacional da Região do Alentejo, estes dois últimos publicados pelo Ministério do Planeamento.

¹²⁵ - O já referido fenómeno de vinda de população mais jovem, em geral escolarizada e portadora de qualificações de nível médio e superior, designado por “regresso de urbanitas”, pode constituir, a prazo, um vector de mudança cujos contornos e efeitos contribuirão para uma nova dinâmica na região, sobretudo quando os mesmos possam tornar-se agentes e protagonistas de novas alternativas de investimento e capacidade empresarial, ou então enquanto quadros nas empresas existentes, ou ainda na qualidade de protagonistas e líderes locais, através da criação ou reactivação de movimentos

DISTRITO CONCELHO FREGUESIA	1991 (dados definitivos) HM	2001 (dados preliminares) HM	VARIAÇÃO (concelho) %
Portalegre			
Portalegre	26111	25814	< -20 a >20
Alegrete	2096	2044	-10 a -2
Alter do Chão	4441	4019	< -20 a -2
Alter Pedroso (Alter do Chão) *	2744	2612	-10 a -2
Nisa	9864	8544	< -20 a -2
Amieira do Tejo	486	312	< -20
Castelo de Vide	4145	3875	-20 a 10
Castelo de Vide (fregs. urbanas)	3388	3179	-20 a 10
Crato	5064	4382	< -20 a -2
Flor da Rosa	372	328	-20 a -10
Marvão	4419	4035	-20 a -2
Marvão (Stª Maria de Marvão)	802	653	-20 a -10
Campo Maior	8535	8341	-20 a 2
Ouguela **	?	?	?
Fronteira	4122	3690	-20 a -2
Cabeço de Vide	1243	1093	-20 a -10
Avis	5686	5207	< -20 a -2
Avis	2036	1953	-10 a -2
Gavião	5920	4885	< -20 a -2
Belver	1184	898	< -20
ÉVORA			
Estremoz	15461	15657	< -20 a > 20
Evoramonte	732	722	-2 a 2
Alandroal	7347	6610	< -20 a -2
Juromenha	173	149	-20 a -10
Alandroal	7347	6610	< -20 a -2
Terena	1009	863	-20 a -10
Reguengos de Monsaraz	11401	11359	-20 a 10
Monsaraz	1184	977	-20 a -10
Viana do Alentejo	5720	5602	-20 a 10
Alcáçovas	2329	2089	-20 a -10
BEJA			
Mértola	9805	8714	< -20 a -2
Mértola	3166	3091	-10 a -2
Moura	17549	16542	< -20 a 20
Stº Aleixo Restauração	1086	839	< -20
Alvito	2650	2698	< -2 a 10
Alvito	1378	1367	-2 a 2
Barrancos	2052	1921	-10 a -2
Barrancos	2052	1921	-10 a -2
ALENTEJO	549362	534365	-10 a -2

Fig. 8 - População residente nas localidades abrangidas pelo Programa (valores absolutos).

Fonte: INE, *Censos 2001, Resultados Preliminares, Região Alentejo*, 2001.

* - Incluída na freguesia de Alter do Chão; ** - Inserida numa das freguesias de Campo Maior.

Ao nível da organização do território e da especialização económica registam-se algumas características que importa salientar. Desde logo, reconhece-se nesta região uma importante base de recursos naturais, com destaque para os recursos florestais e consequente transformação em indústrias ligadas ao sector. Tendo esta região uma parte significativa da sua superfície consagrada às actividades agrícolas, o sector primário ocupa um peso relativamente superior à sua importância no VAB do país, com realce para as culturas de sequeiro, para a vinha e o olival. Já no que se refere ao sector secundário, o Alentejo é a região onde este sector se revela menos dinâmico, verificando-se todavia, uma especialização da indústria transformadora por exemplo nos domínios da indústria agro-alimentar (norte alentejano) e das rochas ornamentais (triângulo territorial Estremoz, Borba e Vila Viçosa). O sector terciário, por seu turno, constitui aquele que apresenta maior expressão na estrutura de distribuição do VAB por sectores, mercê de uma recente afirmação, sobretudo nas áreas ligadas à

educação e ao turismo. Apresenta mesmo uma dinâmica de crescimento idêntica à do país, embora com um peso mais relevante no sector dos serviços públicos não mercantis, mas com uma actividade turística ligada ao lazer com fortes potencialidades de desenvolvimento. Segundo dados do Inquérito ao Emprego (INE, 2000) a distribuição da população empregada por actividade económica era a seguinte: Serviços (64,9%), Indústria, Construção, Energia e Água (23,3%) e Agricultura, Silvicultura e Pesca (11,8%).

Em termos de condições de acessibilidade e características do sistema urbano da região a que nos referimos, salienta-se, por um lado, a existência de uma rede articulada de infra-estruturas rodoviárias em crescimento, tanto ao nível nacional, como regional, onde se salienta a consolidação de um corredor transversal à área metropolitana de Lisboa e à Extremadura espanhola, passando pela cidade de Évora; por outro lado, e desta feita no que respeita à caracterização do sistema urbano, é notório o reforço demográfico das capitais de distrito, bem como de outros centros urbanos satélites dos primeiros, a par de algumas relações urbano-rurais de âmbito local, que apontam para a emergência de condições favoráveis à revalorização das funções económicas e sociais de aldeias e consequente reforço do papel destes aglomerados de pequena escala no contexto territorial mais alargado às respectivas áreas de influência¹²⁶.

Um outro registo importante na configuração territorial da região Alentejo prende-se com a existência de articulações inter-regionais, de carácter interno, mas também de perfil transfronteiriço, as quais conduzem à necessidade de qualquer macro-perspectiva de desenvolvimento para a região ter que levar em linha de conta, não os seus limites territoriais nacionais, mas, numa acepção abrangente, a sua proximidade geográfica com a Extremadura espanhola, bem como as possibilidades de desenvolvimento decorrentes da acessibilidade ao sistema metropolitano da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Uma última nota vai para os domínios do ambiente, da habitação e conforto, da saúde e, finalmente, da coesão social.

No caso do ambiente, a região Alentejo caracteriza-se pela existência de uma diversidade biofísica, além de um património natural, por vezes de importância internacional, com diversas áreas protegidas e/ou classificadas, a que se junta uma reconhecida e elevada qualidade ambiental em termos gerais, a par de um conjunto de potencialidades de raiz turística dos seus recursos naturais.

¹²⁶ - Característica esta que se espera poder ver ampliada no contexto do programa revitalização de aldeias e vilas históricas, sobretudo na perspectiva dos responsáveis da CCRA, a entidade promotora do programa.

No domínio da habitação e do índice de conforto, é verificável um conjunto de indicadores que revelam dotações inferiores à média nacional, ilustrando assim situações desfavoráveis numa perspectiva comparativa. É o caso da disponibilidade de bens de equipamento doméstico, o número de alojamentos dispondo de condições mínimas de conforto (electricidade, água, instalações de banho, telefone), para além de um conjunto de edifícios para habitação com idade elevada.

No campo da saúde, paralelamente a uma concentração dos respectivos serviços nos principais centros urbanos, regista-se uma diminuta disponibilidade de recursos físicos e humanos da saúde na região, sendo que o número de médicos e enfermeiros por mil habitantes é o mais baixo do país.

Por fim, no que respeita ao índice de coesão social, e tratando-se de uma região marcadamente de matriz rural, a distribuição dos rendimentos no interior da região apresentou um agravamento das desigualdades existentes na primeira metade dos anos 90. Para os problemas de pobreza e exclusão social contribuíram factores relacionadas, em grande medida, com a fragilização do tecido produtivo, o empobrecimento e desertificação do mundo rural, decorrente da perda de vitalidade das actividades tradicionais de produção artesanal, tendo a incidência dessa mesma pobreza registado uma ligeira diminuição de 16% em 1990 para 15% em 1995, números que deverão ter conhecido uma tendência contínua de diminuição, fruto do desenvolvimento de uma série de projectos de luta contra a pobreza e da aplicação do rendimento mínimo garantido, com incidência no território.

É neste quadro sócio-demográfico e sócio-económico que se pode contextualizar a realidade local de cada “aldeia e vila histórica”. Um quadro simultaneamente estrangulado por via de algumas variáveis, onde por exemplo a concentração populacional é inversamente proporcional à extensão do seu território, mas também onde as suas especificidades de carácter natural, patrimonial e turística, podem ser, quando convenientemente enquadradas, traduzidas em oportunidades de investimento e de criação de riqueza e, por consequência, em dinâmicas positivas de desenvolvimento, a partir da concretização de políticas e iniciativas, tendentes a uma aproximação e a uma convergência real, nos planos económico e social, com o resto do país e com a Europa. Muitas destas características e tendências de evolução da região Alentejo, nos planos social, demográfico, económico, ambiental, entre outras, espelham a realidade à escala local das aldeias e vilas históricas, como aliás demonstram os diagnósticos incluídos nos planos de acção local. É aí que dirigimos o nosso enfoque a partir deste momento.

3.2 – NÍVEL 1 - Análise da estrutura dos planos de acção local: diagnóstico e proposta

Neste capítulo, que abre, no concreto, a análise e avaliação do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, começa-se por conhecer e caracterizar os vários planos de acção local submetidos a aprovação no âmbito do referido programa. Assim, pretende-se apreciar e compreender o quadro territorial de partida, como prolongamento do capítulo anterior, para depois medir a adequação dos princípios de intervenção, dos objectivos, das estratégias e das acções planeadas face aos respectivos contextos geográficos, sociais e económicos diagnosticados. Neste sentido, serão descritas as principais características sócio-económicas, geográficas, ambientais, demográficas e sócio-culturais, em termos abrangentes mas esclarecedores, das aldeias e vilas históricas, a que os planos de acção se reportam (conteúdos dos mapas 1.1)¹²⁷.

Traçada a descrição sumária das características mais significativas dos territórios abrangidos pelos planos de acção local, segue-se um levantamento, primeiro das áreas/dimensões de intervenção seleccionadas no âmbito dos mesmos planos de acção local, e depois dos objectivos gerais e específicos, das estratégias e das acções previstas nos mesmos planos. O objectivo deste exercício, de características já mais analíticas e não tão descritivas, é o de ponderar sobre a “arquitectura” do mesmo plano, isto é, sobre a articulação e coerência, tanto ao nível vertical (relação entre objectivos, estratégias e acções), como ao nível horizontal (relação entre cada conjunto - objectivos, estratégias e acções - no seu interior), a partir dos dados copilados e sistematizados nos mapas 1.3.

A finalizar este primeiro nível de avaliação, procura-se analisar a qualidade da(s) estratégia(s) de intervenção preconizada(s) para cada aldeia e vila histórica (mapas 1.2 e 1.4). Neste momento, o objectivo central é perceber o grau de exequibilidade de cada plano de acção local, ou seja, avaliar a(s) possibilidade(s) de concretização dos objectivos gerais e específicos a partir das acções delineadas. Começamos então pela fase de diagnóstico.

3.2.1 – Diagnóstico/situação de partida

Sem prejuízo do reconhecimento de uma certa homogeneidade territorial da região Alentejo no seu todo, assinala-se, contudo, uma relativa diversidade de elementos e características específicas das

¹²⁷ - Estes mapas, devidamente preenchidos, encontram-se agregados e identificados no volume de anexos criado propositadamente para reunir esta informação. É neste mesmo volume que se poderão encontrar todos os dados empíricos descritos e analisados, com exaustão, sobre cada uma das aldeias e vilas históricas, de acordo com os respectivos planos de acção local. Constituem, por isso, o acervo documental por excelência da análise e avaliação aqui elaborada. A comprovação de informações empíricas e eventuais remissões do leitor para estes mapas será um procedimento necessário e complementar, sempre que tal se justificar. Porém, ter-se-á em atenção a auto-suficiência do volume principal, tentando

várias aldeias e vilas abrangidas pelo programa, tanto no que diz respeito à sua matriz geográfica e às suas acessibilidades, como no que concerne a outros indicadores, dos quais se salientam os dados de carácter demográfico, a especialização económica e os equipamentos de cultura, recreio e turismo¹²⁸.

3.2.1.1 – Localização geográfica, acessibilidades e enquadramento ambiental

Estendendo-se na sua grande maioria por uma faixa do território próxima à fronteira, desde Amieira do Tejo (concelho de Nisa) a Mértola, passando por Ouguela (Campo Maior), Juromenha e Terena (no concelho de Alandroal) e Barrancos, esta extensa área raiana recobre doze das vinte localidades envolvidas no programa, configurando uma espécie de *cordão territorial*, desde o Alto até ao Baixo Alentejo. Paralelamente a este eixo geográfico é visível uma maior concentração de aldeias e vilas seleccionadas no território demarcado pelo distrito de Portalegre, num total de dez localidades, embora com características diferentes quer a nível paisagístico, quer a nível das acessibilidades, tanto às sedes de concelho como à sede de distrito. Um terceiro núcleo territorial relativamente definido, abrangendo as vilas de Alvito, Cuba e a freguesia de Alcáçovas (concelho de Viana do Alentejo), situadas mais no espaço central do Alentejo, completam o mapa geográfico das aldeias e vilas históricas da região¹²⁹.

Do ponto de vista das acessibilidades, coexistem maiores e menores densidades de redes viárias, quer nacionais, quer municipais, embora muitas delas em deficiente estado de conservação. Os transportes públicos, rodoviários e ferroviários, são manifestamente em número insuficiente em algumas das localidades, acentuando, ainda mais, os respectivos isolamentos. Paralelamente, reconhece-se nos vários diagnósticos, constantes nos planos de acção local, um elevado grau de dependência ao nível da satisfação de necessidades básicas quotidianas, bem como de vários serviços, em muitas destas aldeias face às respectivas sedes de concelho, excluindo obviamente aqui as vilas que são sede de concelho. A corroborar este diagnóstico, de relativo isolamento e de dependência funcional de algumas das localidades, estão algumas acções e projectos propostos no âmbito dos vários planos, a fim de atenuar estes problemas, dos quais daremos conta mais adiante.

No quadro ambiental impera uma diversidade de situações específicas. A totalidade das aldeias e vilas implantam-se em territórios marcadamente rurais, incluindo as próprias vilas. Entre a

reunir nele a informação imprescindível para uma leitura e compreensão autónomas acerca, quer dos planos de acção local, quer em relação à coerência e fio condutor do processo de análise e avaliação do programa.

¹²⁸ - Os dados cuja descrição e análise aqui se inicia encontram-se sistematizados no mapa 1.1 (Quadro-resumo das características demográficas, socio-económicas e territoriais das aldeias e vilas históricas). Para ter uma ideia da estrutura e indicadores constantes no mesmo, ver anexo: “estrutura do modelo – mapas/instrumentos de análise/avaliação”, presente neste mesmo volume.

peneplanície e a serra (esta última em menor número) as várias localidades distribuem-se muitas vezes ao longo de linhas de água e recursos hídricos, os quais são, em alguns casos, insuficientes para fins agrícolas e abastecimento público. Os usos do solo, ora assumem uma vertente de exploração florestal, ora uma vertente agrícola, a qual, na generalidade, caracteriza-se por ser de baixa produtividade, pouco intensiva e com finalidades eminentemente de subsistência familiar. Paralelamente a uma diversidade de ecossistemas e a uma riqueza florística e faunística, coexistem algumas zonas de caça, tanto associativa, como turística.

Estas características, associadas a um clima de tipo mediterrânico e continental, com algumas especificidades entre o norte e o sul da região, e um conjunto de espaços e ambiências cénicas singulares, conferem à generalidade das aldeias e vilas uma qualidade ambiental apreciável e um património natural frequentemente objecto de promoção turística. Destaque ainda para um relativo predomínio do montado de azinho e sobro e para o facto de algumas das aldeias e vilas, ou parte dos seus territórios, encontrarem-se situadas em parques naturais, em áreas da Rede Natura 2000 e na REN, como são, por exemplo, os casos de Castelo de Vide, Marvão e Amieira do Tejo. Também a proximidade de grandes rios como o Tejo (Amieira do Tejo e Belver), o Guadiana (Juromenha, Terena e Mértola) e as albufeiras (por exemplo a do Maranhão, em Avis), influenciam e distinguem, do ponto de vista ambiental, estas localidades face às restantes.

3.2.1.2 – Enquadramento histórico e estruturas fortificadas

Passando para um outro eixo de caracterização, e não obstante o reconhecimento de que cada uma das aldeias e vilas históricas tem uma história específica distinta das restantes, é possível, no entanto, registar alguns denominadores comuns, sobretudo quanto às origens dos vários povoados e à sua evolução.

Assim, destaque-se o facto de, na grande maioria destas localidades, ser possível encontrar vestígios arqueológicos remontando, em alguns casos, às fases da ocupação romana e muçulmana, e noutros casos a períodos ainda mais ancestrais, designadamente ao neolítico: são as localidades de Alcáçovas, Alegrete, Alter Pedroso, Evoramonte e Marvão, no primeiro caso, e Cabeço de Vide, Flor da Rosa e Santo Aleixo da Restauração, no segundo caso, só para citar alguns exemplos. Outras aldeias e vilas constituem testemunhos de períodos e acontecimentos marcantes na história de Portugal. É o caso de Evoramonte, local de assinatura do Tratado de Paz em 1834 que pôs fim à guerra entre os irmãos D. Miguel (absolutista) e D. Pedro (liberal); de Avis, com importância acrescida para a Ordem de cavalaria com o mesmo nome (século XIII); Flor da Rosa, onde ainda

¹²⁹ - Ver mapa das aldeias e vilas históricas em anexo.

existe o mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa da Ordem de Malta, (agora Pousada da ENATUR); das vilas fortificadas de Castelo de Vide e Marvão e das aldeias de Ouguela, Juromenha e Terena enquanto palcos de defesa da nacionalidade perante o inimigo castelhano; bem como de outras tantas aldeias e vilas com importância histórica, não só para a compreensão das sucessivas passagens de povos e civilizações pelo território nacional, como para o esclarecimento das várias fases da reconquista cristã e definição das actuais fronteiras do país.

O conhecimento relativo à formação dos tecidos urbanos, cruzando dados de carácter urbanístico, com vestígios arqueológicos, um pouco por todas as aldeias e vilas históricas, confirmam um continuidade da presença humana nos seus territórios, preservando-se ainda hoje sinais e elementos comprovativos desse facto, assumidos como valores patrimoniais a defender e a revitalizar. De um lado, castelos, estruturas fortificadas e cascos urbanos no interior de centros históricos; do outro, antas, menires e dólmens (muitos destes classificados como Monumentos Nacionais), atestam a importância estratégica, do ponto de vista militar, social, religioso e económico destas localidades em outras épocas da história, agora assumidos como recursos e potencialidades a promover em termos de desenvolvimento e de promoção turística da região.

3.2.1.3 – Dados demográficos e especialização de actividades económicas

Do ponto de vista das dinâmicas demográficas, e numa leitura necessariamente transversal às várias aldeias e vilas analisadas, assinala-se, mais uma vez, que estas localidades caracterizam-se por ser, no essencial e na sua esmagadora maioria, locais de baixa densidade populacional, com uma pirâmide etária evidenciadora de um duplo envelhecimento: grande proporção de idosos em idade de reforma, por um lado e poucas crianças e jovens, por outro; situação que conduz a um cenário de difícil rejuvenescimento populacional, necessário à manutenção destes núcleos populacionais em todas as suas dimensões: social, cultural e económica.

De acordo com o exposto atrás, no capítulo 3.1 (fig.8), tratam-se de aglomerados urbanos e rurais com taxas de variação negativa no que concerne ao crescimento populacional, situação que, na maioria dos casos, é acompanhada por uma descida acentuada da população activa, o que condiciona quaisquer processos de revitalização económica, em virtude da existência de uma diminuta capacidade de iniciativa para o investimento em actividades, fragilizando ainda mais a base económica local. Acresce também o facto de - embora não sendo uma característica comum a todas as aldeias e vilas - existir uma considerável perda de população residente nos parques habitacionais, particularmente nos núcleos considerados “históricos” destes aglomerados, o que se traduz num elevado índice de habitação devoluta. No seu global, muitos destes aglomerados constituíram (e

alguns ainda constituem) espaços de repulsão demográfica para outras regiões e cidades de média dimensão localizadas nas proximidades.

Em complemento a este quadro demográfico, acrescenta-se o facto da maioria dos aglomerados em estudo caracterizarem-se por ter uma redução progressiva da dimensão média das famílias, um reduzido nível de formação e qualificação da população residente, com taxas de analfabetismo superiores à média nacional em algumas das localidades, para além de consideráveis taxas de desemprego.

Em consonância com os indicadores anteriores, a base económica e produtiva local, apresenta-se, na generalidade das aldeias e vilas, como bastante frágil. Em termos de especialização económica, a distribuição da população activa pelos sectores primário, secundário e terciário não é coincidente em todas as localidades. Ainda assim, é visível uma relativa predominância deste último, sobretudo nos aglomerados de cariz mais urbanizado, muito por força das actividades ligadas à administração pública, ao comércio e restauração e aos serviços pessoais. Já nos aglomerados de feição mais rural (mas não só), é possível encontrar aí um peso ainda considerável do sector primário, particularmente em actividades agrícolas e pecuárias. Encontram-se neste caso localidades como Amieira do Tejo, Avis, Cabeço de Vide, Evoramonte, Juromenha e Santo Aleixo da Restauração.

É importante também assinalar a existência de pequenas indústrias e outras empresas de menor dimensão ligadas a sector secundário e a actividades congéneres, de raiz tradicional, como o artesanato e a olaria (esta última em Flor da Rosa, entretanto em processo de declínio) que ocupam, em algumas das aldeias e vilas, um peso ainda significativo. Porém, tanto nas localidades de feição mais rural, como nas mais urbanizadas, são os sectores primário e terciário, aqueles que, respectivamente, concentram maior volume de emprego. Porém, no cômputo geral, poder-se-á considerar que, tendo em conta a existência de um gradual envelhecimento populacional e um perfil escolar e profissional pouco qualificado da população activa, tal cenário traduz-se depois numa fraca capacidade de acção e dinamismo económico, a juntar a uma insuficiente iniciativa empresarial, a uma débil estrutura produtiva local e a uma considerável dependência face a localidades e regiões exteriores. Estas características surgem de forma mais ou menos transversal à maioria das aldeias e vilas abrangidas pelo programa.

3.2.1.4 – Turismo, cultura/recreio, educação, saúde e índices de conforto

No que respeita ao turismo, registam-se diferenças assinaláveis. Se, por um lado, encontramos vilas dotadas de unidades de hotelaria e restauração em número e em qualidade reconhecidas; por outro,

são várias as aldeias e vilas cujos diagnósticos realizados apontam para uma deficiente, quando não inexistente, oferta de serviços neste domínio. Encontram-se no primeiro caso Castelo de Vide, Flor da Rosa, Alvito, Belver, Marvão, e no segundo caso Alcáçovas, Amieira do Tejo, Barrancos, Cabeço de Vide e Santo Aleixo da Restauração.

Paralelamente à oferta hoteleira, onde é possível encontrar algumas diferenças, regista-se contudo uma relativa dispersão de valores patrimoniais (arquitectónicos, arqueológicos, naturais e culturais), os quais traduzem-se em cartazes de promoção turística, embora com desigual visibilidade e capacidade de atracção de visitantes, e consequentemente de criação de riqueza, entre as várias aldeias e vilas. Acrescente-se ainda actividades de índole cultural, como festas e romarias, tradições gastronómicas, espaços museológicos de reconhecida qualidade (por exemplo Mértola) e actividades de caça turística, que marcam, em conjunto, um quadro de recursos e potencialidades frequentes nos roteiros e nas campanhas de marketing turístico da região, na sua globalidade.

Associado também a uma perspectiva turística estão as várias actividades de carácter cultural e recreio que servem também as populações locais. Exemplo disso mesmo são as festas cíclicas e as procissões de cariz religioso, as feiras e mercados, a reanimação de eventos culturais em risco de desaparecimento, as tradições musicais, artesanais e gastronómicas, as actividades e complexos desportivos, os torneios de caça e pesca, iniciativas que, no seu conjunto, traduzem diferentes dinâmicas culturais e contribuem para a materialização das identidades sócio-culturais, patentes tanto no discurso turístico, como também no quotidiano e na fruição cultural por parte das populações locais.

Ainda a este nível, é de assinalar uma relativa cobertura de equipamentos sócio-culturais em algumas das vilas abrangidas no programa, designadamente as de maior índice populacional, situação que tende a contrastar com os aglomerados de menor dimensão e de características marcadamente rurais, onde a ausência de alguns equipamentos de maior dimensão é compensada pela existência e vivência de tradições culturais populares como o folclore, os ofícios/artes tradicionais e os grupos corais. Contudo, assinale-se, de forma mais ou menos transversal à generalidade das aldeias e vilas, a existência de vários equipamentos desportivos (pódesportivos, piscinas, pavilhões gimnodesportivos), espaços de apoio à terceira idade (lares e centros de dia), bem como algum movimento associativo local, particularmente protagonizado por grupos de jovens, embora com expressão e grau de intervenção diferenciados e reduzidos.

No domínio da educação, o diagnóstico é resumido. Os equipamentos escolares ora cingem-se à existência de estabelecimentos do ensino básico-1º ciclo (escolas primárias), algumas das quais com reduzido número de alunos ou fechadas, e algumas escolas do segundo e terceiro ciclos do ensino

básico (até ao 9º ano de escolaridade). Em muitas das aldeias são diagnosticadas situações de completa dependência em matéria de educação face às sedes de concelho ou a outras freguesias próximas. São os casos de Amieira do Tejo e de Alter Pedroso onde, nesta última, a antiga escola primária está a ser objecto de reconversão para outros fins, designadamente uma sala polivalente com bar e esplanada. Excepções há, porém, como o caso de Alvito, com uma relativa boa cobertura de equipamentos ao nível escolar, desde o pré-escolar até ao terceiro ciclo, passando pela existência de uma escola profissional (com cursos na área do turismo, restauração e hotelaria). Registe-se também a inexistência de quaisquer estruturas de apoio pré-escolar como é exemplo Belver.¹³⁰

No que respeita ao indicador “saúde”, coexistem duas situações distintas. Localidades com centros de saúde e farmácias e localidades apenas com extensões de centros de saúde na dependência das sedes de concelho. Esta última situação é a prevalente.

Para finalizar e no que concerne aos índices de conforto, a maioria dos aspectos focados nos planos de acção local remetem para questões relativas à cobertura de rede eléctrica, abastecimento de água, rede de saneamento básico e estado de conservação dos edifícios. Apesar dos diagnósticos realizados para cada aldeia e vila apresentarem especificidades e diferenças assinaláveis do ponto de vista do grau de cobertura daquelas infra-estruturas, importa antes registar os casos onde se evidenciam condições de habitabilidade frágeis, encontrando-se muitas das habitações em estado avançado de degradação. É o caso de Belver, bem como de outros aglomerados, particularmente nos seus respectivos núcleos habitacionais mais antigos.

3.2.2– Proposta/quadro de chegada

3.2.2.1 – Sobre a “arquitectura” dos planos: estrutura/organização, coerência, dimensões de intervenção, objectivos, estratégias e acções/projectos

Descritas algumas das características mais significativas dos territórios abrangidos pelos planos de acção local, analisa-se em seguida as várias áreas/dimensões de intervenção seleccionadas no âmbito dos mesmos planos de acção local, bem como os objectivos gerais e específicos, as estratégias e as acções previstas nos mesmos planos. Com este exercício, pretende-se ponderar acerca do que convencionámos designar a “arquitectura” dos planos, o mesmo é dizer, sobre a articulação e coerência, tanto ao nível vertical (relação entre objectivos, estratégias e acções), como ao nível horizontal (relação entre cada conjunto - objectivos, estratégias e acções - no seu interior), a partir

¹³⁰ - Salienta-se que para muitas das localidades não dispomos de informação a respeito deste indicador, bem como de outros indicadores já descritos como o caso da cultura/recreio e de outros ainda a desenvolver (saúde e índice de conforto), uma vez que os diagnósticos patentes nos respectivos planos não continham referências explícitas aos mesmos.

dos dados copilados e sistematizados no mapa 1.2 (estrutura do plano: fase de diagnóstico), no mapa 1.3 (objectivos/estratégias/acções) e no mapa 1.4 (estrutura do plano: fase da proposta).

Continuamos ainda na análise/avaliação à escala intra-plano. Centrando-nos agora numa leitura dirigida não só ao capítulo referente aos diagnósticos, mas também já ao capítulo das propostas preconizadas nos planos de acção local, importa dirigir um primeiro olhar para o desenho dos diversos planos, o mesmo é dizer para a forma como se encontram estruturados e organizados, quer ao nível da sua especificidade, quer ao nível do grau de profundidade nos respectivos diagnósticos e propostas de intervenção.

No capítulo 2.1- Linhas orientadoras para a estruturação de um modelo -, e de acordo com o expresso nas figuras 4 (estrutura-tipo mais frequente nos planos de acção local) e 5 (componentes de avaliação nos planos de acção local), descreveram-se as linhas gerais da estrutura mais frequente e patente nos vários planos analisados. Essa estrutura é basicamente caracterizada por um encadeamento de várias componentes/dimensões de análise e diagnóstico que agregámos em: *arquitectónica e urbanística, arquitectónica e paisagística, sócio-económica e sociológica, arqueológica, sistema defensivo/fortificações/património histórico e turismo*, traduzindo-se posteriormente esse encadeamento numa hierarquização de itens ou novas componentes/dimensões, já enquanto proposta global de intervenção, segundo o modelo tipo já aqui referenciado e que, de acordo com João Ferrão, segue uma “organização de tipo arborescente ou em cascata”¹³¹, partindo da identificação de objectivos gerais e de uma estratégia global para depois se desdobrar, sequencialmente, em objectivos específicos, sub-programas e acções/projectos. É a este nível que se encontram diferenças substanciais entre os mesmos planos, nos quais, não raras vezes, se encontram designações diferentes para referenciar e explicitar situações idênticas, tornando complexa, desse modo, qualquer tentativa de uniformização ou mesmo compatibilização dos vários planos. Esta é, aliás, uma característica comum a muitos dos programas de desenvolvimento regional, estruturados frequentemente de forma muito distinta.

Muito embora se registe esta dificuldade, é possível encontrar algumas características similares. Desde logo, é notório uma forte associação entre o desenho de cada plano e o perfil técnico-profissional da respectiva equipa autora do mesmo. Quer isto dizer que, apesar de uma relativa interdisciplinaridade inerente à composição técnica das equipas que elaboraram os planos, registando-se embora uma sobre-representação de profissionais com formação em arquitectura¹³², a generalidade dos planos de acção local espelham a composição e as culturas profissionais dos técnicos que os elaboraram, com recurso a abordagens dos territórios em causa, linguagens,

¹³¹ - “A avaliação comunitária de programas regionais” in Sociologia-Problemas e Práticas, nº 22, pp:33.

¹³² - Situação bastante similar aos GTLs (Gabinetes Técnicos Locais).

conceitos, metodologias e propostas de acção específicas, muito influenciadas pelas áreas disciplinares em que se enquadram.

Contudo, apesar da tónica geral consistir efectivamente numa equipa-tipo composta por um ou mais arquitectos, um desenhador, um sociólogo (ou no seu lugar um geógrafo ou um assistente social) e um historiador, só para citar as áreas disciplinares mais frequentes, destaque-se em termos mais particulares o caso de Cabeço de Vide, cujo plano de acção é composto por dois relatórios articulados e combinados entre si, conjugando, a um lado, um conjunto de propostas de intervenção de cariz mais arquitectónico e urbanístico, da autoria dos técnicos da autarquia, e a outro lado, um diagnóstico e um leque de acções e projectos de intervenção com carácter diferente, menos arquitectónico e urbanístico, mas mais sócio-cultural e de animação, da autoria de uma equipa de geógrafos. Por outro lado, planos há também em que a vertente arquitectónica e de musealização constitui a única matriz referencial para as propostas de acção defendidas, as quais circulam geralmente em torno de um elemento arquitectónico dominante no território, socorrendo-se ainda em alguns casos, de outros planos anteriores mas com a mesma lógica de intervenção. Temos como exemplos desta situação os planos de acção local de Ouguela, no concelho de Campo Maior e o de Alter Pedroso em Alter do Chão.

Neste contexto de especificidades de planos, importa ainda destacar o caso de Monsaraz, cujo plano de acção local seguiu uma estrutura em nada próxima aos restantes, com uma configuração específica e organizado em torno de quatro projectos estruturantes, a saber: um “Centro de Informação Multimédia de Monsaraz”, um “Centro de Interpretação de Monsaraz “*Genius Locci*” – o Espírito do Lugar”, um “Museu do Fresco”, e por fim, um projecto centrado na “Casa da Roda”. A especificidade deste plano reside, pois, no facto de não ter sido elaborado de acordo com o esquema habitual de hierarquização de componentes e dimensões, atrás referenciado, pautando-se, pelo contrário, por uma organização mais simples e centrada exclusivamente nos projectos citados. Casos houve ainda de planos cuja equipa responsável foi a mesma, como por exemplo os planos de Alvito, Barrancos e Mértola, embora com objectivos, linhas de actuação e estratégias de intervenção diferentes e ajustadas às especificidades territoriais a que se reportavam. Todos os restantes planos aqui não especificados seguiram a estrutura-tipo cujo modelo de organização explicitámos páginas atrás.

3.2.2.1.1 – Os planos de acção local, um a um

Tendo em conta a diversidade de planos de acção local candidatos ao programa, quer na sua estrutura, quer no seu conteúdo, vale a pena dedicar nesta fase alguma atenção, ainda que descritiva e não tanto analítica, a cada plano *per si*, sobretudo porque nas fases subsequentes deste processo de análise/avaliação, privilegiar-se-á uma abordagem de conjunto, comparativa e articulada.

Da lista inicial de vinte aldeias e vilas, apenas dezanove entregaram o respectivo plano de acção local na Comissão de Coordenação da Região Alentejo. A excepção foi Cuba, cujas razões apuradas se circunscrevem ao facto da autarquia não ter entregue atempadamente o plano. Por outro lado, saliente-se o caso de Belver que, apesar de ter concluído o seu plano, este não mereceu aprovação pela CCRA, em virtude do mesmo ter sido elaborado pela equipa do GTL da autarquia, situação que contraria um dos requisitos do processo de candidatura ao programa, o qual, entre outros, exigia que a elaboração dos planos fosse cometida a equipas exteriores às autarquias, uma vez que estavam previstos orçamentos específicos para financiamento dos mesmos planos. Porém, e apesar desta circunstância institucional, optou-se por incluir o plano de acção local de Belver na lista de planos analisados e avaliados, sobre os quais se procede em seguida a um breve registo dirigido a cada um, com a finalidade de se obter uma espécie de “fotografia” da sua estrutura, especificidade e coerência.

Plano de Acção Local de Alcáçovas

No plano de acção para a vila de Alcáçovas (concelho de Viana do Alentejo) assume-se como principal objectivo estabelecer uma estratégia qualificadora das potencialidades decorrentes das condições naturais, culturais e patrimoniais existentes na zona, que permitam mobilizar os recursos e os meios, disponíveis, em especial os actores locais e regionais, com vista a anular as fragilidades e os constrangimentos à implementação de um plano de desenvolvimento como o preconizado.

Esta estratégia apoia-se, assim, em duas frentes: por um lado, programar uma intervenção capaz de mobilizar os agentes interessados - sejam eles endógenos ou exógenos – no sentido de valorizar os recursos existentes na localidade e sua envolvente; por outro lado, propor um plano de acção que potencie a implementação de uma estratégia de promoção, desenvolvimento e valorização turística de Alcáçovas.

A metodologia seguida na concepção deste plano é muito próxima à utilizada na elaboração dos planos estratégicos, adaptada porém aos objectivos e à dimensão da área de intervenção em causa. A fase de diagnóstico encontra-se bastante pormenorizada, com recurso a dados dos censos de 1991, repartida pelas análises dirigidas ao edificado, à população e aos hábitos de consumo, às actividades

económicas e às actividades lúdicas. Realizaram-se ainda vários inquéritos de opinião para conhecer sugestões de iniciativas a desenvolver pelo sector privado na área da animação de actividades sócio-culturais da vila, nomeadamente o apoio às associações e colectividades locais, a construção de piscinas, de um polidesportivo e de um cinema, este último com a finalidade de alargar a actividade cultural da vila.

Apresenta ainda um diagnóstico prospectivo apresentando potencialidades e debilidades, com a identificação de pontos fortes e fracos por áreas de intervenção¹³³ e mostrando depois cenários de oportunidades e ameaças, constituindo exemplos para o primeiro caso a existência de um centro histórico com valor patrimonial, uma especialização na manufactura do chocalho, uma dinâmica empresarial e associativa, e a existência de uma zona de crescimento urbano estruturado; para o segundo a insuficiência ao nível das infra-estruturas da zona antiga, a existência de uma zona de expansão urbana concorrencial com o centro histórico, as acessibilidades periféricas e a promoção e acolhimento turísticos insuficientes.

No que respeita ao triângulo Objectivos / Estratégias / Acções (Mapa 1.3), o plano consagra uma articulação entre os vários itens. Partindo embora de um único objectivo geral – “valorizar as potencialidades turísticas de Alcáçovas” – desdobra-se depois em vários objectivos específicos, traduzidos em programas de intervenção: de dinamização turística, de espaços públicos, de equipamento, de habitação, de património, de infra-estruturas, de dinamização económica (incluindo a dinamização de agentes neste sector), de dinamização sócio-cultural e, finalmente, de um programa de planeamento. Estes objectivos específicos apresentam-se depois articulados, de forma directa e explícita, a um leque variado de acções e projectos de intervenção, classificados segundo graus de prioridade diferentes: grau 1 (acção de grau superior, incluída no plano entre 2001-2006), grau 2 (acção importante, cuja realização no período previsto contribui fortemente para os objectivos previstos no plano) e grau 3 (acção complementar ou de médio/longo prazo, cuja importância, embora não se apresentando como fundamental para o plano, deverá no entanto ser alvo de atenção, tendo em vista a manutenção/conservação da sustentabilidade e desenvolvimento da vila.

Esta estrutura organizativa, baseada em objectivos específicos, entendidos como programas de intervenção temáticos, contribui para conferir ao plano de acção desta vila um modelo de desenvolvimento local integrado, a deduzir, pelo menos no domínio teórico, da necessidade em garantir complementaridades nos resultados, decorrentes das acções inerentes às linhas de actuação preconizadas.

Plano de Acção Local de *Alegrete*

O plano de acção local desta freguesia, no concelho de Portalegre, assenta numa estratégia essencialmente voltada para o exterior. Prova disso são os objectivos gerais que enformam o plano, alguns dos quais se transcrevem a seguir: “fazer a oferta temática, paisagística e tradicional de Alegrete”, “fazer gostar e evoluir a imagem entretanto percebida”, “aumentar a procura e permanência turística da vila”, “aumentar a oferta de dormidas e restauração na freguesia”, entre outros. Daqui decorre a assunção de projectar a vila nos circuitos turísticos nacionais e junto do mercado espanhol, sem, no entanto, deixar de referenciar também, mas em menor número, algumas acções dirigidas para a população local e arredores, mediante os objectivos “preservar as características de raiz popular” e fortalecimento dos laços entre os habitantes, aumentando a sua qualidade de vida”.

Do ponto de vista da organização do plano a análise a ele dirigida revelou-se mais difícil tendo em conta a necessidade de arrumar a informação nele constante de acordo com a estrutura e o modelo-tipo comum à generalidade dos outros planos. Tal facto resulta, parcialmente, de uma dificuldade em perceber o que eram objectivos, estratégias e acções.

Para além da elaboração de um regulamento para a área de salvaguarda estrita, resultante da necessidade de um controle eficaz do domínio urbanístico e arquitectónico da vila, por parte da Câmara Municipal de Portalegre, não se encontram referências explícitas aos prazos de realização e aos meios/recursos a envolver na delineação e posterior implementação das acções e dos projectos consagrados no mesmo plano. O mapa 1.3 relativo à articulação entre objectivos, estratégias e acções apresenta um conjunto de intenções e de iniciativas, mais uma vez, centradas quase exclusivamente numa estratégia de valorização da imagem turística da localidade, em direcção tanto ao mercado nacional como ao espanhol.

Plano de Acção Local de *Alter Pedroso*

O lugar de Alter Pedroso, à semelhança de outras localidades de pequena escala e regiões do interior do país, conhece problemas de enfraquecimento gradual da sua capacidade produtiva, a par de um envelhecimento e de uma desertificação populacional crescente. Perante este contexto, a equipa responsável pelo plano de acção local propõe-se atenuar estes problemas e contribuir para vencer um dos principais desafios que, tanto o concelho, como a região do Alentejo enfrentam: o reforço da coesão económica e social. Neste sentido, o plano consagra como objectivo genérico e agregador de outros mais específicos a melhoria do quadro de vida das populações e dos seus níveis de

¹³³ - Ver mapa 1.1 desta vila, volume Anexos.

rendimento, através de intervenções da responsabilidade da autarquia e da Administração Central; intervenções também da responsabilidade dos agentes privados que estão essencialmente ligados à obtenção de um rendimento e que contemplam investimentos, que vão desde a recuperação de casas para fins turísticos, até à dinamização ou constituição de pequenas iniciativas produtivas, geradoras de emprego, e à promoção de iniciativas de âmbito cultural. São propostas ainda intervenções promovidas e dinamizadas por associações ou agentes de desenvolvimento local, em estreita colaboração com as populações locais e outras entidades, nomeadamente a autarquia.

A estratégia global deste plano contempla também, e com alguma preponderância, um projecto autónomo centrado na *remodelação e valorização do marco geodésico e seu espaço envolvente em Alter Pedroso*, projecto que se encontra já delineado, o qual surge associado intimamente ao plano na sua globalidade. Para além deste projecto, é visível ao longo das várias secções do plano a convicção de que não existe, para esta localidade, um produto territorial vendável, sendo, por isso, necessário criar tudo a partir do zero. Assim, a estratégia definida passa ainda por ter em conta: “as necessidades efectivas da população e dos turistas”, “a inteligência da comunicação”, “o horizonte de rentabilidade superior a dois anos”, “ligação às âncoras de turismo actuais: a Coudelaria de Alter, a Pousada de Flor da Rosa, os Eventos, as Termas de Cabeço de Vide”, entre outros.

Em termos de articulação entre objectivos, estratégias e acções (mapa 1.3), e numa perspectiva geral, as acções preconizadas giram em torno da possibilidade do conjunto arquitectónico servir para diversas iniciativas de animação, tais como: “festas, teatros ao ar livre, casamentos, chegadas e partidas de corridas desportivas, em especial de B.T.T., iniciativas ambientalistas e culturais (concertos, festivais de dança, etc.). Alter Pedroso surge ainda, no âmbito do respectivo plano, como um centro logístico de estadia e apoio a determinadas actividades, onde as suas construções, pelas características arquitectónicas que possuem, poderão ser reabilitadas para novos usos, tais como “alojamentos para turistas ou instalação de pequenas oficinas.”

Para finalizar, importa registar que os objectivos gerais assumem, na nomenclatura do plano, a designação de “eixos de intervenção de marketing” e algumas ideias associadas a estes eixos são apresentadas enquanto acções. Muitas das acções especificadas correspondem, em rigor, a ideias/intenções apresentadas de forma dispersa ao longo do plano. A grande maioria das mesmas são depois acompanhadas com propostas de acção mais concretas, nomeadamente, através da tradução das mesmas em propostas de projectos, de carácter arquitectónico, socio-económico e cultural.

Plano de Acção Local de *Alvito*

A concepção, estrutura e metodologia deste plano apresenta-se muito semelhante aos planos das vilas de Mértola e de Barrancos, percebendo-se muitas das similitudes logo ao nível dos próprios objectivos gerais¹³⁴.

A “monumentalidade de Alvito”, a sua natureza e história, bem como a cultura de raiz mediterrânica, surgem como o motor de atractibilidade do território envolvente à vila de Alvito. É neste contexto que se compreende a leitura que a equipa responsável pelo plano faz do programa “*Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da região Alentejo*”, o qual “traz para a respectiva lógica de desenvolvimento novas virtualidades assentes no reconhecimento sistemático do factor histórico – o valor acumulado da sua vocação histórica – como alavanca de desenvolvimento, e na disponibilização concentrada de fundos de dimensão crítica para a sua salvaguarda, reabilitação integrada e animação permanente”.

O reconhecimento da importância de factores como o património histórico e sua monumentalidade, valorizados na filosofia do programa de desenvolvimento, transparecem ao longo de todo plano, desde a formulação dos objectivos, que orientam as estratégias de intervenção, até à definição e especificação de acções e projectos concretos. O mapa 1.3 relativo a esta vila corrobora esta interpretação, onde objectivos, estratégias e acções surgem intimamente associadas em torno dos recursos “património”, “história” e “cultura”, triângulo temático que se prolonga na análise da Vila Nova da Baronia de Alvito, onde, também nesta localidade, o plano de acção local engloba, pelo menos ao nível do diagnóstico, alguns elementos com referência à sua história e ao seu património edificado.

Plano de Acção Local de *Amieira do Tejo*

No âmbito da concepção deste plano, destaque-se o cuidado em alicerçá-lo nas linhas de orientação estabelecidas no PDM do concelho de Nisa, nomeadamente no que concerne à utilização predominantemente florestal e agro-florestal do território; à defesa e aproveitamento integrado dos valores e recursos existentes, como o rio Tejo e áreas protegidas; a qualidade da paisagem; o património histórico e cultural; a consolidação do aglomerado de Amieira do Tejo; e o aproveitamento turístico do Tejo, por exemplo através da criação de circuitos turísticos.

¹³⁴ - Tal situação é explicada, como já tivemos oportunidade de referir, pelo facto da equipa que os elaborou ter sido a mesma.

Enquadrado no PDM do concelho, o plano de acção local para a localidade de Amieira do Tejo, contempla também propostas de acção dirigidas a dois outros aglomerados próximos, mas de menor dimensão: Albarrol e Vila Flor, nomeadamente no âmbito da criação e melhoria de infra-estruturas locais, nos equipamentos e infra-estruturas de carácter turístico, em iniciativas de cariz sócio-cultural, na recuperação do parque habitacional, e por fim, na dinamização do turismo rural. O modelo de desenvolvimento preconizado e subjacente ao plano passa, no entanto, pela tomada de consciência que o turismo, enquanto “salvação” da economia deste território, não constitui vector de intervenção e objectivo único; passando a estratégia global antes pela necessidade de contribuir para o processo de renovação económica e social local (não exclusivamente centrada na actividade turística), ajudando a estabelecer uma rede de complementaridades entre actores e instituições locais, canalizando ainda a iniciativa e o investimento públicos para a criação de condições de desenvolvimento da iniciativa privada, criando assim, desse modo, um produto suficientemente interessante para mobilizar iniciativas e investimentos exteriores.

De acordo com esta concepção, o plano de Amieira do Tejo pretende constituir-se como um “instrumento de orientação da intervenção na localidade”, sendo mesmo visto como possível base e início de uma melhoria de condições de vida e, sobretudo, “de um processo longo e difícil de transformação de atitudes, de formas de estar, de se relacionar, e de intervir colectivamente”.

Este tom, relativamente pragmático e associado à experiência de planeamento levada a cabo na freguesia e ao conhecimento de outros processos de desenvolvimento anteriores¹³⁵, prolonga-se e transparece em toda a organização do plano, incluindo as análises prospectivas para o território de Amieira do Tejo. No próprio plano pode ler-se que “não se espera que a conclusão do plano proporcione o futuro de Amieira do Tejo, mas antes a vontade e fundos disponíveis para a concretização de muitas acções identificadas. Convicção de uma realidade pouco propícia a profundas alterações ou convulsões”. Neste sentido, pode perceber-se que o plano encerra propostas de pequena escala, ajustadas a um meio rural que se pretende manter e modernizar sem rupturas, apontando meios e formas que garantam a sua sustentabilidade.

Esta ideia estruturante espraia-se em várias opções subjacentes ao modelo de desenvolvimento preconizado, o qual permite, mais uma vez, sublinhar a assunção da ideia de que o turismo por si só não pode constituir a única base forte para sustentar o desenvolvimento e o centro da actividade económica de Amieira do Tejo, mas antes o fio condutor para o desenvolvimento de uma retoma de actividades que a ele recorrem como “consumidor final”. Daqui resulta a convicção da necessidade

¹³⁵ - Nomeadamente o projecto *Dez Aldeias Históricas de Portugal*, na Beira Interior, tendo sido realizadas uma reunião de trabalho e uma visita a algumas das localidades abrangidas pelo mesmo projecto.

de criar factores de animação, mas, sobretudo, actividades que permitam manter viva e activa a comunidade rural do local e da zona envolvente.

Apostando numa relação geográfica próxima com o rio Tejo, na riqueza dos patrimónios natural, histórico e cultural, os efeitos e impactes resultantes da implementação do plano de acção local, passam inevitavelmente, segundo a equipa responsável pelo mesmo, pelo reconhecimento do papel importante que cabe à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia, mas também ao sector privado, cabendo aos primeiros a criação de condições favoráveis ao investimento dos segundos. Esses investimentos perspectivados para um horizonte temporal de quatro anos, implicam ritmos de investimento regulares que importa garantir. Na tentativa de materializar esta convicção, o plano em estudo reúne já um considerável número de contactos estabelecidos, durante a sua idealização, a fim de começar a viabilizar algumas das iniciativas propostas¹³⁶. Sublinhe-se ainda nesta linha de análise, o reconhecimento, pela equipa, da necessidade e interesse dela própria continuar a acompanhar o processo de implementação do plano, o qual deverá ser avaliado, revisto e ajustado.

Associado a este pressuposto, destaque-se a defesa da ideia inerente à criação de uma estrutura local para acompanhamento e participação da população em todo o processo, defendendo-se o acompanhamento da fase de arranque do mesmo, uma vez que, a maioria das intervenções com impacto local deverão ter lugar nos dois a três anos subsequentes à finalização do plano. Neste sentido, é defendida a necessidade de uma intervenção mais forte da administração central e local, numa fase inicial, de maneira a assegurar a necessária articulação institucional, por forma a viabilizar, atempadamente, os projectos que estão na sua responsabilidade; a necessidade de dinamização e motivação da iniciativa privada por forma a responder e a acompanhar o esforço da iniciativa pública; e, por fim, a necessidade de proceder a uma avaliação contínua, de acompanhamento e de participação directa, a fim de credibilizar todo o processo.

A estas propostas, junta-se a sugestão de remeter a gestão directa do processo para uma estrutura de dinamização local – denominada GILD (Grupo de Intervenção Local e de Desenvolvimento)¹³⁷ – de constituição mista, dotado de autonomia e operacionalidade com várias competências, entre as quais preparar processos e dinamizar acordos, elaborar projectos, avaliar, acompanhar e detectar transformações, compatibilizar intenções, contribuir para alterar formas de estar e de pensar. Esta proposta, agregadora e condutora de todo o processo, funcionaria como uma alternativa às estruturas municipais, as quais, envolvidas e caracterizadas por uma diversidade de actuações dispersas – algumas eventualmente mais prioritárias, a uma escala mais ampla, à dimensão concelhia – poderiam esbater e esvaziar a riqueza resultante da participação da população local. Os conteúdos reunidos e

¹³⁶ - Um exemplo, entre outros, relaciona-se com os contactos estabelecidos com autoras de ficção juvenil para concepção de uma banda desenhada tendo como cenário Amieira do Tejo e as suas margens próximas ao rio Tejo.

organizados no mapa 1.3 espelham e corroboram a generalidade dos pressupostos, das intenções e dos cenários descritos no plano.

Plano de Acção Local de Avis

A área de intervenção do plano comporta não só a vila de Avis, mas também as áreas envolventes que possuem afinidades com a área urbana estudada ou que possuem perspectivas de desenvolvimento das quais possam resultar factores que interfiram directamente na revitalização da vila, nomeadamente a albufeira do Maranhão.

No plano defende-se a necessidade de maximizar as potencialidades de carácter histórico, embora enformadas por duas ordens de factores: a primeira inclui a globalidade do projecto de desenvolvimento cultural a implementar, conjugando a riqueza patrimonial, artística, documental e arquivística de carácter erudito, a gastronomia, as tradições, o artesanato, as festas locais, entre outros aspectos; a segunda ordem de factores relaciona-se com o papel da informação, reconhecendo à produção e difusão da mesma um papel fulcral e assente em vectores como a “eficácia, a rapidez, a pertinência e a agressividade (recurso às novas tecnologias)”. Neste contexto, assume particular relevância a necessidade de criação de uma imagem da vila, do município – uma imagem de marketing.

Esta postura, que transparece em todo o plano, releva o turismo como o sector de actividade económica que emerge com maior potencialidade a curto prazo em termos da sua exploração e rentabilização, justificador, aliás, da elaboração e significado do próprio plano de acção local. Este é construído e assumidamente dirigido para uma estratégia de intervenção cujo núcleo central das propostas giram em torno do turismo, defendendo, no entanto, a possibilidade de se criar paralelamente uma plataforma beneficiadora de outros sectores de actividade económica. O enfoque no turismo, não surge dissociado do facto da albufeira do Maranhão ser já uma fonte de atracção de visitantes, com várias actividades desde repouso, contemplação, pesca, banho, desporto, e recreio náutico. Cada uma destas actividades surgem, no plano, como possíveis segmentos do mercado turístico a desenvolver e a enquadrar, tal como se perspectiva com a criação de Núcleos de Desenvolvimento Turístico nas margens da albufeira, a implementar em consonância com o Plano de Ordenamento da Albufeira.

Destes pressupostos, expressos no plano, decorre uma ligação forte à albufeira e às potencialidades que esta oferece, enquanto recurso natural, no domínio turístico, em associação clara com o núcleo habitacional histórico de Avis. É, aliás, da junção destes dois vectores - património histórico da vila e

¹³⁷ - Estrutura que não chegou a ser criada, como de resto daremos conta na terceira parte desta investigação.

albufeira do maranhão – que se perspectiva um desenvolvimento qualificado de todo o território abrangido pelo plano, a partir do diagnóstico feito, o qual permitiu salientar a existência de infra-estruturas urbanas, de disponibilidade de espaço e de características ambientais próprias.

Tanto o objectivo central, como os objectivos específicos (mapa 1.3 referente a este plano) convergem para a possibilidade de atrair e fixar iniciativas ligadas às potencialidades endógenas do concelho (pequenas e médias empresas), que saibam associar-se com vista a adquirirem dimensão, para superarem constrangimentos de mercado e escoarem as produções, particularmente no mercado turístico, onde se jogam as suas potencialidades económicas. Conseguir o desenvolvimento integrado de Avis parece ser a finalidade última do plano para a vila e sua envolvente, defendendo-se a necessidade de potenciar a imigração sazonal, com carácter massivo e especializado, tanto aquando da realização de concursos de pesca e caça, como na época de fluxo de forasteiros ao parque de campismo, por forma não só a melhorar as infra-estruturas de suporte e acolhimento, como também a facilitarem a criação de novos postos de trabalho e, com isso, permitir a melhoria de vida dos residentes.

Quer os objectivos gerais e específicos, quer as estratégias e as propostas em concreto deste plano, deverão ser vistas como peças de um puzzle, cujas etapas de implementação dever-se-ão suceder ao longo do tempo. Prova deste pressuposto é o facto das acções terem sido programadas para um intervalo de tempo de dez anos, com início logo após a conclusão do plano, e tendo como directrizes as estimativas de custos associadas a algumas delas, quer em termos de projectos, quer em termos das próprias obras a realizar.

Plano de Acção Local de *Barrancos*

Este plano de acção local centra-se na vila de Barrancos e em Noudar, vila medieval adjacente entretanto desabitada. Estrutura-se em torno de valores histórico-culturais da vila e zona envolvente, seguindo de forma sistemática os objectivos definidos pela CCRA: “a recuperação e revitalização de Barrancos/Noudar”, “a integração de Barrancos/Noudar na oferta e organização do turismo regional”, “a contribuição para a preservação e aproveitamento turístico do património histórico-cultural local e a sua consequente integração no processo de desenvolvimento global da região”. Apresenta, por isso, uma listagem de tipos de recursos patrimoniais, passíveis de serem traduzidos em oportunidades de desenvolvimento e promoção turística, entre os quais elementos relativos ao património natural, edificado (rural, senhorial, religioso, militar, residencial, urbanístico, simbólico, utilitário, extractivo, arqueológico, recente), e cultural (tradições e festas).

Sobre este plano vale a pena acrescentar que, muito embora não sejam apresentados calendários para a execução das acções propostas, inclui, no entanto, um quadro financeiro com estimativas de custos e mapas de execução financeira detalhados para cada acção programada.

Plano de Acção Local de *Belver*

A zona de intervenção deste plano corresponde ao aglomerado urbano de Belver (concelho de Gavião) e à zona envolvente, de características rurais, que ainda mantêm uma elevada qualidade ambiental, sobretudo devido à paisagem envolvente, procurando-se assim abranger uma zona de intervenção mais ampla, incluindo todo o aglomerado urbano e não apenas o seu núcleo histórico.

O plano é entendido parcialmente como um potencial “plano de desenvolvimento local”, tendo como motor de dinamização as actividades turísticas e culturais, por via de um programa de animação, mas também por uma coerente inter-relação e gestão dos valores da tradição local. A corroborar esta interpretação está o facto de ser possível encontrar neste plano indícios de uma valorização - o qual devemos destacar quando comparamos com outros planos – reconhecendo com particular acuidade a importância central e primeira das pessoas (protagonistas locais), dos seus costumes, da sua organização social e das suas casas. Com efeito, transparece da análise do plano a afirmação da necessidade de “proporcionar um ambiente de solidariedade e de orgulho colectivo, de modo a se estabelecerem laços sócio-culturais que ultrapassem o estigma da interioridade e do abandono, principalmente da população de meia idade que mais facilmente desanima”.

Neste sentido, são relevados os objectivos do plano que apontam para a possibilidade de gerarem emprego, por forma a criarem-se condições que incentivem a manutenção da população, em especial os jovens. Tal assunção não diminui a importância também conferida à intenção de requalificar o património construído. Apenas se assume que uma das condições fundamentais para a sua implementação passa pela existência de uma auto-estima local e uma coerência social, enquanto prioridade de intervenção. Assim, neste plano, que evidencia preocupações de ordem social e cultural, pretende-se afinal criar condições para o surgimento de oportunidades, o mais diversificadas possíveis, mas interligadas por um fio condutor, capaz de as agregar num espírito comum, ou seja, a partir da identificação de um conjunto de acções que, por razões históricas, culturais, religiosas, sociais e económicas, encerram em si potencialidades para gerarem bem-estar e riqueza. Até mesmo o turismo cultural - eixo preponderante das estratégias de desenvolvimento na generalidade dos planos candidatos ao programa que temos vindo a analisar e a avaliar – entendido como motor de desenvolvimento também nesta região e localidade, passa pela necessidade de ser entendido e adequado à realidade sócio-cultural e económica de Belver, minimizando as leituras associadas – e

citamos - ao “estigma do fundamentalismo do património arquitectónico” e à “rusticidade ou ao tipicismo alicerçados em potenciais projectos miméticos de quaisquer modelos do passado”.

A relação entre objectivos (gerais e específicos), estratégias e acções, constantes no mapa 1.3 e relativos a este plano de acção local, evidenciam as preocupações atrás explicitadas e apresentam-se bem articulados, incorporando uma significativa e importante dimensão pragmática, inerente às acções propostas.

Plano de Acção Local de *Cabeço de Vide*

O plano de Cabeço de Vide é composto por dois volumes. Um da responsabilidade do GAT (Gabinete de Apoio Técnico) da Câmara Municipal de Fronteira, sede de concelho a que pertence Cabeço de Vide, com um conjunto de propostas e projectos a incidir genericamente no domínio da arquitectura e do urbanismo; um outro da responsabilidade de uma equipa externa, composta por geógrafos, tendo elaborado um estudo local, em forma de diagnóstico, e conciliado as suas propostas apresentadas com o levantamento das necessidades e expectativas da população residente. Além desta característica, sublinhe-se o facto do plano espelhar as mesmas propostas e reflexões, amplamente suportadas num actual e adequado enquadramento teórico, em torno da problemática do desenvolvimento regional e rural.

Em termos mais particulares, o relatório da autoria dos geógrafos apresenta um nível de aprofundamento bem estruturado e pormenorizado, especificando muito bem e demonstrando os cenários possíveis de desenvolvimento a atingir com as linhas de força diagnosticadas, bem como com as acções a empreender no âmbito do plano, contemplando inclusivamente a apresentação de estimativas de custos e de calendários de execução de projectos e acções. Quer o diagnóstico feito por ambas as equipas, quer as respectivas propostas de actuação, surgem articuladas no mapa 1.3 – objectivos/estratégias/acções.

O principal e grande objectivo patente no plano é o de dotar Cabeço de Vide de uma imagem de qualidade e especificidade turística, potenciando as Termas da Sulfúrea com algum significado e visibilidade, quer a nível do Alentejo, quer a nível do país. São ainda propostos vários eixos de intervenção perspectivando a inserção/integração territorial, a par de um conjunto de projectos concretos nas áreas da arquitectura e urbanismo, alguns dos quais já em execução, propostos pelo Gabinete de Apoio Técnico da autarquia.

Plano de Acção Local de *Castelo de Vide*

O plano de acção local de Castelo de Vide teve a particularidade de ter sido elaborado por uma equipa de trabalho que integrava elementos da equipa do Gabinete Técnico Local entretanto terminado. Tal facto, aliado à possibilidade de beneficiar do espaço, dos equipamentos e da filosofia de trabalho desenvolvida, permitiu estender a análise já realizada para o Plano de Pormenor da parte mais antiga da vila à restante área intra-muros, facilitando assim a obtenção de uma imagem de conjunto, coerente e envolvida pela muralha setecentista, que delimita a área de intervenção urbana deste plano.

Tendo como objectivo nuclear a preservação da especificidade patrimonial (em vários sentidos: arquitectónico, natural e sócio-cultural) da vila intramuros de Castelo de Vide, o plano apresenta um grande desenvolvimento de quatro grandes áreas do ponto de vista da análise/diagnóstico, originando assim quatro relatórios autónomos, mas articulados, a saber: uma dimensão arqueológica/paisagística, uma dimensão relativa ao sistema defensivo, uma dimensão urbano/arquitectónica e, por fim, uma dimensão sociológica. No que concerne ao capítulo da proposta, é apresentado um relatório autónomo, integrando propostas de acção em várias valências, em função das dimensões analisadas, com destaque para um pormenorizado e fundamentado projecto de actividades de animação sócio-cultural. O turismo assume neste plano um lugar de complementaridade no conjunto das estratégias preconizadas.

Ressalte-se ainda a definição de zonas prioritárias de intervenção, constituindo pólos de actuação nucleares no contexto global do plano, a par de um conjunto de propostas de acção definidas como “imateriais”, agregando projectos associados a publicações, realização de investigações científicas, criação de prémios municipais, elaboração de outros planos e a criação de um gabinete, na dependência da autarquia local, para apoio e monitorização do processo de reabilitação.

Plano de Acção Local de *Evoramonte*

O PAGEM (plano de acção geral de Evoramonte) aponta para a sua implementação num prazo de 6 anos, devendo ser revisto ao fim do primeiro triénio. Não havendo neste plano referências directas e explícitas aos objectivos a atingir, as propostas entretanto delineadas e agregadas no respectivo mapa 1.3 – propostas de intervenção paisagística, de animação turística, de realização e publicação de monografia e outros documentos congéneres e de acções promocionais – conferem ao plano uma tónica essencialmente virada para o exterior e para o aproveitamento das potencialidades do ponto de vista turístico, associado, regra geral, a recursos de índole patrimonial (arquitectónicos e militares). Efectivamente, Evoramonte, ao nível da promoção turística, assenta na existência de um castelo, de

uma vila muralhada e de uma envolvente que valem pelo conjunto, nomeadamente segundo três vectores: turismo em espaço rural, turismo cultural e turismo de natureza (animação).

Apresenta ainda uma actual e bem estruturada síntese de pontos fortes, a saber: núcleo arquitectónico de qualidade e de importância histórica, património histórico, cultural e ambiental, espaço com grande qualidade cénica, localização geográfica estratégica, boa acessibilidade, transportes colectivos rodoviários e produção de cortiça; de pontos fracos: população envelhecida, declínio do sector agrícola, inexistência de actividade industrial, falta de emprego, recursos humanos com fraca qualificação, baixa capacidade de alojamento, fraca capacidade de iniciativa local e fracas condições de acolhimento nos espaços e nos imóveis de valor patrimonial; de oportunidades: reconhecimento da importância do meio rural, turismo cultural e de natureza, promoção/dinamização dos produtos regionais, crescimento do turismo, revitalização do meio rural, integração em redes de actividade turística regional e oferta de produtos turísticos; e de ameaças: despovoamento, inexistência de oportunidades de emprego, falta de condições para permanência no meio rural, estrutura empresarial desligada da vila, turismo em espaço rural pouco enraizado e concorrência de outros pólos existentes.

O plano contempla ainda um conjunto de propostas de acção a implementar em articulação com outros agentes e instituições com relevância local. É o caso do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), na possibilidade de criação de uma oficina de carpintaria (e de uma acção de formação subjacente), e na realização de um curso de tiradores de cortiça (trabalho sazonal ainda existente e com muita mão-de-obra conhecedora da arte). Outra articulação, enquanto parceria a desenvolver, ocorrerá junto dos particulares, através da instalação de uma manufatura de produção manual de rolhas, com alta qualidade, e de outros produtos (tarros, tabuleiros, caixas, bonecos) a partir da cortiça como matéria-prima abundante na zona, e ainda através da instalação de uma pequena indústria agro-pecuária munida de uma ordenha mecânica. Uma outra parceria proposta é a que envolve a Junta de Freguesia local, mediante a instalação de um campo de tiro aos pratos e a criação de um polidesportivo coberto em instalações a adquirir pela própria Junta de Freguesia.

Plano de Acção Local de *Flor da Rosa*

Este plano apresenta um diagnóstico algo sintético, o qual, pese embora alguma simplicidade do seu conteúdo, revela-se no entanto bastante objectivo, com um forte pendor de análise histórica e paisagística. A dimensão arquitectónica surge aqui com alguma visibilidade, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento da importância do mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa, enquanto exemplar da arquitectura religiosa, agora transformado em pousada da ENATUR, a par do aglomerado urbano com características arquitectónicas de carácter tradicional e vernacular.

Partindo de um objectivo genérico – potenciar a aldeia histórica de Flor da Rosa na rede das aldeias e vilas históricas do Alto Alentejo – os seus objectivos específicos, bem como as suas estratégias de actuação, desdobram-se na possibilidade de reforçar a identidade e a atractividade do aglomerado, na possibilidade de revitalização social e funcional capazes de estabelecer mecanismos indutores de fixação da população e ainda na possibilidade de valorização e salvaguarda dos recursos naturais e culturais.

Apresenta ainda um conjunto de fichas de inventário do património arquitectónico bastante completas do ponto de vista informativo e do que se poderá perspectivar em termos de eventuais intervenções, acompanhada por uma descrição de custos correspondentes às acções apresentadas. Neste contexto, assume particular relevância a proposta de recuperação da tradição dos barros tradicionais de Flor da Rosa, através da redinamização de uma Escola de Olaria e da criação de uma imagem de marca, identificadora desta actividade local.

Plano de Acção Local de *Juromenha*

Neste plano pode ler-se que Juromenha contempla algumas realidades-chave difíceis de contornar, como sejam a sua “fragilidade, enquanto aldeia histórica, quando comparada com outras do Alentejo, mais ricas em património”; a “desertificação e envelhecimento da população local” e a “progressiva substituição dos seus poucos residentes por habitantes forasteiros de fim-de-semana para descanso do stress urbano”. Não obstante este diagnóstico, o ponto de partida para a concepção do plano de acção local desta localidade assenta na definição de uma ideia estrutural para Juromenha. Essa ideia central do processo de revitalização local passa, de acordo com o plano, pela necessária aposta no sector do turismo, designadamente o turismo de natureza (em consequência dos efeitos da construção da barragem de Alqueva) dado que Juromenha constitui o último porto do Guadiana a norte da barragem, o que permitiria a criação de percursos e rotas regionais, para além das mais-valias no domínio cultural, decorrentes da ligação a Olivença pela ponte da Ajuda (a potenciar) e da possibilidade de referência a Juromenha nos documentos editados pela Região de Turismo de Évora, mas sempre em íntima associação com o rio Guadiana e com a fortaleza ali existente.

A ideia estrutural entretanto escolhida para enformar este plano apresenta-se com uma dimensão local, mas também regional e nacional. Enquadra-se, assim, nos objectivos do projecto Alqueva, como empreendimento de fins múltiplos. Pretende-se promover, a nível nacional, e a partir de uma região do interior, a criação de um importante complemento turístico, na sequência da grande estrutura que consubstanciou a aposta portuguesa na temática dos oceanos, em 1998, nomeadamente sob a influência do projecto relativo ao oceanário da EXPO 98. Efectivamente, este último inspirou e constituiu o argumento central da proposta nuclear deste plano, apoiada na relação ancestral de

Juromenha com o rio Guadiana, e materializada na idealização e criação de “um aquário de água doce, no qual viverão e serão conservadas todas as espécies, algumas em risco de extinção, do Grande Rio do Sul: o fluviário do Guadiana”.

Apresentados dois cenários possíveis e na sequência deste projecto central – cenário A: instalação do fluviário no interior da fortaleza; cenário B: instalação do fluviário no exterior da mesma - acompanhados por quadros orçamentais pormenorizados (mapa 1.3), algumas consequências deste projecto seriam, de acordo com a análise prospectiva constante no plano: “promover efectivamente a revitalização da vila, criando um novo tipo de emprego, fixando a sua população jovem e atraindo nova população activa com diversos graus de qualificação”; a necessária “expansão urbana em função de uma população efectivamente residente”; a possibilidade de se gerar um efeito multiplicador de grande impacto ao nível dos equipamentos e serviços locais”; a garantia de “fluxos turísticos que alimentarão a hotelaria e a restauração do concelho e da região e darão sentido a novos projectos de hotelaria e restauração em Juromenha”; a criação de um outro “fluxo permanente de visitas de estudo promovidas por escolas e universidades nacionais e estrangeiras”; e finalmente, a possibilidade de potenciar “o sucesso de iniciativas empresariais em vários sectores, nomeadamente no campo da animação turística”. Em suma, os cenários esperados apontariam para a localidade de Juromenha enquanto elo forte da rede de aldeias e vilas históricas do Alentejo, acrescida da possibilidade de uma candidatura “de peso” à rede Europeia de Aldeias Turísticas (em projecto).

Plano de Acção Local de *Marvão*

Estamos perante um plano elaborado muito na óptica e na expectativa da aprovação da candidatura da vila a património mundial da UNESCO. A classificação, quando ocorrer, permitirá assumir a urgência em proporcionar melhores condições de acolhimento aos visitantes, cada vez em maior número, bem como tratar e qualificar as condições de vida daqueles que ali habitam ou que querem iniciar actividades e não encontram instalações. A ênfase na indústria do turismo, claramente assumida enquanto fio condutor do plano, aponta para a necessidade efectiva de aumentar a capacidade de alojamento da vila, seja através de sistemas tradicionais, seja com recurso ao turismo de habitação. Simultaneamente, figuram entre os objectivos constantes no plano (mapa 1.3) o imperativo em aumentar em quantidade e em qualidade a restauração e a animação afim, defendendo-se inclusivamente a criação de uma unidade de restauração emblemática como factor determinante e justificado pela insuficiência deste tipo de equipamentos no interior da vila murallhada e pelo significativo afluxo de visitantes espanhóis.

Assumindo-se no diagnóstico como um dos problemas da vila, a exiguidade do espaço intramuros, a par do número insuficiente de terrenos para construção (limitação reconhecida no PDM local), tal constitui factor justificativo para a localização de muitos equipamentos vitais à vida da vila no

exterior da mesma, em particular noutros aglomerados como Portagem e Santo António das Areias. Para fazer face a este constrangimento de ordem física, o plano prevê a possibilidade de recuperação de ruínas e logradouros existentes no interior do burgo medieval. Esta proposta passaria ainda pela adaptação de alguns edifícios existentes a equipamentos de apoio a actividades culturais e recreativas, complementares a uma dinâmica turística criadora de emprego. Esta solução implicaria, no entanto, a aquisição de alguns desses edifícios pela autarquia local.

Paralelamente a algum protagonismo a ser assumido pela autarquia local, o plano defende também a implicação de outros actores na implementação das propostas de acção preconizadas, nomeadamente por via do poder central, do poder local, dos agentes privados e de todas as instituições locais vocacionadas para o fomento cultural, turístico e económico, os quais serão chamados a participar, de acordo com o plano, num quadro que seja estimulante.

Plano de Acção Local de Mértola

O plano está bem estruturado, propondo acções enquadradas em outros projectos, já com provas dadas ao nível científico e técnico no tratamento das questões patrimoniais, conciliando o desenvolvimento turístico com a qualidade de vida da população.

A generalidade das acções previstas centram-se em intervenções urbanísticas na “vila velha”, na “vila extra-muros” e na ligação destas ao rio, apontando directrizes no sentido de desencadear um modelo de desenvolvimento endógeno, de base turístico-local, não esquecendo a necessidade de uma estratégia também direccionada para a promoção externa.

Este plano mereceu já dois pareceres técnicos, com conhecimento e aval por parte da autarquia local, emitidos pela DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Região Sul) e pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR-Évora). Do primeiro, destaque-se o reconhecimento do estatuto da vila no plano cultural, das acções previstas poderem reforçar a ligação ao rio Guadiana, melhorando as condições de vida da população e desenvolvendo o turismo, e, finalmente, a assunção de uma estratégia que perspectiva a actuação conciliada entre o turismo cultural com o trabalho desenvolvido em torno da vila museu, de forma a tratar debilidades e a reforçar capacidades locais. Do segundo, destaque-se o reconhecimento de “ter sido realizada uma boa análise da situação de referência, nomeadamente no que se refere ao património cultural, arqueológico, construído e imaterial e ao seu entendimento como um recurso a valorizar em estreita ligação com o património natural, constituindo-se como base de um desenvolvimento sustentável construído a partir de valores endógenos. A completar esta análise são indicados programas operacionais a desenvolver em concreto assim como as previsões orçamentais correspondentes; as

medidas propostas constituem um contributo para uma melhoria da qualidade de vida local, formuladas do ponto de vista da dinâmica cultural e turística e dos aspectos patrimoniais da zona a intervir, nomeadamente os históricos, paisagísticos, urbanísticos e arquitectónicos, os quais encontram-se, nesta fase de estudo, realçados e salvaguardados”.

Plano de Acção Local de Monsaraz

O plano de acção local de Monsaraz apresenta uma configuração bastante diferente das restantes, caracterizando-se por ser um plano centrado em torno de vários projectos estruturantes: um “Centro de Informação Multimédia de Monsaraz”, um “Centro de Interpretação de Monsaraz designado “Genius Loci” O Espírito do Lugar”, um “Museu do Fresco” e a “Casa da Roda”.

No caso do primeiro – o Centro de Informação multimédia de Monsaraz – é assumido como um serviço directamente dependente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, no âmbito do Programa Aldeias e Vilas Históricas, com o objectivo de recolher, tratar e divulgar toda a informação histórico-cultural pertinente relativa à vila de Monsaraz e ao seu antigo concelho, com recurso sistemático às novas tecnologias da informação, nomeadamente à digitalização da documentação e ao acesso electrónico à informação. A entidade promotora do projecto será a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, estando definido um calendário de implementação e um orçamento relativo ao biénio Julho/2000 a Junho/2002.

O “Centro de Interpretação de Monsaraz”, e de acordo com o plano, funcionará essencialmente como uma exposição de carácter permanente que, no início da visita, “transporte os visitantes para a essência e para o que é de facto importante perceber quando falamos de Monsaraz: a sua génese, as razões da sua implantação, a forma como ao longo dos tempos foi utilizada e gerida, principalmente no último século onde as intervenções foram mais marcantes no que diz respeito à Conservação”. A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz surge novamente como o promotor da iniciativa.

No caso de um outro projecto – o “Museu do Fresco” – a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, entidade promotora, ao apresentar a candidatura da criação de um Museu do Fresco em Monsaraz, “pretende, para além da valorização do ponto de vista da oferta turística e cultural de qualidade, dotar a região do Alentejo com um equipamento inexistente, não só nesta região, como em todo o país”. Efectivamente – pode ler-se – “vem-se cada vez mais descobrindo a importância da pintura mural e do fresco no sul do país, devido ao crescente interesse dos investigadores por esta área artística. O Alentejo tem vindo a revelar-se uma região importante nesta área e nos últimos anos têm sido identificadas algumas pinturas murais de importância relevante. A vila de Monsaraz é, de forma inquestionável, uma referência no Alentejo, no que à pintura mural diz respeito.”

Finalmente, a justificação para o projecto da “Casa da Roda” assenta no facto de “as casas da roda dos expostos e todo o importante sistema de apoio social que envolviam, no âmbito das funções das Misericórdias, constituem um documento importantíssimo para o conhecimento da nossa história social. Monsaraz, com Misericórdia desde o século XVI, constitui, pela sua escala, um excelente caso de estudo nesta área. (...) O edifício encontra-se hoje praticamente em ruínas. A sua recuperação permitiria a valorização deste «património pobre» e daria visibilidade a uma zona de Monsaraz que não faz habitualmente parte dos percursos mais tradicionais de visita à vila e diversificaria com vantagem o tipo de oferta na área do turismo cultural. Ao mesmo tempo, a edição de um estudo complementar sobre os expostos em Monsaraz, contribuiria para a realização do projecto integrado que pretendemos realizar em Monsaraz e que passa não pela recuperação do património físico, mas por toda a memória que o sustenta.” Como entidade promotora surge a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, e como parceiro a Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz.

Plano de Acção Local de Ouguela

O plano de Ouguela resume-se a um estudo prévio de salvaguarda e valorização do castelo e fortificações de Ouguela, datado de Março de 1994, no âmbito do Projecto Alentejo-Extremadura (PAX) Recuperação Conjunta de duas Construções Fortificadas (Albuquerque e Ouguela), lançado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Região Sul, decorrente do acordo celebrado no âmbito do INTERREG entre a Comissão de Coordenação Regional do Alentejo e a Junta da Extremadura, de Espanha.

Com a finalidade central de promover a dinamização e a cooperação cultural entre as duas margens da fronteira, através da recuperação conjunta de duas construções fortificadas – uma em Portugal, outra em Espanha – foram constituídas duas equipas de projecto: uma na Extremadura, outra no Alentejo. Os castelos e fortificações militares seleccionadas incluem-se entre o mais rico património construído de ambas as regiões. Entre os argumentos invocados para esta selecção encontram-se os significados histórico e simbólico, os valores arquitectónico e paisagístico, as potencialidades de uso e fruição que oferecem, a importância de ambos para o fomento da penetração turística no interior para a estruturação de circuitos turísticos e o seu papel na identidade cultural de sítios e populações, características que, de acordo com o plano, impõem a respectiva salvaguarda e valorização.

Entre as propostas de intervenção, destacam-se as acções de valorização dos elementos patrimoniais de carácter militar (muralhas e baluartes), de edifícios notáveis (como por exemplo a casa do Governador), de restauro do casco urbano, de recuperação de pavimentos e redes viárias e a ainda a

realização de estudos de dinamização urbana susceptíveis de permitir a sua transformação em espaço polarizador de animação turística, cultural e económica.

Plano de Acção Local de *Santo Aleixo da Restauração*

O plano apresenta uma estrutura arrumada por objectivos gerais, específicos e estratégias que convergem num mapa de acções, acompanhadas por uma previsão orçamental e uma lista de possíveis parceiros.

Partindo de dois objectivos gerais, centrados nas possibilidades decorrentes de uma filosofia de desenvolvimento sustentável e endógeno, valorizando o património histórico e cultural do aglomerado e do património natural envolvente, a par da promoção da qualidade de vida das populações, melhorando as condições de vida locais e valorizando as actividades culturais e económicas tradicionais, os objectivos específicos surgem no plano com a designação de eixos de intervenção, na sequência dos quais é estruturado um conjunto de acções específicas, acompanhadas por uma descrição de montantes financeiros necessários e por estimativas de custos e parceiros implicados.

Paralelamente a este conjunto de acções específicas, em relação directa com os objectivos específicos apresentados pelo mesmo plano, são propostos ainda dois projectos que “constituirão os marcos de referência da intervenção”: a criação do museu temático “A Península Ibérica no séc. XVII” (representativo da época e dos factos históricos mais relevantes, nomeadamente da guerra da restauração); e a Criação do “Parque da Natureza da Contenda”, localizado na herdade com o mesmo nome.

Para além de apresentar uma sistematização de debilidades e potencialidades diagnosticadas localmente, encontra-se definido também um conjunto de medidas regulamentares, balizadoras da implementação das várias acções delineadas, as quais são distinguidas, segundo grau de pertinência diferentes, em “estruturantes” e “complementares”.

Plano de Acção Local de *Terena*

A zona de intervenção deste plano inclui o castelo existente, o núcleo habitacional antigo e a encosta envolvente. Trata-se de um plano de acção local com uma boa arrumação de informação, sobretudo no capítulo das propostas, com uma clara separação entre objectivos, programas (estratégias) e projectos, com referência ainda a orçamentos, a entidades promotoras, a calendários/prazos e a riscos decorrentes da não concretização de cada uma das acções.

Tendo como objectivos “contribuir para a fixação da população na zona histórica”, “apoiar a revitalização da economia local” e “melhorar a capacidade de atracção turística do lugar”, são definidos vários programas de intervenção cobrindo áreas como a habitação, as infra-estruturas, os espaços verdes, o comércio e serviços, as artes e ofícios tradicionais, o património, o turismo de aldeia, a animação turística e o mobiliário urbano. A totalidade dos investimentos previstos são distribuídos depois por vinte e sete projectos, num prazo de seis anos. O plano apresenta ainda um regulamento.

A par de um conjunto de propostas, enquadradas nos programas atrás referenciados, destaca-se também uma significativa lista de estrangulamentos e potencialidades que caracterizam o território abrangido pelo plano. Em relação aos primeiros, sublinham-se o “acentuado decréscimo populacional e o elevado índice de envelhecimento”, “um orçamento municipal para investimentos muito limitado”, “uma grande debilidade do tecido económico”, a existência de uma rede de “comércio e serviços pouco diversificada” e uma “escassa oferta turística em unidades de alojamento e restauração”, entre outros. Do ponto de vista das potencialidades, “a barragem de Lucefecit”, “um património classificado e em bom estado de conservação”, “uma paisagem rural bem preservada”, “uma profusão de sítios arqueológicos, nos terrenos envolventes” e “um movimento associativo com alguma dinâmica local”, entre outros aspectos focados.

3.2.2.2 – Sobre a “qualidade” das estratégias globais de intervenção: análise de simetria e nível de exequibilidade dos planos

A terminar este primeiro nível de análise/avaliação, procura-se agora analisar a “qualidade” da(s) estratégia(s) de intervenção preconizada(s) para as várias aldeias e vilas históricas, recorrendo ao manancial de informação empírica transcrita e analisada a partir dos vários planos de acção local e sistematizada nos mapas 1.2 (Estrutura do plano: fase de diagnóstico) e 1.4 (Estrutura do plano: fase da proposta). Nesta etapa do processo de análise/avaliação pretende-se perceber o grau de exequibilidade de cada plano de acção local, ou seja, avaliar a(s) possibilidade(s) de concretização dos objectivos gerais e específicos a partir das acções delineadas.

A solução operatória para materializar esta etapa da avaliação passa por procurar identificar níveis de convergência e de divergência entre as fases de diagnóstico e de proposta, recorrendo a numa análise de simetria entre ambas. À semelhança do capítulo anterior, far-se-á uma descrição e análise pormenorizada, mas não tão prolongada, em torno de cada plano de acção local, privilegiando também uma leitura comparativa e articulada entre aquelas componentes – diagnóstico e proposta –

com o propósito de detectar coincidências e/ou descoincidências entre as características, os recursos e as potencialidades diagnosticadas e as respectivas intenções, projectos e acções programadas.

3.2.2.2.1 - Estrutura dos planos: fase do diagnóstico

Já tivemos oportunidade de referir, no curso desta investigação, a dificuldade decorrente do facto dos planos de acção local elaborados não apresentarem uma estrutura e organização idênticas, o que facilitaria as análises comparativas. Esta característica reflecte-se não só ao nível das áreas e componentes fundamentais de cada plano, sobre as quais incidiu o respectivo diagnóstico, mas igualmente no perfil das propostas apresentadas, como de resto teremos oportunidade de demonstrar. Porém, a solução encontrada para contornar esta dificuldade passou pela identificação dos principais e mais frequentes domínios, onde, tendencialmente, incidiram as preocupações das equipas técnicas, responsáveis pelos planos, na fase de diagnóstico. O mesmo exercício foi adaptado e dirigido ao capítulo das propostas dos mesmos planos, identificando-se aí também um conjunto de dimensões/domínios de incidência mais ou menos transversais e presentes nos mesmos planos de acção.

No caso concreto da fase de diagnóstico, os domínios ou dimensões mais frequentes, possíveis de encontrar nos vários planos analisados, são: uma dimensão *arquitectónica/urbanística*, incluindo a síntese das características e dos elementos locais relacionados com a habitação, o tipo de malha urbana, as infra-estruturas viárias, de telecomunicações, entre outras e os espaços verdes; uma dimensão novamente arquitectónica, mas desta feita articulada com a componente *paisagística e ambiental*, com menção a elementos e características locais, não só existentes no interior dos aglomerados, mas sobretudo nos territórios envolventes e abrangidos nos mesmos planos; uma dimensão *sócio-económica e sociológica*, onde cabem todas as referências, não só às características demográficas e do sistema produtivo local, mas também a existência ou não de equipamentos, recursos e valores de índole sócio-cultural; uma dimensão *arqueológica*, com referência (ou não) à existência de vestígios e elementos patrimoniais arqueológicos; uma dimensão relacionada com a existência de *fortificações ou sistemas defensivos*, como castelos, muralhas e outros elementos afectos ao património militar; e por fim, uma última dimensão alusiva ao *turismo*, onde cabe a explicitação dos recursos existentes e que se traduzem já numa presença significativa na óptica do turismo, incluindo tanto elementos patrimoniais como espaços e equipamentos para ele vocacionados¹³⁸.

¹³⁸ - Esta tipologia não partiu de qualquer proposta teórica exterior e desajustada dos planos aqui analisados. Pelo contrário, apoia-se e revê-se nas várias estruturas e organizações inerentes aos mesmos planos, em relação aos quais houve o cuidado de alicerçar os vários domínios e dimensões de diagnóstico identificados, enquanto matriz referencial para o estudo, análise

Numa primeira leitura e análise dirigida ao conjunto dos vários planos de acção local, sobressaem, de forma mais significativa e, portanto, com maior peso e visibilidade, as dimensões *sócio-económica/sociológica* e *arquitectónica/urbanística*, como aquelas que, além de merecerem maior número de registos (referências, elementos, recursos), no capítulo do diagnóstico, no total dos planos estudados, constituem, igualmente, e em cada plano em particular, os domínios onde o respectivo diagnóstico tem maior incidência (ver figura 9). Entre uma e outra dimensão, é, no entanto, na primeira que se concentram a maioria dos elementos e características localmente diagnosticadas pelas equipas técnicas, durante a elaboração dos planos de acção local. É o caso de Alcáçovas, Alter Pedroso, Alvito, Avis, Belver, Castelo de Vide, Evoramonte e Juromenha, só para mencionar algumas das localidades. Regista-se igualmente um peso significativo desta dimensão, embora com menor preponderância, por exemplo nos planos de Alegrete, Barrancos, Cabeço de Vide, Flor da Rosa, Marvão, Santo Aleixo da Restauração e Terena. Muitos dos planos destas últimas aldeias e vilas correspondem, *grosso modo*, àqueles onde é possível encontrar um destaque também importante à dimensão arquitectónica/urbanística, com especial relevo para Amieira do Tejo e Ouguela.

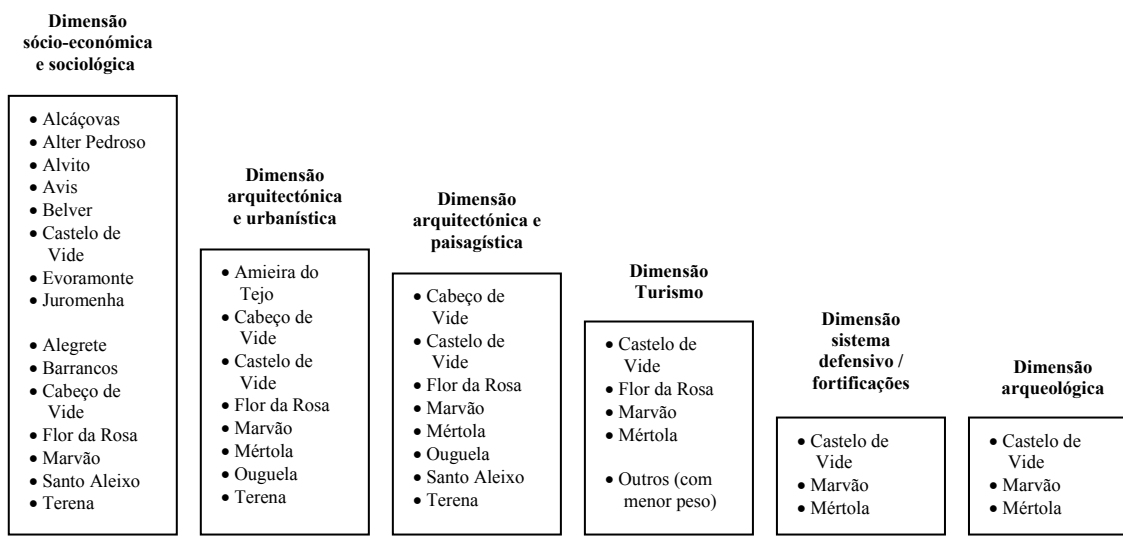


Fig. 9 – Fase do Diagnóstico: distribuição dos planos de acção local em função das dimensões de análise presentes nos respectivos diagnósticos¹³⁹

Num outro patamar, em termos de preponderância e visibilidade no contexto dos planos, surgem as dimensões “turismo” - esperada e compreensível¹⁴⁰ – e a arquitectónica e paisagística. Ilustrativos do primeiro caso temos os planos de Castelo de Vide, de Flor da Rosa, de Marvão e de Mértola, apesar de nas restantes aldeias e vilas ser possível encontrar referências, em menor número e significado,

e sistematização dos conteúdos patentes nos planos de acção local. Os mesmos argumentos encontram-se subjacentes à tipologia de dimensões de análise utilizadas para caracterizar as estruturas dos planos no capítulo das propostas.

¹³⁹ - A figura pretende apenas demonstrar os pesos das várias dimensões de intervenção de acordo com os vários planos de acção local. Não se teve portanto em conta preocupações de rigor gráfico na elaboração do desenho.

alusivas à mesma dimensão. No caso da dimensão arquitectónica/paisagística, assumem particular significado os planos de Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Flor da Rosa, Marvão, Mértola, Ouguela, Santo Aleixo da Restauração e Terena. Os restantes domínios sobre os quais incidiu o diagnóstico, adquirem uma expressão manifestamente inferior aos anteriores, embora faça sentido reconhecer neste grupo uma hierarquia, segundo graus de preponderância diferentes, tendo no topo a dimensão relativa ao sistema defensivo e depois a dimensão arqueológica. Tanto numa como noutra dimensão temos os planos de Castelo de Vide, de Marvão e de Mértola.

3.2.2.2.2 - Estrutura dos planos: fase da proposta

No que diz respeito ao capítulo das propostas, os domínios ou dimensões mais relevantes, transversais aos vários planos de acção local, são: uma dimensão *arquitectónica/urbanística*, conjugando acções e projectos dirigidos para as áreas da habitação, dos espaços públicos e dos enquadramentos paisagísticos/ambientais; uma dimensão *sócio-económica e sociológica*, com referência às propostas de acção dirigidas às áreas social, cultural e económica; uma dimensão *arqueológica*, particularizando os projectos e as acções dirigidos aos recursos arqueológicos existentes ou a descobrir; e uma dimensão contemplando as intervenções dirigidas ao *sistema defensivo e às fortificações* existentes.

A outro nível, conjugam-se duas dimensões, intimamente relacionadas: a primeira designada por *articulação inter-regional*, nomeadamente com outras aldeias e vilas incluídas no mesmo programa de desenvolvimento, reunindo as sugestões e propostas de intervenção facilitadoras dessa articulação – como por exemplo a criação de percursos e rotas temáticas e turísticas no âmbito de uma rede de aldeias e vilas históricas – a segunda denominada por *acessibilidades e comunicações*, com menção a iniciativas relacionadas com a melhoria das redes de acessibilidades e comunicações locais.

Finalmente, um outro binómio conjugando as duas últimas dimensões/domínios de incidência, cujo denominador comum assenta nas propostas promocionais, sejam elas dirigidas a um âmbito estritamente *turístico* (dinamização de actividades turísticas, roteiros turísticos, sinalização turística, criação ou ampliação de equipamentos ligados à hotelaria e restauração), ou a uma estratégia mais ampla, visando a *sensibilização pedagógica sobre o património e a cultura locais* (monografias e outras publicações, exposições, acções de sensibilização e programas educativos, acções de formação diversas, incentivos à investigação, entre outras possibilidades).

¹⁴⁰ - Justificada, aliás, pelo perfil do programa de desenvolvimento a que as vilas se candidatam, o qual reserva um significado e um peso importantes a esta dimensão, tendo a mesma estado na base, entre outros factores, da selecção destas e não de outras localidades para apresentação de planos e candidaturas a financiamento.

Também no capítulo das propostas é possível encontrar uma relativa visibilidade e um peso significativo de acções e projectos com incidência nas dimensões *arquitectónica/urbanística*, *sócio-económica/sociológica*, *turismo* e *sensibilização pedagógica sobre património e cultura* (ver figura 10). Aos dois domínios que, já no capítulo dos diagnósticos mereciam alguma preponderância e reuniam maior número de registos, adicionam-se agora duas outras dimensões, articuladas entre si e dirigidas para uma estratégia de afirmação e promoção turística, não deixando, no entanto, de reunir um conjunto, também ele significativo, de sugestões e projectos vocacionados para uma intervenção de carácter mais educativo e de sensibilização pedagógica, não só das comunidades locais, mas também dos potenciais visitantes.

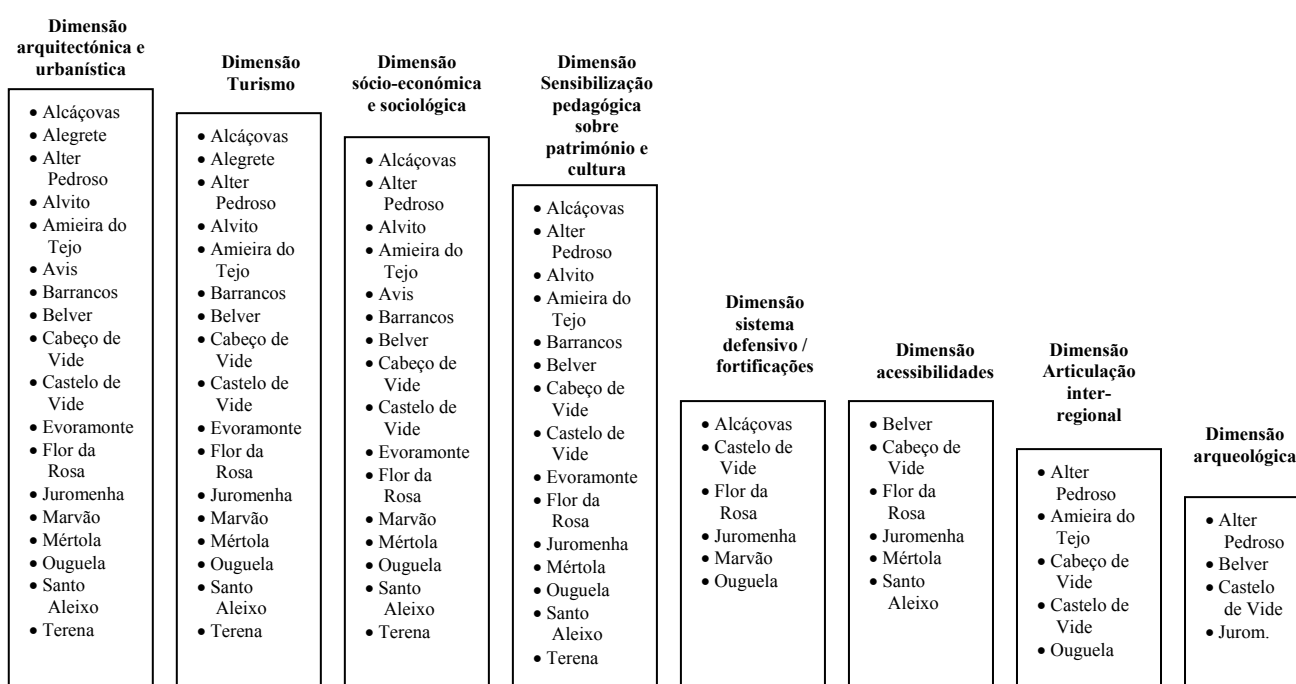


Fig. 10 – Fase da Proposta: distribuição dos planos de acção local em função das dimensões de análise presentes nas respectivas propostas

Efectivamente, a generalidade dos planos de acção local incluem propostas de acção e projectos concretos, alguns dos quais com estimativas de custos associados e orçamentos provisórios, para além de calendários faseados tendo em vista a execução dos mesmos. Do conjunto dos planos em que a dimensão *arquitectónica/urbanística* recolhe uma maior preponderância, em termos de número de acções e projectos, são os de Avis, Barrancos, Belver, Castelo de Vide, Flor da Rosa, Juromenha, Marvão, Mértola, Ouguela, Santo Aleixo da Restauração e Terena¹⁴¹. Relativamente à dimensão *turismo*, são os planos de Alegrete, Alter Pedroso, Alvito, Barrancos, Belver, Evoramonte, Marvão, Ouguela e Santo Aleixo da Restauração, os que maior número de acções propõem neste âmbito. Com uma maior visibilidade de iniciativas no quadro *sócio-económico e cultural*, destacam-se os planos

¹⁴¹ - Esta listagem não tem implicitamente qualquer hierarquização entre os planos.

de Alter Pedroso, Alvito, Amieira do Tejo, Barrancos, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Mértola e Santo Aleixo da Restauração. Finalmente, o domínio da *sensibilização pedagógica para o património e a cultura*, colhe um peso mais preponderante nos planos de Castelo de Vide e de Mértola, seguidos, embora com menor visibilidade, dos planos de Alvito, Amieira do Tejo, Barrancos e Cabeço de Vide, entre outros.

A terminar esta leitura global e transversal aos vários planos de acção, importa ainda registar e por esta ordem sequencial, as restantes dimensões contempladas nas propostas dos planos de acção local, apesar destas não conhecerem a preponderância das dimensões atrás explicitadas. É o caso do domínio relativo às *fortificações e sistemas defensivos*, com destaque para os planos de Álcáçovas, Castelo de Vide, Flor da Rosa, Juromenha, Marvão e Ouguela. No caso da dimensão *articulação inter-regional*, temos os planos de Alter Pedroso, Amieira do Tejo, Cabeço de Vide, Castelo de Vide e Ouguela. No domínio das *acessibilidades e comunicações*, ganham algum relevo os planos de Belver, Cabeço de Vide, Flor da Rosa, Juromenha, Mértola e Santo Aleixo da Restauração. Por fim, no que respeita à dimensão *arqueológica*, destacam-se os planos de Alter Pedroso, Belver, Castelo de Vide e Juromenha.

3.2.2.2.3 – Entre o diagnóstico e a proposta: análise de simetria e nível de exequibilidade dos planos

No âmbito da análise dos planos dirigida para a identificação e compreensão das suas estratégias nucleares de intervenção, numa perspectiva de avaliação da sua “qualidade”, o mesmo é dizer, do “perfil” do diagnóstico realizado tendo em vista o tipo de proposta idealizada, procurou-se páginas atrás traçar um quadro genérico mas esclarecedor, quer dos vários diagnósticos elaborados, quer das várias propostas apresentadas.

Vimos assim que, regra geral e numa primeira leitura, a um diagnóstico tendencialmente dirigido para o conjunto de referentes, recursos e necessidades de carácter sócio-económico e sócio-cultural (apesar de uma atenção significativa também direccionada para a dimensão *arquitectónica/urbanística*), corresponde, igualmente, em termos genéricos, a uma proposta global de intervenção assente, desta feita, em quatro domínios/dimensões de intervenção, praticamente com o mesmo grau de preponderância e visibilidade, de acordo com a seguinte ordem: dimensão *arquitectónica/urbanística*, dimensão *turismo*, dimensão *sócio-económica/sociológica* e, finalmente, dimensão *sensibilização pedagógica sobre património e cultura*.

Com efeito, entre as fases do diagnóstico e da proposta resulta claramente a assunção de uma estratégia de tipo *plural* – porque incidente em vários domínios, contrariamente à eventualidade de uma proposta mais sectorizada numa ou noutra dimensão mais em particular – pese embora, ainda assim, e como de resto seria plausível esperar, uma significativa preponderância da dimensão *turismo*, o que vem acentuar o peso deste domínio de intervenção na generalidade das propostas apresentadas no conjunto dos vários planos de acção local.

Todavia, sublinhe-se igualmente o lugar de destaque para a inclusão de alguns projectos e acções orientados, quer para a dimensão relativa à promoção, sensibilização e consolidação do conhecimento por parte da população local e visitante, quer para a interiorização dos valores patrimoniais e culturais inerentes a cada aldeia e vila. Intenções que se podem traduzir numa componente, senão vital pelo menos importante, quer enquanto complemento às estratégias de marketing turístico, tendo em vista a inclusão destas localidades nos circuitos turísticos existentes e/ou a criar; quer enquanto estratégia de cariz pedagógico, particularmente dirigidas para as populações autóctones, escolas e outras entidades locais e regionais. Prova disso mesmo é a significativa diversidade de iniciativas, desde exposições temáticas (permanentes e itinerantes), a criação de espaços museológicos, a edição de monografias e outras publicações de cunho científico em várias áreas de pesquisa – História, Arqueologia, Sociologia, Etnografia,... – até à realização de acções de formação e sensibilização temáticas junto de públicos específicos, entre outras iniciativas.

Neste contexto, ganham também expressão e visibilidade, tanto as intervenções incidentes no domínio arquitectónico (urbanístico e paisagístico) como no domínio sócio-económico e sociológico. Entre iniciativas que remetem para intervenções no âmbito das estruturas e malhas urbanas, nos seus valores arquitectónicos, nas redes de infra-estruturas, nas acções casuísticas e cirúrgicas neste ou naquele edifício (notável), neste ou naquele espaço público, bem como nas envolventes territoriais aos aglomerados populacionais, valorizando sempre os seus enquadramentos paisagísticos; e iniciativas que correspondem à criação e/ou ampliação dos equipamentos sócio-culturais, à criação e incremento da base produtiva local, sugerindo e apelando à instalação de empresas ligadas a actividades tradicionais (mas não só!), e de outras acções com vista à optimização e transformação dos recursos e potencialidades existentes em oportunidades geradoras de emprego e de aumento da riqueza local, para além de iniciativas ligadas à animação sócio-cultural de espaços e equipamentos, tudo parece apontar para o mesmo objectivo comum e central na generalidade dos planos de acção local: atrair e fixar mais população, em particular as gerações mais jovens.

De acordo com a pluralidade de estratégias de intervenção preconizadas no âmbito dos planos de acção e subjacentes às respectivas propostas, parece ser unânime o reconhecimento daquele objectivo como uma espécie de “desígnio comum”, a atingir por via das várias estratégias delineadas, em

consonância com os respectivos diagnósticos produzidos. Porém, se de um ponto de vista global e transversal aos vários planos em análise, tudo aponte para uma clara e determinante direcção: *promover as bases para um futuro desenvolvimento (turístico) sustentável, com mais-valias económicas e sociais para a população local e potenciais visitantes, numa lógica de intervenção integrada, com actuações em várias frentes ou domínios de intervenção*; este “desígnio” ou objectivo primordial assume diferentes leituras e capacidades de exequibilidade consoante cada plano de acção local em particular. Sobretudo se a relação entre o diagnóstico e a proposta, de cada plano, revelar uma simetria (nível de convergência ou divergência), de tendência menos plural mas mais singular e incisiva, favorecendo esta ou aquela dimensão na proposta em detrimento de outra, eventualmente mais carenciada aquando do diagnóstico. É esta relação de simetria que se procurará conhecer e medir, plano a plano, a qual será depois complementada no capítulo seguinte, dedicado à análise/avaliação da coerência interna e das complementaridades internas: realizações previstas.

Plano de Acção Local de Alcáçovas

Olhando simultaneamente para o diagnóstico e para a proposta deste plano (mapas 1.2 e 1.4 respectivamente) é visível a preocupação por fazer incidir acções e projectos de intervenção em áreas e sectores mais debilitados, onde a insuficiência de dinâmicas de desenvolvimento foram recensadas aquando do diagnóstico. Ganham significado, por exemplo, as propostas de pendor sócio-económico, muitas das quais parecem ir ao encontro das necessidades identificadas. Contudo, já as intervenções no âmbito da dimensão arquitectónica/urbanística e paisagística tendem a relevar este domínio mais do que aquilo que, em termos de diagnóstico, parece merecer atenção, uma vez que existe uma relativa boa cobertura da localidade no que respeita, quer às redes de infra-estruturas básicas, quer ao estado de conservação dos alojamentos.

Acrescente-se ainda que para uma dimensão como o *sistema defensivo/fortificações/património histórico*, cujo diagnóstico vem acentuar o respectivo valor cultural e patrimonial, corresponde um leque de propostas de acção incidentes na recuperação e reabilitação arquitectónica de um conjunto de imóveis com interesse local, apesar de não as fazer acompanhar por acções de animação e rentabilização económica. Esta vertente surge já sobrevalorizada na dimensão relacionada com o turismo, a qual congrega uma variedade de iniciativas, particularmente viradas para a rentabilização e animação de vários recursos/potencialidades locais, numa estratégia de afirmação e promoção turística, apoiada ainda por um interessante e pedagógico conjunto de programas, de acções e de projectos relacionados com a sensibilização da população local e dos visitantes, através de iniciativas a merecer particular atenção. É o caso, por exemplo, da preocupação manifestada pela formação de animadores sócio-culturais, a elaboração de uma monografia histórico-urbanística da vila, o programa de educação ambiental, a criação do museu do chocalho, entre outros.

Em síntese, estamos perante um plano de acção local onde se manifesta uma tentativa de articulação e correspondência entre a realidade diagnosticada e a proposta imaginada, apoiada numa estratégia de desenvolvimento relativamente equilibrada entre ambas, o que confere a este plano um grau de exequibilidade aceitável, a avaliar por uma visível simetria entre diagnóstico e proposta, pese embora uma relativa sobrevalorização da dimensão *turismo*, sem que, no entanto, assuma especial preponderância face às dimensões *sócio-económica* e *arquitectónica/urbanística*.

Plano de Acção Local de Alegrete

Contrariamente ao plano de Alcáçovas, o caso de Alegrete evidencia uma relação entre diagnóstico e proposta relativamente diferente. Face a um diagnóstico evidenciador de uma variedade de recursos e características de cariz sócio-cultural e até sócio-económico, a proposta delineada estabelece, pelo contrário, uma estratégia de intervenção essencialmente dirigida para duas dimensões: a *arquitectónica/urbanística* e o *turismo*. Na primeira, são avançadas propostas de acções e de projectos em torno de imóveis e espaços públicos, com a finalidade de evidenciar os respectivos elementos notáveis do ponto de vista arquitectónico. Esta opção tende a complementar depois uma variedade de outras acções, desta feita dirigidas, no essencial, para o exterior da vila, numa afirmação clara de promoção de uma imagem turística, quer junto de potenciais visitantes nacionais, quer em direcção (e até particularmente) a turistas espanhóis.

De acordo com este plano, transparece a intenção de se assumir claramente uma estratégia de revitalização muito centrada e orientada para o turismo enquanto plataforma de desenvolvimento para esta localidade. Ganham expressão, neste contexto, um conjunto de iniciativas de animação (turística), apoiadas por uma estudada e enquadrada divulgação sob várias formas e suportes promocionais (cartazes, folhetos, feiras,...) secundarizando iniciativas, acções e projectos com incidência mais directa em domínios como o *sócio-económico*, o *arqueológico*, o *sistema defensivo* e a *sensibilização pedagógica sobre património e cultura*, alguns dos quais sem qualquer iniciativa prevista.

Face a este quadro, poder-se-á avançar a ideia de que estamos perante um plano de acção local menos equilibrado, do ponto de vista das várias dimensões possíveis, mas mais centralizado numa dupla estratégia: a intervenção físico-arquitectónica no aglomerado urbano mais antigo por um lado, e a intervenção numa óptica claramente assumida de “venda” de um “produto turístico” para um segmento de mercado transfronteiriço por outro lado. Uma estratégia com alguns riscos porquanto se descuram componentes importantes e complementares de apoio e suporte ao desenvolvimento integrado de Alegrete.

Plano de Acção Local de *Alter Pedroso*

A uma pequena comunidade populacional, residente num aglomerado reduzido, corresponde um plano de acção local ambicioso. O diagnóstico realizado mostra uma localidade com um défice de população, de actividades económicas e culturais. O que se propõe, não obstante a diversidade e coerência das iniciativas planeadas, parece significar uma operação de quase renovação (total) do território abrangido pelo plano. A um certo enfoque na componente sócio-económica, junta-se uma aposta direccionada para o turismo, enquanto suportes geradores de um novo dinamismo (económico, sócio-cultural e turístico), cujas repercussões esperadas traduzem a imagem de um espaço e de um território envolvente completamente renovados.

Neste plano sobressai a aposta em dotar o pequeno aglomerado urbano de capacidades para atrair grupos específicos de visitantes e interessados, em torno de temas como por exemplo as feiras de artigos relacionados com os cavalos (tema decorrente da proximidade geográfica da sede de concelho – Alter do Chão – e da sua tradição equestre, em virtude da existência da sua Coudelaria); a realização de eventos desportivos, de jogos de guerra e de aventura (tirando partido da sua localização geográfica e altitude); a instalação de um observatório de astronomia e a preparação de um programa de animação cultural amplamente diversificado; acrescentando-se uma preocupação – a sublinhar – em não secundarizar as condições de vida da população residente. Neste sentido, ganham particular acuidade acções e projectos com vista a gerar maior mobilidade entre Alter Pedroso, a sede de concelho e outras localidades próximas; a possibilidade de criação de uma organização de desenvolvimento local e ambiental e a descentralização de alguns serviços da sede de concelho para a pequena aldeia.

Sem prejuízo da validade e da necessidade de avançar em todas as propostas delineadas, ressalta, contudo, uma estratégia cuja exequibilidade, do ponto de vista dos efeitos esperados e das eventuais expectativas geradas, pode ficar comprometida, caso a mesma se circunscreva preferencialmente à transformação de Alter Pedroso em ponto de encontros temáticos, com periodicidade irregular.

Plano de Acção Local de *Alvito*

Do diagnóstico à proposta, três dimensões de intervenção ganham particular visibilidade. A primeira delas diz respeito à preocupação manifestada por uma actuação dirigida às dimensões *sócio-económica* e *sócio-cultural*, alicerçada em iniciativas, quer em torno da dinamização de actividades económicas locais, quer em torno da criação e requalificação de equipamentos educativos. Neste contexto, importa ainda relevar as propostas de criação e dinamização de duas estruturas: a “Crialvito” e a “Musicalvito”, particularmente vocacionadas para a criação e divulgação artísticas, de

raiz local. A segunda dimensão que recolhe uma significativa preferência é a do *turismo*, onde, à semelhança de outras propostas, relativas a outras localidades, a diversidade de projectos, acções e iniciativas, apontam para uma estratégia de promoção turística, complementar a uma já existente rede de equipamentos de hotelaria e de turismo rural. Finalmente, a terceira dimensão valorizada no capítulo das propostas prende-se com o domínio relativo à *sensibilização pedagógica sobre património e cultura*, onde cabem várias iniciativas em prol da copilação, tratamento e divulgação dos valores culturais locais.

Em síntese, poder-se-á dizer que trata-se de um plano onde as dimensões atrás enunciadas, constituem uma tríade a manter, no que concerne às intervenções a apoiar e a materializar no terreno. Em conjunto, dão corpo a uma estratégia integrada e ponderada de acções e projectos a dinamizar, numa óptica de desenvolvimento local integrado, incluindo também algumas iniciativas, mas em menor número, no âmbito da dimensão *arquitectónica/urbanística*.

Plano de Acção Local de Amieira do Tejo

O plano de acção local de Amieira do Tejo traduz uma proposta de intervenção pluridimensional, com sugestões de projectos e iniciativas em todas as dimensões contempladas por relação ao respectivo diagnóstico. Destacam-se na generalidade da proposta o conjunto de intervenções preconizadas no âmbito da dimensão *sócio-económica*, na tentativa de obviar o reduzido grau de actividades económicas, através do reforço da rede de equipamentos colectivos e de serviços, a criação de capacidades de alojamento e de oferta de restauração, o incentivo à produção económica, o incentivo ao ressurgimento e/ou manutenção de actividades económicas ligadas ao meio, o desenvolvimento de actividades de animação e, por fim, a criação de uma associação de desenvolvimento, como forma de reforçar o papel das associações cívicas locais.

Trata-se, pois, de um plano orientado mais para as necessidades de intervenção junto da população residente, do que em promover iniciativas com um intuito essencialmente turístico, virado para o exterior. Entre o diagnóstico e a proposta transparece assim uma preocupação em definir um rumo orientador e balizador do processo de revitalização de Amieira do Tejo, convenientemente enquadrado nas características locais e de acordo com a sua escala¹⁴².

¹⁴² - Como de resto parece estar subjacente ao próprio título do plano de acção local – “*Amieira do Tejo: um Património, um Território, um Rumo...*”.

Plano de Acção Local de Avis

Partindo de um diagnóstico onde a dimensão *sócio-económica* e *sociológica* assume alguma relevância, por comparação às restantes dimensões contempladas, elaborou-se uma proposta onde, apesar do mesmo domínio continuar a merecer importância no conjunto das iniciativas preconizadas, é notória também uma clara incidência na componente de intervenção centrada nas questões arquitectónicas e paisagísticas, esta última em estreita articulação com a dimensão turística, motivada pela proximidade de ligação e influência à albufeira do Maranhão.

Constitui, assim, um plano onde a estratégia base parece residir mais numa intervenção direccionada para dar resposta a preocupações de índole arquitectónica e urbanística, não obstante algumas iniciativas propostas, enquadradas noutros âmbitos, como é o caso da constituição de um centro de informação cultural de Avis, no domínio da *sensibilização pedagógica sobre património e cultura*, bem como de outras iniciativas relacionadas com a promoção de recursos locais, numa perspectiva comercial e turística.

Plano de Acção Local de Barrancos

Tanto o diagnóstico realizado como a proposta preconizada revelam um olhar atento e crítico face aos recursos locais e à sua rentabilização económica e turística. Assim, tanto numa fase como noutra, é possível encontrar uma preocupação em dotar a vila de um maior dinamismo tanto ao nível da componente *sócio-económica*, defendendo a necessidade de apoiar vários tipos de investimento local, particularmente os de iniciativa privada, como ao nível *turístico*, mediante várias propostas de acção, das quais se destaca o projecto de criação da “comunidade de vilas europeias com passado em contrabando” e o apoio à “instalação de unidades de turismo em espaço rural (TER)” em montes agrícolas, esta última com a finalidade de dar resposta a uma carência reconhecida no plano da oferta hoteleira, extremamente incipiente e pouco diversificada localmente.

Em suma, trata-se de um plano relativamente equilibrado do ponto de vista da simetria entre a realidade diagnosticada e a proposta delineada, para além de esboçar alguma preocupação pela necessidade de dinamizar a economia local, de forma diversificada e não só do ponto de vista turístico, virado portanto para o exterior.

Plano de Acção Local de Belver

Com uma proposta de várias iniciativas a desenvolver em diferentes domínios de intervenção, sobressai, no entanto, uma preocupação dirigida com maior ênfase para as questões arquitectónica e

urbanística. Tal aposta apoia-se numa realidade urbanística caracterizada por uma significativa degradação dos fogos e das suas condições de habitabilidade, facto que explica a opção estratégica tomada. É de notar, todavia, o incentivo à dinamização de outras acções de âmbito sócio-económico e cultural, como forma de proporcionar níveis de qualidade de vida à população local, vertente que o plano de acção local tanto valoriza.

Cabe ainda aqui uma referência à componente turística, merecedora de várias iniciativas, entre acções de promoção e divulgação e acções enquadradas numa estratégia de desenvolvimento de um turismo cultural. Sublinhe-se também um conjunto de preocupações dirigidas para a possibilidade de dotar a localidade de melhores acessibilidades e comunicações, dando assim resposta a necessidades locais diagnosticadas neste domínio.

Plano de Acção Local de *Cabeço de Vide*

Este plano parte de um diagnóstico centrado em duas frentes: uma *arquitectónica/urbanística* e outra *sócio-económica* e *sócio-cultural*, levada a cabo por duas equipas de técnicos, com perfis de formação distintos mas complementares. O resultado desta articulação disciplinar e técnica saldou-se num plano de acção local onde as preocupações de índole *sócio-económica* e *arquitectónica/urbanística* coexistem com maior preponderância, mesmo comparativamente à dimensão *turística*, de peso também assinalável. Neste último domínio, ganha especial visibilidade um conjunto de acções que visam potenciar, directa e indirectamente, o recurso económico e turístico local assente nas Termas da Sulfurea, considerado o principal empregador sazonal da freguesia.

Assim, e no cômputo geral, o plano de Cabeço de Vide congrega uma estratégia de revitalização pluridimensional, com uma ênfase nas questões que se prendem com a intervenção no tecido económico local e, complementarmente, nos domínios *arquitectónico/urbanístico* e *turístico*.

Plano de Acção Local de *Castelo de Vide*

Tanto o diagnóstico como a proposta reunidas neste plano de acção apresentam-se completos e equilibrados do ponto de vista dos conteúdos, arrumados por todas as dimensões presentes. Destaca-se a preocupação central em definir uma estratégia de revitalização local direccionada para três vertentes: a dimensão *sócio-económica* e *sócio-cultural*, a dimensão *arquitectónica/urbanística* e a dimensão relativa a uma ampla estratégia de *sensibilização pedagógica sobre património e cultura*, a qual, na globalidade dos planos de acção local analisados, ganha especial destaque e preponderância.

Efectivamente, transparece uma simetria em todas as dimensões entre as necessidades e os recursos diagnosticados e as iniciativas e projectos a privilegiar. É precisamente neste último âmbito que a dimensão da *sensibilização pedagógica* ganha relevância, uma vez que, genericamente, prevalecem nos outros planos as acções e as campanhas de promoção turística, secundarizando frequentemente a realização de acções e campanhas de sensibilização direccionadas para outros actores importantes na esfera do tecido económico e cultural da vila. A este nível, sublinha-se então o enfoque que o plano materializa, na tentativa de, precisamente, complementar, mas localmente, a já ampla promoção dos valores patrimoniais existentes nos circuitos turísticos habituais.

Plano de Acção Local de *Evoramonte*

A um diagnóstico onde a componente *sócio-económica* e *sócio-cultural* ocupa alguma centralidade, referenciando equipamentos sócio-culturais, serviços locais, mas também necessidades e estrangulamentos; tende a corresponder, no capítulo das propostas, uma ênfase essencialmente dirigida à dimensão *turismo*, numa estratégia de afirmação e rentabilização da freguesia nos circuitos turísticos regionais. A corroborar esta interpretação está o facto de neste domínio poder encontrar-se uma pluralidade de acções e projectos de intervenção, secundarizando outras iniciativas noutros domínios, como é o caso da dimensão *sócio-económica*. Nesta última, são escassas as propostas apresentadas, o que, por um lado, pode ser interpretado como o reflexo normal de um diagnóstico realizado e que aponta para uma aceitável cobertura de actividades e serviços proporcionais à população residente; mas que, por outro lado, não parece levar em linha de conta, a também diagnosticada dependência da localidade face à sede de concelho – Estremoz – no que respeita, essencialmente, a oportunidades de criação de emprego. Destaque-se ainda a existência de um Castelo e de uma cintura de muralhas que funcionam como catalisadores duma dinâmica turística, em torno da qual a estratégia de revitalização delineada assenta com algum peso e preponderância.

Plano de Acção Local de *Flor da Rosa*

Denota-se neste plano de acção local um esforço em potenciar as diferentes dimensões onde foi possível encontrar recursos a traduzir em propostas de intervenção. Efectivamente, a partir de um conjunto de iniciativas, incidentes em todos os domínios que temos vindo a analisar, é visível uma aposta nos processos de recuperação, remodelação e conservação da arquitectura vernacular ali diagnosticada, a par de uma preocupação em torno da possibilidade de recuperação e reutilização de uma tradição económica local a partir do trabalho em olaria, passando essa rentabilização não só pela venda dos artigos em barro, mas também por uma tentativa de redinamização da Escola de Olaria local e a criação de uma imagem de marca para os barros de Flor da Rosa.

Ganham especial destaque ainda neste plano as iniciativas em torno do património arquitectónico, sobrevalorizando, no essencial, o mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa, já transformado em Pousada da ENATUR, recurso turístico detentor de uma mais-valia local, no contexto da sua afirmação nos circuitos turísticos ligados às pousadas de Portugal.

Plano de Acção Local de *Juromenha*

A uma incidência mais notória nos domínios de índole *social* e *sócio-económica* da localidade de Juromenha, patentes no respectivo diagnóstico, corresponde uma estratégia de revitalização apoiada, no essencial, na criação de uma estrutura de vocação turística – o “fluviário” – com mais-valias, no entender da equipa responsável pelo plano, para a população local, nomeadamente, por via da criação de postos de trabalho. De destacar também que a estratégia delineada passa ainda por uma ampla intervenção no domínio *arquitectónico e urbanístico*, mas intimamente relacionados com as infra-estruturas necessárias e de suporte ao fluviário, tido como o potencial catalisador do processo de desenvolvimento para Juromenha.

Plano de Acção Local de *Marvão*

O plano de acção local desta vila encerra influências, nas suas propostas, e nas preocupações inerentes ao diagnóstico realizado, muito relacionadas com um projecto em curso e que visa a elevação da vila a património mundial da UNESCO. Como tal, percebe-se a atenção preponderante que os domínios *arquitectónico/urbanístico*, *turístico* e também *sócio-económico*, representam na globalidade da proposta apresentada. Neste sentido, é a problemática relacionada com a recuperação e vivificação do parque habitacional que colhe a esmagadora maioria das acções preconizadas. Aqui, à semelhança de outros planos, embora com um peso um pouco mais significativo, o turismo funciona simultaneamente como *meio* e *fim* acelerador do processo de revitalização pretendido. É visível ainda uma preocupação em dotar a vila das necessárias infra-estruturas e equipamentos ligados às indústrias de hotelaria e restauração, próprias de locais abrangidos pela distinção de “património mundial” pela UNESCO.

Plano de Acção Local de *Mértola*

São quatro as dimensões que este plano tende a relevar no âmbito da proposta delineada para esta vila, decorrentes de um diagnóstico onde o equilíbrio entre as várias componentes e o levantamento, tanto das necessidades, como dos recursos, constitui característica central.

Partindo de um trabalho já com alguma visibilidade, reconhecida nos meios académico e turístico, assente num filão de desenvolvimento local relacionado com o património arqueológico, as quatro dimensões mais significativas neste plano de acção são: por um lado, as componentes da *arquitectura* e do *urbanismo*, no sentido de atenuar as fragilidades existentes na estrutura urbana intra-muralhas, e a vertente *sócio-económica* local, assente em várias propostas de intervenção com a finalidade de promover a reanimação económica local, a partir, por exemplo, da produção e comercialização de produtos tradicionais; e por outro lado, os domínios relacionados com a *sensibilização pedagógica sobre património e cultura* – dimensão já com alguma visibilidade e trabalho desenvolvido, materializada em vários museus existentes – e o *turismo*, dimensão a merecer uma particular atenção tendo em vista a insuficiente oferta de unidades hoteleiras e de restauração na localidade.

Plano de Acção Local de Monsaraz

O plano de acção local da vila de Monsaraz é substancialmente diferente dos restantes, quer no que diz respeito à sua estrutura, quer no que concerne ao perfil de intervenção preconizado. Não apresentando nenhum diagnóstico nos moldes em que temos vindo a encontrar, propõe uma intervenção centrada em torno de quatro projectos estruturantes – objecto de alusão e discussão nos capítulos anteriores – os quais têm subjacente um determinado conjunto de justificações e argumentos que os relacionam com a história e a cultura locais.

Plano de Acção Local de Ouguela

Tanto o diagnóstico realizado, como a proposta defendida para este aglomerado apoiam-se, genericamente, num processo de revitalização sócio-económica e turística a partir de um enfoque dirigido ao património arquitectónico e militar, alicerçados na fortaleza e na cintura de muralhas ali existentes. O plano apresentado retoma uma estratégia de intervenção anterior e em estreita articulação com um outro local – Albuquerque – de características similares, situada do outro lado da fronteira, em território espanhol. Neste contexto, as sinergias a retirar de um processo de desenvolvimento em torno das potencialidades turísticas entre os dois lados da fronteira constituem o cerne da proposta de intervenção patente no plano de acção local. Trata-se, pois, de uma estratégia que, pese embora a potencial articulação inter-regional, tende a secundarizar as necessidades de reanimação económica do pequeno aglomerado populacional existente e isolado.

Plano de Acção Local de Santo Aleixo da Restauração

Confrontando o diagnóstico realizado com a proposta de intervenção defendida para esta localidade, sobressai o objectivo de dota-la de um programa de animação turística e de um conjunto de

equipamentos e unidades de alojamento que preencham a fraca exploração económica desta componente. Por outro lado, importa também registar duas dimensões que reúnem um significativo número de iniciativas: a dimensão *sócio-económica* e a dimensão *arquitectónica/urbanística*, as quais, em conjunto com as acções dirigidas para a *valorização turística*, dão forma à estratégia de revitalização preconizada para esta localidade: uma estratégia que parece combinar de forma relativamente equilibrada, intervenções nas três áreas acima referenciadas.

Plano de Acção Local de Terena

Quer o diagnóstico quer a proposta, presentes neste plano de acção local, incidem genericamente nas dimensões *arquitectónica/urbanística*, *sócio-económica* e no *turismo*. Particularizando esta última, é notória a preocupação em articulá-la com as tradições culturais e gastronómicas locais, através de uma aposta na animação turística, sobretudo coincidente com momentos, festas e acontecimentos cíclicos locais. Neste sentido, ganham assim especial enfoque a criação de unidades de alojamento turístico, a constituição de uma rede de pequenas lojas de produtos regionais e o incentivo à indústria da restauração. Paralelamente, importa sublinhar a defesa de uma estratégia complementar e dirigida para a recuperação de imóveis degradados, dotando-os de condições mínimas de habitabilidade, alguns deles para a instalação das lojas e restaurantes atrás referenciados, a par de outras intervenções nos espaços públicos existentes.

3.3 – NÍVEL 2 - Análise da coerência interna e das complementaridades internas dos planos de acção local: realizações previstas

Inicia-se agora o segundo nível de análise/avaliação dirigida aos planos de acção local. Tenta-se nesta fase deslocar o eixo de análise de uma perspectiva centrada em cada plano de acção em particular para uma visão mais global e articulada entre os mesmos planos, muito embora os instrumentos de recolha e de sistematização de informação (mapas 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5) referentes a este nível de avaliação, tenham sido preenchidos em função de cada plano isoladamente. A partir desta informação sistematizada procede-se a uma análise crítica dos mesmos planos tendo por base um conjunto de parâmetros previamente identificados: os domínios de incidência privilegiados (mapa 2.1), os recursos e os meios inventariados (mapa 2.2), as parcerias estabelecidas e/ou previstas (mapa 2.3), os beneficiários/destinatários das acções (mapa 2.4) e os efeitos/impactes esperados decorrentes da implementação das acções (mapa 2.5).

3.3.1 – Domínios de Incidência

Cruzando os objectivos gerais e específicos de cada plano com os respectivos domínios de incidência/intervenção preconizados, pretende-se chegar a uma matriz global, onde sejam facilmente identificadas as áreas de incidência preferenciais face às quais recaem os mesmos objectivos. A cada plano de acção local corresponde assim uma matriz (mapa 2.1) sintetizadora e identificadora do respectivo perfil de intervenção. Deste modo e ao invés de proceder-se a uma descrição e análise de cada plano em particular, opta-se antes por traçar em linhas gerais algumas das leituras mais significativas, sem prejuízo de uma análise mas aprofundada e individualizada, que pode ser obtida a partir de cada matriz, construída para cada plano de acção local.

A partir de uma tipologia agregadora de áreas de intervenção prevalentes, a que designámos por *domínios de incidência*, a saber: *arquitectónico/urbanístico*, *paisagem/ambiente/espços públicos*, *sócio-económico*, *arqueológico*, *sistema defensivo: estrutura fortificada e património histórico*, *sensibilização pedagógica sobre património e cultura* e, finalmente, *turismo*, torna-se possível chegar a um quadro sintetizador, por relação a cada um dos domínios específicos inventariados.

Começando pela dimensão *arquitectónica/urbanística*, à excepção dos planos de acção local de Ouguela e Monsaraz¹⁴³, todos os outros contemplam objectivos gerais e específicos, que reúnem vários tipos de acções e projectos, com incidência nesta dimensão. Efectivamente, estamos perante um domínio que pode considerar-se estruturante no conjunto dos perfis de intervenção comuns à generalidade dos planos. Muitos deles consagram mesmo a esta área de intervenção um papel central

na generalidade das respectivas propostas preconizadas, a avaliar pelo número de objectivos gerais e específicos a ela dirigidos, expressando preocupações relacionadas por exemplo com a malha urbana e a respectiva recuperação/reabilitação, a melhoria das condições de habitabilidade dos fogos e a ocupação dos devolutos, a intervenção nas redes de infra-estruturas existentes (ou inexistentes), entre outras.

Citam-se alguns exemplos de objectivos, projectos e acções concretas, ilustrativas deste tipo de preocupações, similares e transversais a vários planos de acção local: “qualificação de infra-estruturas básicas” (Avis); “revitalização do aglomerado urbano” (Belver)¹⁴⁴; “melhorar a qualidade de vida da população: intervenção nos edifícios e instalação de equipamentos básicos”, “inverter o processo de desertificação da vila antiga criando condições habitacionais no seu interior” (Castelo de Vide); “revitalização social e funcional, incluindo mecanismos indutores de fixação de população” (Flor da Rosa); “aproveitar antigos logradouros e casas em ruína para reconstrução ou construção de raiz” (Marvão); “intervenção urbanísticas” (Mértola); “contribuir para a fixação da população na zona histórica” (Terena); entre outros.

Um outro domínio de intervenção que surge igualmente com algum peso e visibilidade na generalidade dos planos de acção local prende-se com a dimensão *paisagem/ambiente/espços públicos*. Com efeito, à excepção de Monsaraz, todas as outras localidades são objecto de propostas e de projectos com incidência, directa e/ou indirecta, na vertente da arquitectura paisagística, a qual, associada à dimensão arquitectónica/urbanística, dão forma a uma estratégia de intervenção comum em muitos planos, combinando frequentemente acções e projectos articulados entre estas dimensões.

Domínios de incidência	Arquitectónico Urbanístico (habitação)	Paisagem / Ambiente / Espaços públicos	Sócio-económico	Arqueológico	Sistema Defensivo: estrutura fortificada e património histórico	Sensibilização pedagógica sobre património e cultura	Turismo
Objectivos (Gerais e Específicos)							
- Melhorar a qualidade de vida da população							
- Revitalizar o Aglomerado urbano de Belver							
- Defesa da paisagem natural e cultural da envolvente							
- Promover o desenvolvimento económico sustentado e qualificado							
- Promoção e divulgação							

Fig. 11 – PAL de BELVER:
mapa 2.1- Matriz Objectivos (Gerais e Específicos) x Domínios de incidência/intervenção

¹⁴³ - Como veremos mais à frente e no caso destas localidades, os domínios de incidência preferenciais são outros.

¹⁴⁴ - Ver mapa respectivo a título de exemplo (Fig. 11).

Transcrevem-se a seguir alguns exemplos de objectivos ilustrativos daquela relação: “qualificar a imagem de Cabeço de Vide” (Cabeço de Vide); “requalificar os espaços públicos extensível a toda a área, permitindo à população a reapropriação da sua vila”, “requalificar a envolvente próxima (...) fortalecendo as relações entre a vila e a paisagem natural humanizada” (Castelo de Vide); “propostas de intervenção paisagística e urbana” (Evoramonte) e “intervenção na zona da vila/intervenção na zona ribeirinha” (Juromenha).

No que respeita ao domínio de incidência de projectos e acções concretas relacionadas com a dimensão *sócio-económica*, realce-se o facto de em todos os planos de acção local analisados encontrarmos referências, directas e indirectas, não só à importância deste domínio de intervenção no conjunto das estratégias de desenvolvimento preconizadas, como também pelo facto de, em alguns planos, constituir mesmo o nó central aglutinador das intervenções propostas. Com efeito, cabem neste segundo grupo os planos de acção local relativos à maioria das localidades abrangidas: Alegrete, Alter Pedroso, Alvito, Amieira do Tejo, Avis, Barrancos, Belver, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Flor da Rosa, Marvão, Monsaraz, Santo Aleixo da Restauração e Terena.

Não obstante o carácter estrutural, mais uma vez, deste domínio de incidência, duas notas complementares se impõem. Por um lado, importa clarificar que, na generalidade dos planos, a dimensão *sócio-económica* congrega iniciativas, acções e projectos muito dependentes das linhas de acção igualmente defendidas na óptica do *turismo*. Quer isto dizer que, um número significativo dos projectos com incidência directa no domínio *sócio-económico* é explicado pelo facto da aposta no *turismo* – transversal a todos os planos – implicar investimentos que, em parte ou no todo, tendem a repercutir-se na economia local. Tendo presente esta circunstância, importa assim olhar para este domínio de intervenção, não na perspectiva de que o seu carácter estrutural se deve a uma opção clara e preponderante, no âmbito das várias dimensões de intervenção, mas sim como uma área de investimento que recolhe, muitas vezes indirectamente, os efeitos gerados em torno de uma aposta mais centralizada no turismo.

Por outro lado e apesar desta característica subjacente aos planos, importa referir, contudo, que em alguns deles, ressalta de forma expressiva e estrategicamente assumida, um enfoque consciente e estruturante da componente económica para a revitalização das respectivas localidades. Para corroborar esta ilação é possível encontrar alguns projectos e algumas iniciativas que se reportam directamente à necessidade de aumentar e melhorar as bases produtivas locais, sem que esses investimentos se confinem em exclusivo ao turismo. Citam-se alguns exemplos ilustrativos: “dinamização de agentes locais - programa de dinamização económica e sócio-cultural (Alcáçovas); “promover o desenvolvimento económico sustentado e qualificado” (Belver); revitalizar funcionalmente a vila antiga, promovendo o comércio tradicional e/ou outras actividades inexistentes

e criando postos de trabalho com fixação de população jovem” (Castelo de Vide); “revitalização social e funcional, incluindo mecanismos indutores de fixação de população” (Flor da Rosa); “dinamização de iniciativas de desenvolvimento económico local que se concretizem em projectos de investimento, principalmente da responsabilidade dos agentes económicos e sociais” (Santo Aleixo da Restauração) e “apoiar a revitalização da economia local” (Terena).

Inflectindo o eixo de análise para outros domínios de incidência das acções propostas nos planos, detecta-se um menor investimento e uma menor relevância nas dimensões *arqueológica* e *sistema defensivo: estrutura fortificada e património histórico*, embora em proporções desiguais.

Começando pela primeira dimensão, os projectos e as iniciativas dirigidas à componente arqueológica não atingem a visibilidade e o peso reconhecidos às dimensões anteriores. Efectivamente, ela surge com alguma relevância apenas nos planos de acção local relativos às localidades de Amieira do Tejo, Barrancos, Cabeço de Vide, Flor da Rosa e Juromenha, sendo importante acrescentar que em oito das outras localidades as propostas a incidir nesta dimensão são praticamente residuais ou mesmo até nulas. Uma das possíveis explicações para esta ausência de referências explícitas à componente arqueológica prende-se com o facto de, em algumas destas vilas e aldeias, ser já bastante significativo o número de intervenções realizadas no passado, no âmbito de outros planos e projectos de dinamização cultural, apoiados na vertente arqueológica. Tal pode ser o caso de Marvão, Mértola e Monsaraz. Por outro lado, a mesma ausência de referências explícitas a este domínio de intervenção pode ainda ser explicada, complementarmente, por uma orientação deliberada da estratégia de desenvolvimento preconizada para outras direcções e, portanto, para outras dimensões, que não a arqueológica.

No que concerne à dimensão *sistema defensivo – estrutura fortificada e património histórico*, apesar de também não constituir uma componente central em termos de proposta de acção estruturante nos vários planos em análise, conhece no entanto uma visibilidade e uma importância mais notória comparativamente à dimensão arqueológica. Apenas os planos de Alter Pedroso, Alvito, Mértola, Monsaraz, Santo Aleixo da Restauração e Terena não contemplam, de forma explícita, acções e projectos com incidência directa nesta dimensão. Nos outros planos, os objectivos a atingir e relacionados com este domínio passam por intervenções que visam essencialmente: “valorizar o património cultural edificado e o castelo de Noudar” (Barrancos); “promover a valorização patrimonial do conjunto [do aglomerado] e a dinamização cultural através da reabilitação e revitalização de imóveis de excepção” (Castelo de Vide); “intervenção na fortaleza” (Juromenha); e “recuperação e revitalização dos castelos a par de uma ligação dinâmica entre estes e as respectivas povoações” (Ouguela), só para mencionar os casos mais significativos.

A fechar este eixo de análise, dedicado aos domínios de incidência das propostas de intervenção apresentadas nos planos, falta apenas referenciar e desmontar duas outras dimensões: *a sensibilização pedagógica sobre património e cultura* e o *Turismo*. Intimamente associadas na generalidade dos planos, divergem, contudo, quanto à natureza das acções e dos projectos consagrados e ao âmbito dos efeitos esperados. Ao passo que no caso da primeira e a partir de investigações, total ou parcialmente de cunho científico, o que parece estar em causa é mais uma intervenção dirigida à devolução de saberes e ao incremento de acções de sensibilização e valorização dos recursos e da cultura local junto das populações, das escolas e dos agentes económicos e culturais com expressão local, assumindo, assim, uma intervenção com configuração interna; já os projectos que traduzem intervenções exclusivamente na óptica do turismo, estes assumem não só um perfil de actuação e visibilidade apoiado numa estratégia virada, no essencial, para o exterior, com preocupações eminentemente de ordem promocional no âmbito dos circuitos turísticos existentes e/ou a potenciar.

No primeiro caso – dimensão *sensibilização pedagógica sobre património e cultura* – assumem especial relevo algumas iniciativas descritas em alguns planos, dos quais se destacam os seguintes exemplos: “investigação histórica sobre a identidade local” (Alter Pedroso); “promover a participação e a cidadania” (Cabeço de Vide); “garantir a preservação da identidade sócio-cultural e simbólica da vila, criando incentivos à fixação da população originária” (Castelo de Vide); “realização de uma monografia sobre Evoramonte” (Évoramonte); “intervenção ao nível promocional, com edições e outras acções de divulgação” (Juromenha).

No segundo caso – a dimensão *turismo* – é possível reconhecer-lhe, à semelhança dos domínios *arquitectónico/urbanístico* e *sócio-económico*, um carácter estrutural, com uma visibilidade muito preponderante e nuclear, quer internamente a cada plano, quer no conjunto dos vários planos analisados. Tendo em conta este pressuposto, e ao invés de reproduzir aqui exemplos de objectivos, acções e projectos com incidência directa neste domínio, limitamo-nos a sublinhar o facto de, na generalidade dos planos, consagrar-se um lugar central a esta dimensão, embora com pesos desiguais de plano para plano, na globalidade das propostas elaboradas. A preponderância do turismo enquanto outra dimensão aglutinadora de várias propostas de acção explica-se pelo facto de – relembramos - o turismo constituir, afinal, o móbil orientador das propostas de revitalização das aldeias e vilas candidatas ao programa¹⁴⁵.

¹⁴⁵ - Tal como se pode comprovar através dos mapas 2.1 – matriz objectivos x domínios de incidência/intervenção – preenchidas para todos os planos.

3.3.2 – Meios/recursos mobilizados (e a mobilizar)

Para o levantamento e análise dos vários tipos de meios e de recursos referenciados nos planos de acção local, concebeu-se uma tipologia agregadora e sistematizadora dos conteúdos e referências aos mesmos nos vários planos analisados. A tipologia seleccionada combina assim aspectos relacionados com uma vertente financeira – *meios financeiros* – disponíveis ou a mobilizar para a execução das acções e das propostas; um conjunto de *meios humanos*, envolvendo recursos humanos (profissionais internos e externos às instituições); uma dimensão técnica – *meios técnicos* – a qual deve ser entendida de forma articulada com a anterior, já que se reporta à existência ou não de estruturas (gabinetes técnicos de gestão e/ou desenvolvimento) com funções de acompanhamento, gestão e avaliação relativas à implementação dos planos; uma componente logística – *meios logísticos* – englobando condições, espaços, equipamentos necessários à implementação e gestão dos planos; e por fim uma última categoria – outros meios – onde cabe referência a dispositivos e a outros tipos de recursos não englobados nas categorias anteriores.

A matriz 2.2 – matriz objectivos (gerais e específicos) x meios/recursos constitui o instrumento de recolha e síntese dos vários tipos de meios/recursos possíveis de encontrar nos vários planos analisados. O objectivo inerente ao preenchimento da matriz, mais do que enumerar os recursos e as potencialidades diagnosticadas, consistia antes na sistematização de elementos de carácter financeiro, humano, técnico e logístico, referenciados de forma directa e objectiva pelas equipas responsáveis pela elaboração dos planos.

Neste sentido, ao invés de uma apresentação minuciosa de alusões aquela tipologia, os planos de acção local não incluem, na sua esmagadora maioria, muitos elementos e dados relativos aos meios e recursos necessários à concretização dos objectivos inerentes a cada plano. Tal cenário encontrado envia-nos para duas interpretações possíveis: a primeira relaciona-se com o facto das várias equipas de técnicos envolvidos na elaboração dos planos terem optado deliberadamente por investir mais na delineação de propostas de acção, em consonância com os diagnósticos realizados para cada localidade, secundarizando assim aspectos relativos aos meios/recursos, muitos dos quais poderiam ser posteriormente assegurados com a aprovação do plano e com a consequente afectação de verbas no âmbito do programa de *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da região Alentejo*; uma segunda interpretação prende-se com o facto de no momento em que os planos foram elaborados e por força de constrangimentos relacionados com o calendário de entrega formal dos mesmos, não ter sido possível à generalidade das respectivas equipas técnicas, inventariar, classificar e sistematizar os meios e os recursos eventualmente disponíveis (e outros necessariamente a mobilizar) para a concretização das propostas de acção preconizadas.

Independentemente de uma ou de outra interpretação, a ausência de referências explícitas aos meios e recursos de ordem financeira, humana, técnica e logística, no cômputo geral dos planos de acção em análise, não deixa de assumir um aspecto a que necessariamente nos reportamos de forma menos positiva no contexto desta análise/avaliação, constituindo mesmo uma fragilidade destes planos. Efectivamente, e como comprovam os vários mapas 2.2 devidamente preenchidos, é sintomática uma generalizada ausência de preocupações por esta componente relativa aos meios/recursos, mobilizados ou a mobilizar, no âmbito dos vários planos de acção analisados.

Não obstante esta percepção comum e transversal aos planos de acção local, é possível, no entanto, e segundo um outro ângulo de análise, encontrar alusões a um conjunto de condições gerais, enumeradas e justificadas em alguns planos, entendidas como necessárias à concretização dos mesmos, num cenário de posterior aprovação. Essas condições gerais aparecem assim de forma implícita e indirecta na argumentação que acompanha as propostas de acção. De destacar ainda o facto dos meios e dos recursos imprescindíveis à implementação dos planos surgirem de forma subjacente, quer na explicitação dos objectivos a atingir, quer nos parceiros a envolver, quer ainda no lugar de destaque que a autarquia, de cada localidade, deverá assumir, enquanto entidade promotora do plano, através da mobilização das suas estruturas, dos seus meios humanos, técnicos e logísticos para a implementação do respectivo plano.

Segundo esta última perspectiva ou ângulo de análise dirigido à questão dos meios/recursos, transcreve-se em seguida a título de exemplo, algumas referências a aspectos de ordem prática necessários à execução de alguns planos. São os casos de: Alcáçovas, cujo plano contempla alusões a entidades parceiras a envolver, mobilizando os respectivos recursos e meios; Amieira do Tejo, onde, da leitura e análise do plano, transparece a preocupação pelo estabelecimento de um conjunto de contactos, bem como de um envolvimento, tanto quanto possível directo e permanente, por parte da equipa responsável pelo plano, no sentido de implicar os futuros parceiros, com a consequente afectação dos meios que os mesmos possam disponibilizar e direccionar para a concretização das propostas de acção reunidas no plano; Avis, Belver, Castelo de Vide e outras localidades, onde é perceptível uma preocupação dirigida para a necessidade de criar ou manter uma equipa de técnicos, através de gabinetes de gestão, de coordenação e de execução dos planos, enquanto estruturas de dinamização cruciais para garantir uma eficaz concretização das diversas acções inscritas nos respectivos planos.

É importante destacar que noutros planos encontram-se ainda referências a vários aspectos relacionados, ou com a dimensão financeira, simbolizados por exemplo com a apresentação de mapas de execução financeira ou orçamentos provisórios (são os casos de Barrancos, Juromenha¹⁴⁶,

¹⁴⁶ - Ver mapa respectivo (Fig. 12).

Mértola, Monsaraz, Santo Aleixo da Restauração e Terena); ou com a implicação de um conjunto de parceiros, de dimensão trans-regional e local, como a Universidade de Évora, a empresa EDIA de Alqueva, a Região de Turismo, as escolas profissionais, presentes no plano de acção de Juromenha; ou ainda a ideia de criação de uma sociedade financeira de capital misto (empresa municipal) para a gestão de todo o processo de reabilitação e revitalização em Castelo de Vide; e, finalmente, no plano de Cabeço de Vide, onde se depreende a possibilidade de existência de meios de vária natureza, dos quais os recursos financeiros decorrem de um conjunto de linhas de financiamento ancoradas na CCRA, através de outras medidas de apoio ao desenvolvimento local, ao passo que os meios humanos, técnicos e logísticos necessários assentam na disponibilidade que a Câmara Municipal e o eventual Gabinete de Desenvolvimento Económico e Turístico poderão proporcionar para a condução, implementação e acompanhamento das acções reunidas no plano.

OBJECTIVOS	MEIOS				
	Financeiros	Humanos	Técnicos	Logísticos	Outros
- Intervenção na zona da vila					
- Intervenção na Fortaleza	Não se encontram de forma clara e objectiva referências explícitas aos meios envolvidos no conjunto do PAL. Apenas no caso do fluvial são avançados alguns possíveis meios financeiros e técnicos para a sua construção e funcionamento. No primeiro caso as fontes de financiamento esperadas são o IIIº QCA, a EDIA, a Região de Turismo, alguns patrocinadores e a própria Câmara Municipal do Alandroal; no segundo caso, os meios técnicos ao nível de recursos humanos serão recrutados na Universidade de Évora, na Universidade do Algarve, na Escola Profissional de Gestão e Tecnologias Marítimas de Quarteira, entre outros.				
- Intervenção na zona ribeirinha					
- Intervenção ao nível do desenvolvimento turístico					
- Intervenção ao nível promocional (edições e outras acções de divulgação)					

Fig. 12 – PAL de Juromenha: mapa 2.2 - Matriz Objectivos (Gerais e Específicos) x Meios/Recursos

3.3.3 – Entidades executoras e parcerias envolvidas

Para a análise/avaliação do capítulo referente à existência ou não de parcerias previstas e/ou existentes, descritas nos planos de acção local, partiu-se de uma tipologia agregada segundo três categorias de parcerias, a saber: *públicas*, *privadas* e *externas (trans-fronteiriças)*. No caso da primeira encontram-se as autarquias e outras estruturas/organismos centrais ou descentralizados da Administração Pública, com implicação directa e/ou indirecta na execução de algumas acções propostas nos planos; no caso das parcerias privadas, incluem-se as empresas privadas, as associações locais de desenvolvimento, as colectividades e clubes com expressão local, as associações e as cooperativas ligadas à esfera económica (produção e comercialização de produtos), as comissões de festas, as paróquias, as instituições bancárias, a população em geral, só para citar as mais representativas; e, por fim, no terceiro caso, as parcerias externas (trans-fronteiriças), resumidas a entidades (públicas e privadas) com sede no outro lado da fronteira, em Espanha.

O processo escolhido para a identificação das entidades parceiras referenciadas e envolvidas nos vários planos passou pelo cruzamento destas com as acções em concreto no âmbito de cada plano.

Numa primeira leitura transversal a todos os planos de acção local constata-se uma presença mais significativa de entidades parceiras públicas e privadas, embora com um peso ligeiramente superior por parte das primeiras. Relativamente às parcerias externas, envolvendo entidades espanholas, existe apenas dois planos onde se faz referência a essa possibilidade, descrevendo-a mesmo como base de apoio estruturante para a implementação de projectos, sobretudo no caso do plano de acção de Ouguela. Nesta localidade, onde – recorde-se – os objectivos centrais passam por conseguir potenciar a capacidade turística da região envolvente e da Extremadura espanhola, mediante a valorização de imóveis de interesse cultural (castelos) situados nos dois lados da fronteira: Ouguela em Portugal e Albuquerque do lado espanhol. No outro caso – Santo Aleixo da Restauração – embora não esteja especificada a entidade parceira a mobilizar, depreende-se que a mesma possa ter um papel significativo na gestão de uma herdade, cujo território é dividido pela fronteira.

À excepção destes dois casos são encontradas, na generalidade dos restantes planos, referências a uma pluralidade de entidades, umas com um papel central na implementação das propostas de acção, designadas por entidades executoras, as quais se resumem, regra geral, às câmaras municipais; outras, apontadas como parcerias necessárias à concretização de algumas acções estruturantes nos vários planos; e finalmente, outras ainda a partir das quais se espera um protagonismo e uma capacidade de acção relevantes, nomeadamente na dinamização do tecido económico local, recaindo sobretudo essa expectativa nas entidades parceiras privadas.

É interessante sublinhar o facto de, se por um lado as referências a meios e recursos foram em reduzido número – tal como se demonstrou atrás – por outro lado, no que respeita à enumeração e envolvimento esperado de outros actores locais, é significativa a preocupação demonstrada pela generalidade das equipas técnicas ao tentarem implicar, desde logo na fase de elaboração dos planos, um conjunto de entidades tidas como relevantes para a implementação dos processos de revitalização das respectivas localidades onde desenvolvem a sua actividade (económica, social, cultural, etc...).

Tendo em conta que as matrizes 2.3 – acções x entidades parceiras – elaboradas e preenchidas para cada plano de acção local reúnem a diversidade, quer de parcerias públicas, quer de parcerias privadas, limitamo-nos aqui a apresentar mais alguns dados de carácter geral. Desde logo, importa salientar que a uma descrição pormenorizada de entidades públicas e privadas em alguns planos de acção, contrapõem-se outros onde essa referência é reduzida ou até nula. No primeiro caso, destacam-se os planos de Alcáçovas, Alter Pedroso, Amieira do Tejo, Belver, Cabeço de Vide, Flor

da Rosa, Santo Aleixo da Restauração e Terena¹⁴⁷; no segundo caso, os planos de Alegrete, Alvito, Avis, Barrancos, Castelo de Vide, Evoramonte, Juromenha, Marvão, Mértola, Monsaraz e Ouguela.

ACÇÕES	PARCERIAS		
	Públicas	Privadas	Externas (trans-fronteiriças)
- Recuperação de imóveis degradados e sem condições de habitabilidade,	- Câmara Mun. Alandroal	- Proprietários dos fogos	
- Eliminação de elementos arquitectónicos dissonantes,	- Câmara Mun. Alandroal	- Proprietários dos fogos	
- Concurso “a melhor recuperação”,	- Câmara Mun. Alandroal - Junta Freguesia de Terena	- Instituição bancária c/ balcão no Alandroal	
- Enterramento das linhas aéreas do telefone e energia eléctrica,	- Câmara Mun. Alandroal	- Portugal Telecom - EDP	
- Colocação de lanternas tradicionais na iluminação pública,	- Câmara Mun. Alandroal	- EDP	
- Renovação da rede de abastecimento de água,	- Câmara Mun. Alandroal		
- Beneficiação da ETAR,	- Câmara Mun. Alandroal		
- Arranjo urbanístico da Ladeira do Adro,	- Câmara Mun. Alandroal		
- Posto de informação turística,	- Câmara Mun. Alandroal - IFAT (Instituto Financiamento e Apoio ao Turismo)		
- Rede de pequenas lojas de produtos regionais,		- Associação Desenvolvimento Local (LEADER +)	
- Ateliers de artes plásticas,	- Centro Emprego Estremoz	- Centro Português de Design - Associação Reformados de Terena	
- Cursos de formação profissional por associações locais,		- Associação Desenvolvimento Local	
- Museu rural no edifício da Misericórdia,	- Câmara Mun. Alandroal	- Misericórdia de Terena	
- Parque de merendas na área envolvente do Santuário de N. Sr ^a da Boa Nova,	- Direc-Reg. Edif. Monum. Do Sul		
- Adaptação de 10 edifícios devolutos a unidades de alojamento turístico (cerca de 50 camas),	- IFAT (Instituto Financiamento e Apoio ao Turismo)	- Empresa mista c/ capitais municipais e privados,	
- Reabertura do restaurante “A tasca do migas”,		- Herdeiros dos anteriores proprietários ou novos proprietários (particulares)	
- Restaurante de cozinha alentejana,		- Entidade privada	
- Matança do porco,	- Junta Freguesia de Terena	- Associação de Agricultores	
- Festival de petiscos,	- Câmara Mun. Alandroal - Junta Freguesia de Terena - Região de Turismo de Évora		
- Pesca desportiva,	- Junta Freguesia de Terena		
- Passeios de BTT,	- Direcção Regional do Ambiente (para edição do guia)	- Associação local	
- Passeios pedestres,	- Direcção Regional do Ambiente (para edição do guia)	- Associação local	
- Torneios medievais,	- Câmara Mun. Alandroal - Junta Freguesia de Terena - Região de Turismo de Évora - IPPAR (Min. Cultura)		
- Recriações históricas,	- Câmara Mun. Alandroal - Junta Freguesia de Terena - IPPAR (Min. Cultura)	- Associações culturais	
- Workshop bienal sobre fortalezas da Raia,	- Câmara Mun. Alandroal		
- Placas informativas,	- Câmara Mun. Alandroal - IFAT (Instituto Financiamento e Apoio ao Turismo)		
- Sinalização e identificação dos monumentos,	- Câmara Mun. Alandroal - Direcção Reg. Edif. Monum. Do Sul	- Proprietários dos monumentos	
- Floreiras, bancos e papeleiras	- Junta Freguesia de Terena		

Fig. 13 – PAL de Terena: mapa 2.3 - Matriz Acções x Entidades Parceiras

¹⁴⁷ - Ver mapa respectivo (Fig. 13).

Para aferir melhor, quer a respeito das entidades públicas, quer das entidades privadas, aquelas que surgem com maior peso e visibilidade na condução e execução dos processos de revitalização locais, apresentam-se as tabelas seguintes (figuras 14, 15 e 16), construídas a partir das várias matrizes 2.3 preenchidas em função de todos os planos de acção local.

ENTIDADES PARCEIRAS	N	PLANOS DE ACÇÃO LOCAL
• Câmara Municipal (inclui gabinetes técnicos, serviços,...)	19	Todas as localidades
• Junta de Freguesia	8	Alcáçovas, Alegrete, Belver, Cabeço de Vide, Evoramonte, Flor da Rosa, Santo Aleixo e Terena
• Região de Turismo (S. Mamede, Évora, Planície Dourada)	12	Alcáçovas, Alegrete, Amieira do Tejo, Alter Pedroso, Belver, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Evoramonte, Flor da Rosa, Juromenha, Santo Aleixo e Terena
• Delegação do IPPAR-Évora	6	Alcáçovas, Amieira do Tejo, Belver, Flor da Rosa, Santo Aleixo e Terena
• CCRA	4	Alcáçovas, Belver, Castelo de Vide e Flor da Rosa
• Ministério da Economia- Delegação regional	2	Alcáçovas e Belver
• Ministério da Cultura – Direcção regional	5	Alcáçovas, Belver, Cabeço de Vide, Flor da Rosa e Santo Aleixo
• Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos do Sul	4	Alcáçovas, Belver, Santo Aleixo e Terena
• Parque Natural da Serra de S. Mamede	2	Alegrete e Castelo de Vide
• Instituto de Estradas de Portugal / Instituto de Conservação de Estradas e Rodovias	5	Amieira do Tejo, Belver, Cabeço de Vide, Flor da Rosa e Santo Aleixo
• Direcção Regional do Ambiente	2	Amieira do Tejo e Terena
• Instituto de Conservação da Natureza	2	Amieira do Tejo e Belver
• Instituto Português de Arqueologia (IPA)	2	Amieira do Tejo e Flor da Rosa
• Instituto Português de Museus	1	Amieira do Tejo
• Ministério da Educação / Direcção Regional de Educação do Alentejo / escolas	5	Amieira do Tejo, Barrancos, Castelo de Vide, Flor da Rosa e Santo Aleixo
• Ministério da Agricultura – Direcção Regional do Alentejo	2	Belver e Evoramonte
• Instituto do Emprego e Formação Profissional / Centro de Emprego	5	Belver, Cabeço de Vide, Evoramonte, Santo Aleixo e Terena
• IGAPHE	1	Belver
• CP – Caminhos de Portugal	1	Belver
• Instituto Nacional do Desporto	2	Belver e Flor da Rosa
• Ministério do Trabalho e da Solidariedade	1	Belver
• Instituto Florestal	2	Belver e Santo Aleixo
• Institutos científicos / Instituições de Ensino Superior	5	Amieira do Tejo, Belver, Cabeço de Vide, Juromenha e Santo Aleixo
• Instituto Português de Bibliotecas e do Livro	1	Belver
• Gabinete de luta contra a pobreza	1	Cabeço de Vide
• Ministério da Administração Interna	1	Cabeço de Vide
• Instituto de Desenvolvimento dos Espaços Rurais	1	Cabeço de Vide
• Outros municípios próximos/limitrofes	1	Cabeço de Vide
• Ministério da Saúde	1	Cabeço de Vide
• Instituto da Juventude	2	Evoramonte e Flor da Rosa
• Movijovem	1	Evoramonte
• Ministério do Comércio	1	Flor da Rosa
• Instituto de Arte Contemporânea	1	Flor da Rosa
• Ministério do Equipamento Social	1	Santo Aleixo
• Centro Regional de Segurança Social	1	Santo Aleixo
• Instituto Geológico e Mineiro	1	Santo Aleixo
• Instituto Nacional de Habitação	1	Amieira do Tejo
• IPAMB	1	Amieira do Tejo
• Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	1	Terena

Fig. 14 – Relação das entidades parceiras de natureza pública

ENTIDADES PARCEIRAS	N	PLANOS DE ACÇÃO LOCAL
• Associações de desenvolvimento local	7	Alcáçovas, Amieira do Tejo, Belver, Cabeço de Vide, Flor da Rosa, Santo Aleixo e Terena
• Particulares (instituições não definidas) e empresas locais	7	Alcáçovas, Amieira do Tejo, Belver, Cabeço de Vide, Flor da Rosa, Santo Aleixo e Terena
• Santa Casa de Misericórdia	6	Alcáçovas, Amieira do Tejo, Belver, Castelo de Vide, Monsaraz e Terena
• Associações culturais, desportivas, de caça, pesca,...; colectividades de vária natureza	7	Alcáçovas, Amieira do Tejo, Belver, Cabeço de Vide, Flor da Rosa, Santo Aleixo e Terena
• Associações de jovens	3	Alcáçovas, Alegrete e Alter Pedroso
• Associações de defesa do património e ambiente	2	Alcáçovas e Santo Aleixo
• População em geral (anónima)	7	Alcáçovas, Barrancos, Belver, Cabeço de Vide, Evoramonte, Flor da Rosa e Santo Aleixo
• Coudelaria de Alter do Chão	2	Alter Pedroso e Cabeço de Vide
• Escolas profissionais locais	2	Alter Pedroso e Amieira do Tejo
• Clubes de caçadores	1	Alter Pedroso
• Operadores de transportes colectivos e taxis	1	Amieira do Tejo
• Associações de produtores / cooperativas de produção e comercialização	2	Amieira do Tejo e Belver
• AGROBIO	1	Amieira do Tejo
• Editoras	1	Amieira do Tejo
• EDP/LTE	2	Amieira do Tejo e Belver
• Igreja / Paróquia	3	Amieira do Tejo, Belver e Santo Aleixo
• Instituição bancária	2	Amieira do Tejo e Terena
• Proprietários	3	Belver, Flor da Rosa e Terena
• REFER	1	Belver
• INATEL	1	Belver
• Centros de dia / centros sociais	2	Belver e Castelo de Vide
• Comissões de festas	4	Belver, Cabeço de Vide, Flor da Rosa e Santo Aleixo
• Associações de empresas	1	Cabeço de Vide
• Empresa ligada à produção e comercialização de artesanato / artesãos	2	Cabeço de Vide e Flor da Rosa
• Associação de Termas de Portugal	1	Cabeço de Vide
• Meios de comunicação social	1	Cabeço de Vide
• Tagusgás	1	Flor da Rosa
• TV cabo	1	Flor da Rosa
• Mecenato	1	Flor da Rosa
• EDIA (Alqueva)	1	Juromenha
• Associação comercial	1	Santo Aleixo
• Centro Português de Design	1	Terena
• Associação de Reformados	1	Terena
• Empresa de capital misto	2	Castelo de Vide e Terena
• Associação de agricultores	1	Terena

Fig. 15 – Relação das entidades parceiras de natureza privada

ENTIDADES PARCEIRAS	N	PLANOS DE ACÇÃO LOCAL
• Município de Albuquerque (Espanha)	1	Ouguela
• Entidade não especificada (Espanha)	1	Santo Aleixo da Restauração

Fig. 16 – Relação das entidades parceiras de natureza externa (trans-fronteiriças)

A informação desagregada por entidades de natureza pública e privada permite constatar, numa primeira análise, a grande diversidade de actores locais face aos quais se deposita, por parte das equipas técnicas, uma expectativa positiva, dado que muitas das acções preconizadas, no âmbito das respectivas propostas de intervenção, passam inevitavelmente pela implicação destas mesmas entidades parceiras. Esta diversidade de entidades envolvidas nos vários processos de revitalização, à

excepção de um número muito reduzido, que normalmente coincidem com os próprios municípios – primeiras entidades executoras e promotoras dos planos – constituem parceiros previstos, o que significa que o seu envolvimento deve ser encarado como uma possibilidade inscrita nos respectivos planos, e não como um dado adquirido, entendido como condição e “trunfo” objectivo para a concretização das acções a que se encontram afectos.

As tabelas anteriores reúnem de forma exaustiva a totalidade das entidades parceiras envolvidas nos respectivos planos de acção local, apesar de figurarem, na sua generalidade, como parceiros previstos, à excepção – como já dissemos – das Câmaras Municipais, entidades promotoras por excelência dos mesmos processos de revitalização, facto que justifica o lugar de destaque que as mesmas ocupam no conjunto das entidades parceiras de natureza pública (ver Fig. 14), envolvidas na execução das acções no âmbito dos planos de acção.

Para além das Câmaras Municipais, importa sublinhar um primeiro grupo de parceiros com uma expressão significativa, a avaliar pelo número de planos de acção que as contemplam na delineação das respectivas propostas. Assim, tanto as Juntas de Freguesia, como as Regiões de Turismo existentes no território – Região de Turismo de S. Mamede, Região de Turismo de Évora e Região de Turismo da Planície Dourada – constituem os actores locais com maior visibilidade, já que se encontram referenciados em oito e em doze planos respectivamente. No caso desta última entidade, é compreensível o significativo peso que a mesma representa na maioria destas localidades, tendo em conta, sobretudo, a importância da dimensão *turismo* enquanto um dos domínios mais preponderantes e aglutinadores de propostas de intervenção patentes nos vários planos de acção (ver capítulo 3.3.1 no quadro desta análise/avaliação).

Num segundo patamar de visibilidade, assumem particular destaque alguns organismos descentralizados da Administração Pública na viabilização das acções programadas. Incluem-se neste grupo o IPPAR (em seis planos) e outras estruturas do Ministério da Cultura (em cinco planos), as entidades responsáveis pela conservação de estradas e rodovias (em cinco planos), o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Centro de Emprego (em cinco planos), vários institutos científicos e instituições de ensino superior (em cinco planos), o Ministério da Educação, através das suas estruturas regionais e escolas (também em cinco planos), a CCRA (em quatro planos) e a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos do Sul (em quatro planos). As restantes entidades parceiras referenciadas nos planos de acção conhecem uma expressão mais reduzida, surgindo apenas num ou dois planos de acção local.

Em relação às parcerias privadas, também a diversidade de instituições (empresas, colectividades, associações locais,...) transparece da análise dos planos de acção local. Porém, ao invés de

encontrarmos uma ou duas instituições privadas cuja expressão se destaca no conjunto dos planos de acção local, recensearam-se seis tipos de entidades que, a avaliar pelo número de planos de acção em que se encontram implicados, adquirem uma significativa visibilidade. Encontram-se neste grupo entidades como associações de desenvolvimento local, colectividades, associações culturais e desportivas com diversos enquadramentos e perfis de actuação, empresas locais e entidades privadas não especificadas com actuação na esfera económica e, por fim, a população em geral, todas estas entidades referenciadas em sete planos de acção local.

Nesta sequência, importa ainda sublinhar o peso que as Santas Casas de Misericórdia locais assumem em seis planos de acção local, bem como as comissões de festas, alusivas a diversas iniciativas cíclicas, em quatro planos de acção local. As restantes entidades parceiras conhecem uma expressão mais reduzida, encontrando-se referenciada entre um a três planos de acção local.

Como se pode constatar, no conjunto das entidades privadas, é sobre os vários tipos de associações e empresas que recai um maior envolvimento na concretização das acções preconizadas, o que contribui para acentuar não só o grau de pertinência de alguns sectores da sociedade civil organizada, como também as entidades com capacidade de gerar dinamismo económico, criação de emprego e riqueza para as localidades, contribuindo dessa forma para a melhoria e aumento das respectivas bases produtivas locais das aldeias e vilas em que se encontram sediadas.

Uma última referência é dirigida às entidades parceiras externas (trans-fronteiriças), as quais se resumem apenas a dois planos de acção local. Apesar de constituírem apenas dois exemplos de envolvimento de entidades com sede no outro lado da fronteira, não deixam de significar uma especificidade com potenciais mais-valias para as regiões a que se reportam, dadas as características singulares dos projectos apresentados nos planos, situação da qual podem decorrer sinergias importantes, não aproveitadas pelos outros planos de acção local, relativas a muitas localidades situadas geograficamente próximo da fronteira e que poderiam ter explorado essa outra forma de constituição de parcerias.

3.3.4 – Destinatários / Beneficiários

No âmbito desta análise/avaliação constituiu intenção adicional identificar quais os destinatários/beneficiários em concreto subjacentes às várias propostas de acção, enquadradas nos diferentes tipos de objectivos perfilhados em cada plano de acção local. Como estratégia de uniformização da informação recolhida e analisada optou-se por registar os dados respeitantes a este indicador segundo uma tipologia composta por cinco categorias: *população em geral, empresas de*

*hotelaria e restauração, empresas de actividades tradicionais, visitantes/turistas e outros*¹⁴⁸. A opção em separar as empresas de hotelaria e restauração das empresas de actividades tradicionais, prendeu-se essencialmente com o objectivo de identificar, de forma necessariamente genérica, qual dos tipos de investimento na economia local ganhariam maior visibilidade com a implementação dos vários planos de acção local.

Cruzando a um lado os vários objectivos (gerais e específicos) e a outro a tipologia de destinatários/beneficiários acima descrita, em cada plano de acção, foi possível obter um quadro global, onde ressalta, numa primeira leitura, a preponderância de dois tipos de destinatários, com uma presença muito significativa na generalidade dos planos de acção. Com efeito, são os *visitantes/turistas* e a *população em geral* os principais beneficiários da esmagadora maioria das acções previstas no âmbito dos objectivos a atingir com cada plano de acção. Os visitantes/turistas constituem, aliás, o destinatário com maior visibilidade em todos os planos de acção local. Este dado permite corroborar leituras anteriores a propósito de outros indicadores, como por exemplo a dimensão *turismo* como um dos domínios de incidência preferenciais, no conjunto das propostas de acção preconizadas na generalidade dos planos. Assim, tanto por via dos domínios de incidência atrás analisados, como através do tipo de destinatários mais preponderantes, torna-se mais objectiva a presença de um perfil estratégico inerente à esmagadora maioria dos planos de acção: um perfil de intervenção muito focalizado para dar resposta a intuítos de carácter essencialmente de natureza externa, de promoção turística, captando, preferencialmente os visitantes e os turistas enquanto potenciais beneficiários.

Muito embora o peso dos *visitantes/turistas* constitua um dos destinatários com maior visibilidade, quer na estrutura interna de cada plano, quer na globalidade dos mesmos, não deixa de ser importante o facto da população em geral ocupar um lugar também de destaque de entre os vários beneficiários recenseados nos planos. Efectivamente, reconhece-se à generalidade dos planos de acção local uma preocupação - nuns casos com maior preponderância comparativamente a outros – em definir objectivos e em propor acções dirigidas à população residente, umas vezes assumindo-a como beneficiária directa dos efeitos esperados com a execução de determinadas iniciativas, outras vezes como beneficiária indirecta de projectos e intervenções que visam atingir igualmente outros destinatários. Qualquer das formas, e em última análise, poder-se-á sempre assumir que a população autóctone constitui sempre um beneficiário das acções que têm como palco de execução os seus espaços e os seus territórios.

¹⁴⁸ - À semelhança dos capítulos anteriores, referentes a outros indicadores, estas categorias não são utilizadas de modo apriorístico, mas, pelo contrário, adquirem fundamento na sequência de leituras iniciais e transversais aos próprios planos de acção local, com o objectivo de identificar precisamente os destinatários mais usuais e comuns, inerentes às diversas iniciativas, acções e projectos reunidos nos respectivos capítulos das propostas.

Porém, é possível descortinar no conjunto dos vários planos analisados alguns onde se denota uma preocupação mais preponderante e dirigida para a melhoria das condições de vida locais, visando colmatar algumas das necessidades da população. Neste sentido, destacam-se num primeiro patamar, a avaliar pelo número de objectivos que se propõem atingir e pelas acções a executar que tomam em linha de conta a população local, como um dos principais destinatários, os planos de acção local de Amieira do Tejo, Belver e Castelo de Vide; e num segundo patamar os planos de Alcáçovas, Alter Pedroso, Alvito, Avis, Cabeço de Vide¹⁴⁹, Évoramonte, Flor da Rosa, Marvão, Monsaraz, Santo Aleixo da Restauração e Terena.

OBJECTIVOS	BENEFICIÁRIOS				
	População em geral	Empresas de hotelaria e restauração	Empresas de actividades tradicionais	Visitantes / Turistas	Outros
- Promover a participação e a cidadania					
- Manter e atrair população e turistas					
- Qualificar a oferta territorial					- Investigadores, - Estudantes
- Qualificar a imagem de Cabeço de Vide					
- Dinamizar o processo de desenvolvimento do Norte Alentejano					- Dirigentes associativos, - empresários em nome individual
- Aumentar a capacidade competitiva do Norte Alentejano					- Desempregados

Fig. 17 – PAL de Cabeço de Vide: mapa 2.4 –

Matriz Objectivos (Gerais e Específicos) x Beneficiários / Destinatários

Com menor visibilidade surgem as propostas de acção dirigidas a dois outros tipos de destinatários: as empresas ligadas ao ramo da hotelaria e restauração de um lado e as empresas relacionadas com actividades tradicionais, do outro. Tanto umas como outras assumem um carácter secundário no conjunto dos beneficiários em todos os planos de acção local. Todavia, é possível assinalar a referência, na generalidade dos mesmos, a objectivos e a projectos com incidência directa na criação e melhoria de unidades produtivas nos sectores de hotelaria e restauração, chegando essas referências a destacarem-se comparativamente às intenções de investimento no sector das actividades tradicionais, envolvendo tanto a produção de produtos artesanais, como a sua comercialização.

Ao passo que a primeira hipótese aparece referenciada em dezoito planos de acção local, a segunda apenas é mencionada em treze planos, acentuando assim uma preferência maior para a concretização de projectos na linha da criação de estruturas e/ou na melhoria das existentes nos ramos da hotelaria e da restauração, quer como resposta às necessidades diagnosticadas na maioria das localidades a que se reportam os planos de acção, quer como forma de potenciar recursos locais – por exemplo ligados à gastronomia no caso da restauração – numa óptica de rentabilização de oportunidades de negócio a curto prazo e perspectivando um cenário de acréscimo de visitantes/turistas. Com efeito, os dados

¹⁴⁹ - Ver mapa respectivo (Fig. 17).

copilados sugerem assim uma maior predisposição para apostar mais em actividades com incidência nos domínios da hotelaria e restauração, comparativamente aos investimentos no ramo das actividades artesanais, quer se tratem de empresas dedicadas, por exemplo, à recuperação dessas actividades, quer à comercialização dos seus produtos.

Da totalidade de planos de acção local acima referidos, aqueles que conferem uma importância mais significativa a este tipo de destinatários são, para o caso das empresas de hotelaria e restauração: Alcáçovas, Alvito, Amieira do Tejo, Barrancos, Cabeço de Vide, Marvão e Mértola; para o caso das empresas ligadas ao ramo das actividades tradicionais, (produção e/ou comercialização), destacam-se os planos de Alcáçovas, Alvito, Barrancos, Belver, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Flor da Rosa, Mértola e Terena.

A finalizar a análise/avaliação deste indicador importa fazer também uma referência à identificação de outros destinatários/beneficiários, mencionados em dez planos de acção. Na sua generalidade, estes outros destinatários recobrem determinados segmentos de públicos-alvo a conquistar como sejam os casos de “visitantes espanhóis” (Alegrete e em Marvão); investigadores e estudantes para a realização de estudos e trabalhos de pesquisa de âmbito escolar/académico (Alter Pedroso, Barrancos, Cabeço de Vide e Monsaraz); concelhos e localidades vizinhas (Alter Pedroso); empresas ligadas a outras actividades económicas (Belver e Evoramonte); dirigentes associativos, empresários em nome individual e desempregados (Cabeço de Vide); e finalmente construtores civis e proprietários de imóveis não residentes na localidade (Castelo de Vide). Nestas duas últimas localidades, mais particularmente em Castelo de Vide, os destinatários referidos enquadram-se num conjunto de acções de formação e de sensibilização, tendo em conta as necessidades e os problemas diagnosticados localmente, bem como as possibilidades de actuação no âmbito da execução de algumas obras e intervenções nos espaços abrangidos pelo plano.

3.3.5 – Efeitos esperados / Impactos

O segundo nível de avaliação fica completo com uma referência aos efeitos esperados e aos impactos previstos decorrentes da implementação dos planos de acção local. Partindo do pressuposto que aquando da elaboração dos planos as respectivas equipas técnicas poderiam antecipar alguns cenários possíveis na sequência da execução das propostas de acção, senão no todo, pelo menos em parte, constatou-se, pelo contrário, uma significativa e transversal ausência de referências aos efeitos e aos impactos, de forma explícita e objectiva nos vários documentos e dossiers que compõem os planos de acção local. Todavia, a esta ausência explícita de referências aos efeitos concretos e aos impactos das iniciativas propostas, pode contrapor-se o argumento assente no facto dos mesmos poderem ser encontrados e enumerados de modo subjacente aos objectivos delineados. Quer isto dizer que os

próprios objectivos (gerais e específicos), podem traduzir de forma implícita um determinado efeito esperado, que decorre da capacidade de materializar esse mesmo objectivo. De acordo com esta perspectiva, é possível reconhecer que a maioria dos planos de acção contemplam assim referências a esses efeitos. Porém, não os enumeram de forma explícita, no sentido de conferir a cada objectivo e à sua concretização, um conjunto determinado de efeitos e de impactos, capazes de fornecerem pistas mais elucidativas acerca das reais consequências (positivas e negativas) e dos resultados a esperar com esta ou aquela acção em particular.

Tomando como base de referência esta última perspectiva de análise, poder-se-á assim dizer, com propriedade, que apenas um plano de acção local - o de Amieira do Tejo - apresentou, de forma explícita, directa e objectiva, um conjunto de efeitos e impactos decorrentes da implementação de acções enquadradas por objectivos previamente definidos. O mapa 2.5 que a seguir se reproduz (Fig. 18), preenchido em função desse plano, reúne o conjunto de referências a efeitos e a impactos esperados por relação aos objectivos fixados.

OBJECTIVOS	EFEITOS / IMPACTOS
- Combater o isolamento da povoação e da sua população residente	- Garantir a mobilidade da população, - Bem-estar da população residente.
- Viabilizar uma actividade económica diversificada a partir dos efeitos multiplicadores de um produto turístico diferenciado, inovador e qualificado	- Constituir Amieira do Tejo um produto turístico viável, - Valorização dos aspectos preservados – tirar partido da sua vivência própria associada às actividades do meio rural, - Estimular o contacto directo c/ a população que terá sabido actualizar e reinventar a sua ruralidade, - Proporcionar condições adequadas de acesso e de estadia, salvaguardando o ambiente e a vivência particulares de Amieira do Tejo, - Promover a qualidade da oferta e fidelização da procura, - Efeitos multiplicadores: Diferença, Inovação e Qualidade do produto turístico Amieira do Tejo.
- Integrar Amieira e a sua zona envolvente na rede de oferta turística do concelho e da região do Norte Alentejano	- Possibilidade de integrar Amieira do Tejo num novo produto turístico: Aldeias Históricas do Norte Alentejano, - Diversificação da oferta turística da região do Norte Alentejano onde se inclui Amieira.
- Tornar o aglomerado de Amieira do Tejo num centro urbano de apoio à actividade turística a desenvolver em torno do Tejo e dos valores naturais e paisagísticos	- Qualificação do ambiente urbano, construção de infra-estruturas, novos serviços e diversificação dos existentes.
- Tirar partido das vantagens locativas de Vila Flor e Albarrol para reforço da função residencial	- Progressiva reabilitação do parque habitacional para 2ª residência, - Não se perspectivam grandes alterações nas suas estruturas, dimensões ou nível de serviços.
- Outras acções transversais não inscritas em nenhum objectivo	
	Outros efeitos não associados directamente aos objectivos do PAL:
	- Estimular as actividades do sector primário (apoio a explorações existentes e introdução, a título experimental, de sistemas produtivos sustentáveis: retomar, através da canalização de apoios à exploração, produções com tradição na região e que respondam a necessidades sentidas (linho, cardo, etc...).
	- Renovar e diversificar o sector de transformação, designadamente os ramos que constituem elos da cadeia de produção com origem no sector primário: tratamento e fiação do linho, transformação da azeitona, produção de queijos e enchidos, conservas, licores.
	- Introduzir a indústria hoteleira e similar, actualmente inexistente - factor de diversificação económica local e como suporte do desenvolvimento turístico
	- Criar condições para a diversificação e reforço do comércio local e dos serviços de proximidade através do aumento da procura e do nível de exigência, justificado pelo turismo de passagem, pelos lazeres de 2ª residência e, porventura, por novos residentes.
	- Criar novas actividades no sector de serviços tanto no ramo da embalagem e comercialização de produtos locais como nos ramos associados à actividade turística, em particular a animação.
	- Abrir áreas de intervenção para a construção civil, nomeadamente no ramo da conservação e remodelação de edifícios assim como no ramo da construção e pavimentação de vias e espaços públicos.
	- Aumentar o mercado de artesanato garantido assim a sua viabilidade como actividade principal ou complementar.
	- Criar oportunidades de trabalho e emprego assim como condições mais atractivas para investimentos externos.

Fig. 18 – PAL de Amieira do Tejo: Mapa 2.5 - Matriz Objectivos x Efeitos esperados/Impactos

À excepção de Amieira do Tejo, todos os outros planos de acção não contemplam – já o referimos – referências concretas, explícitas e objectivas aos efeitos esperados. Porém, é possível reter alguns dados pertinentes de cada um dos mesmos planos a respeito deste indicador, necessariamente genéricos e insuficientes, mas ainda assim capazes de complementar a análise/avaliação de cada plano em particular. Transcrevem-se em seguida alguns desses dados.

No caso do plano de acção local de Alcáçovas os efeitos esperados giram em torno da maior ou menor concretização do objectivo geral: “valorizar as potencialidades turísticas de Alcáçovas”; em Alegrete é a intenção de capitalizar a localidade num produto turístico, potenciando as sinergias decorrentes da inserção de Alegrete no Parque Natural da Serra de S. Mamede, que configura, numa perspectiva genérica, os efeitos esperados; em Alter Pedroso perspectiva-se como impactos uma série de mais-valias decorrentes da aposta no turismo, suportada por um conjunto de actividades intimamente relacionadas com a localidade sede de concelho; em Avis, o principal efeito esperado consubstancia-se a partir de uma estratégia que cruza o património histórico da vila com a proximidade da albufeira do Maranhão, nomeadamente no que concerne à possibilidade de prática de desportos náuticos e outras actividades de lazer.

Em Barrancos são os efeitos inerentes a uma aposta na integração da vila na oferta do turismo regional, rentabilizando o seu património histórico-cultural; em Belver, estabelece-se como efeito esperado o resultado da conjugação dos objectivos delineados, não descurando a importância de que se reveste a implementação de acções que visem a melhoria da qualidade de vida da população residente; em Cabeço de Vide, apontam-se três cenários distintos como hipótese de concretização em pé de igualdade, a saber: a “continuidade da situação existente”, a possibilidade de uma “mudança progressiva” e, finalmente, a possibilidade de uma “mudança por ruptura”; no caso de Castelo de Vide, prevalece a preocupação por dirigir um vasto conjunto de iniciativas para a população local, apoiadas na especificidade patrimonial da vila em vários sentidos, conferindo ao turismo apenas um papel complementar na globalidade da estratégia proposta.

Continuando a mesma linha de análise, em Evoramonte os efeitos esperados, não sendo avançados de forma explícita, decorrem da estratégia delineada, a qual conjuga uma série de propostas numa direcção convergente com a projecção da localidade nos circuitos turísticos regionais e nacionais, tendo como suporte principal o património militar ali existente; em Flor da Rosa, sobressai a ideia de valorização do aglomerado no contexto das aldeias e vilas históricas do Alto Alentejo, com os efeitos no plano turístico daí decorrentes; em Juromenha ganha relevo a expectativa criada em torno da construção do *Fluviário do Guadiana*, tanto no que concerne à dinamização turística que o mesmo possa proporcionar, como a nível da possibilidade de fixação de quadros técnicos na localidade e a criação de outros postos de trabalho em actividades complementares e satélites à estrutura do

fluviário; já em Marvão, os efeitos esperados giram em torno da indústria do turismo, à qual se junta a expectativa – por diversas vezes gorada – da elevação da vila a património mundial da UNESCO.

Um último grupo de localidades, a começar por Mértola, os efeitos e os impactos esperados da implementação do respectivo plano situam-se ao nível da possibilidade de reforço do estatuto daquela vila no mapa turístico-cultural nacional e internacional, sem esquecer também os resultados esperados com o envolvimento da população local enquanto protagonista de algumas acções e projectos locais; em Monsaraz, e em virtude do carácter *sui generis* do seu plano de acção, os efeitos esperados decorrem da capacidade dos projectos apresentados poderem ganhar o interesse, quer da população local e dos turistas/visitantes, quer ainda dos investigadores e estudantes de arte e de outras áreas científicas e culturais afins; e, por último o caso de Terena, onde não obstante a ausência de referências explícitas aos impactos esperados, o plano contempla, de forma original, uma relação de efeitos negativos resultantes da não concretização de cada acção programada, facto que parece revelar uma postura atenta e interessada nos cenários decorrentes, não tanto da implementação dos projectos idealizados, mas mais do seu oposto, o que significa não só um exercício louvável, como constitui um indicador importante dos riscos inerentes à não prossecução da estratégia de revitalização preconizada para esta localidade.

3.4 – NÍVEL 3 - Análise da coerência externa e das complementaridades externas dos planos de acção local: articulações territoriais e proximidades/afastamentos

Com este terceiro e último nível de análise encerra-se a componente de avaliação cujo âmbito de incidência se circunscreve aos planos de acção local. Mantem-se a perspectiva analítica dirigida a todos os planos em conjunto, concretizando uma avaliação dos níveis de coerência externa entre os mesmos, procurando detectar sobreposições de objectivos e complementaridades a vários níveis (domínios de incidências, meios/recursos, parcerias, destinatários/beneficiários, prazos de realização das propostas e tipos e diversidade de património identificado e a potenciar, que permitam antecipar eventuais cenários de articulação territorial.

A forma de materializar estes propósitos passa por, num primeiro patamar de abordagem, analisar os índices de convergência entre os objectivos gerais patentes nos planos (mapa 3.1) e, num segundo patamar, cruzar os objectivos gerais e específicos enumerados nos vários planos de acção com os vários domínios de incidência (mapa 3.2), depois com os meios e recursos inventariados (mapa 3.3) e em seguida com os destinatários/beneficiários das acções e dos projectos (mapa 3.5). Partindo depois das acções de intervenção preconizadas no âmbito de cada plano, confrontam-se todos os planos por relação às entidades parceiras mobilizadas para a sua implementação (mapa 3.4) e aos respectivos prazos de realização previstos (mapa 3.6). Por fim, numa última linha de análise, procura-se sistematizar a diversidade de referências a elementos patrimoniais nos vários planos (mapa 3.7), com o objectivo de chegar a um quadro genérico e sistematizador, capaz de traduzir o lugar efectivo que o recurso património – em particular o património rural – tem ou pode vir a ter no âmbito dos processos de revitalização e de desenvolvimento das aldeias e vilas envolvidas no programa.

3.4.1 – Índices de convergência entre os objectivos gerais nos planos

Para aferir os índices de convergência de objectivos gerais entre os planos de acção local (mapa 3.1) cruzaram-se todos eles em simultâneo, procurando identificar o número de objectivos gerais que revelavam um maior ou menor grau de semelhança em termos de conteúdo e significado. Conforme se pode ver na figura 19, o critério de preenchimento da matriz radica precisamente nesse exercício de comparação e sobreposição, através de uma escala elaborada para o efeito. Com este mapa pretende-se encontrar pontos de convergência ou divergência, reveladores de uma maior ou menor aproximação e articulação dos planos de acção, logo a começar pelos objectivos que os enformam e caracterizam.

PALs		PALs																	
PALs	Alcáçovas	Alegrete	Alter Pedroso	Alvito	Amieira Tejo	Avis	Barrancos	Belver	Cabeço Vide	Castelo Vide	Evoramonte	Flor da Rosa	Juromenha	Marvão	Mértola	Monsaraz	Ouguela	S. A Restar.	Terena
Alcáçovas		2	2	1	2	1	2	1	1	0	1	2	2	2	1	0	2	1	2
Alegrete	2		2	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	1	0	2	1	1
Alter Pedroso	2	2		1	2	1	2	1	2	1	2	2	2	1	1	0	0	1	1
Alvito	1	1	1		1	0	1	1	1	1	1	2	1	1	2	0	1	2	1
Amieira do Tejo	2	1	2	1		2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	0	1	2	2
Avis	1	1	1	0	2		1	1	2	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1
Barrancos/Noudar	2	1	2	1	2	1		1	1	1	1	2	1	2	1	0	1	2	1
Belver	1	1	1	1	2	1	1		2	2	2	1	1	1	1	0	1	2	2
Cabeço de Vide	1	1	2	1	2	2	1	2		2	1	2	1	1	1	0	1	2	2
Castelo de Vide	0	1	1	1	2	1	1	2	2		2	2	1	1	1	0	1	2	2
Evoramonte	1	1	2	1	2	1	1	2	1	2		1	1	2	1	0	1	2	1
Flor da Rosa	2	2	2	2	2	1	2	1	2	2	1		1	1	1	0	1	1	1
Juromenha	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	0	1	1	1
Marvão	2	2	1	1	1	1	2	1	1	1	2	1	1		1	0	2	1	1
Mértola	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		0	1	2	2
Monsaraz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0
Ouguela	2	2	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0		1	1
Stº Aleixo da Restauração	1	1	1	2	2	1	2	2	2	2	2	1	1	1	2	0	1		1
Terena	2	1	1	1	2	1	1	2	2	2	1	1	1	1	2	0	1	1	

Fig. 19 - Mapa 3.1: Matriz de Convergência entre Objectivos Gerais dos PALs**Legenda:** 2 = Convergência forte (quando +50% dos objectivos são semelhantes);

1 = Convergência fraca (quando -50% dos objectivos são semelhantes);

0 = Convergência nula / neutra (quando não se registam semelhanças).

Critério de preenchimento: N° de objectivos gerais e maior ou menor grau de semelhança entre os mesmos em termos de conteúdo e significado.

O resultado alcançado traduz-se em diferentes níveis de convergência entre objectivos gerais. Detendo-nos com particular atenção nos índices de convergência forte, é possível definir três conjuntos de planos, revelando três níveis de convergência distintos, em função do número de planos com os quais cada um deles mais se aproxima em termos do número de objectivos gerais semelhantes. Na figura 20 apresenta-se a mesma informação mas já agregada e restringida aos graus de convergência forte entre planos de acção local.

Planos de Acção Local	Nº planos face aos quais existe convergência forte	Grau de articulação entre planos	Identificação dos planos
Alcáçovas	9	B	Alegrete, Alter Pedroso, Amieira do Tejo, Barrancos, Flor da Rosa, Juromenha, Marvão, Ouguela e Terena
Alegrete	5	A	Alcáçovas, Alter Pedroso, Flor da Rosa, Marvão e Ouguela
Alter Pedroso	8	A	Alcáçovas, Alegrete, Amieira do Tejo, Barrancos, Cabeço de Vide, Evoramonte, Flor da Rosa e Juromenha
Alvito	3	A	Flor da Rosa, Mértola e Santo Aleixo da Restauração
Amieira do Tejo	11	A	Alcáçovas, Alter Pedroso, Avis, Barrancos, Belver, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Evoramonte, Flor da Rosa, Santo Aleixo da Restauração e Terena
Avis	2	A	Amieira do Tejo e Cabeço de Vide
Barrancos	6	B	Alcáçovas, Alter Pedroso, Amieira do Tejo, Flor da Rosa, Marvão e Santo Aleixo
Belver	6	A	Amieira do Tejo, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Evoramonte, Santo Aleixo e Terena
Cabeço de Vide	8	A	Alter Pedroso, Amieira do Tejo, Avis, Belver, Castelo de Vide, Flor da Rosa, Santo Aleixo da Restauração e Terena
Castelo de Vide	7	A	Amieira do Tejo, Belver, Cabeço de Vide, Evoramonte, Flor da Rosa, Santo Aleixo da Restauração e Terena
Evoramonte	6	B	Alter Pedroso, Amieira do Tejo, Belver, Castelo de Vide, Marvão e Santo Aleixo da Restauração
Flor da Rosa	8	A	Alcáçovas, Alegrete, Alter Pedroso, Alvito, Amieira do Tejo, Barrancos, Cabeço de Vide e Castelo de Vide
Juromenha	2	A	Alcáçovas e Alter Pedroso
Marvão	5	B	Alcáçovas, Alegrete, Barrancos, Evoramonte e Ouguela
Mértola	3	A	Alvito, Santo Aleixo da Restauração e Terena
Monsaraz	0	B	-----
Ouguela	3	A	Alcáçovas, Alegrete e Marvão
Santo Aleixo da Restauração	8	B	Alvito, Amieira do Tejo, Barrancos, Belver, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Evoramonte e Mértola
Terena	6	B	Alcáçovas, Amieira do Tejo, Belver, Cabeço de Vide, Castelo de Vide e Mértola

Fig. 20 – Síntese dos graus de convergência forte de objectivos gerais entre planos de acção local (dados do mapa 3.1)

Legenda: **A** – Grau de articulação com mais de metade de localidades pertencentes ao mesmo distrito;
B - Grau de articulação com menos de metade de localidades pertencentes ao mesmo distrito.

Duas leituras afiguram-se plausíveis. A primeira corresponde ao facto de existirem efectivamente três grupos de planos com índices de convergência diferentes, a saber: um primeiro grupo composto pelos planos de Alcáçovas, Alter Pedroso, Amieira do Tejo, Cabeço de Vide, Flor da Rosa e Santo Aleixo da Restauração, todos com um índice de convergência forte face a vários planos de acção, no intervalo entre oito a onze, constituindo o de Amieira do Tejo aquele que reúne maior número de planos com os quais os seus objectivos gerais traduzem uma significativa semelhança; um segundo grupo que inclui os planos de Alegrete, Barrancos, Belver, Castelo de Vide, Evoramonte, Marvão e Terena, também com um índice de convergência forte, embora face a um menor número de planos, entre cinco a sete; e, por fim, um terceiro grupo que reúne os planos de Alvito, Avis, Juromenha, Mértola e Ouguela, com um índice de convergência forte mas apenas em relação a dois ou três planos. De fora destes grupos fica o plano de Monsaraz dada a sua especificidade, a qual já descremos nos níveis de avaliação anteriores.

A segunda leitura a reter da análise destes dados refere-se ao facto de, a partir destas associações entre planos, em função dos seus graus de maior ou menor convergência em termos dos respectivos objectivos gerais, é possível inferir se cada plano de acção local integra preocupações de complementaridade e articulação das suas propostas de acção, decorrentes dos objectivos, que possam ser traduzíveis em articulações territoriais, em matéria de, por exemplo, aproveitamento de recursos locais e potencialidades de revitalização, não só com mais-valias para a respectiva localidade a que se reporta, mas também para as outras aldeias e vilas mais próximas; ou ainda na possibilidade dos efeitos a gerar com esta ou aquela acção/projecto poder repercutir-se igualmente, de forma positiva, noutras localidades geograficamente mais próximas.

Uma leitura mais pormenorizada de cada um dos dois mapas anteriores permite antever que, não obstante cada plano encerrar um conjunto de especificidades enquadradas e essencialmente dirigidas para as respectivas localidades, em função dos diagnósticos realizados, mais de metade dos planos de acção local (neste caso doze) apresentam semelhanças e preocupações significativas – subjacentes à terminologia e aos significados expressos nos respectivos objectivos delineados - sobretudo entre planos de acção local referentes a localidades do próprio distrito. Encontram-se nesta situação os planos de Alegrete, Alter Pedroso, Amieira do Tejo, Avis, Belver, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Flor da Rosa e Ouguela relativamente ao distrito de Portalegre; Juromenha em relação ao distrito de Évora; e finalmente, Mértola e Alvito no distrito de Beja¹⁵⁰.

Estes graus de articulação entre planos, maioritariamente evidenciado por relação ao distrito a que cada localidade pertence, pode ser revelador de um cenário possível onde uma estratégia de revitalização, devidamente articulada entre as várias aldeias e vilas envolvidas, se traduza num desenvolvimento integrado e sustentado, onde recursos e potencialidades de uma das localidades possa produzir efeitos positivos e multiplicadores de outras iniciativas e projectos a desenvolver noutras localidades, geograficamente próximas e vice-versa.

3.4.2 – Articulação entre domínios de incidência

No que respeita aos domínios de incidência/intervenção, o conteúdo da matriz 3.2 (Fig. 21) vem corroborar os resultados já alcançados e sistematizados, plano de acção a plano de acção, reunidos nos capítulos 3.2.2.2.2 e 3.3.1 referentes ao primeiro e segundo níveis de avaliação, respectivamente.

Acções (domínios de incidência/intervenção) PALs	Arquitectónico Urbanístico (habitação)	Paisagem / Ambiente / Espaços públicos	Socio- económico	Arqueológico	Sistema Defensivo: estrutura fortificada e património histórico	Sensibilização pedagógica sobre património e cultura	Turismo
Alcáçovas (4)	2	1	1	0	1	2	2
Alegrete (7)	2	1	3	0	1	2	3
Alter Pedroso (6)	1	1	4	1	0	4	5
Alvito (2)	1	1	2	1	0	2	2
Amieira do Tejo (6)	3	5	6	2	1	2	5
Avis (5)	2	4	1	0	1	0	1
Barrancos/Noudar (2)	1	1	2	1	1	2	2
Belver (5)	2	3	5	1	1	3	4
Cabeço de Vide (6)	2	4	5	3	2	5	5
Castelo de Vide (11)	6	3	6	1	2	3	3
Évoramonte (5)	1	1	1	0	1	2	3
Flor da Rosa (4)	3	1	3	1	2	2	2
Juromenha (5)	2	3	1	1	1	1	4
Marvão (7)	3	1	4	0	1	2	5
Mértola (3)	1	1	2	1	0	2	3
Monsaraz (4)	0	0	4	0	0	4	4
Ouguela (2)	0	1	1	0	2	1	2
Srº Aleixo da Restauração (3)	1	1	2	1	0	2	3
Terena (3)	1	1	2	0	0	3	2
TOTAIS	34	34	55	14	17	44	60

Fig. 21 – Mapa 3.2: PALs x Domínios de Incidência/Intervenção segundo os objectivos (gerais e específicos)
Critério de preenchimento: Nº de objectivos previstos em cada domínio de intervenção.

NOTA: Na coluna das localidades (à esquerda) e a seguir à denominação das mesmas apresenta-se o número de objectivos delineados nos respectivos planos de acção local.

Partindo do número de objectivos gerais, consagrados em cada plano de acção local, pode observar-se a sua respectiva afectação aos diferentes domínios de incidência. Mais uma vez, e cruzando desta feita todos os planos de acção local, é perceptível uma aposta mais significativa nas áreas de intervenção relacionadas com o *turismo*, depois com a componente *sócio-económica* e logo a seguir com a dimensão relativa à *sensibilização pedagógica sobre património e cultura*, quer tomemos como base de referência uma leitura plano a plano (na horizontal, a sombreado), quer analisemos, em termos somatórios, o número de objectivos gerais afectos a cada domínio de incidência/intervenção (totais). Numa outra ordem de importância surgem as áreas de intervenção

¹⁵⁰ - O número mais significativo de planos com articulação mais visível no distrito de Portalegre deve-se também, em parte, ao facto de cerca de metade das localidades candidatas ao programa situarem-se precisamente neste distrito (ver Fig. 20).

arquitectónica/urbanística, por um lado e *paisagem/ambiente/espços públicos*, por outro. Por fim, num último patamar de importância, encontram-se os domínios de intervenção com menor número de objectivos a eles dirigidos: o *sistema defensivo - estrutura fortificada/património histórico* e a *arqueologia*.

Com a conjugação e o cruzamento dos domínios de incidência mais significativos, subjacentes aos planos de acção local analisados, vai ganhando forma a percepção que temos vindo a tomar ao longo deste processo de avaliação: *a generalidade dos planos consagram uma importância notória e assumida das estratégias de intervenção direccionadas para a área do turismo, através de uma diversidade de acções e projectos, quer de cariz mais físico-construtivo (equipamentos, estruturas, instalações...), quer de natureza mais promocional (divulgação sob vários tipos de suporte publicitário, campanhas), quer ainda recorrendo a um pacote de iniciativas e acções viradas para programas de animação, definição de percursos, entre outros projectos.*

Importa, contudo, registar uma preocupação visível e igualmente caracterizada por uma diversidade de iniciativas, tanto com incidência no domínio *sócio-económico* local, como no domínio da *sensibilização pedagógica sobre o património e a cultura* locais, as quais, em conjunto, dão forma a um leque de preocupações em traduzir os planos de acção local em oportunidades efectivas de criação e melhoria das condições de vida das comunidades residentes, numa perspectiva auto-sustentada e integrada, a partir das respectivas estratégias de revitalização preconizadas. Relativamente a esta preocupação, subsistem, porém, diferentes níveis de percepção e tradução em projectos e acções, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos, em função de cada plano de acção local.

3.4.3 – Articulação entre meios/recursos mobilizados (e a mobilizar)

À semelhança do que foi descrito a propósito da análise deste indicador em cada plano de acção local, é perceptível uma significativa ausência de referências explícitas e objectivas aos meios e aos recursos de ordem financeira, humana, técnica e logística. Apenas no plano de acção local de Cabeço de Vide é apresentado uma sistematização dos meios a envolver na concretização do mesmo.

Meios / Recursos		MEIOS				
PALs		Financeiros	Humanos	Técnicos	Logísticos	Outros
	Alcáçovas					
	Alegrete					
	Alter Pedroso					
	Alvito					
	Amieira do Tejo					
	Avis					
	Barrancos/Noudar					
	Belver					
	Cabeço de Vide					
	Castelo de Vide					
	Evoramonte					
	Flor da Rosa					
	Juromenha					
	Marvão					
	Mértola					
	Monsaraz					
	Ouguela					
	Stº Aleixo da Restauração					
	Terena					

Fig. 22 - Mapa 3.3: PALs x Objectivos (Gerais e Específicos) x Meios/Recursos

Esta ausência de referências aos meios/recursos a mobilizar na execução dos planos (Fig. 22) traduz uma fragilidade dos mesmos, uma vez que, e apesar das interpretações possíveis de convocar (ver capítulo 3.3.2 desta análise/avaliação), a menção aos mesmos, de uma forma genérica ou resumida, mas objectiva, poderia conferir a cada plano em particular uma perspectiva mais pragmática a propósito da sua implementação, já que possibilitava demonstrar, logo no momento da elaboração do plano, uma ideia mais concreta acerca dos meios possíveis a mobilizar na execução das acções e dos projectos, mesmo com o desconhecimento se o plano viria ou não a ser aprovado pela CCRA. Todavia, conforme o que descrevemos atrás, há referências, umas mais directas que outras, a condições, a mapas de execução financeira, a orçamentos e a contactos com várias entidades, tendo em vista a implementação de alguns projectos, aspectos que deverão ser tidos em conta também no contexto da análise deste indicador, embora assumam um carácter menos objectivo face ao que seria desejável.

3.4.4 – Entidades executoras e parcerias envolvidas

Na sequência do exposto no sub-capítulo anterior – relativamente aos meios e aos recursos – se entendermos a previsão de envolvimento e implicação directa de vários actores locais (e não locais) na execução dos projectos avançados a título de propostas como um meio necessário e imprescindível à implementação dos planos de acção local, então a leitura menos positiva que atrás apresentámos pode ser agora minimizada. Isto é, se considerarmos a preocupação demonstrada em qualquer plano por apresentar uma relação de entidades a envolver, sob a forma de parcerias, na execução das acções programadas como um meio concreto e objectivo, capaz de conferir um grau de exequibilidade do plano, então a generalidade dos planos analisados cumpriram esse requisito (ver Fig. 23).

PALs	PARCERIAS	PARCERIAS	EXTERNAS (trans-fronteiriças) existentes
	PÚBLICAS	PRIVADAS	
Alcáçovas	8	9	0
Alegrete	2	1	0
Alter Pedroso	1	4	0
Alvito (*)			
Amieira do Tejo	8	24	0
Avis (*)			
Barrancos/Noudar	1	1	0
Belver	23	18	0
Cabeço de Vide	16	18	0
Castelo de Vide	4	2	0
Evoramonte	7	1	0
Flor da Rosa	13	14	0
Juromenha	4	1	0
Marvão (*)			
Mértola (*)			
Monsaraz	0	1	0
Ouguela	0	0	1
Stº Aleixo da Restauração	17	15	1
Terena	8	16	0
TOTAIS	112	125	2

Fig. 23 - Mapa 3.4: PALs x Parcerias segundo as acções descritas nos planos

Critério de preenchimento: Número de entidades a envolver segundo o tipo de parceria.

(*) – Não foram avançados elementos referentes às entidades parcerias a envolver.

Entre entidades públicas e privadas (estas últimas em ligeira maioria), o que prevalece é a diversidade de instituições e outros actores locais referenciados nos vários planos de acção local. Muitos desses actores locais são comuns à generalidade dos planos, destacando-se nomeadamente os organismos descentralizados da Administração Pública e as respectivas Câmaras Municipais, estas últimas enquanto entidades promotoras por excelência dos mesmos planos. Também no grupo das entidades privadas sobressaem, por um lado, as empresas com capacidade de dinamismo económico local e, por outro lado, a população em geral, organizada em associações de diversa natureza e com vários fins (defesa do património, do ambiente, desportivas, culturais, sociais, entre outras).

Não obstante registarem-se alguns planos de acção sem referências explícitas a possíveis parceiros a mobilizar, sistematizam-se aqueles onde é visível um peso mais significativo, ora tanto das parcerias públicas, ora das privadas. As planos onde subsiste um maior peso das primeiras face às segundas são: Belver, Evoramonte e Juromenha; de um ponto de vista inverso, os planos onde as entidades parceiras de natureza privada adquirem maior visibilidade face às parcerias de natureza pública são: Alter Pedroso, Amieira do Tejo, Monsaraz e Terena. O cenário que, no entanto, tende a prevalecer é aquele que conjuga, com pesos significativamente idênticos ou próximos, os dois tipos de parcerias. São os casos de Alcáçovas, Alegrete, Barrancos, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Flor da Rosa e Santo Aleixo da Restauração.

Este envolvimento mais ou menos equitativo em termos globais, entre entidades parceiras, tanto de natureza pública como privada, parece antever a hipótese de uma dupla estratégia: a de, por um lado, envolver os organismos públicos com responsabilidades em sectores de intervenção a que se reportam determinadas acções e projectos em concreto (caso das iniciativas relacionadas com a valorização do património arquitectónico, a classificação de imóveis, entre outros); e, por outro lado, a tentativa de implicação de entidades privadas, ligadas à esfera produtiva local (caso das empresas, cooperativas,...) ou ligadas a sectores da sociedade civil organizada (associações, clubes, comissões...), bem como a população em geral de forma anónima, com o objectivo de, também eles, poderem ter um papel mais activo nos respectivos processos de revitalização das suas aldeias e vilas.

Para finalizar, importa registar os casos de dois planos de acção local cuja implementação passa pelo envolvimento de entidades parceiras exteriores ao país, sediadas em Espanha. Embora com graus de implicação diferentes entre um e outro plano, mais preponderante e fundamental no caso de Ouguela comparativamente a Santo Aleixo da Restauração, ambos os planos de acção local constituem uma excepção no quadro das parcerias mobilizáveis, facto que, para além de assumir uma especificidade no conjunto dos mesmos planos, não deixa de representar um esforço de abertura a outras vias de desenvolvimento, particularmente aquelas que se estabelecem (ou podem estabelecer-se) fora do território nacional, aproveitando para isso diversos programas de apoio e financiamento a projectos

com carácter trans-fronteiriço. Um recurso pouco explorado pela esmagadora maioria das equipas técnicas responsáveis pela elaboração dos planos de acção local.

3.4.5 – Destinatários e beneficiários: análise global

À semelhança do que já foi descrito a propósito de cada plano de acção local, a análise global que decorre da sistematização dos vários tipos de destinatários subjacentes à generalidade das propostas de acção avançadas no conjunto dos planos de acção, permite identificar dois grupos de beneficiários, a saber: os visitantes/turistas e a população em geral, por um lado; as empresas de hotelaria e restauração e as empresas ligadas ao sector das actividades tradicionais (produção e comercialização), por outro lado.

PALs	BENEFICIÁRIOS	BENEFICIÁRIOS			
	População em geral	Empresas de hotelaria e restauração	Empresas de actividades tradicionais	Visitantes / turistas	Outros
Alcáçovas (4)	3	2	2	4	0
Alegrete (7)	3	1	0	7	1
Alter Pedroso (6)	5	2	2	6	2
Alvito (2)	2	2	2	2	0
Amieira do Tejo (6)	6	5	2	5	2
Avis (5)	4	1	0	4	0
Barrancos/Noudar (2)	1	1	1	1	1
Belver (5)	5	2	3	4	1
Cabeço de Vide (6)	4	4	4	4	3
Castelo de Vide (11)	11	2	3	6	2
Evoramonte (5)	4	1	1	3	0
Flor da Rosa (4)	4	1	1	3	0
Juromenha (5)	3	1	0	5	0
Marvão (7)	5	3	2	4	2
Mértola (3)	2	2	2	3	0
Monsaraz (4)	4	0	0	4	4
Ouguela (2)	1	1	0	2	0
Stº Aleixo da Restauração (3)	3	1	1	3	0
Terena (3)	3	1	2	3	0
TOTAIS	73	33	27	75	19

Fig. 24 - Mapa 3.5: PALs x Beneficiários/Destinatários segundo os objectivos descritos nos planos
Critério de preenchimento: Número de objectivos de acordo com os destinatários dos mesmos.

Relativamente ao primeiro grupo (população em geral e visitantes/turistas), é sintomática a elevada visibilidade que assumem no conjunto dos planos de acção, uma vez que a eles se dirigem a grande maioria dos objectivos patentes nos respectivos planos, desdobrados em acções concretas de intervenção. Tal facto permite constatar, mais uma vez, a presença de uma dupla estratégia, que podemos designar por *externa* e *interna*, inerente à maioria dos planos: a de, por um lado, capitalizar os recursos e as potencialidades locais de cada aldeia e vila dirigidos a um público-alvo externo, através de iniciativas direccionadas para segmentos populacionais itinerantes (turistas e visitantes), tentando captar o interesse e a permanência dos mesmos por períodos de tempo mais longos; e, por outro lado, tentar garantir que uma parte significativa das acções preconizadas possam produzir efeitos mais imediatos e directos no bem-estar da população local, na tentativa de colmatar necessidades e fragilidades detectadas localmente, assumindo, desta feita, uma estratégia claramente interna e voltada para uma visão auto-sustentada e auto-sustentável das mesmas localidades.

Complementarmente, e nem por isso menos significativo, é o lugar que os outros dois tipos de destinatários ocupam na generalidade dos planos de acção local. Apesar de numericamente apenas constituírem entidades beneficiárias inerentes aproximadamente a metade dos objectivos definidos nos planos de acção local, ganham, ainda assim, um sentido mais pertinente em alguns planos. São dos casos de Alvito, Amieira do Tejo, Belver, Cabeço de Vide e Mértola¹⁵¹. Todavia, no cômputo geral, assumem manifestamente uma grau de expressividade muito inferior face à necessidade destes planos contemplarem oportunidades de investimento direccionadas para a dinamização do tecido económico local, por via da hotelaria e da restauração, entendidas como estruturas económicas locais de suporte à actividade turística.

3.4.6 – Prazos de realização das intervenções

Um outro indicador incluído neste terceiro nível de análise/avaliação dos planos de acção local, prende-se com a identificação dos prazos previstos para a execução das propostas de acção. A tabela seguinte mostra que nem todos os planos incluíam referências a este indicador. Apenas seis faziam referência a calendários provisórios para a execução das acções preconizadas, nuns casos com maior grau de pormenorização, apresentando para cada acção concreta um horizonte temporal adequado à sua dimensão; noutros, apontando de forma genérica um prazo indicativo relativamente ao qual um conjunto determinado de acções e projectos deveriam decorrer. Uma leitura ganha particular relevância a propósito deste indicador, a saber: são os intervalos temporais de curto e médio prazo¹⁵² que tendem, na generalidade, a merecer a preferência por parte das equipas técnicas responsáveis pelos planos, no que diz respeito à implementação de um leque significativo de acções e projectos

¹⁵¹ - Tendo em conta o número total de objectivos consagrados em cada plano.

inscritos nos respectivos planos. A comprovar esta ilação estão os somatórios das acções (possíveis de identificar por relação aos respectivos prazos de execução), incluídas nas categorias “curto” e “médio” prazo. Esta situação pode traduzir a necessidade de levar a cabo um maior conjunto de acções e projectos que possam produzir efeitos imediatos e resultados visíveis, podendo este dado ser entendido como uma estratégia de conquista dos actores locais, estimulando, desse modo, mais ainda a sua participação nas restantes acções, dando assim consequência a muitas das expectativas dos mesmos, no âmbito dos processos de revitalização das suas localidades. Destacam-se neste caso os planos de acção local de Belver e Cabeço de Vide.

PRAZOS		PRAZOS DE REALIZAÇÃO	
PALs	Curto prazo (< 2 anos)	Médio prazo (3 - 5 anos)	Longo prazo (> 6 anos)
Alcáçovas (6/2000)	----	----	----
Alegrete (4/2000)	----	----	----
Alter Pedroso (10/1999)	----	----	----
Alvito (1999)	----	----	----
Amieira do Tejo (12/1999)	27	54 (*)	----
Avis (2000)	15	7	7
Barrancos/Noudar (1999/2000)	----	----	----
Belver (3/2000)	77	27	14
Cabeço de Vide (11/1999)	39	7	4
Castelo de Vide (2000)	----	----	----
Evoramonte (12/1999)	10	6	2
Flor da Rosa (5/2000)	----	----	----
Juromenha (9/2000)	12	9	8
Marvão (?)	----	----	----
Mértola (?)	----	----	----
Monsaraz (?)	----	----	----
Ouguela (3/1994)	----	----	----
Stº Aleixo da Restauração (9/2000)	----	----	----
Terena (2/2000 e 6/2000)	13	13	6

Fig. 25 - Mapa 3.6: PALs x Prazos de Realização segundo as acções descritas nos planos

Critério de preenchimento: Número de acções previstas em cada período de tempo, de acordo com os planos que contemplam referências explícitas a calendários de execução das acções e projectos. Ao lado de cada localidade regista-se o ano de conclusão do plano, data a partir da qual se preencheu o mapa.

(*) – Parte das acções aqui incluídas são entendidas como intervenções a médio/longo prazo.

¹⁵² - Os intervalos temporais propostos e afectos às categorias de curto, médio e longo prazo, foram seleccionados a partir dos próprios calendários descritos nos planos de acção local. Esta tipologia constitui aquela que melhor se aproxima das diferentes propostas e critérios utilizados pelas equipas técnicas responsáveis pela elaboração dos mesmos planos.

3.4.7 – Património da região: diversidade e potencialidades

Na análise deste último indicador, inscrito no exercício de avaliação que temos vindo a levar a cabo, constitui propósito fundamental identificar e sistematizar as várias referências a elementos patrimoniais (de cariz rural) patentes nos vários planos de acção local. O objectivo é o de chegar a um quadro genérico, tão completo quanto possível, o qual seja capaz de traduzir o lugar efectivo que o recurso “património” – em particular o património rural – tem, ou pode vir a ter, no âmbito dos processos de revitalização e de desenvolvimento das aldeias e vilas históricas envolvidas no programa.

Recorde-se que transversalmente a esta pesquisa, desde os capítulos iniciais, a questão do património rural tem merecido um destaque significativo, nomeadamente a questão da amplitude conceptual que lhe reconhecemos e que tivemos oportunidade de discutir nos capítulos iniciais deste trabalho. Efectivamente, esse destaque estende-se inclusivamente ao exercício de análise e avaliação que temos vindo a desenvolver, interessando assim perceber até que ponto o mesmo património rural pode constituir objecto de relevância e ser mesmo um catalisador de mudanças e dinamismos sócio-económicos e culturais no âmbito dos programas e projectos de desenvolvimento local e de turismo rural em territórios marcadamente de características rurais.

A relativa longa exposição de casos empíricos, extraídos dos planos de acção local (mapa 3.7), não só constitui uma ilustração das diversas dimensões inerentes ao conceito “património rural” que desenvolvemos no capítulo respeitante ao quadro teórico subjacente a este estudo; como traduz também uma resposta ao desafio que nos propusemos no âmbito desta pesquisa, o qual consistia num esforço de recenseamento dos vários elementos e exemplos de património rural existentes nos territórios (rurais) que constituem as áreas de intervenção dos planos de acção local analisados.

A diversidade de elementos naturais e sócio-culturais possíveis de identificar e sistematizar no quadro seguinte representam, por um lado, os resultados dos diagnósticos elaborados pelas equipas técnicas autoras dos planos de acção local; e por outro lado, fornecem-nos indicações acerca da possibilidade de assistir à rentabilização deste recurso - existente praticamente em todas as localidades abrangidas pelos planos - enquanto potencialidade a inscrever no quadro de acções e projectos a desenvolver no âmbito da implementação do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*.

Tipo de Património	Património Arquitectónico	Património Cultural	Património Arqueológico	Património Natural	Património Militar
PALs					
Alcáçovas	Centro histórico, imóveis, igrejas.	Festas, romarias, procissões, feiras.			
Alegrete	Casas senhoriais, fontes, igrejas, capelas.	Tradições musicais, festas religiosas, teatro, dança.	Galerias subterrâneas, ponte romana.		Castelo, muralhas.
Alter Pedroso	Arquitectura popular, capelas, igrejas.		Elementos megalíticos (antas, menires, via romana).	Paisagem: ambiência cénica singular.	Castelo, chafariz, portal gótico, marco geodésico.
Alvito	Centro histórico, imóveis classificados, arquitectura vernacular		Vestígios de presença humana anterior aos romanos.	Albufeira de Odivelas.	Castelo.
Amieira do Tejo	Ermidas, capelas, igrejas, imóveis classificados.	Tradições locais.	Monumentos megalíticos (antas,...).	Rio Tejo.	Castelo e torres, ponte medieval.
Avis	Ruas e vielas medievais, igrejas, capelas.	Festas locais, casas nobres.		Albufeira do Maranhão.	Castelo, antigo convento da Ordem de S. Bento de Avis.
Barrancos/Noudar	Arquitectura rural, outros testemunhos arquitectónicos.	Festas de Agosto.	Vestígios da presença humana desde o calcolítico.		Castelo de Noudar.
Belver	Elementos e conjuntos arquitectónicos.	Tradições musicais, teatrais e de dança.		Envolvente ao rio Tejo.	Castelo.
Cabeço de Vide	Núcleo histórico, igrejas, pelourinhos, outros edifícios.		Vestígios da presença humana, monumentos megalíticos.	Nascentes de águas minero-medicinais (termas).	Castelo.
Castelo de Vide	Centro histórico, imóveis classificados.	Forte identidade cultural, festas, activid. tradicionais.	Vários elementos ligados à presença judaica.	Serra S. Mamede, caminhos rurais, abundância de água.	Castelo, duas cinturas de muralhas.
Evoramonte	Edificado de raiz medieval, igrejas, ermidas, pelourinhos.	Tradições musicais, folclóricas, festas religiosas.		Ambientes cénicos junto às muralhas.	Castelo, muralhas.
Flor da Rosa	Arquitectura vernacular rural.	Olaria.	Antas, troços de duas pontes romanas.		Antigo mosteiro da Ordem de Malta.
Juromenha	Património edificado e religioso.			Rio Guadiana.	Fortaleza, muralhas, pontes,...
Marvão	Conjunto arquitectónico intra-muros, igrejas, capelas,...	Artesanato, Festa do Castanheiro.	Antas, menires, ruínas romanas.	Parque Natural Serra S. Mamede.	Castelo, muralhas, outros elementos.
Mértola	Arquitectura vernacular e erudita.		Elementos do período islâmico.	Rio Guadiana.	Castelo, muralhas, pontes, outros.
Monsaraz	-----	-----	-----	-----	-----
Ouguela	Valor arquitectónico de conjunto.		Monumentos megalíticos, fontes, galerias.	Enquadramento cénico.	Fortaleza, muralhas.
Stº Aleixo da Restauração	Imóveis classificados, igrejas, ermidas.	Festividades locais muito populares.	Monumentos megalíticos, estações arqueológicas.	Herdades.	Aglomerado fortificado.
Terena	Imóveis classificados, capela, pelourinho.	Festas e romarias.	Sítios arqueológicos.	Serra D'Ossa, barragem Lucefecit.	Castelo, cerca muralhada.

Fig. 26 - Mapa 3.7: PALs x Tipo e Diversidade de Património

Critério de preenchimento: Elementos patrimoniais referenciados nos planos de acção local.

Neste momento ganha pertinência levantar a seguinte interrogação: que tipo de aposta é esperada no património rural tendo em vista a sua dinamização no âmbito dos processos de desenvolvimento local, de revitalização sócio-económica e de turismo rural nas localidades candidatas ao programa acima referido?

A(s) resposta(s) a esta interrogação variam de acordo com o perfil de intervenção de cada plano de acção local por um lado, e de acordo com a pertinência (central ou complementar) que a questão do património rural poderá conhecer no âmbito das estratégias globais de intervenção e de dinamização, levadas à prática pela entidade promotora do programa, por outro. É possível, contudo, antever que, na generalidade dos planos de acção, a questão do património rural constituirá por certo uma opção efectiva, mais ou menos orientada para a sua rentabilização, mas sempre de uma forma intimamente associada (e até dependente) face ao eixo património rural/turismo cultural. Aliás, essa é a ilação possível de extrair das várias propostas de intervenção delineadas em cada plano de acção local, e simultaneamente a partir da vontade, dos objectivos e das orientações recolhidas junto de alguns autarcas, dos técnicos que elaboraram os planos e dos responsáveis da Comissão de Coordenação da Região Alentejo.

Um dado final constitui objecto de referência no âmbito deste exercício de análise/avaliação: a existência de uma diversidade de elementos e valores patrimoniais, desde a dimensão arquitectónica até à militar, passando pelas dimensões cultural, arqueológica e natural, à espera de poderem vir a constituir âncoras de desenvolvimento no quadro das hipóteses de sobrevivência e revitalização de territórios rurais, não só apenas enquanto eventuais produtos turísticos (aldeias e vilas adjectivadas de “históricas”), mas, e sobretudo, enquanto possíveis eixos de dinamização local, geradores de novas oportunidades de desenvolvimento, de criação de riqueza, de estabelecimento de actividades económicas capazes de fixar e atrair mais população; afinal o objectivo último que se deverá esperar de processos de intervenção territorial e de desenvolvimento do mundo rural, como o programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*. Mais do que um balanço e recomendações neste momento, o que se configura como essencial no âmbito desta pesquisa é perceber agora o eco, os cenários, os efeitos e os resultados produzidos após a conclusão dos planos de acção local. É sobre este eixo de análise que nos iremos deter em seguida, na terceira parte deste estudo.

PARTE III

PARTE III

DINÂMICAS INSTITUCIONAIS E DINÂMICAS LOCAIS:

PROXIMIDADES E AFASTAMENTOS ENTRE ACTORES E ESTRATÉGIAS

Contornos de algumas experiências “na sequência” do Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo

1 – O Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo: projectos antecedentes e situação actual

“Os agentes ou actores humanos (...) têm, como aspecto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do actor humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta quotidiana, nos contextos da actividade social.”

(Anthony Giddens, 1989, p.xviii-xix).

Inicia-se nesta terceira parte da investigação um outro ângulo de análise/avaliação. De uma perspectiva analítica e avaliativa de incidência *macro*, desenvolvida na segunda parte, passa-se para uma perspectiva de incidência *micro*, mais aprofundada e centrada em três localidades específicas, de entre as que temos vindo a acompanhar, na forma de estudos de casos. O objectivo central consiste em aferir e comparar as apreciações e as avaliações dirigidas ao processo de implementação dos respectivos planos de acção local, a partir das opiniões e posições assumidas por alguns dos actores intervenientes nos processos, a saber: a(s) entidade(s) promotora(s) do(s) programa(s): CCRA e IPPAR; as autarquias locais; as equipas técnicas autoras dos planos de acção; e alguns representantes/líderes ligados ao movimento associativo local.

Nesta terceira parte da pesquisa e do processo de análise e avaliação que lhe está subjacente pretende-se, afinal, aferir o sentido inerente a uma das hipóteses centrais desta investigação, a qual remete para a possibilidade de - perante um eventual cenário do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas* não ser implementado, de acordo com o calendário, o formato e a dimensão previstas - as próprias autarquias locais candidatas ao programa conseguirem despoletar um conjunto de dinâmicas e práticas locais na sequência dos seus planos de acção local, independentemente do mesmo poder ser implementado, em toda a sua extensão. Por outras palavras, trata-se de saber e verificar se, em certos contextos territoriais, as dinâmicas locais de actuação, preconizadas pelos respectivos actores locais, ganham em capacidade de acção no terreno sem que estejam na exclusiva dependência dos calendários e decisões políticas, dos impasses técnicos, e de outras eventuais reconfigurações de índole técnico-burocrática, muitas vezes frequentes em programas de desenvolvimento regional, de responsabilidade institucional ao nível intermédio da Administração Pública, onde se inclui o exemplo que se tem vindo a acompanhar.

É neste sentido que se recorre a uma circunscrição territorial no objecto de estudo, mediante a realização de alguns estudos de casos sobre experiências levadas a cabo em três aldeias e vilas “históricas”, pretendendo-se conhecer qual o aproveitamento feito (ou que se está a fazer) dos planos de acção local entretanto elaborados, em termos da sua possível utilização para consubstanciar outras candidaturas a outros programas de financiamento e desenvolvimento regional, alguns deles eventualmente de origem comunitária; ou num patamar mais reduzido em termos da sua rentabilização, perceber até que ponto aquelas experiências de planeamento local, serviram para mobilizar os actores locais (públicos e privados) para os respectivos problemas locais; e que experiências/intervenções foram, são ou poderão ser realizadas com recurso inclusivamente a meios financeiros incluídos nos orçamentos das próprias autarquias.

Na base da selecção das localidades para os estudos de caso teve-se em linha de conta um critério objectivo: garantir que cada caso seleccionado se encontrasse numa situação distinta em relação aos programas *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* e *Aldeias do Castelo e Património*; isto é, uma localidade em relação à qual foi elaborada uma candidatura a ambos os programas, uma localidade presente apenas no primeiro programa e, finalmente, outra candidata exclusivamente ao segundo programa. Entre as hipóteses de escolha existentes, a opção recaiu em Amieira do Tejo (concelho de Nisa), Cabeço de Vide (concelho de Fronteira) e Viana do Alentejo (concelho com o mesmo nome), respectivamente.

O suporte metodológico de recolha de informação nesta fase da pesquisa centrou-se na entrevista semi-estruturada e na observação/visitas às localidades escolhidas.¹⁵³ Antes de conhecermos as realidades locais seleccionadas para este estudo mais aprofundado, impõe-se, contudo, a necessidade de reconstruirmos, em parte, o historial do programa em análise, as experiências precedentes e a fase actual em que o mesmo se encontra, partindo da perspectiva assumida pelos responsáveis da entidade institucional que o promoveu e que o enquadra.

1.1 – O Projecto *Aldeia*

O programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* não constituiu o primeiro projecto e a primeira experiência de enquadramento do tema no âmbito das preocupações pelo desenvolvimento dos territórios rurais, na sua vertente ligada mais directamente aos valores patrimoniais, por parte da CCRA. Um outro projecto, relativamente anterior a este, intitulado

¹⁵³ - Realizaram-se no total oito entrevistas: duas a responsáveis e técnicos da CCRA (nomeadamente ao Gestor do Programa e a duas técnicas superiores afectas ao mesmo); uma a duas técnicas do IPPAR destacadas para acompanhamento do programa *Aldeias do Castelo e Património*; uma a cada autarquia envolvida e seleccionada para esta fase do estudo, num

Projecto Aldeia partia de uma ideia estrutural: “a aldeia como suporte do desenvolvimento rural do Alentejo”.¹⁵⁴

Tendo em consideração a especificidade regional do Alentejo, e designadamente o problema do despovoamento e da desertificação do campo, consequência em parte da “dificuldade cada vez maior de revitalização económica do sector agrícola (explorações)”, impôs-se a necessidade de “encontrar as formas mais ajustadas a um eficiente apoio ao meio rural alentejano”.¹⁵⁵ Neste sentido, e partindo do reconhecimento das características do povoamento de tipo “concentrado”, originando a concentração de populações em aldeias distribuídas pelo território do Alentejo, a própria designação do projecto – *Aldeia* – transportava consigo uma “carga afectiva” associada ao conceito, cujo objectivo seria facilitar os propósitos a ele inerentes, “de forma fácil às pessoas”, uma vez que a aldeia “é algo sensível a todos e por isso despertará necessariamente curiosidade e expectativa nos diferentes agentes económicos, sociais e culturais”¹⁵⁶.

O pressuposto base deste projecto assentava então na ideia de que o facto da economia em geral e do sector agrícola em particular se ter alterado nos últimos anos, tal conduziu a que o modo de relação entre “aldeia” e “agricultura” sofresse igualmente modificações, obrigando a uma procura de maior diversificação de actividades e o desempenho de outras funções em termos de desenvolvimento. Assim, e de acordo com o documento que temos vindo a seguir, “a «aldeia» passou a desempenhar um papel diferente no processo de desenvolvimento local, aparecendo já com uma função económica mais autonomizada e por vezes liderante no território respectivo”¹⁵⁷. Esta perspectiva de leitura sobre o território rural, as suas aldeias e o seu desenvolvimento, “determinou uma nova perspectiva para a «aldeia», deixando de ser uma simples concentração de mão-de-obra, para passar a ser entendida como um núcleo económico capaz de ser o suporte de uma estratégia de desenvolvimento descentralizado ao nível local e regional” (idem, ibidem). Este entendimento e esta postura de intervenção apontavam para a necessidade de actuar nas áreas rurais da região com a preocupação de reforçar a estrutura funcional da aldeia, entendendo-a enquanto instrumento de desenvolvimento do território envolvente, o que permitiria, desse modo, a melhoria das condições de vida das respectivas populações, travando assim o processo de desertificação que o Alentejo tem vindo a atravessar.

Neste contexto, foram então seleccionadas trinta e cinco aldeias (excluindo as sedes de concelho e as localidades com população superior a 2000 habitantes) distribuídas por todo o território do Alentejo, tentando garantir que fosse seleccionada apenas uma aldeia por concelho. Este universo era composto

total de três; uma à equipa técnica responsável pelo plano de acção local de uma das localidades (no caso, Amieira do Tejo); e finalmente, outra a um responsável por uma associação local nesta última localidade.

¹⁵⁴ - in CCRA, *Projecto Aldeia*, documento de trabalho, Évora, Janeiro/99.

¹⁵⁵ - Idem, pp: 3.

¹⁵⁶ - Idem, pp:4.

¹⁵⁷ - Idem, ibidem.

por trinta aldeias sedes de freguesia, duas aldeias de raiz piscatória, oito com menos de 500 habitantes e doze com mais de 1000 habitantes.

O projecto *Aldeia* partiu de uma operação de diagnóstico/levantamento, conduzido por associações de desenvolvimento local, as quais, após a elaboração de vários relatórios, descrevendo o ambiente geral das localidades, as actividades económicas existentes (prósperas e em dificuldade), as actividades sociais e culturais, a identificação dos líderes locais, a avaliação do potencial existente e a identificação de pontos fortes e fracos, propunham, posteriormente, um conjunto de acções a dinamizar, de acordo com as directrizes antecipadamente definidas pela entidade promotora do projecto.

Essas directrizes privilegiavam duas vertentes: a primeira, assentava na ideia da “«aldeia» enquanto núcleo económico, social e cultural, em detrimento da «exploração agrícola»”.¹⁵⁸ O objectivo subjacente prendia-se com a possível vantagem decorrente das potencialidades existentes nas mesmas (ou que existiram) poderem tornar-se, aliado a iniciativas individuais e colectivas, em dinamizações dos tecidos social e económico locais. A segunda vertente, apoiava-se na necessidade de “alterar a forma de apoios e o método para a sua utilização”, uma vez que, até aí, tinham-se privilegiado “as chamadas «acções integradas», ou seja, a partir de planos e programas específicos procurar-se realizar as acções previstas, muitas vezes sem haver os apoios necessários para o efeito.” (ibidem). Ora, e de acordo ainda com o expresso no mesmo documento, onde se pode ler que “as elevadas taxas de insucesso são hoje já um dado estatístico” (ibidem) relacionadas com aquele modelo de abordagem do desenvolvimento rural, o método então proposto, em alternativa, deveria ser “o dos «apoios integrados» ou seja a criação de um «cabaz» suficientemente abrangente e adequadamente orientado para dar resposta às iniciativas que forem surgindo nas diferentes aldeias da região”, ideia expressa, aliás, nas características subjacentes ao desenvolvimento do projecto e das acções preparatórias, a saber: “ter carácter geral e universal, isto é, deve aplicar-se em toda a região em função das iniciativas, excepto nas sedes de concelho; deve incentivar o partenariado local e potenciar os líderes locais residentes nas aldeias; desenvolver um sistema integrado de apoios «cabaz» que respondam às iniciativas emergentes; ser apoiado por um plano de informação, divulgação e dinamização de iniciativas; e, por fim, constituir-se como um instrumento integrado de intervenção no meio rural e a ser incluído no III QCA”.¹⁵⁹

Esta nova orientação estratégica apoiava-se na necessidade de inverter as formas de abordagem e de implicação dos destinatários nos processos de desenvolvimento local, o que faz transparecer um balanço menos positivo do que aquele que supostamente poderia ser esperado em matéria de

¹⁵⁸ - Idem, pp:10.

¹⁵⁹ - Idem, pp:18.

intervenção em meio rural. Na fundamentação deste projecto, surge de forma directamente assumida o facto das “estratégias definidas e os apoios canalizados para o mundo rural não têm sortido os efeitos desejados”, nomeadamente porque, “apesar dos vários programas de desenvolvimento integrado ensaiados e aplicados na região, os indicadores de desenvolvimento económico e social das populações mostram que a situação não melhorou nos últimos quinze anos, subsistindo os problemas de emprego, de emigração e de abandono dos campos”.¹⁶⁰

Qual o balanço que hoje é possível fazer da implementação deste projecto? Segundo os técnicos da CCRA, “fez-se um amplo diagnóstico de aldeias com potencial, actividades susceptíveis de dinamização económica, líderes e actores locais relevantes, mas que depois não conheceu nenhum eco”¹⁶¹. Parte do problema parece residir no facto de “não se conseguir incentivar quando não há estratégias de mobilização das populações locais”, o que reforça o factor *envelhecimento populacional* da região como um dos entraves/obstáculos ao sucesso deste tipo de projectos e iniciativas. Por outro lado, “os actores políticos locais, movendo-se de acordo com os interesses que representam (locais e partidários), não convergem muitas vezes com os poderes centrais”, originando, “novelos” e “bolas de neve”, dando a ideia de que “às vezes parece que não se quer avançar - criar desenvolvimento”. A esta experiência – *Projecto Aldeia* – seguiu-se o programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*.

1.2 – O Programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*

A ideia original de conceber um projecto dirigido à revitalização dos aglomerados rurais e urbanos de pequena dimensão da região Alentejo assentou num conjunto de pressupostos combinados entre, por um lado, a percepção da existência de um património histórico-cultural na região, o qual poderia constituir-se num instrumento de reanimação e suporte ao desenvolvimento local e ao incentivo para o aparecimento e aumento de actividades económicas alternativas e/ou complementares às tradicionais (ligadas essencialmente à agricultura); por outro lado, os dados recolhidos no âmbito da experiência proporcionada pelo *Projecto Aldeia* veio chamar atenção para a possibilidade de inscrever no Programa Operacional da Região Alentejo (POR Alentejo) algumas linhas de financiamento dirigidas para projectos neste âmbito¹⁶². Complementarmente, a experiência levada a cabo na região Centro, com o projecto das Dez Aldeias Históricas¹⁶³, não deixou de ser também, embora parcialmente, uma referência e uma primeira experiência a adaptar e a implementar no Alentejo.

¹⁶⁰ - Idem, pp: 10.

¹⁶¹ - in entrevista realizada a técnicos da CCRA.

¹⁶²-Ver CCRA, *POR Alentejo, Programa Operacional Região Alentejo*, 2001, Eixo Prioritário 1, Medidas 4 e 7.

¹⁶³ - Ver CCRC, *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, 1999, (ed. original de 1998).

O início do processo passou assim pela identificação das 20 aldeias e vilas passíveis de serem candidatas ao programa, tendo sido solicitadas posteriormente a desenvolver os respectivos planos de acção locais. Estes planos de acção deveriam ser suficientemente abrangentes e capazes de identificar e reunir propostas de intervenção e ideias de utilização dos diversos recursos e potencialidades de cada aglomerado e sua zona envolvente, com vista à criação de um roteiro turístico regional diversificado das aldeias e vilas históricas.

De forma subjacente ao programa surge claramente a assunção de uma forte identificação do programa com a aposta no turismo enquanto área de incidência dos projectos a financiar. Isto mesmo transpareceu, aliás, da análise/avaliação que realizámos na segunda parte desta investigação. Porém, há que destacar um dado relativamente específico e distintivo das localidades abrangidas por este programa, na região Alentejo, comparativamente às Dez Aldeias e Vilas Históricas da região Centro do país: uma *vivência humana* e um *espírito comunitário* próprio da região, materializado pela existência, ainda assim, relativamente significativa, de pessoas. Este traço sócio-cultural constitui, aliás, para o Gestor do Programa, o elemento que melhor diferencia este programa daquele levado a cabo na região centro. Para este responsável da CCRA, “(...) enquanto as aldeias a Norte estão completamente despovoadas ou praticamente despovoadas, no nosso caso não é assim, as nossas aldeias ainda estão povoadas. Isto é, as nossas aldeias ainda têm uma sustentabilidade interna relativamente grande, porque temos pessoas, as pessoas estão lá. (...) isso leva à partida uma grande diferença, porque as aldeias do centro, praticamente são aldeias desertas, não têm lá ninguém.”¹⁶⁴.

Este traço distintivo, não se traduz, no entanto, numa maior capacidade de actuar em matéria de rejuvenescimento da população residente. Como medida atenuante do fenómeno da desertificação humana destes aglomerados, e no âmbito das propostas de intervenção do programa, o combate a esse problema poderia passar pela possibilidade de “ocupar as casas que estão devolutas, no sentido de ... admito que não fosse com população permanente mas pelo menos que fosse com população sazonal...portanto, que vem passar o fim-de-semana. (...) Estou convencido que muita gente, com a reforma e porque têm filhos, possam estar mais tempo ... e haverá um contacto com a realidade que, por vezes, pode provocar o fenómeno da fixação. (...) Isso quer dizer que, podemos não estar a fazer o rejuvenescimento populacional mas podemos estar a fazer uma ocupação populacional daquele espaço. (...) O que está aqui em causa era tentar que esses espaços não se despovoassem. Esse era um dos objectivos deste programa.”¹⁶⁵

Esta questão envia-nos necessariamente para a já conhecida alusão a um suposto regresso dos chamados *urbanitas* ao campo, caracterizados essencialmente por uma classe média urbana, em busca de modelos de vida alternativos ao quotidiano citadino, característico das sociedades

¹⁶⁴ - Entrevista ao Gestor do Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo, e vice-presidente da CCRA.

modernas. No caso do Alentejo, e concretamente nos aglomerados abrangidos por este programa, é possível encontrar sinais alusivos a um duplo fenómeno, aparentemente paradoxal, a saber: a “urbanização do meio rural”, por um lado e a “ruralização do meio urbano”, por outro. Nas palavras do mesmo responsável *“Penso que são dois fenómenos que estão a acontecer e têm já vestígios que nós podemos encontrar. No caso da urbanização do meio rural, a transferência das pessoas das aldeias para as sedes de concelho ou para as cidades (...) isto é um fenómeno que hoje é constatável nos recenseamentos. Há de facto essa transferência, há uma maior concentração da população nas sedes de concelho, portanto há pequenos aglomerados que têm uma tendência clara em desaparecer. Nós próprios, hoje, já consideramos que há uma facha de aglomerados, pelo menos de cem habitantes que, à partida, terão uma duração, uma esperança de vida, relativamente curta, e que cuja capacidade de recuperação será muito difícil. Por outro lado, assistimos hoje que há pessoas que vivem nas cidades e que vêm para o campo, muitas vezes para ocupar as casas que outros deixaram para irem para o centro urbano. Há assim como que uma permuta...”*

Atentos a esta realidade os responsáveis pelo programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* procuraram incentivar esta dupla tendência demográfica, rentabilizando a existência de um significativo número de casas devolutas.¹⁶⁶ Efectivamente, *“se nós temos casas devolutas e formos capaz de dar aqui um contexto em que seja um bom local para as pessoas que vivem nas cidades virem para o campo, então nós podemos fazer aqui este fenómeno compensatório. Portanto, isto é uma linha que este projecto tem claramente - promover a ruralização urbana. Hoje há muita gente que quer ter uma casa no Alentejo, mas já não é só um Monte.(...)Penso que também começa a haver um fenómeno que é ter a casa na aldeia. E diga-se de passagem, é muito mais simpático ter uma casa na aldeia do que ter uma casa num Monte. Porque em primeiro lugar não está isolado e depois pode beneficiar da vida comunitária, porque tem ali todas as infra-estruturas, tem ali tudo, tem praticamente tudo o que tem na cidade. E portanto, isto é um fenómeno que nós queremos incentivar: compensar a perda do rural por esta tendência das pessoas irem para as sedes de concelho, exactamente pelo contrário”*.

Entre, por um lado, os objectivos de partida, as intenções e as expectativas, e por outro lado, a realidade actual das aldeias e vilas abrangidas pelo programa, vai, no entanto, um intervalo de tempo marcado por uma inacção genérica em todas as localidades, ou quanto muito por uma acção muito ténue em algumas delas, mas em número reduzido. Neste momento, a entidade promotora não está munida de nenhum balanço ou sistematização, quer dos projectos levados à prática, quer dos próprios planos de acção local. Logo, fica dificultado qualquer esforço de avaliação e possível reorientação dos mesmos em direcção a objectivos e a estratégias diferentes daquelas que estão preconizadas nos próprios planos.

A excepção vai, contudo, para o reconhecimento de um amplo diagnóstico/inventário do património histórico-cultural existente no território do Alentejo, a par de múltiplas propostas e soluções para a

¹⁶⁵ - Idem.

¹⁶⁶ - Aspecto referenciado nos diagnósticos dos respectivos planos de acção local, como de resto verificámos atrás.

sua revitalização e consequente utilização. Porém, no entender deste responsável pela entidade promotora, é possível encontrar nos planos de acção local alguns sinais que remetem para uma valorização em excesso dos recursos locais, em particular aqueles que se prendem com o património existente. Esta situação proporciona depois uma diferença significativa entre, por um lado, aquilo que é defendido e valorizado, e por outro lado, aquilo que efectivamente se traduz em possibilidade real de poder vir a ser revitalizado e utilizado. *“Eu diria que é o desejo que as pessoas têm de valorizar tudo aquilo que consideram importante na sua perspectiva e também, se calhar noutra circunstância, valorizar em excesso, portanto, a potencialidade que têm, ... quer dizer não têm, não têm aquele potencial que lhe é atribuído, não têm aquela possibilidade, enfim que será desejada. Portanto, nesse aspecto, admito que haja alguma diferença entre a capacidade real que existe e aquilo que se deseja e que vá acontecer. No entanto tenho pena, não quer dizer que essa ausência não possa ser superada”*.

A questão do património histórico-cultural, quer possamos assumi-lo enquanto motor de desenvolvimento associado a um outro – o turismo –, quer lhes reconheçamos um determinado índice de valorização (excessiva), tende a assumir, na prática, uma centralidade inquestionável, tanto nos planos de acção elaborados para as várias aldeias e vilas, como no próprio discurso político e institucional que enforma os sucessivos programas e projectos de desenvolvimento regional e rural. Prova disso mesmo é o Programa *Aldeias do Castelo e Património*, iniciativa conjunta entre a CCRA e o IPPAR-Évora. Trata-se de um programa de desenvolvimento regional, inscrito num outro programa mais abrangente – *Programa de Valorização Territorial, Áreas Rurais / Aldeias do Castelo e Património* – o qual conjuga outros sub-programas em torno do mesmo filão de desenvolvimento: a aldeia, o seu património e o turismo.¹⁶⁷ Analisemos, em traços gerais o programa *Aldeias do Castelo e Património*, último da trilogia que atravessa o objecto de pesquisa desta investigação.

1.3 – O Programa *Aldeias do Castelo e Património*

O programa *Aldeias do Castelo e Património* partilha em parte da mesma filosofia de concepção e intervenção já reveladas nos dois anteriores programas: encarando o património local das áreas rurais como recurso estratégico numa visão globalizante e integrada, perspectivando ao mesmo tempo uma interligação às áreas envolventes, quer no plano físico, quer no plano sócio-cultural. Este princípio orientador encontra correspondência em termos territoriais, na medida em que a região em questão reúne um conjunto significativo de castelos e fortificações, nomeadamente ao longo da sua orla fronteiriça (mas não só!), os quais se encontram, no entender dos responsáveis pelas entidades promotoras – CCRA e IPPAR, delegação de Évora – bastante aquém do seu aproveitamento, tendo

¹⁶⁷ - Esses outros programas, a par do *Aldeia do Castelo e Património*, são: *Aldeia de Água* (sobretudo em torno da Barragem de Alqueva, e dos espelhos de água proporcionados por esta), *Aldeia de Tradição* e *Aldeia de Mina*.

em conta as possibilidades que os mesmos oferecem no que respeita ao seu potencial de atracção turística e de revitalização económica das comunidades locais.

Neste sentido, foram definidas numa primeira fase dez povoações, que por se encontrarem associadas a estruturas fortificadas, podem constituir uma experiência-piloto em matéria de intervenção no património, em vista à sua revitalização e consequente valorização turística. Essas dez localidades são: Amieira do Tejo, Belver, Castelo de Vide, Evoramonte, Flor da Rosa, Mértola, Moura, Mourão, Terena e Viana do Alentejo.¹⁶⁸ As fontes de financiamento associadas a este programa são o PORAlentejo (Programa Operacional Regional do Alentejo), o POC (Programa Operacional da Cultura), o PIDDAC e outros recursos nacionais públicos e privados. Como parcerias estratégicas existentes, a par da articulação entre o IPPAR e a CCRA, destacam-se as autarquias locais envolvidas, o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, as Regiões de Turismo, a ENATUR, as Associações de Desenvolvimento Local e de Defesa do Património e a Rota dos Vinhos, entre outras. O financiamento estimado é cerca de três milhões de contos.¹⁶⁹

Para os promotores do programa, a ideia subjacente à sua concepção e posterior implementação assenta em vários pressupostos. Desde logo, há a destacar o facto do mesmo ter conhecido um empenhamento político mais explícito e célere por parte dos Ministérios do Planeamento e da Cultura, no sentido de preservar e conservar, de modo mais imediato, os castelos, tendo a preferência por este programa sido mais assumida comparativamente ao anterior. A degradação física de que os mesmos são objecto, constitui, para os técnicos do IPPAR um dos critérios basilares para a selecção das localidades a envolver no programa, indo de encontro a um anteprojecto inicial que esta entidade já tinha delineado. Uma fusão de objectivos entre o IPPAR e a CCRA conduziu assim ao programa *Aldeias do Castelo e Património*. Outro critério selectivo prendeu-se directamente com aqueles castelos sobre os quais seria eventualmente mais fácil intervir, já que a escolha recaiu maioritariamente em localidades em que as respectivas estruturas militares (castelos, fortalezas, cinturas muralhadas) se encontrassem na dependência/tutela directa do IPPAR. Outros, em menor número e na dependência directa dos municípios, também foram integrados no programa.

Por outro lado, a questão financeira associada aos custos inerentes às intervenções no património não constitui um dado de somenos importância na opção por este programa, para implementar a curto e a médio prazo, em detrimento do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*. Para a CCRA, a par do empenhamento político atrás referenciado, não é de descurar o facto da capacidade de financiamento ser mais viável (pelo menos aparentemente na fase inicial) quando

¹⁶⁸ - No arranque do programa, 2000-2003, foram contemplados apenas os castelos de Evoramonte, Moura e Viana do Alentejo, com um financiamento aproximado de 1,2 milhões de contos. A fase seguinte decorrerá até 2006.

¹⁶⁹ - in CCRA - Comissão de Coordenação da Região Alentejo, *Programa de Valorização Territorial, Áreas Rurais - Castelos do Alentejo*, Junho/2001.

dirigido a um deles, em menor escala e dimensão. Efectivamente, como nos relata um dirigente da CCRA: *“neste momento só está garantido, em termos de financiamento, os Castelos. Em relação aos outros planos [de acção local], neste momento não há garantia de financiamento dentro de uma forma integrada e global, mas há a garantia de ir financiando projectos pontuais. (...) No entanto, não está posto de parte equacionar-se eventualmente o financiamento um pouco mais integrado ... mas, neste momento, as coisas estão na fase que, o que há definido são os Castelos, os outros iremos financiando pontualmente e depois logo se vê ... Até pode acontecer, este projecto dos Castelos, não correr bem e que as coisas não corram como a gente possa esperar. Uma reorientação, no sentido de ir buscar aqueles planos e financiá-los, talvez de uma forma mais integrada, pode ser possível, mas, neste momento, a situação está um pouco expectante...”*¹⁷⁰ Consolidar o programa das *Aldeias do Castelo e Património* parece ser no momento uma prioridade. O resultado desta experiência permitirá retirar ilações e perceber até que ponto será possível e viável recuperar o outro programa, mais amplo e dirigido a mais localidades, no sentido de lhe dar um novo impulso e permitir a respectiva implementação.

Uma das especificidades deste programa prende-se com o facto de contemplar de forma explícita um programa de animação paralelo aos projectos de recuperação e revitalização dos elementos patrimoniais. Esse programa de animação, constitui, na perspectiva da equipa técnica do IPPAR *“uma componente que cabe muito às câmaras municipais ... autonomamente e em colaboração com o IPPAR (...) Não há um programa genérico só para a animação (...) As câmaras também estão sensibilizadas e sabem que há determinados tipos de actividades que são compatíveis em serem realizadas num contexto patrimonial e outras não”*.¹⁷¹ Para além dos municípios, outras entidades locais, nomeadamente as associações de desenvolvimento local surgem como *“parceiros ideais”* na questão da animação e criação de pequenos postos de trabalho ou de artesanato, entre outras actividades.

Este aspecto, das parcerias, é aliás, reconhecido também pela CCRA como um factor essencial para o sucesso deste programa. *“Uma das condições que nós temos, quer nos Castelos, quer nas Aldeias e Vilas Históricas, é exactamente a garantia de uma parceria local para, enfim, dar apoio à implementação dos planos. Nesse ponto não vou falar nas Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, mas dos grupos culturais, grupos de teatro, ... consideramos que estes são parceiros que devem ser associados. A experiência que temos neste momento, que nos é dado conhecer, não é muito famosa. Penso que há uns casos em que as condições locais são um bocado mais favoráveis, ou porque já existia lá um grupo de amigos qualquer, ou porque existia lá um grupo de teatro... e aí quando já há qualquer coisa que faça mexer ... há manifestações de interesse e até de participação, de facto, nos trabalhos. Há outro caso em que, quando isso não acontece, é muito difícil. É muito difícil porque, claro que é preciso criar essa parceria do princípio, acho que é preciso criar uma associação de desenvolvimento local, que é uma das coisas que nós referimos, quando não há nada, a medida é mobilizar as pessoas.”*

¹⁷⁰ - in entrevista a responsável pela CCRA.

¹⁷¹ - in entrevista a técnicos do IPPAR-Évora.

Ainda no que concerne à dimensão relacionada com a animação dos castelos e dos espaços envolventes, o programa contempla duas vertentes de intervenção intimamente associadas. A primeira, dirigida essencialmente para a recuperação física dos castelos e monumentos, por parte do IPPAR quando estes estão sob a sua responsabilidade e por parte dos municípios quando estes estão na sua dependência, paralelamente a uma intervenção na envolvente, sobretudo no arranjo nos estacionamento e nos acessos aos mesmos. A segunda, mais directamente relacionada com a componente de animação económica e com um conjunto de acções “imateriais”, ligadas à produção e venda de produtos artesanais, entre outras actividades.

Do que ressalta deste programa, mais circunscrito a dez localidades com castelo é a possibilidade deste poder vir a ser implementado com financiamento assegurado e já faseado. Na perspectiva dos técnicos do IPPAR, *“o programa anterior (...) era demasiado vasto para se conseguir um financiamento ... porque era impossível. No fundo, era praticamente requalificar uma aldeia inteira com a parte patrimonial, a parte urbana, ... uma integração de fundo praticamente impossível com verbas de uma fonte única”*. Para a CCRA, os dez projectos estão elaborados, aguardando só a sua implementação. *“Agora estamos à espera que os municípios e as entidades que estão envolvidas façam as respectivas candidaturas...”*.

Cabe então neste momento questionar os impactos e os reflexos que ambos os programas descritos proporcionaram, ou estão a proporcionar, nas várias localidades abrangidas por ambos os programas. Escolhemos três para fazer uma breve avaliação, a partir da nossa observação no terreno e das opiniões e críticas de alguns outros actores intervenientes nos processos.

2 – Discursos Institucionais e Dinâmicas Locais: Que intervenções a partir dos planos?

2.1 – Do plano à acção: três exemplos

Quais os impactos e os reflexos proporcionados pelos programas de desenvolvimento que temos vindo a analisar? Qual o aproveitamento feito (ou que se está a fazer) dos planos de acção local entretanto elaborados? Que dinâmicas locais foram despoletadas na sequência da elaboração dos mesmos planos? Que obstáculos foram detectados e como foram superados? Qual o grau de envolvimento de actores locais e dos parceiros institucionais, tanto na elaboração dos planos, como na defesa da sua concretização? Que balanço é possível fazer destes processos a nível local? Que experiências locais importa sublinhar?

Na impossibilidade pragmática de chegar a um quadro de avaliação global e pormenorizada sobre cada uma das aldeias e vilas abrangidas pelo Programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, procedeu-se a uma circunscrição territorial resumida a três localidades, nas quais se realizou um levantamento de informação mais detalhado, procurando respostas para algumas das interrogações atrás enunciadas. Começemos por Amieira do Tejo, concelho de Nisa, no distrito de Portalegre.

2.1.1 – Amieira do Tejo

Partindo do pressuposto que o plano a elaborar deveria constituir, acima de tudo, uma base de trabalho passível de poder vir a ser rentabilizada na óptica do desenvolvimento local, foram delineadas várias estratégias de aproximação à comunidade: residentes, entidades públicas, privadas e associativas com expressão local e também a famílias que, embora naturais de Amieira ou com laços afectivos à terra, residiam noutras localidades, particularmente em Lisboa.

A ideia base subjacente à concepção do plano afastava-se um pouco da experiência levada a cabo no âmbito do Programa das Aldeias Históricas da região Centro do país, o qual era direccionado para “obras de fachada e criação de cenários bonitos mas com expressão económica e vivencial muito reduzida”. Esta percepção, por parte da equipa técnica responsável pelo plano de acção local, aquando de uma visita a algumas destas localidades, permitiu definir um enquadramento diferente para o caso de Amieira do Tejo. Segundo a coordenadora do plano “*a ideia quando começámos a trabalhar neste plano de Amieira, foi que ficasse alguma coisa, quer dizer, que o plano não fosse uma proposta de acções pontuais e que não fosse o fazer de um cenário muito bonito, e que não ficasse nada lá. Quer dizer, a ideia foi criar alguma dinâmica local que pudesse, a partir de uma série de questões identificadas e de uma série de*

orientações discutidas, arrancar, na perspectiva e na dimensão de Amieira, que tem o poder de trezentas pessoas .”¹⁷²

Este objectivo surge porque, era convicção da equipa técnica, muitos destes processos de planeamento e desenvolvimento local falham porque falha também o trabalho local, com o envolvimento da comunidade, dos actores locais. *“Eu acho que o que falha é o trabalho local. E isso a gente conseguiu fazer. (...) é das grandes coisas que eu acho que funcionou bem em Amieira. Trabalhou-se lá, trabalhou-se com as pessoas de lá, a dimensão era propícia para isso. De facto, é uma terra com trezentas pessoas ou trezentas e pouco. Metade delas ou são crianças ou são velhinhos que já não têm muita apetência, mas de facto o chegar às pessoas e o trabalhar com elas e envolvê-las nas coisas, acho que é sempre o que falha. (...) Não é o dirigir, é o acompanhar, é o apoiar as iniciativas das pessoas. (...) Quando cheguei à Amieira tinha lá o castelo, tinha uma série de orientações de objectivos que se pretendiam atingir, mas fiquei um bocado aflita de facto porque, olhei para aquilo e digo assim «Bom, o que é que a gente vai fazer com isto?» (...) Portanto, revitalizar uma terra destas que está a morrer... O que é que a gente vai fazer com isto? Quer dizer, vai inventar, vai criar ali assim uma coisa qualquer. Acabei convencida que de facto tínhamos conseguido encontrar uma saída para aquilo... um rumo.(...) agora associação RUMO¹⁷³, acho que foi das coisas que ficou mas que teve parcialmente a ver com o plano. O que aconteceu foi de facto que tivemos uma sorte bestial, que foi ter encontrado duas ou três pessoas em Amieira, que estavam com vontade de arrancar para uma coisa dessas. Portanto, o que o plano serviu, e que de facto era a ideia, foi para enquadrar, para direccionar e para as pessoas perceberem - em vez de andarem a fazer coisas desgarradas e soltas - com que sentido é que faziam as coisas. E portanto, o plano fugiu para isso e depois arrancou... as pessoas estavam lá. (...) a única coisa que o plano, e que a equipa do plano, poderá ter tido algum papel foi envolvê-las, foi pegar nelas, foi dar-lhes voz.”*

Uma outra via para envolver ainda mais pessoas e entidades com interesse no processo de revitalização de Amieira do Tejo foi a tentativa de implicar a comunidade de naturais da localidade a residir em Lisboa – o designado “grupo de Moscavide”. Efectivamente, a percepção da existência de uma forte ligação desta comunidade a Amieira do Tejo e à Câmara Municipal de Nisa, conduziu a equipa técnica à marcação de uma reunião de trabalho para aferir ideias, intenções, projectos, fontes de financiamento a canalizar posteriormente para Amieira do Tejo. A ideia seria criar uma espécie de “grupo de pressão” externo, que, paralelamente a uma “elite local” protagonizariam processos de mudança e de dinamismo local. Porém, na opinião de alguns interlocutores locais, a ideia foi um pouco desvirtuada, percebendo-se que o interesse que movia muitos destes amieirenses a residir em Moscavide pautavam-se mais por objectivos de lazer e visitas sazonais e ao fim-de-semana, do que propriamente por interesses de investimento local *“(...) nunca identificámos propriamente intenções de investimento concreto em Amieira ... as pessoas mantêm uma ligação muito grande à terra, como um investimento pessoal, gostam da terra, vêm passar férias, vêm passar os fins-de-semana, mas nunca nos surgiu*

¹⁷² - in Entrevista à coordenadora da equipa responsável pelo plano de acção local de Amieira do Tejo.

¹⁷³ - Esta associação – designada RUMO – será também um dos nossos interlocutores sobre o processo de Amieira do Tejo.

assim um projecto de investimento de sentido de retorno. (...) A indicação que há é que, de facto, já há alguns agregados que estão a voltar e não são dos mais idosos. Há meia dúzia de casos de pessoas que vieram e voltaram numa facha etária ainda activa.”

A criação da associação *RUMO*, designação recuperada do slogan do Plano de Acção Local de Amieira do Tejo – Um Património, um Território, um Rumo – constituiu uma excepção no plano das intenções mais usuais daqueles que resolveram voltar a Amieira do Tejo. Não vindo propriamente de Lisboa (Moscavide), mas mais do Algarve, o fundador desta associação definia um estilo de intervenção em Amieira e no seu território muito próximo ao estilo de intervenção preconizado por outras associações congéneres a operar no sul do país¹⁷⁴. Com uma postura crítica face aos actuais modelos de decisão e de afectação de recursos para o desenvolvimento local e regional, o responsável por esta associação recorre a uma expressão da autoria de um escritor de Amieira para fazer uma apreciação negativa das políticas centralistas de desenvolvimento, as quais, na sua opinião, são responsáveis pelas dificuldades e pelos problemas estruturais que os aglomerados de pequena dimensão do interior do país, como é o caso de Amieira, conhecem: - “*O Tejo leva o poder para morrer na foz*”¹⁷⁵.

Contrariando esta tendência de actuação de décadas anteriores, e dando sentido prático aos princípios que animam hoje as políticas de desenvolvimento regional e local, as quais reconhecem uma importância fundamental aos próprios actores locais na concepção, condução e implementação de projectos de desenvolvimento local, a associação Rumo é já um produto positivo decorrente da elaboração do plano de acção local de Amieira do Tejo. O tal envolvimento das pessoas locais que a responsável pelo plano referia materializou-se na capacidade e na vontade manifestada por um grupo de residentes que rapidamente tentou dar continuidade e aplicação às propostas de acção e aos projectos reunidos no plano de acção local.

Com efeito, conjugando ideias e projectos inspirados no plano de acção local com propostas e iniciativas específicas da associação Rumo, tem sido possível aos responsáveis por esta estrutura associativa local encetar um processo dinâmico de mudança, quer de mentalidades locais pouco activas, quer de actividades e iniciativas que começam entretanto a ganhar visibilidade. Registam-se, por um lado, algumas ideias já concretizadas, como sejam a concepção de um folheto turístico identificador da localidade e a dinamização de concertos música clássica, em busca de um “público de qualidade”; e permanecem, por outro lado, um conjunto de ideias em projecto e à espera de apoio técnico, financeiro e logístico para serem levadas à prática.

¹⁷⁴ - Designadamente a Associação *In Loco*, com sede em Faro e com uma experiência reconhecida em matéria de desenvolvimento e animação económica de áreas rurais deprimidas.

¹⁷⁵ - in entrevista ao responsável pela Associação de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural de Amieira do Tejo – RUMO.

Contam-se neste último grupo iniciativas como: a criação de um atelier-escola em torno da recriação da produção artesanal da telha mourisca, associada a uma vertente formativa com recurso aos saberes e aos artesãos locais; a associação das duas bibliotecas locais numa só, por forma a centralizar uma série de documentos alusivos à localidade, que podem correr o risco de desaparecimento; a abertura de uma loja-posto de turismo com centro de informação turística (espécie de extensão da biblioteca municipal de Nisa), com presença de artesãos ligados à produção de artigos em linho (potenciando a tradição local) e com recurso à concepção de um desenho/padrão identificativo do produto, com recurso à ajuda de um designer; a criação de uma exposição com um espólio de documentos escritos e imagens alusivas à passagem das comunidades de trabalhadores sazonais das Beiras para o Alentejo por altura das ceifas (conhecidos por “ratinhos”); uma recriação histórica do período ligado à influência e ao poder do Priorado do Crato nesta região e a Dom Nuno Álvares Pereira, como forma de compreensão do património histórico local; a edição de uma brochura/livro sobre Amieira do Tejo e suas histórias; a publicação do foral de Amieira pela Câmara Municipal de Nisa; a criação de um CD-ROM alusivo às tradições orais (nomeadamente aos pregões característicos de Amieira).

Outras iniciativas passam também pela reactivação da escola do ensino básico-1º ciclo, com uma valência de ATL, evitando assim a ida das crianças locais para outra freguesia próxima; a criação de um esquema de transporte colectivo que minorasse a situação de isolamento a que a localidade está votada; a criação de uma queijaria experimental, nos moldes de uma pequena cooperativa, ideia para a qual já se avançaram contactos e se criaram algumas expectativas junto da população local; a criação de uma horta biológica, funcionando como uma espécie de “terapia ocupacional para idosos”; e por fim, talvez o projecto mais emblemático desta associação, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia local, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal – a CASA (Centro de Apoio Social e Acolhimento), uma estrutura vocacionada para várias valências (centro de dia, centro de acolhimento de pessoas com problemas de saúde, ATL, mini-campo de férias com núcleo de quartos para visitantes, e uma outra valência de apoio a pessoas com deficiência).

Muito embora este significativo número de projectos e iniciativas seja indicativo de uma dinâmica local despoletada em parte pelo plano de acção local, subsistem no entanto alguns obstáculos. Para o responsável da associação RUMO, duas dificuldades ganham particular expressão: a falta de tempo e de empenho de algumas pessoas locais, reticentes à possibilidade de mudança da situação actual que caracteriza Amieira do Tejo, por um lado, e a falta de apoio técnico (de uma assessoria técnica) com regularidade por parte da autarquia local, como forma de viabilizar a passagem de muitas das ideias anteriores a projectos e depois a acções no concreto. Com efeito, apesar dos responsáveis autárquicos terem acordado em disponibilizar a apoio de um técnico pontualmente, tal é assumido pela RUMO como insuficiente para dar resposta às expectativas entretanto criadas, não só com o plano de acção local, mas também com as propostas da autarquia para aquela freguesia, em tempo de campanha

eleitoral. A posição da autarquia face aqueles projectos vai mais no sentido de “*não substituir-se às associações locais. “(...) À autarquia cabe-lhe o papel de indutor dos processos de desenvolvimento local, prestando apoio técnico e informativo/documental”*”.¹⁷⁶ Porém, esse papel não tem sido realizado de forma tão breve como seria desejável.

Outros obstáculos têm vindo a manifestar-se e a dificultar a concretização de mais iniciativas e de forma mais célere. Partindo do pressuposto que o plano de acção local de Amieira do Tejo é um plano “ambicioso” mas não “irrealista”, a cordenadora do mesmo salienta que uma vez consolidado o envolvimento da população local e o apoio às suas ideias e propostas, o passo seguinte seria consolidar a dinâmica entretanto iniciada - “*tentou-se apanhar, identificar uma série de aspectos da realidade o mais possível, quer dizer, tentou-se meter ali tudo o que nós conseguimos identificar que pudessem de facto ter interesse e que pudessem dar resposta àquilo que as pessoas queriam. (...) Tentou-se apanhar isso tudo e dar-lhe uma certa coerência ... portanto, é ambicioso ... mas não é irrealista. Estou convencida que não é irrealista. Eu costumo dizer, e isto também pode ser poesia e uma lamexisse, mas eu costumo dizer que o plano de Amieira tem alma*”.

Como forma de monitorizar o processo, nas suas fases de concepção de projectos e respectiva implementação, foi proposto a manutenção de um gabinete por parte da Câmara Municipal, durante um certo tempo, em Amieira do Tejo. Este gabinete de dinamização, mais reduzido e diferente na sua constituição, teria algumas funções a cumprir, entre as quais a de espaço de encontro e de reuniões entre os os actores locais com interesse em dar sequência ao plano. Posteriormente, a Câmara Municipal iria retirar esse espaço, mas só depois do processo ter entretanto sido apropriado pelos representantes da sociedade civil local. Porém, e como salienta a coordenadora do plano, “*(...) mas isso era preciso que tivesse sido feito de seguida, estava criada uma certa dinâmica, estava tudo em ponto de rebuçado para arrancar. Iriam existir dificuldades certamente, processos que iriam cair, mas estava tudo em ponto de rebuçado para arrancar. Nós fizemos o plano, agora era preciso arrancar com os processos e perceber os que tinham pés para andar, os que demoravam mais tempo, os que não eram viáveis, os que chegaram à conclusão que afinal não dava... Isso estava tudo em ponto de rebuçado. O que é que aconteceu? Por questões completamente externas ao plano, o processo parou. Manteve-se de facto o gabinete a funcionar em Amieira, mas onde estavam duas pessoas com formações específicas e com vocações específicas. Portanto, toda a componente de dinamização e de arranque do processo não estava sequer nas competências deles, não foi apoiada pela Câmara decentemente, manteve-se isto durante seis meses ou um ano, (...) o processo esmoreceu. Tivemos a sorte e isso aí julgo que foi a grande sorte, foi de facto ter lá uma ou duas pessoas que estavam interessadas em pegar no assunto e aí, arrancar...*”.¹⁷⁷

Outro dos obstáculos identificados prendeu-se com a calendarização das acções preconizadas no âmbito da proposta subjacente ao plano de acção local. “*(...) a calendarização está estabelecida no plano,*

¹⁷⁶ - in entrevista à Presidente da Câmara Municipal de Nisa e a um técnico da autarquia.

(...) era a calendarização desejável daquele conjunto de acções para Amieira. Faltava agora ajustar aquele calendário de execução e os financiamentos a outras realidades com que eu me tenho cruzado, nomeadamente a realidade da Câmara e dos outros organismos que deviam estar envolvidos. Era um trabalho que tinha que ser feito a seguir, quer dizer, tenho lá uma programação de três anos, (...) é a sequência desejável daquelas operações e que nos pareceu que era viável. É evidente que quando eu meto o plano de actividades na Câmara, mais as prioridades da Câmara, mais as coisas do IPPAR, (...) e mais umas acções indefinidas, [os prazos] vão dilatar. (...) Havia algumas coisas que tinham pontes de oportunidade e outras não tinham. Portanto, se estão lá indicadas para serem feitas num ano, provavelmente vão ser feitas em cinco ... percebe-se que há coisas que não podem arrancar antes de outras estarem a ser feitas. Portanto, em termos de índice de realização, sei de algumas coisas que foram feitas”.

Apesar da calendarização, na sua generalidade, ter conhecido uma dilatação no tempo e um adiamento, persistem sinais de um índice de realização de acções inscritas no plano de acção local. Este parece ser mesmo encarado como “um instrumento de enquadramento”, nomeadamente pelos responsáveis da associação de desenvolvimento local e por outros actores com intervenção local. “Os projectos e as candidaturas que têm apresentado enquadram-se no plano, julgo que sim, pelo menos de vez em quando vêm-me perguntar, «mas então aquilo ali, ...», percebo que estão a trabalhar com o plano, (...) da parte da Câmara não sei.” Esta utilização do plano parece, contudo, confinada aos representantes da sociedade civil.

Neste contexto, a posição dos responsáveis autárquicos é relativamente ambígua. Se por um lado defendem a qualidade do plano elaborado e a característica do mesmo não ter sido dirigido exclusivamente para o turismo; por outro lado, manifestam igualmente alguma apreensão e cepticismo face ao futuro destas localidades, enquanto cartazes turísticos promocionais, a par dos reais benefícios que um turismo massificado em Amieira poderia eventualmente proporcionar. Nas palavras da própria autarca – “prefiro ter a Amieira do Tejo com as pessoas que lá existem do que ver a Amieira do Tejo cheia de turistas”. Todavia, salienta-se o facto de, também na perspectiva da autarca, o plano ser visto, essencialmente, como um instrumento de apoio ao trabalho, para, a partir dele, procurar outras fontes de financiamento como forma de viabilizar a concretização de algumas acções nele inscritas. Neste sentido, à expectativa que os residentes de Amieira depositam na Câmara Municipal - mediante a assunção de uma atitude objectiva e capaz de resolver muitos dos problemas locais e de satisfazer algumas das reivindicações,¹⁷⁸ - tende a corresponder, inversamente, o reconhecimento, por parte da autarquia, de uma dinâmica local forte que não se pode perder, característica que distingue Amieira do Tejo de outras localidades do concelho.

¹⁷⁷ - Referência à criação da Associação de Desenvolvimento Local RUMO.

¹⁷⁸ - Como, por exemplo, a disponibilização de um técnico a tempo parcial para apoiar a elaboração de projectos da associação de desenvolvimento local RUMO.

Cabe então questionar, no contexto deste estudo de caso, o que é necessário fazer para não deixar cair a dinâmica social local entretanto iniciada? Duas possibilidades de resposta são sugeridas pela coordenadora do plano de acção local: a primeira prende-se com a necessidade de entender os espaços como Amieira do Tejo enquanto *“um ambiente que se vive, com um certo tipo de relacionamento que as pessoas têm e estabelecem com quem está de fora. Com algumas coisas que se podem oferecer às pessoas mais ao nível das vivências do que propriamente dos produtos, ou seja, para lhe dar um exemplo pode ser um caso de poesia, oferecer às pessoas um serão à lareira e falar com pessoas de Amieira ... ao nível da vivência, mais do que propriamente um produto. Desse ponto de vista acho que sim, e acho que aí é possível vender Amieira, porque aí eu não vou macaquear nada, porque isso está lá, eles existem, eles fazem isso... Então, continuem a fazer...”*; a segunda resposta passa também por uma acção mais pragmática e activa por parte daqueles que apenas vêm a Amieira do Tejo passar férias e fins-de-semana, isto é, por aqueles que podem ter uma acção em ordem ao seu desenvolvimento local, criando possibilidades de emprego – *“[Amieira] precisa de umas pessoas que gostem disto, como aliás aconteceu, que gostem deste tipo de coisas e que (...) comprem uma casinha e que empreguem uma senhora para lhes fazer a limpeza da casa e um jardineiro para lhes tratar do quintal, (...) precisa de meia dúzia de casos destes. Eu acho que é preciso assumir isto. Quer dizer, não é preciso contrariar as pessoas que vão passar os fins-de-semana aos sítios (...) quando a gente oferece um certo tipo de coisas também recebe..., não é!?”*.

Porém, outras alterações impõem-se como igualmente necessárias a fim de que processo como o de Amieira do Tejo, que apesar de ter gerado alguma dinâmica local, está longe de poder concretizar todo o potencial que encerra. Aqui, o alvo das críticas são os discursos institucionais e as entidades promotoras de programas como aquele que temos vindo a analisar. Neste sentido, a postura centralizadora e dirigista muito característica de algumas autarquias locais deverá ser substituída por uma postura de acompanhamento e de incentivo às dinâmicas que se vão gerando localmente. Relativamente à Comissão de Coordenação Regional, avança a coordenadora do plano, *“normalmente neste tipo de programas, que implica perceber como é que se mexe numa realidade e que não é com uma injeção de dinheiro, não é com definição de regulamentos, (...) tem que se descer mais baixo, tem que se reportar a outro tipo de estruturas que estão mais a baixo, não são eles, não é a CCR que vem para o campo fazer coisas, tem que se suportar num outro tipo de estruturas que têm outro tipo de flexibilidade e outra forma de funcionamento. Fazem o papel deles, que é o papel de coordenar, de orientar, de fiscalizar certos aspectos, sim senhor, (...) a ideia que eu tenho é que a CCR se põe numa postura de «eu tenho dinheiro, eu é que dou, eu é que sei como é que se faz» e isto não pode ser assim ... tal como o IPPAR, também quando entra «eu quero, posso e mando». Eu acho que este tipo de postura não funciona e bloqueia este tipo de processos”*. Neste domínio, a posição da autarquia é relativamente convergente com a posição assumida pela equipa técnica, salientando que, não raras vezes, *“a avaliação dos projectos por parte das entidades como as CCR e outras afins canalizam e viabilizam iniciativas e projectos em função de indicadores demográficos; logo, estas localidades como Amieira, perdem...”*

2.1.2 – Cabeço de Vide

Enquanto que no caso de Amieira do Tejo a elaboração do plano de acção local teve pelo menos o mérito de despoletar e de reactivar um conjunto de dinâmicas locais e, consequentemente, o envolvimento de actores e líderes da sociedade civil local, capazes de materializarem algumas acções e iniciativas inscritas no próprio plano; em Cabeço de Vide, concelho de Fronteira, também no distrito de Portalegre, é perceptível a existência de uma dinâmica anterior ao processo de elaboração do respectivo plano de acção local, no âmbito do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*.

A existência de um património histórico e de um casco urbano bem delimitado face à zona nova da vila proporcionou, desde muito cedo, um interesse político, científico e técnico por este aglomerado. Antes mesmo do início do programa atrás referenciado, uma equipa de técnicos e consultores nacionais elaboraram um projecto centrado naquele núcleo histórico intitulado “*Aldeia Academia Europeia Internacional de Artes e Ofícios Tradicionais*”, trabalho traduzido em duas línguas e apresentado aos eurodeputados portugueses. Apesar do reconhecimento que lhe foi dirigido, o processo acabou por esfriar e falhar de acordo com a sua fórmula original. A razão subjacente a essa falha reside, segundo um técnico da Autarquia, “*na política portuguesa nos últimos anos. Porque acho que em todos os países desenvolvidos europeus, há projectos estratégicos que nascem por ideias de pessoas e políticos, que são bons em serem sustentados e aproveitados. E julgo que a política de ordenamento do território, e relativamente a estes projectos estratégicos, devia ser a seguinte: projectos pela sua excelência e qualidade devem ser dotados de um carácter excepcional, por isso são estratégicos, porque os projectos estratégicos trazem ou levam consigo todos os outros projectos da sua envolvência, quer física, num raio de não sei quantos quilómetros, quer económica, quer social, ...*”¹⁷⁹ Uma outra falha inerente a este processo prendeu-se com uma insuficiência de apoio financeiro para consolidar o projecto na sua fase de implementação – “*precisávamos de muito dinheiro para o promover, nas instâncias certas. Portanto, o que houve foi um trabalho um pouco académico, que falhou no seu processo de promoção e em chegar aos lugares certos. E falhou também a falta de motivação por parte do Estado Português, em criar projectos estratégicos para o Alentejo. Por exemplo, porque não dotar o Norte Alentejano em dois, três ou quatro projectos estratégicos e que depois na sua envolvência por dez, vinte anos, são acompanhados de múltiplos processos e projectos que os acompanham (...) julgo que falhou por isso mesmo.*”

Quando surge o programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, a matriz do projecto *Aldeia Academia*, articulado com o plano de salvaguarda da vila entretanto elaborado, permitiu desenhar um outro plano para candidatar a este programa, que seguiu de perto muitos pressupostos de sustentabilidade e intervenção ensaiados nos planos anteriores. Numa estratégia clara de rentabilização do trabalho já desenvolvido, nomeadamente em torno do projecto *Aldeia Academia*,

a autarquia de Fronteira resolveu definir para Cabeço de Vide um conjunto de projectos nas áreas da arquitectura e urbanismo, alguns dos quais já em execução e propostos pelo Gabinete de Apoio Técnico Local, na perspectiva de dotar a vila de uma imagem de qualidade, através de uma intervenção dirigida à integração territorial e potenciando a especificidade turística associada às Termas locais.

O facto da autarquia não ter ficado na expectativa da continuação do programa promovido pela CCRA, tal pressupõe uma dinâmica pré-existente à elaboração do plano de acção local e ao próprio programa. Essa dinâmica tem-se reflectivo nomeadamente ao nível da intervenção física no núcleo histórico de Cabeço de Vide – *“e foi isso que aconteceu, porque nós tínhamos já algum trabalho feito, nomeadamente em recuperação de património, como o casco de Cabeço de Vide, que tem oito largos lindíssimos, dos quais tiveram projectos de intervenção, e na altura da candidatura metade deles já tinham tido intervenções. Reabilitámos o Castelo, a Barbacã, (...) reabilitámos uma igreja, que era a Igreja do Carmo, que nem sequer tinha já a abóbada central e que foi colocada de pé, reabilitámos a antiga escola primária para um núcleo museológico. Isto é, havia uma quantidade, e existe, continua a existir uma quantidade de infra-estruturas, de projectos, de planos, de estratégias de dinamização, as quais não têm só a ver com a arquitectura e com a reabilitação, mas também com a parte sociológica, com a parte económica, com toda essa diversidade, e que era como, se me permite dizer, «fatal como o destino», ... nós tínhamos um trabalho de três quatro anos atrás, e era importantíssimo aproveitar trabalho no programa, que parece que não teve grande êxito até agora.”*

Esta actuação, por parte da autarquia, concebendo e levando à prática os *projectos em stock*, sem ficar à espera que o programa em questão fosse aprovado e seguisse os trâmites habituais em processos desta natureza, conduziu a uma tomada de posição por parte dos seus responsáveis bastante crítica face ao modelo de gestão e afectação de verbas a programas como o de Revitalização das Aldeias e Vilas Históricas. Com efeito, algum descrédito e frustração associado a este tipo de programas aparece com alguma frequência no discurso deste actor local – *“O programa das Aldeias Históricas, acho que mais uma vez remete à frustração e à péssima gestão dos últimos anos (...) porque é assim, eu estive numa reunião com trinta câmaras alentejanas, onde foi apresentado o programa das Aldeias Históricas, havia muito dinheiro, e onde foi pedido que fizessem candidaturas. (...) Julgo que passado dois anos ainda não estão sequer definidos exactamente em que moldes nos podemos candidatar, (...) portanto, repare, se há dinheiro e nós próprios sabemos que a taxa de execução para estes programas é mínima, estamos a acabar programas que deviam ter taxas de execução pelo menos superiores a 50% e rondam... Eu acho que não há uma boa gestão para ajudar e para acompanhar estes processos.”*

Intimamente relacionado com a questão anterior, juntam-se outras posições de teor crítico e dirigidas ao mesmo programa. Uma dessas críticas vai no sentido de interrogar o modelo de afectação de

¹⁷⁹ - in entrevista a um técnico (Arquitecto) da Câmara Municipal de Fronteira.

verbas para os processos e projectos no âmbito deste tipo de programas – “(...) interesses políticos. Eu sou completamente crítico relativamente a isso. Acho que é o medo que as pessoas que dirigem esses programas têm na forma como espartilham o dinheiro, e o cuidado precisamente como o fazem. Isto é, não interessa se é estratégico ou não, entre concelhos e juntas de freguesia e suas candidaturas, se tem uma lógica de conjunto ou não, o que interessa é ir dividindo o dinheiro para uns não se irem queixando dos outros. O que é que acontece? Simplesmente isto (...) falta ..., por mais que haja um esforço enorme da Autarquia, em dotar uma imagem de qualidade, essa imagem de qualidade é muito difícil de alcançar sem que haja um grande projecto estratégico. Mais uma vez vou dizer-lhe: se um ponto assenta no património, já fizemos. Primeiro, o projecto da Aldeia Academia Europeia Internacional de Artes e Ofícios Tradicionais, falhou; o plano de salvaguarda de Cabeço de Vide, um plano oficial, feito, falhou. Você sabe também como eu que, na prática, esses planos, para além de regularem alguma estratégia de ordenamento do território, da arquitectura, da reabilitação, falham... O programa das Aldeias e Vilas Históricas do Alentejo falhou até agora.”

Outra crítica prende-se ainda com o modelo de selecção dos projectos propostos pelas autarquias. Neste contexto, para além dos montantes de financiamento serem por vezes desajustados das reais necessidades para cada projecto, junta-se a inexistência de “acompanhamento e sensibilidade, de cima para baixo, relativamente a projectos estratégicos. Há essencialmente o ... «vamos dividir...». Eu até percebo, era mais fácil para o POR Alentejo ter um milhão de contos e ter dez autarquias e cada uma tem cem mil contos. Era mais fácil, uns gastavam em projectos estratégicos, outros em arrancar calçada e pôr calçada, outros em eventos e feiras gastronómicas (...) a nós já nos pediram ... nós já tivemos algumas entidades a dizer: «não metam mais projectos porque estamos cheios de projectos de Fronteira e há Câmaras que ainda não meteram um projecto» e a gente pergunta: «mas há alguma regra que diga para quem trabalhe muito não poder apresentar mais projectos e para quem se esqueceu estão à espera que arranjem projectos?», não pode ser, não é?”.

A solução proposta como alternativa ao modelo vigente de selecção e afectação de verbas à implementação dos planos e dos projectos a eles associados passam, na opinião destes responsáveis autárquicos, por outra via. A multiplicidade de iniciativas e pedidos de financiamento das autarquias junto de entidades como a CCRA deveriam ser substituídas por uma política de tematização dos lugares e dos projectos. Neste sentido, a especialização das localidades e a criação de projectos estratégicos funcionariam como motores do desenvolvimento local - “as coisas hoje em dia têm que estar mais segmentadas, têm que estar mais especializadas, (...) eu acho que a estratégia é essa. Deveria haver planos estratégicos motores, projectos estratégicos que tivessem carácter excepcional de financiamentos.” Uma das razões identificadas e explicativas da não assunção desta alternativa prende-se, parcialmente, com a relativa conflitualidade institucional e de carácter disciplinar que por vezes é perceptível no funcionamento das instituições públicas. Para este actor social dos processos de desenvolvimento local, “outra crítica brutal de gestão do território português e da política do ordenamento do território português é a falta de organização e relacionamento entre as nossas próprias instituições públicas. [A Direcção Geral dos] Monumentos anda à briga com o IPPAR, o IPPAR e os Arqueólogos do

IPPAR andam à briga com o IPA, e são completamente facciosos, tendenciosos e parciais. É óbvio que instituições como estas se relacionam mal entre elas, (...) mas julgo que não pesa o suficiente para ser a razão do falhanço destes planos. O principal é mesmo o desinteresse, são duas situações que eu ponho na balança, 50% para uma, 50% para outra: que é o desinteresse completo e a completa falta de sensibilidade pelo projecto estratégico, do organismo máximo do Estado (...) A falta de empenho em acompanhar este processo e depois a falta de financiamento completo, de carácter excepcional, que eu não estou a dizer que não o haja (...) o Norte Alentejo não tem turismo e eu acho que ninguém percebeu ainda que o Norte Alentejo não tem turismo, nós não temos turismo porque não temos projectos estratégicos.”

Para finalizar, a dinâmica de acção pré-existente ao lançamento do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas na Região Alentejo* pode caracterizar-se, em Cabeço de Vide pelo reconhecimento de um esquema de prioridades que tem na intervenção física o primeiro objecto de actuação, despoletador de outras dinâmicas. Prova disso mesmo é o leque de acções já desencadeadas e outras finalizadas dirigidas à recuperação de espaços, edifícios e monumentos locais – “foi recuperada a Igreja do Carmo, foi recuperada a escola velha, foi recuperada a barbacã, está-se neste momento a trabalhar no Castelo, mas eu julgo que a celeridade devia ser junto da primeira fase do projecto que era relativa à zona patrimonial de Cabeço de Vide e depois estendia-se ao resto do núcleo. Como zona patrimonial estou a falar do Castelo, da Torre do Relógio, da Cadeia Velha, da Igreja Matriz, da Santa Casa de Misericórdia com um espólio valiosíssimo, do antigo cemitério, da Barbacã, de dois ou três largos, do Miradouro com trezentos e sessenta graus de vista, estas seriam situações imediatas e urgentes.”

Só depois parece surgir a preocupação por criar planos de dinamização sócio-cultural, aspecto que, no caso de Cabeço de Vide, ocupa uma posição de dependência face, em primeiro lugar, a uma intervenção no plano físico e urbanístico. “quase todas as autarquias tendem a preocupar-se, em primeiro lugar, com o aspecto físico e em último com... a vivência local e todos os parâmetros de dinamização social e cultural. Mas, em todos os projectos houve o cuidado de a incluir. Porque é mais fácil... repare, se eu não tenho o património recuperado e reabilitado, eu vou investir num centro, num gabinete de gestão de eventos e de acções sócio-culturais para quê? É uma questão de prioridade. Portanto, se os programas vão falhando, falhando, falhando... eu contrato um sociólogo, ou dois, ou três, um animador, dois, ou três, um tipo de geografia, um tipo do ambiente, mas eles vão programar o quê, quando a nossa oferta é zero.”

Esta constitui a matriz do modelo de intervenção e de desenvolvimento levada à prática em Cabeço de Vide, antes, durante e depois do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*.

2.1.3 – Viana do Alentejo

O terceiro estudo de caso reporta-se a Viana do Alentejo, sede de concelho com o mesmo nome, no distrito de Évora. Tendo-se apenas candidatado ao programa *Aldeias do Castelo e Património*, a origem do processo inerente à inclusão de Viana do Alentejo no referido programa pode ser caracterizada por alguma perplexidade. Isto é, a equipa técnica da autarquia foi surpreendida com o envolvimento de Viana do Alentejo no programa, na opinião da qual – equipa técnica – “a presença de Viana só parece ser justificada por uma questão de estratégia e marketing político do partido da oposição local, numa perspectiva eleitoralista e por simpatia do partido do governo”.¹⁸⁰ Esta interpretação ajuda a perceber a manifestação de um optimismo moderado, quando não de um descrédito, pelo impacto das intervenções previstas no âmbito do mesmo programa em Viana do Alentejo. Com efeito, as acções que se perspectivam para o castelo, de acordo com a proposta do IPPAR, e na opinião do entrevistado, são limitadas e sujeitam-se a passar à margem da população, não se esperando uma afluência muito significativa.

A postura da autarquia, quer em termos de discurso político, quer em termos de discurso técnico, são convergentes num ponto: independentemente do que possa acontecer ao programa *Aldeias do Castelo e Património*, a Câmara pretende avançar com um conjunto de acções de infraestruturação, não contempladas totalmente na proposta do IPPAR, uma vez que as mesmas encontram-se consagradas no programa eleitoral. Esta tomada de posição reforça algumas dúvidas face à possibilidade do processo avançar no âmbito do mesmo programa. Segundo o técnico da autarquia entrevistado, podem surgir alguns obstáculos e riscos associados à intervenção, tal qual ela se encontra prevista. Desde logo, o facto do IPPAR preocupar-se essencialmente com as acções a realizar na estrutura do castelo, o qual se resume a “um quarteirão isolado/delimitado por quatro ruas, com uma igreja no seu interior”, monumento nacional e sob tutela do mesmo, pode vir a perder impacto, com a correspondente ocorrência de problemas ao nível da administração central (CCRA e IPPAR), relativamente à gestão dos dinheiros públicos, eventualmente a canalizar para suportar as acções programadas.

Estes receios conduzem a que os responsáveis pela autarquia local reforcem a sua intenção de protagonizarem uma intervenção mais ampla, articulada e de forma complementar à iniciativa eventualmente a ocorrer sob responsabilidade do IPPAR, no âmbito do programa *Aldeias do Castelo e Património*. Duas justificações encontram-se subjacentes a esta tomada de posição: por uma lado, o facto destas intenções assumirem a forma de um compromisso com a população local aquando da campanha eleitoral; por outro lado, a consciência de que as acções previstas para o castelo terão de ser complementadas com outras, nomeadamente, “a criação de parques de estacionamento, a mudança do

¹⁸⁰ - in entrevista a um técnico da autarquia de Viana do Alentejo.

mercado, a biblioteca, equipamentos que inicialmente estavam agregados à intervenção no castelo”, projectos estes com planos elaborados e orçamentos previstos pela autarquia.

Intimamente associada a esta predisposição para actuar independentemente dos cenários que ocorram em torno do programa já referido, está o facto da autarquia de Viana do Alentejo assumir-se como um importante protagonista, quase único, do desenvolvimento local, uma vez que constitui a principal entidade empregadora do concelho. Por outro lado, é reconhecida a existência de uma dependência face à mesma na realização de várias iniciativas com expressão local, substituindo-se por vezes à sociedade civil, a qual apresenta um défice de participação cívica, nomeadamente por via da inexistência de associações interessadas na defesa, promoção e valorização de recursos e potencialidades locais – “a autarquia tem conhecido uma grande dinâmica: criação de loteamentos urbanos, incentivos à fixação de indústrias e equipamentos”.

Em resumo, relativamente ao caso de Viana do Alentejo, estamos perante um exemplo em que o entusiasmo e a expectativa face ao programa *Aldeias do Castelo e Património* tende a assumir contornos algo pessimistas e de alguma indiferença até. Na qualidade de entidade parceira neste processo, a autarquia, mais do que enfatizar a ligação entre património e turismo, prefere alertar para o cenário desta experiência poder vir a constituir uma iniciativa pouco positiva e com reduzido sucesso, sobretudo se a população local não for envolvida e se esta não se reconhecer nas acções entretanto a implementar. O auto-reconhecimento, por parte dos responsáveis autárquicos pela existência de uma certa capacidade e de algum vigor em captar a iniciativa privada para concretizar investimentos no concelho, encontra-se de forma associada à manifestação de algum descrédito e indiferença face às anunciadas potencialidades inerentes àquele programa promovido pelo IPPAR e pela CCRA. A aposta da autarquia parece dirigir-se, no essencial, para a transformação de Viana do Alentejo num pólo de apoio e complemento (residencial, económico,...) relativamente à cidade de Évora, objectivo, de resto, ilustrado pela procura imobiliária que a vila tem conhecido nos últimos anos. O programa das *Aldeias do Castelo e Património*, para este actor local, não terá uma expressão muito significativa, sobretudo se a intervenção se confinar a um conjunto de acções a realizar apenas no castelo da localidade.

3 – Património rural, turismo e desenvolvimento: relações, efeitos e complementaridades

A concepções relativamente convergentes a propósito do conceito de *património rural* tendem a corresponder diferentes perspectivas e cenários sobre a sua utilização no âmbito dos processos de desenvolvimento regional e local, em que se inserem os programas aqui analisados. Com efeito, ao reconhecimento, embora de forma diferenciada por parte dos vários actores locais, da existência de um património rural multifacetado na região Alentejo, correspondem posições divergentes quanto às fórmulas de utilização do mesmo no âmbito dos referidos programas de desenvolvimento.

Perante o facto dos planos de acção local incorporarem referências a elementos patrimoniais, alusivos a vários valores históricos: monumentais, sócio-culturais, ambientais e naturais, isso constitui, para um dos actores locais, um sinal claro de que o desenvolvimento das pequenas comunidades rurais passa inevitavelmente pelo envolvimento desses elementos patrimoniais, entendidos enquanto recursos e potencialidades canalizáveis para as respectivas estratégias de intervenção, ao abrigo dos programas a que temos vindo a fazer referência. Contudo, o que parece ser necessário e constitui prioridade, não é tanto a promoção de uma ruralidade inerente à história dessas comunidades, mas sim os valores que nela se inscrevem, no sentido de lhes conferir novas oportunidades de criação de riqueza, de investimento e de associação ao turismo.

Com efeito, para os responsáveis promotores destes programas – *“a ruralidade aparece mais pelo enquadramento das aldeias e vilas históricas, fixando um contexto rural ... mas eu penso que eles [equipas técnicas, autoras dos planos de acção local] pretendiam evidenciar a questão do património, a questão histórica, a questão cultural e aí, enfim, admito que obviamente, neste aspecto, estejam incorporadas questões rurais, os valores rurais, quer em termos de cultura, quer em termos da própria arquitectura, eu penso que estão lá. Ora, estes programas não visavam a promoção da ruralidade, tal como a podíamos entender, os aspectos mais complexos da vida comunitária, enfim, das actividades agrícolas, das tecnologias, dos sistemas de produção, enfim, da cultura rural, etc. Não é isso. Isso não é o objectivo fundamental destas intervenções; o objectivo fundamental era mais valorizar, se calhar, aquilo que a própria ruralidade acabou por ir perdendo”*.¹⁸¹

Nesta ordem de ideias, o que se trata é, face ao reconhecimento e identificação de um conjunto de símbolos, valores e recursos de carácter patrimonial, o que se impõe é integrá-los numa estratégia global, por forma a conferir-lhe capacidade de gerar dinâmicas de investimento, que permitam captar o interesse dos turistas e, com isso, lançar as bases de uma estratégia mais ampla de promoção dos aglomerados em causa e consequentemente da região.

Esta questão remete-nos para os efeitos a esperar de uma intervenção dirigida à preservação e utilização do património construído e sócio-cultural de cariz rural. *“Havia aqui um sentido que era realçar esse património, que muitas vezes estava excluído, quer dizer, não era suficientemente evidenciado, muitas das vezes até está destruído, está em fase de deterioração, porque acabou por não fazer parte da cultura local. Esse património, portanto, está lá. As pessoas foram-no conservando enfim, enquanto puderam não é, mas acabou por se ir degradando porque também os poderes públicos nem sempre podem ir a todas ... Eu penso que ele havia de estar presente em tudo aquilo que viesse a ser feito, e o sentido era evidenciar exactamente o património. (...) aquilo que se pretende é que se tente dar utilidade e utilização à realidade que existe e, obviamente, a realidade que existe nessas aldeias e nessas vilas históricas. A sua valorização e a sua função irão provocar, como esperávamos e como esperamos, esse tal desenvolvimento local. É uma forma também de fazer com que nesse espaço surjam iniciativas, enfim, se possa, como vimos à pouco, fazer com que as pessoas possam vir até lá e se radiquem por ali ou que venham passar uns tempos... e esse património é, ao fim e ao cabo, um elemento dinâmico. E uma das vertentes que imediatamente decorre das características desse potencial, é o turismo. Porque se conseguirmos oferecer ao visitante ou às pessoas algo que eles desejam, é pela via do turismo que nós achamos que isto pode ser feito. Não estamos a ver outro tipo de investimento, ou outro tipo de marketing para isso.”*¹⁸²

Uma aposta nestas localidades de pequena dimensão passará inevitavelmente pela procura de criação de micro-iniciativas, de pequenas empresas, despertadas para um investimento nas actividades económicas que existam localmente. Na maioria dos casos, essas micro-iniciativas estruturam-se em torno da actividade turística (ou tendo como mercado potencial a indústria do turismo). Para os responsáveis da entidade promotora do programa, o turismo, não sendo a única e exclusiva estratégia de utilização do património rural numa perspectiva de desenvolvimento local, constitui, no entanto, *“um bom complemento de outras raízes e até para valorização de outras que já existem. O turismo tem essa grande qualidade que é um sector que valoriza muito o conjunto de actividades que estão ligadas à gastronomia, valoriza toda a parte hoteleira, valoriza as questões relacionadas com produtos ligados à arte ou aos vinhos, ao azeite, ao mel, a um conjunto de produtos regionais locais ligados ao meio rural. O turismo é uma forma de valorização.”*

Neste contexto, em que o turismo é considerado, na perspectiva deste actor interveniente no processo, um motor do desenvolvimento para estas comunidades, as aldeias e vilas (“históricas”) assumem, afinal, um papel de enquadramento e de suporte da actividade turística. As aldeias e vilas são assim um complemento, uma mais-valia que pode e deve ser potenciada no quadro das estratégias turísticas da região Alentejo. Todavia, os riscos que possam decorrer de uma eventual canalização excessiva de projectos e acções dirigidas quase exclusivamente para a indústria do turismo, parece ser, no entender da entidade promotora, um risco minimizado. A este propósito, defende que – *“cada sector tem a sua dinâmica ... É verdade que se este programa puder dar um contributo*

¹⁸¹ - in entrevista ao Gestor do Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo.

¹⁸² - Idem.

para o desenvolvimento turístico da região e depois para o desenvolvimento de outros sectores... também, obviamente, está subjacente esse objectivo. Agora, oxalá que pudesse desempenhar esse papel, eu penso que seria bom, penso que não há riscos de... O turismo é uma actividade cada vez mais internacional, cada vez mais actual, cada vez mais de futuro, e penso que o turismo, hoje, e no nosso país e em regiões como o Alentejo, é uma grande aposta, porque pode resolver muitos problemas.”

Esta aposta na actividade turística por parte das aldeias e vilas envolvidas no programa não deve significar, contudo, uma desresponsabilização e um esquecimento das populações que nelas habitam. Nesse sentido, o exemplo do programa das *Dez Aldeias Históricas* do centro do país funciona como um paralelismo, uma experiência a partir da qual se devem retirar ilações e corrigir erros, evitando-os na região Alentejo. Esta convicção transparece na seguinte tomada de posição: - *“Você só consegue repetir no Alentejo aquilo que está a acontecer na região centro se nós deixarmos despovoar as nossas aldeias, porque, depois, em relação à região centro, o que é que acontece? Nós vamos lá e só lá está a aldeia. Não está lá nenhum negócio, não estão pessoas, não está nada para deixar lá. Assim, nas que eu visitei, não está lá nada onde eu possa deixar o meu testemunho, comprando coisas e gastando dinheiro. Portanto, o que lá está é uma aldeia despovoada, em que se fizeram melhoramentos. Melhoraram as suas condições de vida, etc. Isso tudo bem, mas neste momento penso que, com algum prejuízo, as aldeias estão despovoadas, as pessoas que lá vão, só vão e vêm e não fazem mais que isso.”*

Para um outro actor interveniente no processo – o IPPAR – e especificamente em relação ao programa *Aldeias do Castelo e Património*, o reconhecimento da existência de um património rural é remetido para o conteúdo das alterações à Lei de Bases do Património Cultural Português, nomeadamente para a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, onde se estabelecem as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Associado à questão das classificações de vários tipos de elementos arquitectónicos como *património*, surgem indicadores de um entendimento mais abrangente sobre o seu significado. Para os técnicos do IPPAR, com as alterações à Lei do Património – *“(...) pretende-se, vamos lá ver se desta vez é regulamentado, uma classificação por monumentos e sítios, como aliás se previa no plano internacional (...) lá está, aí pode entrar muito mais facilmente esse tipo de património rural e o sítio que tem a ver também com a componente paisagística e ecológica. E isso é, de facto, um aspecto, não sendo uma inovadora teoria, porque já é um conceito há muito tempo, ainda não foi levada à prática, mas é de novo previsto e acarinhado com a nova Lei. (...) Pretende-se também desburocratizar um bocadinho o programa das classificações, torná-las menos pesadas em termos de procedimento e com mais colaboração por parte das entidades locais. Vai no seguimento do entendimento cada vez mais lacto do que é o património. Claro que, ao IPPAR, nós como temos de zelar pelo património arquitectónico, e é isso que fazemos, mas a sensação que eu tenho, decorrente agora da nova Lei, é que associado ao património arquitectónico, passa a estar cada vez mais o património ambiental, até as pessoas, os contextos, portanto, abre-se um bocadinho o campo da valorização...”*¹⁸³

Esta leitura acerca dos novos significados associados ao conceito do património transparecem, segundo os mesmos técnicos, nos planos concebidos para cada uma das localidades abrangidas por este segundo programa. Porém, é notório o reconhecimento e a defesa da ideia associada à prioridade da intervenção física, anterior, portanto, às actividades de animação, as quais são remetidas à *posteriori* para a esfera de actuação das autarquias e associações cívicas locais.

Neste sentido, é visível uma demarcação de funções no âmbito do programa *Aldeias do Castelo e Património*: o IPPAR recupera os imóveis; as autarquias intervêm na envolvente aos mesmos e idealizam os respectivos programas de animação, mediante um apoio complementar dado pelo IPPAR. *“O que se pretendia era que, esse tipo de actividades de animação, que também defendemos, sejam levadas a cabo principalmente pelas Câmaras, Juntas de Freguesia, enfim, pelas associações locais, que se criem programas e que se criem actividades que possam fixar ou que possam levar as pessoas aos sítios mas que tenham continuidade no tempo, quer dizer, que não se façam aquelas coisas que só se faz uma vez por acaso. Quer dizer, que se soubesse que no castelo tal todos os anos se faz não sei o quê, ou que que a Câmara, por exemplo, escolhe aquele espaço onde apresenta palestras, onde as escolas podem reunir para realizar actividades de carácter pedagógico, educativo em variadíssimas áreas. (...) Há uma variedade enorme de ligações que é possível fazer e que aí nós só nos limitamos a sugerir... depois quem está no espaço é que terá que ver como é que pode potenciar aquilo que ali está. A nós compete manter, e nós faremos a parte de divulgação histórica, apoiaremos tecnicamente sempre que for necessário. Não temos meios humanos nem recursos que nos permitam ter essa intervenção concreta sempre em todos os sítios... é impossível. E depois também acho que não é desejável porque (...) pretende-se que haja essa articulação, e que, de facto, por carências de recursos da nossa parte já não temos hipótese de ter gente a delinear programas efectivos para cada sítio. Deve-se tentar, directamente, articular com as Câmaras.”*

A este papel complementar por parte do IPPAR no que respeita à dimensão da promoção e animação cultural dos recursos patrimoniais recuperados e revitalizados, junta-se o reconhecimento de alguns protagonismos locais, no essencial reduzidos apenas a alguns autarcas, presidentes de Câmara. Contrariamente, já no que concerne ao papel e à intervenção da iniciativa privada nestes processos, designadamente no campo da animação cultural, o balanço conhecido é desfavorável face a estes últimos, apesar de lhes ser reconhecido um grande potencial enquanto possíveis promotores turísticos dos espaços e das localidades. Neste contexto, reconhe-se, contudo, que não tem havido muito espaço de manobra para o envolvimento de outros parceiros institucionais como as Regiões de Turismo e as entidades da Administração Central e Regional ligadas ao Ambiente. *“Neste momento as reuniões que temos tido são só entre o IPPAR, as Câmaras e a CCR, como mediadora e coordenadora do processo. As Regiões de Turismo não entram... tinha que entrar o ambiente, tinha que entrar mais uma série de entidades. Neste momento não há ainda uma articulação muito efectiva. Agora, que na prática, de facto, há muita consciência de que, com estes processos, com este projecto e com este programa, não se pretende tornar as*

¹⁸³ - in entrevista aos técnicos do IPPAR-Delegação de Évora.

aldeias pequenos museus para turistas. Só que isso é um processo que também não pode ser forçado, por isso é que da parte do IPPAR temos que criar as condições para que o castelo seja atractivo, seja visitado, para que a Câmara possa chegar aos pequenos promotores e fazer esta acção de desenvolvimento. Nós temos que nos cingir, de facto, aquilo que é o objecto da nossa intervenção, que é mais material, digamos. Agora, muito provavelmente, o turismo vai ser o grande motivador, o grande dinamizador económico...”

A este reconhecimento do turismo como móbil da dinamização económica subjacente aos processos de desenvolvimento a partir dos castelos é também justificável para os técnicos da CCRA, uma vez que, à falta de alternativa, é no turismo que surge a resposta à viabilização económica dos investimentos realizados (e a realizar) no âmbito dos mesmos processos. Impera assim uma perspectiva mais de pendor economicista, do que propriamente de cunho mais social e cultural, atenta às necessidades das populações locais, já relativamente cépticas perante as relações, os efeitos e as proclamadas complementaridades entre o património (rural), o turismo e o desenvolvimento.

3.1 – Entre o Programa e os Planos: “de que lado está agora a bola!?!...”

O título que encabeça este último sub-capítulo não é um mero jogo de palavras, como eventualmente parece sugerir. Ele assume particular significado ao longo da exposição analítica que se segue.

Chegados a este ponto, após o cruzamento de uma extensa análise e avaliação “ex-ante” do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, de uma referência às experiências anteriores e à situação actual decorrente da sequência do primeiro, tanto ao nível do discurso institucional inerente às entidades promotoras, como ao nível da forma como os actores locais, com as suas dinâmicas próprias, receberam o programa, o aproveitaram e actuaram, cabe agora interrogar de que lado se espera o passo seguinte. Por outro lado, impõe-se questionar, também, qual a utilidade e a aplicabilidade reservada aos vários planos de acção local e aos sucessivos programas de desenvolvimento entretanto criados e divulgados.

A figura seguinte pretende demonstrar aquilo que nos parece ser uma representação da complexa rede de relações institucionais (formais e informais), a par de um, não menos complexo, jogo de interesses, protagonismos e responsabilidades. A forma como os vários actores sociais estruturam, no terreno, as suas posições, ora demarcando-se de uns, ora aliando-se a outros, permite antever uma realidade que se pode caracterizar, a breve prazo, por uma situação de relativo impasse.

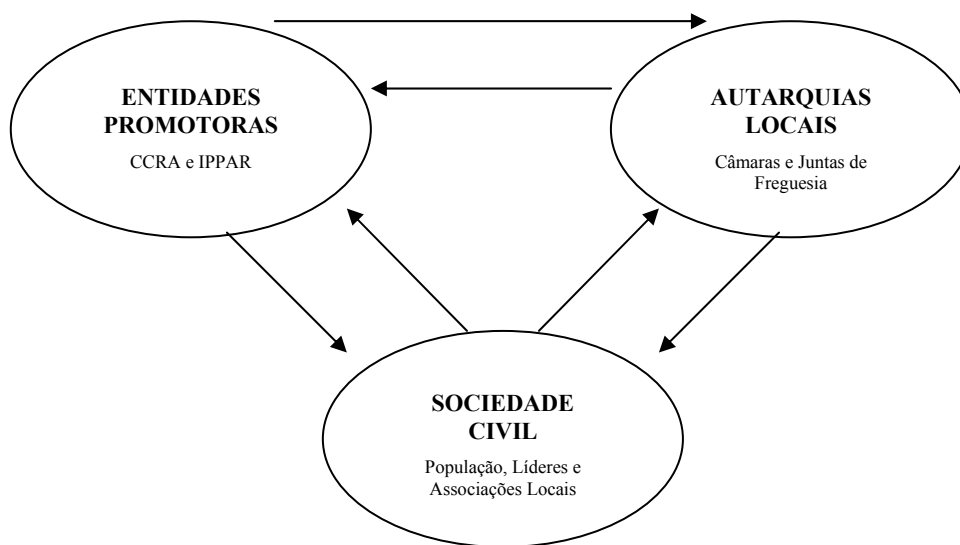


Fig. 27 – Estratégias e posicionamentos dos actores intervenientes nos processos.

Do lado da CCRA, entidade promotora dos vários programas de desenvolvimento, persiste a convicção de que agora cabe às localidades, pela acção dos seus líderes locais, dos seus representantes individuais e associativos, exercerem a pressão necessária junto das entidades com responsabilidade directa nos processos, a fim de se implementarem as iniciativas preconizadas nos respectivos planos de acção local. Todavia, é reconhecido também por parte dos responsáveis da CCRA um papel, uma função, que não foi cabalmente cumprida, pelo menos nos moldes inicialmente previstos. “(...) nós temos boas autarquias no Alentejo. Já fazemos trabalho com as Câmaras Municipais há vinte e cinco anos e temos as melhores das impressões dos nossos Municípios, até se tem feito um trabalho interessante. Tem-se desempenhado um papel de grande valor para a maioria das condições de vida das populações e aquilo que é das suas competências, porque as Câmaras também estão limitadas, não têm capacidade de resolver o problema do emprego, do desenvolvimento sectorial, não. Agora, no âmbito da intervenção municipal, é claramente positivo o papel dos Municípios. Portanto, estou convencido e porque nós fizemos um desafio às Câmaras Municipais, que elas responderam. Todos fizeram os planos e penso que quem está em falta somos nós. Portanto, neste momento quem falta ao desafio que foi feito às Câmaras Municipais, é a Administração Central. Porque não foi capaz, e aí nós, Comissão de Coordenação, também temos obviamente a nossa quota de responsabilidade, porque não fomos capazes de impor no plano regional as aldeias e vilas históricas. (...) Eu penso que as Câmaras Municipais estão totalmente disponíveis e se houvesse uma atitude activa ou pré-activa por parte da CCR junto das Câmaras Municipais, junto desses planos, eu penso que o êxito era relativamente grande, não tenho dúvidas disso. Agora, neste momento, houve uma modificação, como já falámos [Programa Aldeias do Castelo e Património] e agora as coisas estão numa fase de alguma expectativa.”¹⁸⁴

¹⁸⁴ - in entrevista ao Gestor do Programa Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo.

Para os técnicos do IPPAR, a importância dos planos realizados no âmbito destes programas encerram um conjunto de mais-valias que vão para além das eventuais acções que se possam vir a implementar. A vantagem decorrente da realização dos mesmos reside no facto de se ter conseguido sistematizar necessidades e recursos, a par de se ter projectado ideias para a valorização e dinamização dos espaços e monumentos, tudo isto por parte de várias equipas, de acordo com um calendário apertado. Porém, é visível alguma apreensão perante a possibilidade de que todas as acções previstas possam ser realizadas a curto prazo. Para que esse cenário se torne realidade reconhece-se a importância que pode estar na capacidade de mobilização e de acção por parte dos actores locais, materializando assim *“uma vontade local”*.

Neste contexto, ganham especial relevância actores locais como os municípios, as próprias populações locais, agindo anonimamente ou enquadradas no movimento associativo local e, por último, as escolas e os profissionais de educação. Relativamente a estes últimos é defendida a necessidade de se promoverem mecanismos de sensibilização pedagógica, quer junto das populações locais, quer junto dos visitantes/turistas. Em parte, esse papel, parece poder ser incumbido às escolas e aos professores, em relação aos quais se poderiam *“promover acções de formação para professores. Um simpósio, um encontro, um colóquio por exemplo, chamando os professores, apresentando sítios e estratégias de utilização dos sítios, convidar professores a apresentar trabalhos sobre isto e pôr gente a trabalhar no terreno. Mas nós já estamos aqui há três anos e ainda não conseguimos montar isto, mas era uma actividade que eu sempre achei que o IPPAR deveria promover, o IPPAR e se calhar outras entidades...”*¹⁸⁵ Para além das escolas e dos professores, um outro grupo profissional é reconhecido pelo IPPAR como potencial actor nos processos de intervenção no património. Tratam-se das empresas e dos empreiteiros que, no terreno, são quem acaba por ter uma actuação decisiva, sobretudo nas fases de obra. Tal serviria também para envolvê-los na problemática subjacente à preservação correcta de espaços, sítios e monumentos de valor patrimonial reconhecido.

Porém, é junto das escolas que se pode esperar uma intervenção mais decisiva nomeadamente no que respeita à dimensão da promoção e animação dos valores patrimoniais. Existe uma razão explícita para não ser a entidade promotora a fazê-lo - neste caso o IPPAR - e que se prende com a falta de recursos humanos e financeiros para assegurar aquelas funções de divulgação, formação, promoção de encontros, entre outras iniciativas. Todavia, a preocupação em não deixar de lado uma vertente educativa e de valorização pedagógica relacionada com o património encontra-se entre as intenções do IPPAR, sobretudo naqueles projectos em que se afigura possível envolver as escolas e os seus protagonistas. — *“Estamos a pôr uma rubrica, por exemplo, para serviço educativo, ou seja, de maneira a podermos contratar gente e obter alguns equipamentos que nos permitam fazer pequenas áreas de acolhimento para as escolas, os professores e alunos, para visitas de estudo e outras iniciativas, e que faltam. Nós fazemos*

¹⁸⁵ - in entrevista aos técnicos do IPPAR-Évora.

isso aqui ao nível da Direcção Regional, temos um atelier, temos uma área de serviço educativo que tentamos até que desenvolva trabalhos, que possam também sair daqui e ir à nossa área de influência, que produzam materiais que possam ser depois enviados para as escolas e que expliquem depois aos professores como tirar partido de elementos patrimoniais. Como é que se pode fazer, por exemplo, uma visita ao Romano em Évora, como é que se pode ver a arquitectura militar em Évoramonte, como é que se pode estudar o Manuelino ou o Gótico final em Viana do Alentejo. A nossa ideia é explicar às escolas, e isso não é muito fácil...”

Relativamente aos outros dois actores intervenientes nos processos, as autarquias locais e a sociedade civil, a relação de forças tende a inverter-se. Isto é, se por um lado parece imperar uma posição crítica e até caracterizada por algum cepticismo face ao sucesso destes programas de desenvolvimento, que têm o património como denominador comum; por outro lado, assistimos a tomadas de posição frequentemente relacionadas com uma demissão parcial de responsabilidades, alegando-se, no caso dos responsáveis autárquicos, falta de meios financeiros para suportar determinados custos associados a algumas acções, a par de uma carência de capacidade de resposta técnica, devido a um reduzido quadro de profissionais técnicos e especializados nas autarquias.

Já a sociedade civil, em particular por via dos seus representantes e líderes associativos locais, ganha ainda maior visibilidade o reconhecimento de alguma impotência na superação de determinados problemas, reclamando, não raras vezes, uma intervenção mais objectiva e célere, na resolução desses mesmos problemas, por parte da autarquia, o que poderia passar pela disponibilização de um apoio técnico e logístico de forma mais permanente, sobretudo para levar à prática acções e iniciativas face às quais já existe inclusivamente alguma expectativa. Por seu turno, os responsáveis autárquicos, ora tendem a canalizar a obrigatoriedade de acção para as entidades promotoras do programa, ora para a própria sociedade civil, argumentando a necessidade de não se substituírem aos actores locais e às suas dinâmicas.

Se, por um lado, são visíveis tomadas de posição divergentes entre os actores locais em relação a quem deve dar os próximos passos no que concerne à execução dos planos de acção local, enquadrados nos programas de desenvolvimento e dirigidos à valorização do património, os mesmos actores tendem a assumir posições mais convergentes face ao risco associado a uma possível banalização do conceito *aldeia histórica*, tomando esta enquanto recurso promocional e de marketing turístico. É o caso de alguns responsáveis autárquicos e de alguns elementos das equipas técnicas participantes na elaboração dos planos de acção local, para os quais, de forma explícita ou implícita, *”estas aldeias todas tem a ver com as políticas da comunidade [União Europeia] (...) julgo que isto é uma questão de moda, porque assim que fecharem a torneira acabam-se as aldeias para toda a gente. Vão-se aguentar as aldeias que se aguentarem, depois com outras coisas. Em termos de produto turístico, se algumas de facto faz sentido outras são medidas nesses programas um bocado à toa. E portanto, depois, perde-se tudo e corre-se o risco de uma banalização. E acho que aqui [região do Norte Alentejo] nenhuma delas se aguenta do*

ponto de vista turístico, nenhuma delas se aguenta nem mesmo uma daquelas mais importantes e com visibilidade maior. Nem essas se aguentam se isto não for feito num pacote..., quer dizer, não é cada uma, não é Amieira do Tejo que se promove, não é Viana do Alentejo que se promove, não é Cabeço de Vide que se promove, não é Castelo de Vide que se promove, e portanto, há aqui um trabalho a fazer que é perceber o que é que isto tudo tem de comum, quer dizer, o que é que isto tem de produto turístico que se pode oferecer, que não seja só o cenário e o edifício histórico. Do meu ponto de vista, esses tipos de produtos turísticos são sempre muito limitados em termos de público-alvo, quer dizer, diz respeito a certo tipo de pessoas, com uma certa formação, com um certo tipo de interesses.”

Como estratégia alternativa ao risco de uma possível banalização do conceito turístico de *aldeia histórica*, a solução parece ser convergente no sentido de se procurar tematizar essas aldeias e vilas segundo critérios de especificidade patrimonial local (vertentes natural, cultural e arquitectónica)¹⁸⁶, em lugar de optar por reproduzir e imitar as experiências levadas a cabo noutras regiões do país, cuja generalidade dos resultados são hoje cada vez mais discutíveis face aos objectivos inicialmente previstos. Para os responsáveis de uma das entidades promotoras dos programas – no caso a CCRA – *“esta nomenclatura [aldeias históricas] tem a ver com um marketing associado às características de uma realidade rural, que é diferenciada. Quer queiramos, quer não, há uma diferença regional em Portugal, não é uma diferenciação estrutural, mas cultural, patrimonial, de usos, costumes e tradições... que são diferentes. A própria economia estruturou-se também em função disso. Eu penso que esta procura de associar as aldeias a qualquer coisa, associá-las às actividades, à sua localização é uma forma que se encontrou de valorizar, dentro de um conceito de aldeia, valorizar estes aspectos e ser capaz de dizer: bom, temos aldeias vinhateiras, do Douro, as aldeias históricas que são aquelas que têm os Castelos, e portanto acabamos por ter uma caracterização de uma realidade que sendo ela toda a mesma base, que é o rural, as aldeias, etc... mas que de algum modo elas podem tipificar e valorizar esses aspectos diferenciadores, criando aqui um produto muito mais diversificado e mais organizado (...) de algum modo do ponto de vista até da oferta turística e da perspectiva regeneradora das nossas aldeias e do meio rural. Quer dizer, o conceito de aldeia não ser tão generalista... Nós próprios, aqui na Comissão, tínhamos uma noção diferente desta matéria, portanto nós tínhamos inicialmente o Projecto Aldeia, um projecto de apoio ao meio rural, até porque o nosso meio rural é muito caracterizado pela aldeia, pelo nosso povoamento aglomerado concentrado, para que fosse assim mesmo, e pensávamos que a aldeia tinha essa capacidade, era uma unidade complexa e nós decidimos ir pela designação de «aldeia» porque está muito enraizado um certo conceito de qualidade, qualidade de vida. (...) Tínhamos um projecto diferente, que era mais abrangente no meio rural, em termos globais, mas depois, esse projecto veio evoluindo e acabou por parar e não ser tão generalista, E porque havia outras regiões também que tinham esta preocupação: Trás-os-Montes ou Beira, e neste sentido vamos tentar tematizar e caracterizar as aldeias, arranjar lucros..”.*

A ausência de um trabalho de avaliação e de balanço neste momento dirigido a ambos os programas de desenvolvimento regional – *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* e

¹⁸⁶ - Ver anexos, artigo de imprensa “Aldeias históricas: programa em crescimento”.

Aldeias do Castelo e Património – aliado a uma significativa acumulação de estudos/diagnósticos sobre a região Alentejo e de uma permanente reflexão conceptual e teórica subjacentes a estes processos de intervenção em meio rural, desde o Projecto Aldeia até aos programas atrás enunciados, conduz à ideia final de que, não obstante o reconhecimento de alguns atrasos na condução dos referidos processos e a existência de algumas reorientações no plano da política de intervenção em meio rural, a fase seguinte – todos os actores envolvidos nos processos reconhecem - tem que ser a da intervenção. Neste sentido, para além de ser esperado, é legítimo que tanto os municípios como as entidades públicas, privadas e associativas, com intervenção nas localidades abrangidas pelos programas, possam, isoladamente ou em conjunto, assumir uma postura mais interventiva, de acção e de defesa dos respectivos valores patrimoniais rurais.

Esse esperado protagonismo, essencialmente das autarquias e da sociedade civil, constitui, para as entidades promotoras dos programas, o próximo passo a ser dado como sequência dos mesmos, nomeadamente através do aproveitamento e rentabilização dos planos de acção local entretanto elaborados para outras finalidades, incluindo a procura de outras fontes de financiamento, nacionais e internacionais. Esta tomada de posição encontra-se, de resto, subjacente à expressão com a qual terminamos esta investigação: - “*a bola está exactamente do lado de lá*”, isto é, do lado dos actores locais (municípios e sociedade civil).

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo da elaboração desta pesquisa várias foram as mudanças, as inflexões, os avanços, os recuos e as reestruturações de decisões, estratégias e posicionamentos por parte dos actores sociais implicados nos processos de desenvolvimento local aqui estudados e avaliados, decorrentes das dinâmicas que lhes são próprias, tendo, neste caso, o espaço rural como referente empírico. Nesta sequência, também nós fomos sensíveis a essas mudanças, incorporando e re-analizando as evoluções que os mesmos processos de desenvolvimento foram conhecendo. Entre a mobilização de quadros teóricos interpretativos daquelas mudanças e a articulação com uma permanente incursão, observação e compreensão do que se estava a alterar no terreno da pesquisa empírica, fomos construindo e dando forma a esta investigação a que agora chegámos ao fim.

Não querendo enveredar pela redacção de uma conclusão “simplista” e condensada dos resultados alcançados - porque essas conclusões podem ser encontradas no final de cada parte do trabalho – optámos antes por retomar algumas linhas do debate teórico que esteve subjacente ao desenrolar da investigação, a par de uma síntese de ilações que julgamos ser pertinentes para uma leitura imediata – mas objectiva – acerca do que procurámos estudar e do que consideramos serem pontos de chegada e elementos com eventual valor acrescentado para o estudo da problemática em causa: o desenvolvimento em espaços rurais, partindo da mobilização de recursos patrimoniais de base rural, num contexto de afirmação de uma “nova ruralidade” – segundo alguns autores – emergente na sociedade contemporânea.

Partindo precisamente do mote lançado no parágrafo anterior, e salientando que as conclusões inerentes a qualquer produto científico devem ser sempre entendidas como limitadas e provisórias, residindo nelas a possibilidade de se levantarem novos problemas, pistas de reflexão e hipóteses para posterior investigação, começemos por lembrar alguns pressupostos, informados teoricamente, os quais desenvolvemos ao longo desta exposição.

Pensar o desenvolvimento numa dimensão local impõe, cada vez mais, no espaço rural, a necessidade de o articular também com as dinâmicas territoriais exógenas, algumas delas com proveniência urbana. É que, como refere Roque Amaro (1999, pp:134), “tão importantes como as condições endógenas do desenvolvimento são as exógenas. Autonomia e heteronomia são o verso e o reverso de uma mesma moeda, e é na sua articulação e combinação que reside um dos aspectos mais importantes dos processos de desenvolvimento”. Resulta daqui que, em lugar de se adoptar uma visão cega, localista, fechada e autárquica do desenvolvimento, em territórios de matriz predominantemente rural, afigura-se essencial, em alternativa e complementarmente, não perder de

vista também as dinâmicas de grande alcance, de maior fôlego, cujos efeitos são necessariamente transversais, quer a territórios rurais, quer também a espaços de cariz urbano. Citando ainda o mesmo autor, muito embora se reconheça que a base local do *desenvolvimento* - endógeno e integrado – seja “o seu ponto de partida e de chegada, mas não o seu caminho exclusivo nem sequer os seus únicos pontos de ancoragem”¹⁸⁷, reconhece-se implicitamente a necessidade de atender às influências de outras variáveis externas, por vezes não controladas localmente e que podem, tanto ampliar os efeitos dos processos de mudança num sentido positivo - com mais-valias para as comunidades locais - como bloqueá-los e reduzir-lhes o âmbito de incidência, bem como os efeitos esperados.

Todavia, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa foi notória a partilha – pela nossa parte – de uma concepção de desenvolvimento (“endógeno”, “integrado”, “comunitário”) que privilegia a dimensão local, representada pelas suas populações, os seus recursos, as suas potencialidades – dentro destas o património rural – as suas oportunidades, mas também os seus pontos fracos, as suas fragilidades e as suas ameaças. Nesta aceção, “o conceito de desenvolvimento integrado pressupõe os processos de mudança nas comunidades a que se referem, ou seja, passar a vê-los de dentro para fora e de baixo para cima (e não o contrário), partindo, antes de mais, das necessidades e capacidades, cuja mobilização represente o primeiro passo para aquela mudança”¹⁸⁸.

Neste sentido, a idealização e correspondente implementação de processos de desenvolvimento local em espaço rural deve passar inevitavelmente por procurar difundir “a emergência de renovadas actividades económicas e a afirmação de potencialidades que a sociedade moderna, tendencialmente urbana e industrial, acabou por abandonar e menosprezar, numa lógica de crescimento económico cujo paradigma subjacente há muito deixou de fazer sentido para as ciências sociais”.¹⁸⁹ A aposta no artesanato, nos ofícios tradicionais, nos produtos agro-alimentares não padronizados, a gastronomia, a especificidade do acolhimento, a afectividade características de meios em que a identidade sócio-cultural ainda se mantém genuína, o património rural e a sua fruição em múltiplos sentidos (pedagógico-educativo, social, cultural, económico,...), entre tantos outros domínios de intervenção, materializam nichos de oportunidades de investimento e de consequente criação de riqueza, com probabilidade desta poder ser retraduzida em novos investimentos. Pois, como escrevem Manuela Reis e Aida Valadas de Lima (1998: pp:331) citando Cabral, M, V., “...uma vez em marcha, o desenvolvimento é o principal factor - ou causa - do desenvolvimento”.

Combater uma espécie de exclusão endémica ou de letargia latente, características de muitos espaços rurais, pode passar efectivamente por reconduzir as estratégias de investimento (logo de desenvolvimento) para algumas daquelas actividades, *saberes-fazer* e outros valores rurais, os quais,

¹⁸⁷ - Idem, ibidem.

¹⁸⁸ - Idem, ibidem.

ao não serem correctamente promovidos e enquadrados nas modernas dinâmicas dos mercados actuais (nacional e internacional) podem correr o risco de se transformarem em elementos próprios de um “museu rural”, votado ao esquecimento e submergido num processo de permanente globalização que uniformiza os traços das culturas locais. Devem, antes pelo contrário, - aqueles traços distintivos – ser aproveitados e potenciados numa óptica de utilização responsável, aliando a preservação à fruição, o sentido estético à rentabilização económica, materializando um diálogo possível entre tradição/memória e modernidade, herança e inovação, mesmo que, a curto prazo, como salienta Kayser (1990) citado por Reis e Lima (1998, pp:351), aquelas estratégias de desenvolvimento “não conduzam a transformações reais, podem ter um papel importante na dinamização destes espaços [rurais], dando-lhes uma alma, um corpo, fazendo-os existir, criando condições para se desenvolverem”.

Porém, o mundo rural tem problemas. Alguns, de carácter e peso estruturais de difícil superação: falta de actores com capacidade de iniciativa e de mobilização de sinergias locais a par de economias-base desestruturadas e descapitalizadas face às novas exigências da sociedade contemporânea. De acordo com este quadro, será, por ventura, legítimo que alguns actores se possam questionar mais ou menos nestes termos: justificar-se-á, face ao mundo rural – tendo em conta os problemas que o caracterizam, em particular a sangria demográfica que teima em não atenuar – uma tal opção, uma aposta e uma nova e diferente oportunidade de investimento? Existirão capacidades reais e objectivas, recursos e meios – humanos, materiais, logísticos, financeiros – suficientes e necessários para imprimir a mudança, a valorização e o desenvolvimento das comunidades rurais?

Partilhamos da mesma resposta que outros interessados no tema têm pronunciado, provenientes de outros quadrantes disciplinares e científicos das ciências sociais, a qual, sinteticamente, se poderá resumir ao facto das pessoas, dos cidadãos (rurais ou urbanos) tudo justificarem, “pois o que são os territórios sem as pessoas, a não ser imensos desertos regionais?”¹⁹⁰ Neste sentido, impõe-se a necessidade ética, quer a nível da actuação política e económica, quer a nível social e cultural, de imaginar e criar soluções para o desenvolvimento, que possam ir ao encontro das expectativas e anseios das populações locais, que respondam aos seus problemas e necessidades, enfim, que possam respeitar os quadros de interacção, as vivências sociais locais e as representações daquilo que as mesmas consideram “desenvolvimento”, pois também elas, e sobretudo elas, deverão constituir a principal razão dos processos de mudança em ordem à melhoria das suas condições de existência, ou seja, do seu desenvolvimento.

¹⁸⁹ - Cf. Por exemplo Almeida et al.,

¹⁹⁰ - Álvaro Cidrais e Raúl Marques, in Câmara Municipal de Fronteira, *Plano de Acção Local de Cabeço de Vide*, 1999, pp:29.

Foi assim, de forma orientada por esta preocupação, que entendemos a intervenção nas aldeias “históricas” – ou devemos dizer, numa parte do património rural – da região Alentejo. Para a entender - essa intervenção - partiu-se de uma problemática teórica ampla e presente no debate actual no campo das ciências sociais.

Na primeira parte deste trabalho sintetizaram-se vários níveis de abordagem conceptual que atravessaram toda a pesquisa. Num primeiro momento, começámos por fazer referência à emergência de uma «nova ruralidade», ou de uma ruralidade transformada, entendendo-a como quadro social, económico e cultural subjacente a um conjunto de aliações – também elas sociais, económicas, culturais, simbólicas,... – que têm vindo a ocorrer no mundo rural contemporâneo. Em seguida, tentámos materializar um desafio de carácter teórico-conceptual, mediante um esforço de recenseamento de sentidos, significados e correspondências empíricas inerentes ao conceito de *património rural* – nuclear, como se viu, nesta investigação – com base também noutros contributos de ordem teórica e empírica presentes na literatura, nacional e internacional, sobre o tema.

Posteriormente, encetámos uma abordagem analítica em torno de algumas variantes conceptuais, de importância central nesta pesquisa e, ao mesmo tempo, balizadores do enquadramento teórico e problemático que se encontra subjacente a esta pesquisa: tratou-se, numa primeira fase, da relação tripartida entre património rural, reabilitação urbana e desenvolvimento; e numa segunda fase de outra relação, também tripartida, entre o mesmo património rural, o desenvolvimento rural e o turismo cultural/rural. Finalmente, e de forma associada, reflectiu-se sobre o lugar e a importância do planeamento municipal e regional em processos de mudança em ordem ao desenvolvimento local e rural, não deixando de o articular também com o protagonismo que o Poder Local – nomeadamente as autarquias – assumem (ou devem assumir) nos projectos e programas de desenvolvimento que envolvam recursos patrimoniais, tendo em vista o desenvolvimento das suas regiões e a respectiva valorização turística. Por último, examinou-se, num plano teórico, o papel que cabe aos actores sociais locais neste tipo de processos, detendo-nos com particular atenção na tipificação das suas estratégias, das suas dinâmicas e das relações (convergentes ou divergentes, assumidas ou dissimuladas, directas ou indirectas) no âmbito dos processos de desenvolvimento: inicialmente na fase de planeamento (planos de acção local) e posteriormente na fase de execução dos primeiros.

Ainda nesta primeira parte, para além do debate teórico em torno da problemática que enquadra a pesquisa, a par da definição e delimitação do objecto de estudo e da enunciação de objectivos a ela associados, bem como da correspondente formulação de hipóteses de estudo, foi exposta a metodologia de investigação que convocámos. A investigação-acção e especificamente a idealização e consequente implementação de um exercício de avaliação «ex-ante» - pressupondo a criação de um modelo dirigido e adaptado ao tipo de objecto em avaliação - constituíram os pilares centrais da

metodologia utilizada, desdobrada depois numa série de métodos e instrumentos de recolha, sistematização e análise de informação empírica, materializando, desse modo, uma estratégia de pluralismo metodológico.

À medida que a investigação-acção se foi desenrolando, maior consciência fomos construindo de que a nossa intervenção tendia a inclinar-se, ligeiramente, mais para a óptica da “investigação” e não tanto para a “acção”. Isto é, apesar de um dos nossos propósitos centrais fosse o de conceber e aplicar um modelo de avaliação, por via dos seus instrumentos também idealizados e ajustados ao objecto específico em avaliação – um programa de desenvolvimento regional/local - partindo de uma perspectiva metodológica muito influenciada por uma visão da sociologia (e de outras áreas do saber similares) mais interventiva e reflexiva, a verdade é que, não descurando este objectivo, fomos de algum modo deslocando o nosso esforço da «acção» para a da «investigação», proporcionando um conjunto de pistas, saberes e “modos de fazer” (investigação), diferentes dos que habitualmente aprendemos nos manuais de metodologia das ciências sociais.

O resultado foi uma ampla sistematização de dados e informações a respeito de dezanove planos de acção local, através de um processo rigoroso e metódico de leitura, síntese e comparação de elementos e características específicas e dispersas nos mesmos planos, a qual gostaríamos que fosse entendida como um importante e actual manual de apoio e de suporte informativo para futuras utilizações, por parte não só dos técnicos da Administração Central e local envolvidos nos processos estudados, como de resto por outros actores sociais igualmente implicados nos mesmos programas de desenvolvimento¹⁹¹. Esta devolução do conhecimento produzido e cientificamente orientado, constituirá, por certo, uma das principais (senão mesmo a principal) vertentes da investigação-acção levada a cabo e correspondente ao segundo dos vocábulos («acção»), já que na construção e permanente afinação do modelo de avaliação, assumimos autonomamente a sua elaboração e aplicação, embora apoiados em bibliografia específica e em experiências de avaliação concretizadas nas mesmas áreas de intervenção. A segunda parte do trabalho foi dedicada exclusivamente à sua exposição: desde as linhas orientadoras que a presidiram até aos resultados alcançados.

Com efeito, a segunda parte da investigação foi direccionada para a exposição da metodologia de avaliação, contemplando o seu âmbito de incidência, o modelo de avaliação propriamente dito e os

¹⁹¹ - Refira-se, contudo, que, não raras vezes, fomos confrontados com tomadas de posição frequentemente desvalorizadoras dos processos de avaliação, e dentro destes dos instrumentos de avaliação que são criados, pondo-se em causa o seu rigor e pertinência. Não sendo um tipo de atitude generalizável, mercê de um significativo património de experiências e projectos já realizados e com resultados demonstrativos da sua utilidade, ainda se encontram, em determinados campos possíveis de aplicação destas metodologias de avaliação, reacções cépticas e de não reconhecimento da sua validade, necessidade e pertinência. Uma atitude que não é novidade, se consultarmos outras experiências similares decorrentes de outras investigações. Para essas eventuais posturas caracterizadas pelo cepticismo, reproduzimos a opinião de Luís Capucha (1992, pp: lxiii), para quem trata-se de “uma demissão da atitude pedagógica (...) de quem pensa já tudo saber e de quem acusa as descobertas de inúteis”.

respectivos níveis em que foi desdobrado, bem como os instrumentos criados e os resultados alcançados.

A idealização do modelo análise/avaliação utilizado teve como pano de fundo a produção e actualização de saberes teóricos e metodológicos relacionados com a problemática inerente ao programa em estudo. Neste sentido, constituiu preocupação fundamental orientar o modelo segundo critérios e pressupostos já avançados, experimentados e validados no âmbito da realização de outros estudos – e designadamente no domínio do desenvolvimento regional e local – mas também de acordo com as especificidades próprias do programa aqui em causa, sendo este o âmbito de incidência da análise/avaliação. Assim, entre preocupações de tipo conceptual por um lado, e operativo por outro, foi possível chegar a um conjunto de terminologias, instrumentos e modalidades de registo de informação, capazes de materializar os nossos propósitos, em termos analíticos, para a compreensão do programa – na forma de um exercício avaliativo – mas também com a finalidade de traduzir e sistematizar uma diversidade de características, especificidades, conteúdos, estratégias e objectivos dispersos pelos vários planos de acção local, que consubstanciam as candidaturas a financiamento, por parte das autarquias envolvidas.

O modelo de avaliação concebido estrutura-se em três blocos ou níveis analíticos, susceptíveis de captar aspectos distintos, mas complementares, da leitura e interpretação dos conteúdos expressos nos planos de acção local. Esses blocos ou níveis analíticos reportavam-se à identificação, compreensão, análise e avaliação da lógica, do desenho e da exequibilidade dos mesmos planos. O primeiro dos níveis assumiu um carácter mais descritivo, o segundo um estilo mais analítico e essencialmente circunscrito a cada plano em concreto, e o terceiro, igualmente de pendor analítico, mas numa perspectiva comparativa e cruzada entre todos os planos.

Sobre os resultados entretanto alcançados, em lugar de reproduzir no contexto desta conclusão os principais dados genéricos produzidos, remete-se o leitor - perdoe-se o atrevimento - para os capítulos respectivos, tantas são as leituras globais específicas, correndo-se o risco de não sermos capazes aqui de as enunciar de modo suficientemente coerente e sintético. Diremos apenas que os resultados conseguidos, centrados talvez mais numa óptica de análise do que de avaliação, permitem proporcionar leituras interpretativas, com valor acrescido do ponto de vista teórico, mas também empírico e metodológico, para a compreensão da pertinência e do alcance do programa em questão nos territórios rurais envolventes às aldeias e vilas, numa perspectiva pluridimensional inerente aos processos de desenvolvimento local e regional. Paralelamente, os mesmos resultados sugerem oportunidades de discussão e avaliação das orientações assumidas nos vários planos de acção analisados, a tempo de se incorporarem eventuais inflexões de direcção e outras mudanças na sequência da reestruturação do programa de desenvolvimento analisado. Deste modo, concretiza-se

talvez um dos principais objectivos inerente a todas as experiências de avaliação já realizadas, o qual remete para encarar a avaliação como momentos de aprendizagem colectiva, e não como meros procedimentos técnicos e burocráticos, sinónimos de fiscalização. Só nesse sentido o trabalho que desenvolvemos pode significar uma mais-valia, com carácter mais institucional, para todos os actores sociais que, de uma forma ou de outra, se revêem nos planos de acção local estudados e no programa de desenvolvimento que os enquadra.

Na terceira parte que enforma este estudo, que constitui um prolongamento do exercício avaliativo extensivo levado a cabo na segunda parte, mas desta feita assumindo um carácter mais restrito e dirigido apenas a três localidades – entenda-se aldeias e vilas – pretendeu-se indagar sobre a utilização feita dos planos de acção local entretanto elaborados, no que respeita à sua possível mobilização para consubstanciar outras candidaturas a outros programas de financiamento e de desenvolvimento regional, alguns deles eventualmente de origem comunitária; ou então, numa aceção mais limitada em termos da sua rentabilização, perceber até que ponto aquelas experiências de planeamento local, serviram para mobilizar os actores locais (públicos e privados) para os respectivos problemas locais; e que experiências/intervenções foram ou se projectam realizar no futuro.

A preceder esta frente de avaliação, com carácter mais qualitativo e não tanto extensivo, descrevemos parcialmente a memória dos processos anteriores e subsequentes ao programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, mostrando com este exercício a relativa experiência e sensibilidade à problemática da implicação do património rural da região nos processos de desenvolvimento, particularmente aqueles que se cruzam com o turismo. Esta incursão pelo trabalho já acumulado, quer pela CCRA, quer pelo IPPAR, revelou-se particularmente útil para os estudos de caso que entretanto concretizámos.

As três aldeias seleccionadas – recorde-se: Amieira do Tejo, Cabeço de Vide e Viana do Alentejo – posicionam-se de forma divergente perante o(s) programa(s) de desenvolvimento em curso e que se reportam às questões do património. Enquanto que na primeira se reconhece, por parte dos actores locais, um impulso gerado pela dinâmica proporcionada pelo plano de acção local, a partir do momento da sua elaboração, despoletando um conjunto de iniciativas locais por via do envolvimento e protagonismo particularmente visível por parte da associação de desenvolvimento com actuação no terreno; no caso de Cabeço de Vide ganha expressão um posicionamento de descrédito e de afastamento face ao impacto e aos efeitos que os programas de desenvolvimento estudados possam vir a proporcionar, preferindo antes continuar a estratégia de intervenção preconizada já muito antes do surgimento dos mesmos programas, a qual passa por várias frentes de acção, incluindo a valorização e revitalização do património local, ente outros recursos e potencialidades existentes. Por

fim, em Viana do Alentejo, parecem ser mais os compromissos de ordem política assumidos no programa eleitoral que comandam as prioridades de intervenção e de mobilização de recursos locais (humanos, técnicos, financeiros, logísticos), demarcando-se de qualquer expectativa e dependência face aos mesmos programas de desenvolvimento dirigidos aos aspectos patrimoniais locais e promovidos por entidades externas ao município.

No cômputo geral, cruzando os posicionamentos e as estratégias dos vários actores implicados nos vários processos em estudo – entidades promotoras, autarquias, elementos e estruturas da sociedade civil local – a análise das suas dinâmicas e das redes de relações de força manifestadas, envia-nos para um cenário, globalmente, de impasse. Impasse no sentido em que, quer para uns, quer para outros, o passo seguinte terá de ser dado sempre pelos outros actores e não por eles próprios. Isto é particularmente visível – como de resto tivemos oportunidade de salientar – no posicionamento assumido pelas entidades promotoras dos programas em estudo: CCRA e IPPAR. No que toca, por seu turno, às autarquias e aos actores locais da sociedade civil, as expectativas face à intervenção a levar a cabo pelas entidades promotoras não é menor. Assim como não é, igualmente e reciprocamente, a convicção por parte dos responsáveis autárquicos face à necessidade dos líderes locais e das estruturas que representam, poderem assumir um protagonismo maior e serem eles próprios indutores de propostas de acção, incluindo a concretização das mesmas.

Na sequência do atrás exposto e tipificando¹⁹² as mesmos actores locais, em função das suas dinâmicas e tomadas de posição, diríamos que, no caso das entidades promotoras, podemos classificá-las de actores *externos*, porque se demarcam, em parte dos processos de desenvolvimento local na sequência da realização dos planos de acção local; *formais*, porque balizam e direccionam os programas de desenvolvimento que enquadram aqueles planos; *directos*, porque as suas decisões pesam na condução dos mesmos programas, reorientando-os e estruturando-os quando necessário; e *potenciais*, dado que se espera deles uma acção mais célere e interventiva para além dos financiamentos cedidos.

Relativamente às autarquias locais, tratam-se de actores *internos* aos processos, uma vez que os despoletaram e espelham algumas das expectativas criadas em torno da concretização de alguns projectos; *formais*, porque actuam em conformidade com determinadas linhas orientadoras de ordem política e de acordo com critérios, pressupostos e rotinas técnicas e profissionais padronizadas; *directos*, uma vez que podem assumir a liderança de alguns projectos com relevância para as localidades; *efectivos* umas (caso de Fronteira e Viana do Alentejo), *potenciais* outras (Nisa), face aos cenários de implementação, acompanhamento, gestão e avaliação de acções inscritas nos respectivos planos de acção local.

¹⁹² - Ver tipologia de actores avançada no capítulo 3.4.2 da primeira parte deste estudo.

Por fim, em relação à sociedade civil, representada pela população em geral, pelos seus líderes, associações e outras estruturas locais, constituem actores *internos* já que são directamente envolvidos – nem que sejam enquanto destinatários passivos – nos processos de desenvolvimento das suas localidades; *informais*, funcionando mais como círculos de opinião e grupos de pressão juntos dos outros actores envolvidos nos processos; *directos* uns (caso de Amieira do Tejo), *indirectos* outros (Cabeço de Vide e Viana do Alentejo), dependendo do grau de mobilização e de negociação de propostas e soluções para os problemas locais; e, finalmente, também *efectivos* uns (Amieira do Tejo), *potenciais* outros (Cabeço de Vide e Viana do Alentejo), em função da capacidade que revelam em conseguir concretizar algumas das iniciativas preconizadas nos planos de acção local.

A terceira parte deste trabalho encerra ainda um outro propósito central na investigação levada a cabo. É que numa das principais hipóteses orientadoras desta pesquisa reconhecia-se como cenário provável e realista a possibilidade de, na eventual situação do programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas* não ser implementado, de acordo com o calendário, o formato e a dimensão previstas – o que na realidade veio a acontecer - as próprias autarquias e/ou outros actores locais, protagonizariam dinâmicas e reformulações de estratégias de actuação, despoletando um conjunto de práticas e de negociações com várias outras entidades, na sequência dos seus planos de acção local, independentemente do programa que os despoletou poder ser implementado, em toda a sua extensão.

Dito de outro modo, a relação entre o “discurso institucional” e as “dinâmicas locais”¹⁹³ ganhariam configurações diferentes em função do grau de mobilização de sinergias e de capacidades locais, por parte dos actores socialmente implicados. No fundo, procurava-se saber e verificar se, em certos contextos territoriais, as dinâmicas locais de actuação, preconizadas pelos mesmos actores, ganhariam em capacidade de acção no terreno, sem que estivessem na expectativa e na exclusiva dependência, quer dos calendários e decisões políticas, quer dos impasses técnicos e de outras eventuais reconfigurações de índole técnico-burocrática, muitas vezes frequentes em programas de desenvolvimento regional, de responsabilidade institucional ao nível intermédio da Administração Pública. Julgamos que os estudos de caso que aqui ilustrámos comprovam essa capacidade de autonomia revelada pelos actores locais, se bem que de acordo com decisões políticas, estratégias, dinâmicas e experiências de intervenção locais, diferentes e específicas do tecido social e da rede de relações sociais inerentes a cada aldeia e vila em particular.

Outras hipóteses em estudo orientaram também a presente investigação. Recorde-se que a questão de partida que a despoletou relaciona-se, de forma nuclear, com a temática do património,

designadamente do património rural, procurando-se questionar se a relação entre este (materializado globalmente nas aldeias e vilas históricas) e o desenvolvimento local, passando também pela dimensão relativa ao turismo cultural/rural, constituiria uma oportunidade efectiva para, à luz dos princípios que animam hoje as políticas de desenvolvimento local e rural: melhorar a qualidade de vida e a vivência comunitária (contrariando assim dinâmicas de esvaziamento demográfico), para a criação de emprego na região e para a introdução de equipamentos sócio-culturais necessários e suficientes ao exercício pleno dos direitos de cidadania; ou se, pelo contrário, aquela relação, por via do programa de desenvolvimento analisado e avaliado, se restringe, na prática, a uma operação reducionista e caracterizada apenas por uma estratégia virada para o exterior, com objectivos exclusivos de promoção turística, mediante campanhas de promoção centradas na qualidade do acolhimento e numa imagem estética e nostálgica de invocação das raízes culturais e patrimoniais de cariz rural da região. Pensamos que este objectivo é já por si pertinente e necessário. Porém, a intenção era ir mais longe, isto é, perceber se o referido programa não poderia contribuir para a concretização de uma dinâmica mais abrangente e com efeitos directos para as populações autóctones, imprimindo uma mudança que podesse ir mais longe, ou seja, ir além duma operação de «cosmética territorial», virada exclusivamente para o exterior e para o mercado turístico.

A avaliação feita, particularmente na segunda parte do trabalho, corroborada depois pela análise qualitativa e focalizada em algumas localidades, permitiu constatar que a relação entre o património rural e o desenvolvimento dificilmente é materializável sem um elo complementar forte - omnipresente nos discursos dos actores (institucionais e locais) - o qual passa efectivamente pelo turismo, assumindo em alguns casos direito de exclusividade no âmbito das dimensões de intervenção possíveis e que salientámos páginas atrás. Situação perante a qual não concordamos de todo, já que tal estratégia reduz o sentido inerente ao desenvolvimento local, entendido como “integrado”, “sustentável” e “alternativo”¹⁹³, uma vez que acentua os caminhos da especialização económica num sector como o turismo, com os riscos que esta estratégia comporta. Além disso, uma intervenção desta natureza, assente na reprodução de experiências testadas noutros territórios, proporciona e corrobora a tendência para o que defendemos ser o *processo de vulgarização/banalização* do conceito e do produto turístico “*aldeia histórica*”, traduzido, não só na semelhança com outros adjectivos (“aldeias de água”, “aldeias do castelo”, “aldeias de xisto”, etc...), como também no mimetismo subjacente às iniciativas e acções preconizadas, na generalidade, para as aldeias e vilas do Alentejo, recaindo as mesmas essencialmente numa estratégia de marketing

¹⁹³ - Designações que, como se pode observar, figuram no título deste trabalho, com um sentido pertinente e objectivo, direccionado para a procura de situações no terreno que comprovem a autonomia das dinâmicas de actuação local face às complexas redes de funcionamento e financiamento inerentes a programas de desenvolvimento de longo alcance territorial.

¹⁹⁴ - Para além de contrariar o terceiro princípio da Declaração de Cork, o qual sublinhava a necessidade de se defender a diversidade na definição de estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais e para projectos de renovação de aldeias (ver introdução deste trabalho).

turístico e dirigidas mais para o exterior e não tanto para o interior, secundarizando, por vezes, as necessidades e as expectativas das comunidades que aí residem.

Desta questão de partida – por si só já uma hipótese em estudo - decorreram outras hipóteses, cuja confirmação ou infirmação nortearam o fio condutor desta pesquisa, contribuindo para lhe dar um sentido e um propósito central: avaliar os objectivos, as estratégias, as acções e os cenários preconizados nos vários planos de acção local.

Uma dessas outras hipóteses em estudo configurava-se em torno das possibilidades de eficiência (sobre os meios envolvidos) e de eficácia (sobre os objectivos definidos) inerentes ao programa de desenvolvimento, desde que a articulação entre os pólos *património rural, desenvolvimento e turismo* se fizesse de acordo com medidas concretas e objectivamente capazes de proporcionar uma requalificação das aldeias e vilas históricas envolvidas. Por outras palavras, questionou-se acerca da possibilidade de exequibilidade e sucesso que o programa *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo* pudesse atingir, desde que os objectivos delineados, as estratégias planeadas e os cenários previstos, constituíssem uma teia articulada entre todas (ou algumas) dimensões de intervenção subjacentes àqueles três pólos e se integrassem numa estratégia mais ampla de desenvolvimento para a região.

Chegados ao fim deste trabalho, julgamos poder dizer com alguma propriedade que o balanço possível de fazer até ao momento, longe de poder ser qualificado como uma experiência bem sucedida – até porque não chegou a arrancar de acordo com os moldes previamente definidos, tendo sido, em alternativa, re-estruturado – permitiu, pelo menos, despertar consciências para uma possível mudança, tendo como suporte da mesma o recurso *património rural*. O caso de Amieira do Tejo, aqui estudado, conduz-nos à aceitação da ideia de que a aposta no *património rural* - entendido enquanto âncora e recurso catalisador para o desenvolvimento rural e para a valorização turística de territórios marcadamente rurais e periféricos aos grandes centros urbanos – pode ser, efectivamente, não só viável, como necessário, quando não uma das poucas possibilidades de renascimento sócio-económico e demográfico, face à ausência de outras alternativas de desenvolvimento.

Em articulação com a anterior, uma outra hipótese de estudo, que se apresenta de modo intimamente relacionado com o nó central desta investigação, ao qual já fizemos referência – proceder a uma análise pormenorizada do programa de desenvolvimento em questão – circunscrevia-se à possibilidade que um esforço analítico, em jeito de avaliação, a levar a cabo antes do programa ser implementado, pudesse fornecer um contributo pertinente para a condução posterior do programa, de acordo com os objectivos pretendidos para a região em matéria de património rural e respectiva valorização turística em ordem ao desenvolvimento local. Neste sentido, ao pretender-se conhecer a

pertinência das intervenções, bem como a coerência interna entre objectivos gerais, objectivos específicos, estratégias de actuação, acções e meios planeados, para além da identificação e caracterização de cenários previstos e efeitos esperados (e não esperados), pode dizer-se, neste momento, que a metodologia de avaliação implementada permitiu contribuir e facilitar a divulgação dos conhecimentos entretanto adquiridos tendo em vista a sua posterior incorporação nas rotinas e metodologias de trabalho de responsáveis políticos, técnicos e elementos da sociedade civil das localidades envolvidas no programa, sempre com a finalidade de ajudar a encontrar as melhores respostas para os problemas que, progressivamente, vão sendo equacionados. Esperamos que trabalhos posteriores neste domínio possam beneficiar do efeito demonstrativo que quisemos imprimir nesta pesquisa, que não foi mais do que um exemplo possível, entre outros, das vantagens que se podem retirar de práticas de investigação-acção que produzam simultaneamente conhecimentos, tanto no plano científico-cognitivo, como no plano prático-interventivo. Uma avaliação «ex-post», na sequência da concretização de alguns dos planos de acção local ou de algumas das iniciativas neles inscritas, pode constituir uma das vias possíveis, mediante a procura de outras dimensões de análise e indicadores a avaliar, bem como a concepção de outros instrumentos de avaliação ou aperfeiçoando os que aqui propomos.

A terminar estas reflexões finais, não podemos deixar de reconhecer a importância de que se revestem os programas de desenvolvimento sobre os quais reflectimos e procedemos a um exame avaliativo. Se por vezes direccionámos o discurso para um tom menos optimista, e portanto mais crítico face aos efeitos esperados e decorrentes tanto dos programas em si, como dos planos de acção local realizados, também valorizámos o reconhecimento e a atitude prática de envolver o *património rural* nas dinâmicas e nas estratégias de desenvolvimento regional e rural, particularmente na região a que nos reportamos – o Alentejo. Admitimos ainda que o futuro dos processos analisados, os seus protagonistas e os resultados eventualmente conseguidos possam ser caracterizados de forma positiva e globalmente valorizadores das comunidades locais envolvidas. Tal, seria, pelo menos, um indicador do que, à semelhança de outros programas, projectos e experiências, inscritas na óptica do desenvolvimento local, se pode esperar da criação e consequente dinamização de estruturas locais (estruturas de natureza diversa como associações, colectividades, grupos informais de pessoas, cidadãos anónimos interessados, entre outros), com potencial de envolvimento, participação, compromisso e animação das comunidades onde residem, transformando aqueles processos em novos e necessários espaços de exercício de cidadania, característica central de um tipo de desenvolvimento que se pretende *integrado e participado*.

Mas para que isso aconteça, também é preciso abandonar concepções de mudança para o mundo rural de cariz nostálgico e utópico, ou, como escreve João Ferrão (2000, pp: 53) - citação que voltamos a repetir - criar condições para “uma *cultura cívica* favorável ao mundo rural, não apenas de forma

platónica, mas de um modo pragmaticamente capaz de servir as necessidades de quem aí vive e trabalha” e tornar os meios urbanos “ponte entre as áreas rurais e o mundo exterior, tanto mais eficiente quanto conseguirem transformar-se em *focos de uma cultura de ruralidade susceptível de contribuir não só para consolidar a visão patrimonialista actualmente dominante mas, também, para a ultrapassar, reintroduzindo a componente produtiva com a centralidade que esta merece.*”¹⁹⁵

Parece-nos ser este o desígnio que seria legítimo esperar de um programa de desenvolvimento regional como, por exemplo, aquele que aqui examinámos: *Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*. Porém, como tentámos demonstrar nesta investigação, entre o *discurso institucional* (de teor essencialmente optimista e de incentivo à acção por parte dos actores com expressão local) e as *dinâmicas locais* (desiguais na sua capacidade de mobilização de vontades e recursos e de intervenção em ordem à mudança) tende a persistir uma relativa distância e dificuldade de acompanhamento das segundas face ao primeiro, só ultrapassadas por algumas – poucas – localidades com comprovada e revelada capacidade de autonomia e afirmação de estratégias e projectos de desenvolvimento local em contexto rural.

¹⁹⁵ - Itálicos do autor citado.

BIBLIOGRAFIA

A CIDADE – Revista Cultural de Portalegre, (Sd), Separata sobre Castelo de Vide, Portalegre.

AA.VV., (1988), La Terre: Succession et Héritage, *Études Rurales*, nº 110-111-112, Paris, Éditions de L'École de Hautes Études en Sciences Sociales.

AA.VV. (1991), “Património, Ambiente e Reabilitação Urbana”, *Sociedade & Território* nº 14/15.

AA.VV., (1992), *Código Deontológico*, Lisboa, APS.

AA.VV. (1995), *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (IEADR), Programa da Iniciativa Comunitária LEADER, Ministério da Agricultura.

AA.VV., (1996), *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 22, Lisboa, CIES/ISCTE.

AA.VV., (2001), *Efeitos Sociais do Património à Escala Local*, Seminário a 27-28 Abril, Mértola, Rede de Centros Históricos de Influência Islâmica.

AGUIAR, José, (1995), “Dificuldades na conservação e reabilitação do património urbano português” in *Sociedade & Território*, nº21, Porto, Edições Afrontamento, Março, pp:24-35.

ALÇADA, Margarida, (1998), “Inventariar, documentar, informar” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, pp:49-51.

ALMEIDA, João Ferreira e PINTO, José Madureira, (1976), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

ALMEIDA, João Ferreira de et al, (1994), *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento. Uma Experiência no Concelho de Almeida*, CAIS/CIES, Lisboa.

ALMEIDA, João Ferreira de (1998), “A Agricultura nos processos de desenvolvimento” in Presidência da República, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Coleção Debates, Colóquio Promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade em Idanha-a-Nova, Junho de 1997, Lisboa, INCM, pp:23-30.

ALVES, João Emílio, (1995), *Projectos Integrados de Desenvolvimento Social Local: Investigação-acção e avaliação processual. Instrumentos, procedimentos e Resultados*, Lisboa, ISCTE, (Dissertação de Licenciatura).

AMARO, Rogério Roque (1999), “Elementos para um desenvolvimento integrado da Serra do Caldeirão” in FREITAS Eduardo e FERREIRA, Vítor Matias (org.), *A Serra do Caldeirão. Roteiro Sócio-Cultural*, Faro, In Loco.

AMENDOEIRA, Ana Paula, (1999), “Autenticidade e Memória” in *Centros Históricos*, Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico, nº 1, II Série, Outubro/Dezembro

ANDRADE, Pedro de, (1994), “Para uma Teoria das Negociações Sociais” in *Dinâmicas Locais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, APS.

- AZEVEDO, Rui, (1993), “Três elementos fundamentais do desenvolvimento local: os animadores locais, as redes de cooperação e parceria”, in COSTA, Manuel da Silva e NEVES, José Pinheiro das (coord.), *Autarquias Locais e Desenvolvimento – Actas do Colóquio “Autarquias Locais e Desenvolvimento”*, Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, pp:205-216.
- BARDIN, Laurence, 1994 (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- BARREIROS M^a. Helena e CRAVEIRO, M^a. Teresa, (1995), “Património e planeamento. Notas sobre o PDM de Lisboa” in *Sociedade & Território*, nº 22, Porto, Edições Afrontamento, Setembro, pp:70-78.
- BARROS, Afonso de, (1993), “A Sociologia e as Perspectivas de Desenvolvimento”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do IIº Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.
- BENAVENTE, Ana, COSTA, A. Firmino, MACHADO, F. Luís, (1990), “Práticas de Mudança e de Investigação – conhecimento e intervenção na escola primária” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 29, Coimbra, Fevereiro.
- BOUILLON, Didier, “Le Paysage: Un Patrimoine à Gérer” in *Études Rurales*, nº 121-124, Paris, Éditions de L’École de Hautes Études en Sciences Sociales, pp:197-205.
- BOURDIEU, Pierre, (1980), *Le Sens Pratique*, Paris, Les Editions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre, (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre e LOÏC, J. D. Wacquant , (1992), *Réponses*, Paris, Editions du Seuil.
- BRANCO, Inês e PRUDÊNCIO, Paula, (1994), “Da Recuperação do Edificado à Reabilitação do Tecido Social: uma nova perspectiva de intervenção urbanística – o caso da cidade de Lisboa” in *Dinâmicas Locais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, APS.
- CABRAL, M. Villaverde, (1993), “Desenvolvimento, Sociologia do Desenvolvimento e Desenvolvimento da Sociologia”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do IIº Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.
- CAETANO, António, (1994), “Anatomia de uma Decisão Estratégica numa Organização Científica”, in JESUINO, Jorge Correia (coord) et al., *Processos de Decisão em Centros de Investigação*, Relatório Final, Lisboa, CIES/ISCTE.
- CALADO F., LEITE J. P., PEREIRA, P., (1997), «As Áreas de Actuação do IPPAR (algumas questões concretas)» in *Intervenções no Património, 1995-2000*, IPPAR, Lisboa, pp:44-48.
- CALADO, Maria, (1991), “Os Estudos Históricos no Contexto da Reabilitação Urbana”, in *Sociedade & Território*, nº 14/15, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.
- CALADO Maria (Coord.) (S/d), *Aldeias Históricas. Estudo sobre o património cultural e natural na perspectiva da sua valorização turística*, Centro Nacional de Cultura.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ALANDROAL, (2000), *Plano de Acção Local de Juromenha*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALANDROAL, (2000), *Plano de Acção Local de Terena*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTER DO CHÃO, (1999), *Plano de Acção Local de Alter Pedroso*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVITO, (1999), *Plano de Acção Local Alvito*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE AVIS, (Sd), *Plano de Acção Local de Avis*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRANCOS, (Sd), *Plano de Acção Local de Barrancos e Noudar*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR, (1994), *Plano de Acção Local de Ouguela*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE VIDE, (2000), *Plano de Acção Local de Castelo de Vide*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRATO, (2000), *Plano de Acção Local de Flor da Rosa*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ, (1999), *Plano de Acção Local de Evoramonte*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE FRONTEIRA, (1999), *Plano de Acção Local de Cabeço de Vide*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO, (2000), *Plano de Acção Local de Belver*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO, (Sd), *Plano de Acção Local de Marvão*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA, (Sd), *Plano de Acção Local de Mértola*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, (2000), *Plano de Acção Local de Santo Aleixo da Restauração*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA, (1999), *Plano de Acção Local de Amieira do Tejo*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE, (2000), *Plano de Acção Local de Alegrete*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ, (Sd), *Plano de Acção Local de Monsaraz*, Documento de trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO, (2000), *Plano de Acção Local de Alcáçovas*, Documento de trabalho.

CAPUCHA, Luís M. A., (1990), “ O Lugar do Sociólogo no Desenvolvimento Comunitário”, in *Experiências e Papeis Profissionais dos Sociólogos*, Lisboa, APS.

- CAPUCHA, Luís M. A., (1992), *Problemas da Pobreza: conceitos, contextos e modos de vida*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Lisboa, ISCTE.
- CASTRO, Alexandra, et al., (1994), “ A EXPO’ 98: observar enquanto se realiza”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 15, Março, Lisboa, CIES/ISCTE.
- CAVACO, Carmina, (1999) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº50, Centros de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- CCRA, (Sd), *Alentejo: Indicadores Estatísticos*.
- CCRA, (1999), *Projecto Aldeia*, documento de trabalho, Évora, Janeiro/99.
- CCRA - Comissão de Coordenação da Região Alentejo, (1999), *Projecto Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, Documento de trabalho.
- CCRA - Comissão de Coordenação da Região Alentejo, (2001), *POR Alentejo*.
- CCRA - Comissão de Coordenação da Região Alentejo, (2001), *Programa de Valorização Territorial, Áreas Rurais - Castelos do Alentejo, Junho/2001*.
- CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro, (1999), *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, (ed. original de 1998).
- CHAMPAGNE, Patrick, (1987), “Capital Culturel et Patrimoine Économique: Le cas de L’Agriculture Bressanne”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 69, Setembro, pp:51-66.
- CHIVA, Isac, (1995) “Patrimoines culturel, naturel et aménagement du territoire rural” in ÉCOLE NATIONAL DU PATRIMOINE, *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, Paris: La Documentation Française, pp:108-117.
- CHOAY, Françoise, (1988), *L’Allegorie du patrimoine*, Paris, PUF, pp:9-25.
- CLOAREC, Jacques (1995), “Le Paysage entre nature e culture”, in ÉCOLE NATIONAL DU PATRIMOINE, *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, Paris: La Documentation Française, pp:81-89.
- COELHO, M^a. João Pinto, (1998), “Intervir no Património. Conceitos e Opções” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, pp:43-47.
- COSTA, A. Firmino, MACHADO, F. Luís, (1987), *Meios Populares e Escola Primária, Pesquisa Sociológica num Projecto Interdisciplinar de Investigação-acção*, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 2, Maio, Lisboa, CIES/ISCTE.
- COSTA, A. Firmino, (1988), “Cultura Profissional dos Sociólogos”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 5, Outubro, Lisboa, CIES/ISCTE.
- COSTA, A. Firmino e RIBEIRO, Manuel João, (1989), “Construção Social de um Objecto de Reabilitação – Notas sobre o caso de Alfama”, in *Sociedade & Território*, nº 10/11, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.

- COSTA, A. Firmino, 1990 (1986), “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”, in SILVA, A. Santos, PINTO, J. Madureira (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.
- COSTA, A. Firmino, (1992), *Sociologia*, Col. O que é, Lisboa, Difusão Cultural.
- COSTA, A. Firmino e GUERREIRO, Maria Dore, (1993), “Avaliação dos Impactos Sociais da Reabilitação Urbana”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do IIº Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.
- COSTA, A. Firmino, (1994), “La Rehabilitation Urbaine: Intervention Technique et Processus Social – recherche-action dans les quartier d’Alfama à Lisbonne”, comunicação apresentada ao Congresso Quartiers en Crise, Lyon, Setembro/94.
- COSTA, A. Firmino, MARTINEZ, M. Senna e ÁVILA, Patrícia, (1994), “Formação do CTQB: Decisão Estratégica e Organização”, in JESUINO, J. Correia, (coord) et al., *Processos de Decisão em Centros de Investigação*, Relatório Final, Lisboa, CIES/ISCTE.
- COSTA, António Firmino, e ALVES, João Emílio (1996), “Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos” in *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº22, Lisboa, CIES/ISCTE.
- COSTA, António Firmino, (1999), *Sociedade de Bairro, Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- COUCEIRO, João, (1998), “Que fazer?” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, p:9
- COVAS, António, (1997), *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*, Colecção Estudos e Análises, Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- DIRECÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, (1997), *Desenvolvimento Rural: Novas realidades e Perspectivas*, Colecção Estudos e Análises, Lisboa.
- DORES, A. Pedro, (1990), “ Uma Ideia para ser Sociólogo”, in *A Sociologia e a Sociedade portuguesa na Viragem do Século*, Actas do Iº Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.
- DUHAMELLE, Christophe, (1994), “L’Héritage Collectif: vocation, patrimoine et famille, dans la noblesse rhénane aux XVII et XVIII siècles” in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº105, Décembre, pp:37-45.
- ECO, Umberto, 1991 (1977), *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença.
- ELIAS, Norbert, (1989), *O Processo Civilizacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, Vol. I, (1ª ed 1939).
- ESTEVES, A. Joaquim, (1986), “A Investigação-Acção”, in SILVA, A. Santos, PINTO, J. Madureira (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.
- FERMISSON, João, (2000) “Problemas de Promoção do Desenvolvimento em Portugal: Rumo a Estratégias Territorializadas de Base Local e Regional” in *Territórios Alternativos*, nº1, INESLA, pp:55-69.

- FERNANDES, José Manuel, (1998), “Panorâmica da conservação, protecção, reabilitação e requalificação em Portugal. Exemplos e temas” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, pp:63-73.
- FERRÃO, João, (2000), “Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução histórica, Situação actual e Pistas para o futuro” *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 33, CIES, Celta Editora.
- FERREIRA, V. Matias e CRAVEIRO, Maria Teresa, (1989), “Reabilitar ou Requalificar a Cidade?”, in *Sociedade & Território*, nº 10/11, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Vitor Matias e GUERRA, Isabel, (1994), “Identidades Sociais e Estratégias Locais” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp:299-319.
- FERREIRA, Vitor Matias, (1998), “Património Urbano. A memória da Cidade” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, pp:53-61.
- FERREIRA, Vitor Matias, (2000), “Cidade e Democracia: Ambiente, Património e Espaço Público” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 1, Lisboa, CET/ISCTE, pp:9-35.
- FERREIRA, Vitor Matias, (2000), “Das assimetrias territoriais às redes de cidades. Uma hipótese de desenvolvimento urbano” in *Territórios Alternativos*, Actas do Colóquio Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento 9 e 10 de Outubro de 1998, nº1, Grândola, INESLA, pp:31-35.
- FLORES, Joaquim de Moura (1998), “«Património». Do Monumento ao Território Urbano” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, pp:11-17.
- FONSECA, Ana, (1991), “Alfama e Mouradia: as teias da reabilitação”, in *Sociedade & Território*, nº 14/15, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.
- FORTUNA, Carlos, (1995), “Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana: Percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, Coimbra, CES.
- GARCIA, Orlando, (1990), “«Solavancos nos Entroncamentos». Uma Sociologia de Intervenção nas Práticas Sócio-Culturais do Desenvolvimento Regional”, in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do 1º Congresso Português de Sociologia, Vol. II, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.
- GARCIA, Orlando, (1994), “O Grilo do Pinóquio – intrigas e enredos na sociologia de projecto”, in *Dinâmicas Locais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, APS.
- GIDDENS, Anthony, (1987), *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- GIDDENS, Anthony, (1989), *A Constituição da Sociedade*, Coleção Ensino Superior, S. Paulo, Livraria Martins Fontes.
- GIDDENS, Anthony, (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- GODET, Michel, (1993), *Manual de Prospectiva Estratégica. Da Antecipação à Acção*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

- GOMES, Rogério, (1998), “Breve perspectiva dos instrumentos jurídicos, administrativos e financeiros para a requalificação urbana e para a conservação e valorização do património em Portugal.” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, pp:75-85.
- GRODWOHL, Marc, (1995), “L’ écomusée d’Alsace: Quand le musée crée le site” in ÉCOLE NATIONAL DU PATRIMOINE, *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, Paris: La Documentation Française, pp:102-107.
- GUERRA, Isabel et al,(1992), *Uma Aproximação às Identidades de Lisboa*, CET/ISCTE, PP:24-36.
- GUERRA, Isabel, (coord), et al., (1999), *A Baixa Pombalina, Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Oeiras, Celta Editora, pp:1-9.
- HENRIQUES, José Manuel, (1990), *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis*, Col. Estudos/2, Escher, Lisboa.
- INE, (1995), *Anuário Estatístico de Portugal*.
- INE, (2001), *Censo 2001 – Resultados Preliminares*, Região do Alentejo.
- JACQUIER, Claude, (1990), *Voyage dans Dix Quartiers Europeens en Crise*, Paris, Éditions L’Harmattan.
- JACQUIER, Claude et al., (1993), *Quartiers en Crise, Laboratoires de la Citoyenneté Européenne?*, Comission des Communautés, Direction Générale XVI - Politiques Régionales, Rapport Final, Bruxelles, Decembre.
- JACOB, Jean-Paul, (1995), “Le site archéologique: un dialogue entre la culture et la nature” in ÉCOLE NATIONAL DU PATRIMOINE, *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, Paris: La Documentation Française, pp:118-139.
- LAMAS, António Ressano Garcia, (1995), “Salvaguarda e valorização do património construído. Prioridades na definição de uma política de património” in *Sociedade & Território*, nº 21, Porto, Edições Afrontamento, Março, pp:18-23.
- LEADER MAGAZINE, Revista Trimestral do Programa Europeu LEADER II, nºs 8, 13, 17,22.
- LYNCH, Kevin, (1985), *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70.
- LOPES, F. Mário, (1990), “Reabilitação Urbana em Lisboa”, in *Sociedade & Território*, nº 14/15, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.
- LOPES, Flávio, (1999), “Turismo Cultural. Um desafio económico, cultural e social” in *Separata do Correio do Turismo*, nº 6.
- LOPES, Raul Gonçalves, (1990), *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local*, Col. Estudos/1, Escher, Lisboa.
- LOPES, Raul Gonçalves, (1993), “As autarquias nas encruzilhadas do desenvolvimento” in COSTA, Manuel da Silva e NEVES, José Pinheiro das (coord.), *Autarquias Locais e Desenvolvimento – Actas do Colóquio “Autarquias Locais e Desenvolvimento”*, Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, pp:187-194.
- MARQUES, Alberto, (1999), “Turismo Cultural. Desenvolvimento turístico e oportunidades de negócio” in *Separata do Correio do Turismo*, nº 6.

- MARTINS, Moisés, (1993), “Identidade regional e local e intervenção autárquica. Da ideia polarizada de desenvolvimento (paradigma centro/periferia) à definição da comunidade como experiência translocal”, in COSTA, Manuel da Silva e NEVES, José Pinheiro das (coord.), *Autarquias Locais e Desenvolvimento – Actas do Colóquio “Autarquias Locais e Desenvolvimento”*, Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, pp:171-185.
- MICOUD, André, (1995), “Le Bien Commun des Patrimoines” in ÉCOLE NATIONAL DU PATRIMOINE, *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, Paris: La Documentation Française, pp:25-38.
- Ministério do Planeamento, Portugal – Plano de Desenvolvimento Regional, 2000-2006, Dezembro, 1999.
- MINGIONE, Enzo e PUGLIESE Enrico (1987), “A difícil delimitação do «urbano» e do «rural» in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, CES, pp:83-98. NORA, P., (1986), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, pp:405-450.
- MOZZICAFREDDO, Juan, GUERRA Isabel, FERNANDES, Margarida e QUINTELA, João, (1990), “Poder Autárquico e Desenvolvimento Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº30, Junho, pp:79-114.
- MOZZICAFREDDO, Juan, GUERRA Isabel, FERNANDES, Margarida e QUINTELA, João, (1990), *O Grau zero do Poder Local*, in AA.VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp:613-625.
- MOZZICAFREDDO, Juan, GUERRA Isabel, FERNANDES, Margarida e QUINTELA, João, (1989), “Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português, *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº6, nº30, pp:51-80.
- NORA, P., (1986), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard.
- OLIVEIRA, A Cândido, (1993) “Autarquias Locais e Desenvolvimento: novos e importantes desafios”, in COSTA, Manuel da Silva e NEVES, José Pinheiro das (coord.), *Autarquias Locais e Desenvolvimento – Actas do Colóquio “Autarquias Locais e Desenvolvimento”*, Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, pp:171-185.
- OPELLO, Walter C., (1979), “Administração local e cultura política num concelho rural”, *Análise Social*, Vol. XV (59), 3º, pp:655-672.
- PACHECO, Helder, (1985), *Portugal. Património Cultural Popular. I - O ambiente dos homens*, Porto, Areal Editores, pp:13-26.
- PDR – *Plano de Desenvolvimento Regional do Alentejo*, Contribuição para o QCA, 1994-1998, Documento de trabalho, Évora.
- PINTO, J. Madureira, (1994), “Intervenção Cultural em Espaços Públicos”, comunicação apresentada no colóquio “Cultura & Economia”, Culturgest (org.), 9 a 11 de Novembro.
- PORTAS, Nuno, (1998), “Sobre alguns problemas de descentralização”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº25-26, Dezembro, pp:61-78.
- PPDR, INATEL, DN, (2000), *Carta do Lazer das Aldeias Históricas* (8 volumes).

- REIS, Manuela e LIMA, Aínda Valadas de, (1998), “Desenvolvimento, Território e Ambiente” in VIEGAS, José Manuel e COSTA, António Firmino (org.), *Portugal: Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp:329-363.
- REIS, Manuela, (1999), “Cidadania e Património. Notas de uma pesquisa sociológica” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº29, Oeiras, CIES/CELTA, pp:77-94.
- RIBEIRO, M. João, (1991), “Reabilitação Urbana: estratégia e organização”, in *Sociedade & Território*, nº 14/15, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.
- RIBEIRO, M. João, (1993), “Inquérito Sociológico e Reabilitação Urbana”, in *Dinâmicas Sociais e Cidadania*, Actas do IIº Congresso Português de Sociologia, Vol. II, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.
- RUIVO, Fernando, VENEZA, Ana, (1988), “Seis questões pelo poder local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº25-26, Dezembro, pp:7-20, Dezembro.
- RUIVO, Fernando, (1990), “Local e Política em Portugal: o Poder Local na mediação entre centro e Periferia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº30, Junho.
- RUIVO, Fernando, (1991), “Um Estado Labiríntico: a propósito das relações entre o Poder Central e o Poder Local em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº33, Outubro.
- S/a, (1994), “Les Relations entre la Recherche et la Pratique dans le Cadre des Approches Intégrées de Développement Urbain en Europe”, Association Quartiers en Crise, Séminaire Européen de Recherche, Lyon, Setembro.
- S/a, (1999) “O Património Cultural é uma questão de cidadania – entrevista com Manuel Maria Carrilho” in *Centros Históricos*, Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico, nº 1, II Série, Outubro/Dezembro.
- SANTOS, B. Sousa, (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento.
- SARMENTO, Júlio, (S/d), “Defesa do património e poder local – a propósito da associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico” in AA.VV., *I Curso de Gestão do Património Cultural*, Se, pp:107-125.
- SILVA, A. Santos, (1987), “O Sociólogo como Técnico e Agente de Desenvolvimento”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 3, Novembro, Lisboa, CIES/ISCTE.
- SILVA, A. Santos, (1988), “Produto Nacional Vivo: uma cultura para o desenvolvimento”, in A.A.V.V., *Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, SEDES.
- SILVA, A. Santos, (1993), “A Contribuição da Sociologia para Programas de Desenvolvimento”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do IIº Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.
- SILVA, A. Santos, (1994), “Políticas Culturais Municipais e Animação do Espaço Urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas”, comunicação apresentada no colóquio “Cultura & Economia”, Culturgest (org.), 9 a 11 de Novembro.
- SILVA, A. Santos, (1994), “O que é o Desenvolvimento Integrado? Uma reflexão com ilustração empírica”, in *Dinâmicas Locais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, APS.

- SILVA, Cristina Santos, (1994), *Reabilitação Urbana e Satisfação Residencial em Alfama*, Lisboa, ISCTE, (dissertação de licenciatura).
- TOSCANO, M. Fátima C., (1990), “A Sociologia, Prática de Investigação e Acção”, in *Experiência e Papeis Profissionais de Sociólogos*, Lisboa, APS.
- TOURAINÉ, Alain, (1978), *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil.
- VALA, Jorge, 1990 (1986), “A Análise de Conteúdo”, in SILVA, A. Santos, PINTO, J. Madureira (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.
- WHYTE, William Foote, (1984), *Learning From The Field*, A guide from experience, Beverly Hills, Sage Publications.

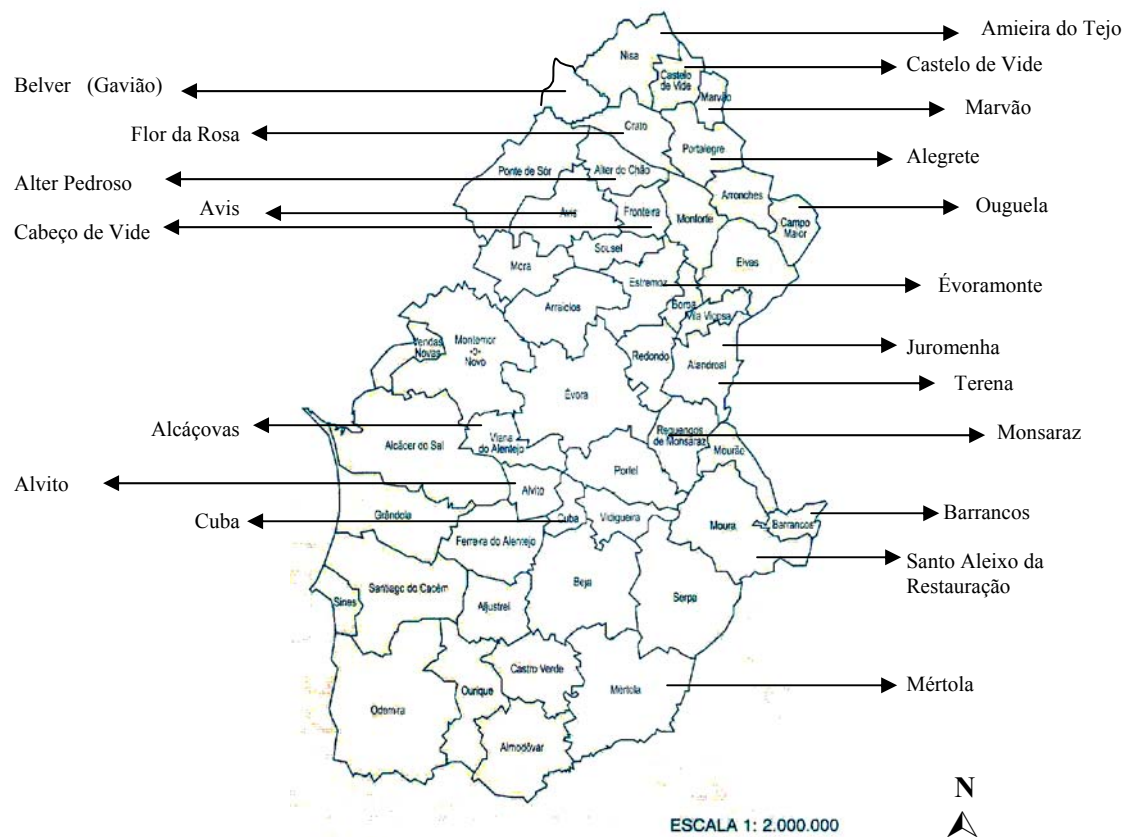
ANEXOS

ARTIGO DE IMPRENSA:

«Aldeias Históricas: Programa em crescimento»

(Diário de Notícias, 19 / Maio / 2000)

Mapa da região Alentejo:
Localização das «Aldeias Históricas»



Fonte: INE, *Região Alentejo em números*, 2000.

Estrutura do modelo:

mapas/instrumentos de análise/avaliação

Nível 1

Nível 2

Nível 3

Nível 1

Primeiro nível de análise/avaliação: descrição e análise da estrutura dos planos de acção local - diagnóstico e proposta

Mapa 1.1 – Quadro-resumo das características demográficas, sócio-económicas e territoriais das aldeias e vilas históricas

Mapa 1.2 – Estrutura do Plano – fase de Diagnóstico.

Mapa 1.3 – Objectivos / Estratégias / Acções

Mapa 1.4 – Estrutura do Plano – fase de Diagnóstico.

Nível 2

Segundo nível de análise/avaliação: análise da coerência interna e das complementaridades internas – realizações previstas

Mapa 2.1 – Matriz Objectivos (gerais e específicos) x Domínios de incidência

Mapa 2.2 – Matriz Objectivos x Meios/Recursos

Mapa 2.3 – Matriz Acções x Entidades parceiras

Mapa 2.4 – Matriz Objectivos x Beneficiários/Destinatários

Mapa 2.5 – Matriz Objectivos x Efeitos/Impactos

Nível 3

Terceiro nível de análise/avaliação: análise da coerência e das complementaridades externas – articulações territoriais e proximidades/afastamentos

Mapa 3.1 – Matriz de Convergência entre Objectivos Gerais dos PALs

Mapa 3.2 – Matriz PALs x Objectivos (gerais e específicos) x Domínios de Incidência/Intervenção

Mapa 3.3 – Matriz PALs x Objectivos (gerais e específicos) x Meios/Recursos

Mapa 3.4 – Matriz PALs x acções x Entidades Parceiras

Mapa 3.5 – Matriz PALs x Objectivos Gerais x Beneficiários / Destinatários

Mapa 3.6 – Matriz PALs x acções x Prazos de realização

Mapa 3.7 – Matriz PALs x Tipo e Diversidade de Património Identificado e a Potenciar

Guiões de Entrevista:

- Guião de entrevista à CCRA e ao IPPAR
- Guião de entrevista às autarquias e às equipas técnicas